

PRISCILA DAVID

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ADVOCACIA ASSISENSE (1960 -1989)

ASSIS

2014

PRISCILA DAVID

MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ADVOCACIA ASSISENSE (1960 -1989)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador(a): Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva

ASSIS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

D249m	David, Priscila Memória e história da advocacia Assisense (1960-1989) / Priscila David. - Assis, 2014 303 f. : il.
	Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista. Orientadora: Prof ^ª . Dr ^ª . Zélia Lopes da Silva
	1. Direito - História. 2. Advocacia. 3. Representações so- ciais. 4. História oral. 5. Ciência política. 6. Assis (SP) – Histó- ria. I. Título.
	CDD 340 981.612

PRISCILA DAVID


MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ADVOCACIA ASSISENSE (1960-1989)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Assis para obtenção do título de Doutora em História. (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: 02/12/2014

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROFA. DRA. ZELIA LOPES DA SILVA - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JUNIOR - UNITOLEDO/Presidente Prudente


PROFA. DRA. JANELE LEIKO TANNO - UENP/Jacarezinho


PROFA. DRA. TANIA REGINA DE LUCA - UNESP/Assis


PROF. DR. GILMAR ARRUDA - UEL/Londrina

Às minhas mais puras formas de amor: André
Henrique Domingos, Doraci de Pontes David,
Izo David e Herbert David.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que governa minha vida e me ilumina em todos os caminhos.

Ao meu marido e meu amor, André Henrique Domingos, que me acompanhou em todos os momentos dessa jornada e que, com muita paciência e carinho, contribuiu para alegrar os meus dias e incentivar a conclusão de mais essa etapa em nossa vida.

Aos meus queridos pais, que me ensinaram valores imensuráveis com seu amor, ternura, dedicação e honestidade. Ao meu irmão, pelo exemplo e incentivo.

Aos meus amigos e familiares que torceram e contribuíram para o meu êxito.

Aos advogados e advogadas que me receberam com afeto e me deixaram fazer parte de suas vidas por meio deste trabalho. Sou imensamente grata!

Às faculdades Toledo de Bauru, Toledo de Presidente Prudente e UNIVEM de Marília que abriram seus arquivos para a pesquisa.

À Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo, à CAASP e, em especial, à 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – cidade de Assis, que permitiram o desenvolvimento dessa pesquisa mediante o fornecimento de dados que fomentaram a tese. Muito obrigada!

À FAPESP pela concessão da bolsa que possibilitou minha dedicação neste trabalho.

E, finalmente, à Professora Doutora Zélia Lopes da Silva, a quem agradeço de uma maneira muito especial. Digo que sem nenhuma dúvida a professora foi a principal responsável pela minha formação acadêmica na área da História. Não apenas por me espelhar com sua dedicação aos trabalhos acadêmicos, mas por ser a minha incentivadora número um. Agradeço pelo fato de me orientar com tanta dedicação, de disponibilizar todo e qualquer dia de sua semana para nossas conversas, de ler e reler esta tese e todos os trabalhos por mim publicados. Agradeço por ser a minha mãe acadêmica, que com a mesma ternura dedicou parte de sua vida para que eu me tornasse, enfim, Doutora. Muito Obrigada, Zélia!

Cada nota deixa em cada um de nós uma lembrança, mas é a melodia inteira que conta uma história (Paulo Coelho).

DAVID, Priscila. **Memória e História da Advocacia Assisense (1960-1989)**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

No decorrer da segunda metade do século XX a advocacia passou por um processo de alteração do perfil de seus profissionais. Questões de âmbito nacional que refletiram diretamente na cultura, na economia e na política da sociedade brasileira fizeram insurgir novos paradigmas para essa categoria. Entretanto, suas raízes políticas e sociais permaneceram afloradas, de forma a perceber-se, no processo de privação dos direitos ocasionado durante a ditadura militar, a interferência e a participação de parte da categoria dos advogados nas escolhas que direcionaram a história das cidades – no nosso caso, da cidade de Assis/SP. Esses novos sujeitos foram essenciais na definição do desenvolvimento urbano, em virtude de sua participação ativa na política e, também, nos espaços ocupados pelas elites sociais de poder e representatividade. Nesse caso, a advocacia deve ser compreendida como uma das categorias definidoras da gestão de uma sociedade. Diante dessa conjuntura, a presente tese abordou as alterações percebidas na categoria dos advogados no período de 1960 a 1989, bem como a influência política e social que permitiu a construção de suas redes de poder. Abordo, ainda, as representações sobre a advocacia assisense e os espaços de sociabilidade por eles frequentados. O conjunto da análise permitiu compreender importantes questões sobre o grupo e a sociedade do recorte proposto.

Palavras-chave: Advocacia. Memória. Representações Sociais. Política. Sociabilidade. Assis.

DAVID, Priscila. **Memory and History of Advocacy Assisense (1960-1989)**. 2014. 303 f. Thesis (Ph.D. in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

During the second half of the twentieth century the law has undergone a process of change in their professional profile. National matters that directly reflected in culture, economy and politics of Brazilian society emerged new paradigms for this category. However, their political and social roots remained touched, being perceived in the deprivation of rights occasioned process during the military dictatorship, the interference and the participation of lawyers within the category of the choices that directed the history of cities – in our case, of the Assis city in São Paulo state. These new subjects were essential in defining urban development because of their active participation in politics and also in the scenario occupied by social elites of power and representation spaces. In this case the law should be understood as one of the defining categories of management of a society. Given this situation, this thesis addressed the perceived changes in the category of lawyers during the years 1960-1989, as well as political and social influence that allowed the construction of their power networks. Furthermore, we discuss the representations about Assis advocacy and social spaces frequented by them. The set of analysis showed important questions about the group and the society of the proposed period.

Keywords: Advocacy. Memory. Social Representations. Policy. Sociability. Assis.

LISTA DE IMAGENS/ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 – Primeiro Fórum da cidade de Assis.....	037
IMAGEM 02 – Fórum da cidade de Assis a partir de 1960.....	038
IMAGEM 03 – Solenidade de Instalação da 2ª Vara de Assis.....	045
IMAGEM 04 – Projeto do Novo Fórum (1980).....	053
IMAGEM 05 – Comunicado da 27ª Subseção.....	072
IMAGEM 06 – Comunicado da 27ª Subseção (eleições).....	098
IMAGEM 07 – Casa dos Advogados (1982).....	101
IMAGEM 08 – Expediente “O Advogado”.....	102
IMAGEM 09 – Candidato à presidência da Subseção de Assis.....	106
IMAGEM 10 – Pinheiro cercado de Advogados dirige-se à delegacia.....	107
IMAGEM 11 – Deusa Têmis.....	110
IMAGEM 12 – Homenagem ao aniversário do juiz Dr. Orlando.....	113
IMAGEM 13 – Homenagem ao promotor Dr. Newton de Calazans.....	114
IMAGEM 14 – Homenagem ao advogado Dr. Waldomiro Galvão de Camargo.....	119
IMAGEM 15 – Homenagem ao advogado Dr. José Roselli.....	121
IMAGEM 16 – Júri do andarilho Mané Preto.....	127
IMAGEM 17 – Júri de Carlos.....	138
IMAGEM 18 – Equipe do advogado Dr. Francisco de Assis Pereira.....	140
IMAGEM 19 – Histórico Escolar do Curso de Direito (Faculdade de Bauru – 1955).....	144
IMAGEM 20 – Para Vereador Ana Barbosa.....	191
IMAGEM 21 – Para Deputado Estadual Ana Barbosa.....	192
IMAGEM 22 – Anúncio da Dra. Daisy Cordeiro de Calazans.....	199
IMAGEM 23 – OAB Mulher: uma novidade para Assis.....	203
IMAGEM 24 – Os homenageados da noite.....	209
IMAGEM 25 – Mesa dos homenageados.....	209
IMAGEM 26 – Flagrante no hall do Clube Recreativo de Assis.....	210
IMAGEM 27 – Expediente do Jornal de Assis.....	214
IMAGEM 28 – Propaganda dos Advogados.....	215
IMAGEM 29 – Carta de Lycurgo de Castro Santos Filho.....	219

IMAGEM 30 – Reinauguração do Clube Recreativo de Assis em 1964.....	220
IMAGEM 31 – Baile de Carnaval do Recreativo de 1981.....	223
IMAGEM 32 – Bloco de carnaval do Clube Recreativo em 1968.....	227
IMAGEM 33 – Pepita Rodrigues no Clube Recreativo.....	229
IMAGEM 34 – Os dez mais elegantes do Clube Recreativo.....	231
IMAGEM 35 – Jantar Festivo do Rotary Club de Assis (1971).....	239
IMAGEM 36 – Jantar Festivo do Rotary Club de Assis – mesa central (1971).....	241
IMAGEM 37 – Loja Maçônica Ordem e Justiça (ano de 1981).....	246
IMAGEM 38 – Equipe dos Advogados (campeonato de 1965).....	249

LISTA DE GRÁFICOS/TABELAS

GRÁFICO 01 – Presidentes da Subseção da OAB de Assis/SP de 1933 a 2014.....	059
GRÁFICO 02 – Número de advogados inscritos em Assis/SP.....	083
GRÁFICO 03 – Quantidade de Formandos em Direito nas Faculdades (Toledo Bauru – desde 1957; Toledo Presidente Prudente – desde 1965; UNIVEM Marília – desde 1973).....	084
GRÁFICO 04 – Local de graduação dos advogados de Assis até 1989.....	086
GRÁFICO 05 – Número de Despachos/Processos por Advogados e Advogadas – 1981.....	142
Gráfico 06 – Porcentagem de Analfabetismo no Brasil.....	157
GRÁFICO 07 – Média da idade dos formandos em Direito na Toledo de Bauru/SP.....	162
GRÁFICO 08 – Média de idade de graduação dos Advogados inscritos na cidade de Assis/SP.....	163
GRÁFICO 09 – Comparativo entre número de advogados inscritos na cidade de Assis e os formandos em Direito nas faculdades da região.....	180
GRÁFICO 10 – Número de formandos de Direito da UNIVEM - Marília/SP (1973-1989).....	181
GRÁFICO 11 – Quantidade de Homens e Mulheres Inscritos na OAB de Assis/SP.....	182

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Censo dos Municípios.....	046
QUADRO 02 – Votos em Assis (Deputado Estadual – 1974).....	048
QUADRO 03 – Votos em Assis (Deputado Federal – 1978).....	049
QUADRO 04 – População do Município de Assis (1950/1980).....	061
QUADRO 05 – Relação de Prefeitos da cidade de Assis.....	081
QUADRO 06 – Quantidade de Advogados por Estado/Gênero (2014).....	184
QUADRO 07 – Presidentes da Diretoria Executiva do Assis Tênis Clube (1953-1989).....	233

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Organização das estruturas jurídicas durante os anos de 1960-1989.....	056
MAPA 02 – Localização das Primeiras Subseções da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo em 1932.....	066
MAPA 03 – Localização das Ferrovias Históricas no Estado de São Paulo....	071

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Fotos dos presidentes da Subseção – 1933/1989.....	276
ANEXO II – Comparativo de candidatos a Deputado Estadual e Deputado Federal eleitos no estado de São Paulo e mais votados na cidade de Assis em 1978.....	283
ANEXO III – Anúncio dos Advogados.....	298
ANEXO IV – Roteiro das Entrevistas.....	303

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo

DR. – Doutor

DRA. – Doutora

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	018
CAPÍTULO 1	
ADVOCACIA ASSISENSE: instituição, categoria e vinculações políticas.....	035
1.1 – O Fórum da Comarca: deslocamentos pela categoria e pela política.....	036
1.2 – A advocacia e suas raízes políticas: definição de um perfil.....	057
1.3 – A Alterações e Permanências: advocacia na cidade de Assis no decorrer da segunda metade do século XX.....	082
CAPÍTULO 2	
O ADVOGADO E A SOCIEDADE: representações sociais e representações de si.....	110
2.1 – Visões da Sociedade sobre a Advocacia.....	112
2.2 – Representações do Criminalista: inocente ou culpado?.....	124
2.3 – Outras questões, outras representações.....	137
CAPÍTULO 3	
ADVOGADAS: desafios do gênero em uma categoria.....	155
3.1 – As advogadas assisenses perante a categoria na segunda metade do século XX: perfil, alterações e permanências.....	157
3.2 – Representações das advogadas sobre sua participação na categoria.....	176
3.3 – A participação das advogadas na categoria e na sociedade.....	190
CAPÍTULO 4	
OS LOCAIS DE SOCIABILIDADE DA ADVOCACIA ASSISENSE.....	206
4.1 – Clubes e Política: Recreativo e Assis Tênis Clube.....	208
4.2 – Associações de elite: Rotary Club, Lions Clube e Maçonaria.....	235
4.3 – Festividades da categoria: eventos profissionais e sociais.....	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257

REFERÊNCIAS.....	261
FONTES.....	269
ANEXOS.....	276

INTRODUÇÃO

[...] a memória do coração elimina as más lembranças e enaltece as boas, e que graças a este artifício conseguimos suportar o passado (Gabriel Garcia Marquez).

A presente tese aborda as alterações da categoria da advocacia assisense no decorrer da segunda metade do século XX, derivadas de questões de cunho nacional e local, que fizeram com que um perfil tradicional e elitista fosse reorganizado, recebendo novos valores, segmentos e objetivos. Dentro dessa estrutura buscamos compreender a influência política dos advogados na sociedade, bem como em seu meio institucional, o que comporta a compreensão da categoria como membros das elites, vinculados à organização dos espaços urbanos e das instituições de uma cidade. Nesse caso, observaremos as representações da advocacia assisense e a construção do “eu” que permitiu mapear significações tradicionais da categoria¹, além de questões que demonstram sua heterogeneidade, como a relação entre os advogados e as advogadas, bem como a participação efetiva do grupo nos espaços de sociabilidade que denotam, inclusive, a construção da rede de relações sociais e políticas. Em aspectos gerais, esta análise permite compreender conjunturas importantes não apenas do grupo, mas também da sociedade em que está inserido.

O período de delimitação de nossa análise – de 1960 a 1989 – foi escolhido em virtude da reorganização da categoria, derivada do processo de intensas transformações sociais. Nos anos de 1960 na cidade de Assis temos a entrada da primeira advogada no quadro da categoria, quebrando os paradigmas existentes, e também percebemos as raízes do processo embrionário de massificação da advocacia, com a abertura dos primeiros cursos jurídicos na região de Assis, os quais permitiram a entrada gradativa de outros sujeitos sociais dentro da estrutura rígida e tradicional existente.

Esse processo acentua-se durante os anos de 1970 com a proliferação das faculdades privadas, mas, principalmente, na década de 80, quando o número de profissionais inscritos na cidade de Assis, por exemplo, altera-se de 15 (quinze) para 141 (cento e quarenta

¹ Considerando que uma das representações lançadas sobre estes sujeitos considera sua vinculação às elites e, por consequência, tradicionalmente foram denominados de “doutores”, optamos por manter esse predicado durante a escrita desta tese.

e um) advogados², o que força a reorganização das estruturas da categoria e ampliação de sua rede³.

Nesse aspecto, as décadas escolhidas experimentaram alterações significativas no cerne da categoria dos advogados, possibilitando que profissionais diversos do perfil tradicional adentrassem na advocacia e forçassem sua remodelação. E o final da década de 1980 consuma esse processo de transição, trazendo novas formas de organização do sistema jurídico e das categorias a ele envolvidas, o que pode ser percebido por meio das relações sociais e institucionais, da sociabilização desses sujeitos, além das reivindicações daqueles que se consideravam apartados, como a criação da OAB Mulher no ano de 1989.

Em âmbito nacional destacamos que durante a segunda metade do século XX o país passou por um processo de modernização, somado ao avanço do capitalismo e da sociedade de consumo, movimentos que impulsionam mudanças nas representações sociais sobre a advocacia e, ainda, sobre o feminino. Nos anos de 1960 vivenciamos a alteração do cenário urbano com o êxodo rural, as políticas nacionais de desenvolvimento e a recepção de instituições variadas, que colaboram com o desenvolvimento da cidade de Assis.

Em contrapartida, a passagem do país pelo período de recessão de direitos durante a Ditadura Militar ocasionou alterações significativas nas relações sociais, pois ser advogado não bastava para atingir direitos, restando em alguns casos a necessidade dos rearranjos sociais e políticos. Todo esse processo culmina na retomada dos direitos por meio da redemocratização do país, que tem seu ápice com a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Esses fatores nacionais foram incisivos nas citadas alterações estruturais e sociais observadas na categoria dos advogados durante os anos de nossa análise.

Com relação a Assis, localizada no interior do estado de São Paulo, já durante os anos de 1930 a cidade abarcava as instituições necessárias para o exercício da advocacia como Fórum, Delegacia e Cadeia Pública⁴. Nessa mesma década, a seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao criar suas Subseções, instituiu na cidade de Assis, em 1932, a “27ª Subseção”, questões essas que acompanharam as mudanças

² Fonte: Arquivo da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo.

³ Em 1988 a Constituição Federal do Brasil assume como funções essenciais à justiça o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e a Defensoria Pública organizando em linhas gerais as obrigações e os direitos desses profissionais (art. 127 a 135). Também regulamentou os concursos públicos em seu artigo 37 e incisos, visando dar condições de igualdade para todos no ingresso de cargos públicos. Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

⁴ TANNON, Janete Leiko. *Dimensões da sociabilidade e da cultura: Espaços urbanos, formas de convívio e lazer na cidade de Assis. 1920-1945*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2003.

do país e somente foram possíveis devido às interferências políticas da elite local em âmbito estadual e, até mesmo, nacional.

A criação da Ordem dos Advogados do Brasil⁵, apesar de ser apontada pelo Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) como uma de suas finalidades primordiais, gerou certa desconfiança para alguns advogados do Instituto que lhe fizeram oposição. Neste aspecto, José Murilo de Carvalho comenta que “[...] concebida dentro do espírito corporativo, a OAB significava para eles perda de liberdade e de autonomia. Mas aos poucos ela conseguiu atrair advogados influentes e se firmou como representante de classe”⁶.

O procurador André de Faria Pereira teve reconhecimento especial na implantação da OAB não apenas por escrever o projeto que regulamentaria sua instalação, mas principalmente por sua influência junto ao ministro Oswaldo Aranha. Isto é o que descreve a carta citada na obra de Alberto Venâncio Filho na qual Faria confessa:

[...] que levou o projeto [que viria a tornar-se o decreto 19.408/30] a Oswaldo Aranha, que lhe fez uma única restrição, exatamente no artigo 17, que criava a Ordem dos Advogados, dizendo não dever a Revolução conceder privilégios, ao que ponderei que a instituição da Ordem traria ao contrário, restrição aos direitos dos advogados e que, se privilégio houvesse, seria o da dignidade e da cultura⁷.

⁵ A Ordem dos Advogados do Brasil foi criada por meio do Decreto 19.408 de 18 de novembro de 1930. Tal Decreto não visava primordialmente a constituição da OAB, mas sim a organização da Corte de Apelação para agilidade e maior eficiência dos julgamentos. Entretanto, o Procurador-Geral do Distrito Federal e sócio do IAB, André de Faria Ferreira, incumbido pelo então Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, de escrever o citado Decreto, incluiu em seu artigo 17 a criação da OAB, a qual foi aprovada pelo Ministro e por Getúlio Vargas. O citado artigo descreve: Art. 17. Fica criada a Ordem dos Advogados Brasileiros, órgão de disciplina e seleção da classe dos advogados, que se regerá pelos estatutos que forem votados pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, com a colaboração dos Institutos dos Estados, e aprovados pelo Governo. (Decreto 19.408 de 18/11/1930 – Câmara dos Deputados). A Ordem dos Advogados do Brasil tem como estrutura atual o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados. O Conselho Federal teve sua primeira sessão preparatória realizada em 06 de março de 1933 e é o órgão máximo da entidade, de onde são tomadas todas as deliberações gerais, sendo o regulamentador e fiscalizador em última instância da entidade. Os Conselhos Seccionais, de âmbito estadual e criados a partir de 1932, são responsáveis pelo exercício das atribuições da OAB junto aos seus respectivos territórios. Já as subseções estão distribuídas pelas cidades de cada estado nacional, tendo como função o exercício efetivo das finalidades da Ordem. Por fim, a Caixa de Assistência aos Advogados, criada apenas em 1994, tem como objetivo garantir assistência médica, jurídica e social aos advogados inscritos nas suas respectivas subseções.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 185. Após a tomada do poder pelos aliancistas em 1930, e a política assumida no governo Vargas os advogados, como alguns profissionais liberais, tiveram maior liberdade e influência política. Para a advocacia, em especial, foi um período de composição da entidade de classe com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal, bem como de regulamentação da profissão, por meio do Código de Ética.

⁷ VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Notícia histórica da Ordem dos Advogados do Brasil (1930-1980)*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982, p.25.

Apesar de ser uma entidade representativa da categoria essa mesma instituição traz consigo a ocorrência constante de disputas internas pelo *status* social relacionado aos seus cargos de direção e organização. Cada uma das Subseções deve possuir um presidente e uma equipe que compõe o quadro de sua diretoria⁸. Porém, a figura do presidente da Subseção recebe maior destaque e reconhecimento. Na cidade de Assis a Subseção da OAB possuiu 18 (dezoito) presidentes desde sua criação até o ano de 2014. Destacamos que todos os presidentes foram homens, não existindo a figura feminina, até o ano de 2014, à frente da Subseção de Assis, embora a mulher advogada integrasse seus quadros desde a década de 60 do século XX⁹, fator esse que aponta indícios do perfil da categoria dos advogados.

Em meio às especificidades do objeto de nossa pesquisa consideramos ser essencial o domínio das relações e do funcionamento da categoria em análise, bem como a seleção de fontes e metodologias capazes de atingir o objetivo proposto. Trabalhar com as representações sociais significa identificar os discursos impostos à sociedade por determinados grupos com interesses específicos de construir realidades em diferentes lugares e períodos. Essas representações aspiram à universalidade e estão engajadas em disputas de poder e dominação social. Nesse sentido, Roger Chartier explica que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação¹⁰.

⁸ As Seccionais criaram as suas subseções para contribuir na aplicação imediata dos regulamentos voltados à advocacia. Para tanto, cada uma das subseções possui diretorias que são compostas por Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Adjunto e Tesoureiro, com mandato de três anos. Apesar desta composição, o cargo de Presidente da Subseção é o que recebe maior *status* e visibilidade social. No ano de 1983 os cargos existentes eram: Presidente, Vice-presidente, Secretario e Tesoureiro. Fonte: Expediente “O Advogado”. O Advogado. Órgão de divulgação da 27ª sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. In: *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun 1983, p. 5.

⁹ Nas décadas em que o presente estudo se baseia a presença da mulher nas ocupações sociais, seja no mercado de trabalho privado ou nos cargos públicos, já era uma realidade que aos poucos foi conquistada pelos movimentos feministas, pelo incentivo da sociedade de consumo, pelas alterações nos costumes e pela remodelação dos valores sociais e culturais. Mas, mesmo com este abrandamento das imposições ao feminino a presença da advogada no mercado de trabalho da cidade de Assis se deu gradualmente e apenas após os anos de 1960, percebendo-se por parte das advogadas restrições à sua atuação.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultura: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

Para mapear as representações sociais da categoria dos advogados na cidade de Assis entre os anos de 1960 e 1989, bem como os interesses que circundam a construção de determinadas realidades, optamos por trabalhar com a História Oral, coletando entrevistas de alguns advogados atuantes no período delimitado.

A escolha dos entrevistados se deu em virtude da importância política desses sujeitos para a formação ou remodelação da categoria durante os anos propostos. Além disso, foram selecionados alguns dos profissionais que apresentaram atuação marcante e liderança perante o grupo, sendo reconhecidos por seus pares não apenas pela projeção institucional, mas também em níveis mais amplos, sendo, por isso, considerados vitoriosos em suas carreiras.

No caso dos homens, escolhemos parte daqueles que atuaram na gestão da categoria e, ainda, que constantemente foram citados em reportagens dos jornais analisados, representando os advogados ou envolvendo-se em questões políticas do período. Com relação às mulheres, optamos por entrevistar as três primeiras profissionais inscritas na cidade de Assis nos anos de 1970, considerando que a primeira profissional atuante nos anos de 1960 é falecida. Nesse caso, os entrevistados são: Oswaldo Trevisan (inscrito na Subseção desde 1960); Luis Álvaro Gonçalves (inscrito na Subseção desde 1961), Tufi Jubran (inscrito na Subseção desde 1963), Francisco Maldonado Junior (inscrito na Subseção desde 1966), Carlos Pinheiro (inscrito na Subseção desde 1976), Roldão Valverde (inscrito na Subseção desde 1976), Edna Maria de Carvalho (inscrita na Subseção desde 1970), Marlene Cardoso Mirisola (inscrita na Subseção desde 1971 – com inscrição anterior em São Paulo datada de 1964) e Myrian de Jesus Pereira Modotti (inscrita na Subseção desde 1975)¹¹.

Reconhecendo a subjetividade da fonte oral, foi necessária sua historicização. Admitimos que a pesquisa não é construída, exclusivamente, pelo entrevistado, mas principalmente pelo pesquisador, aquele que possui em suas mãos o poder de direcionar o questionamento, sendo coautor do trabalho. É evidente que o pesquisador possui mais decisão sobre o resultado do trabalho que se utiliza da História Oral do que o próprio entrevistado. Isso porque a própria escolha de quem será ouvido compete ao pesquisador, que optará pelos sujeitos capazes de melhor responderem seus questionamentos. Além disso, o objeto de análise é do pesquisador.

¹¹ Dados obtidos do arquivo da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo e do cadastro estadual dos advogados. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/consultaInscritos/consulta01.asp>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Por isso devemos ser conscientes de que o trabalho com a História Oral possui intersubjetividade, composta por quem testemunha e por quem converte o depoimento oral em escrita. A soma da subjetividade do entrevistado – o qual em seu depoimento descreve as práticas e as representações de si e da subjetividade do pesquisador –, este que, por sua vez, na escrita do seu trabalho, também deixa traços de si, compõe o trabalho com esta metodologia.

Neste aspecto, o historiador se aprofundará em uma metodologia que demanda a interdisciplinaridade e a crítica constante das fontes. Neste trabalho o pesquisador deve, antes de tudo, dominar as técnicas de um diálogo que visa compreender o outro. E compreender o outro requer a sensibilidade de se colocar em seu lugar, de conhecer seus sentimentos, de averiguar quais os benefícios e malefícios que esse personagem pode sofrer ao descrever sua trajetória de vida. Enfim, transportar-se para o lugar social de seu objeto de análise é ponto primordial para reconhecer seu ponto de vista, suas expressões e suas inquietações.

Nenhum personagem exporá sua história sem calcular o que esta narrativa poderá trazer de consequências para si, sejam elas negativas ou positivas. Buscar o depoimento oral é saber que estamos adentrando em questões de natureza privada, as quais são ainda mais delicadas porque os personagens estão vivos e dispostos a calcular o que seu depoimento pode causar em sociedade.

Nesse caso, as condições da produção do depoimento merecem destaque, pois, conforme lembrado por Verena Alberti¹², uma entrevista de História Oral não é produzida para ser mentira. As escolhas e as omissões devem ser avaliadas partindo-se do princípio de que o entrevistado sabe que deverá narrar a “verdade” sobre os fatos testemunhados e, ainda, que estes servirão para uma pesquisa sobre determinado tema de que ele possui conhecimento ou de que teve vivência pessoal.

Por isso, o termo “documento monumento”, utilizado por Le Goff e abordado por Verena Alberti, é verossímil no trabalho com a História Oral, posto que a intencionalidade é latente no testemunho, o qual é criado primeiramente pelo pesquisador que incita o entrevistado a falar sobre um tema específico, abordado para um fim ainda mais específico e delimitado. Depois, pelo entrevistado que criará uma narrativa intencional sobre os aspectos que foram interrogados, reorganizando racionalmente seu passado.

¹² ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Oraís*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

Essa reconstrução de sua trajetória a partir do presente demonstra a autorrepresentação do entrevistado. Nesse caso, o processo de rememoração traz à tona uma representação daquilo que foi vivenciado, passando por um processo de escolhas e delimitações daquilo que comporá a sua escrita de si. E são exatamente essas escolhas para formar a “história” do entrevistado que importa à pesquisa historiográfica, pois:

[...] o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento¹³.

No trabalho com a História Oral, por meio de depoimentos de histórias de vida, encontramos a forma de alguns personagens reviverem seu passado e darem sentido ao seu presente e futuro. A construção do “eu” indica, ainda, a “[...] transmissão de uma experiência coletiva, construindo-se em uma representação que espelhariam uma visão de mundo”¹⁴.

Nesse caso, cabem alguns esclarecimentos sobre os entrelaçamentos entre a história e a memória. Sobre a diferenciação e a relação entre história e memória, Marieta de Moraes Ferreira explica que a historiografia que se utiliza dessa relação reconhece que o passado é construído segundo as necessidades do presente e que as entrevistas orais são memórias que espelham determinadas representações. Citando Pierre Nora a historiadora explica que:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente¹⁵.

Assim, a história não se compreende como um campo constitutivo da memória. Mas a memória histórica abordada por Nora explica a oposição e a relação entre história e memória e as possibilidades dos trabalhos historiográficos, como “[...] se a memória, em sua relação com a história, deixasse em grande medida de ser memória para

¹³ GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 14.

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 7.

¹⁵ Idem, p.8.

enquadrar-se nos preceitos teóricos-metodológicos da(s) historiografia(s), como se ela espontaneamente se redefinisse, abandonando pedaços importantes que a definem, no contato traumático da história”¹⁶. Continuando a análise, Jacy Alves de Seixas interpreta que:

Nora organiza uma classificação rígida e dicotômica entre memória e história. A memória é a tradição vivida – a memória é a vida – e sua atualização no “eterno presente” é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável; a história é o seu contrário, uma operação profana, uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação, uma representação sistematizada e crítica do passado¹⁷.

A subjetividade presente na memória a diferencia dos critérios objetivos da história, trazendo ao trabalho com a História Oral a necessidade de diferenciação entre história e memória, bem como de historicização de suas fontes, lembrando ainda que a memória não é uma regressão do presente ao passado, mas sim um progresso do passado ao presente, ou seja, memória e história se relacionam com o passado, mas cada uma delas por meio de mecanismos diversos¹⁸.

Nesse aspecto, o presente trabalho visa compreender a memória por seu processo de representação do passado, buscando abordar suas capacidades e não suas deficiências. Assim, o próprio esquecimento é interpretado como um indício dos motivos que levam um indivíduo a selecionar determinados eventos e a esquecer-se de outros¹⁹.

Sobre o tema, Beatriz Sarlo²⁰ expõe seu entendimento de que a memória é uma retórica, pois está voltada para o convencimento. É uma fonte de autorreferência que busca convencer o outro sobre determinado tema. E essa característica se acentua ainda mais em alguns personagens que, por sua própria função em sociedade ou atuação profissional, são acostumados com o discurso do convencimento.

¹⁶ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 38-39.

¹⁷ Idem, p. 40-41.

¹⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção*. Uma reflexão (In)atual para a História? Projeto História, São Paulo, (24), jun, 2002, p. 43-63.

¹⁹ Para Paul Ricouer a História possui uma relação direta com a memória. A memória se vincula à pretensão de fidelidade ao passado, por isso a seleção e o esquecimento são fatores essenciais para a análise historiográfica, devendo a memória ser analisada pelo seu aspecto positivo, e não em virtude de suas deficiências. Para Nora, a memória e a história se opõem e a percepção utilizada pelo autor é a de *memória histórica*. Diferenciações realizadas no texto: OLIVEIRA, Eliene Dias de; TEDESCHI, Losandro Antônio. Nos Caminhos da Memória, nos Rastros da História: Um Diálogo Possível. *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim/MS, v.2, nº4, p. 45-54, jul./dez. 2011.

²⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UGMG, 2007.

Cada personagem, ao ser entrevistado, busca dar sentido à sua trajetória, construindo uma narrativa produzida para uma finalidade específica e que, por isso, apresenta uma coerência praticamente impossível, mas socialmente apresentada para aquele fim. Para Portelli²¹ este discurso é apenas a ponta do *iceberg* para a qual o historiador deve voltar-se com seu papel dialógico e corretivo, buscando no confronto de fontes historicizar seu objeto e chegar à representação da história empregada por aquela personagem.

E mesmo assim o pesquisador deve compreender a distância entre aquilo que ele objetiva em sua pesquisa e aquilo que o entrevistado percebe e interpreta. Ter a sensibilidade sobre esta distância e, ainda, entender e interpretar “[...] as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras”²² são requisitos imprescindíveis para este trabalho.

Outro fator a ser avaliado se refere à relação entre entrevistado e pesquisador. Nesta relação temos como mestre do jogo o pesquisador, que dita as regras e forma seu objeto de análise. Porém, como destacado por Bourdieu, a posição de superioridade, principalmente cultural, deve ser evitada objetivando reduzir a violência simbólica da relação de entrevista.

Ser rude ou demonstrar superioridade por gestos, perguntas e ações pode comprometer todo o resultado da pesquisa, posto que o entrevistado deve se sentir à vontade para falar, e não coagido ou induzido, já que “[...]a relação social entre pesquisado e pesquisador produz um efeito de censura muito forte, redobrado pela presença do gravador; é sem dúvida ela que torna certas opiniões inconfessáveis (salvo por breves fugas ou lapsos)”²³.

Nesse diálogo também deve ser evitada a relação de superioridade por parte do entrevistado. Este, dependendo de sua origem, posição social ou profissão, ou por outros tantos motivos, pode tentar impor-se durante a entrevista. Neste caso é o pesquisador que deve amenizar essa relação e buscar atingir uma posição de igualdade, evitando a violência simbólica tanto de pesquisador para entrevistado quanto de entrevistado para pesquisador.

²¹ PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*, nº 22, São Paulo: EDUC, 2001, p. 9-36.

²² BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: *A miséria do mundo*. 2 ed. Trad. de Mateus Soares Azevedo et al. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 693-713.

²³ Idem, p. 695. Nesse caso relembramos que quando o pesquisador invade a privacidade do entrevistado com questões que o obrigam a relembrar de momentos de sua vida, muitos deles que se deseja esquecer, é essencial que, no mínimo, seja criado um ambiente confortável para que o entrevistado se sinta à vontade para falar ou deixar de falar. Por isso, o local da entrevista deve ser escolhido ou aprovado pelo próprio entrevistado. Ambientes relacionados ao período narrado ou à temática possibilitam a melhor rememoração do passado, sendo ainda possível a utilização de fotos ou objetos que ajudem o entrevistado a recordar-se do tema proposto.

No caso específico de nossos entrevistados a relação apresentada é peculiar e delicada. Considerando a formação acadêmica da pesquisadora em Direito e História, com a consequente inscrição como advogada perante a Subseção de Assis desde o ano de 2007, destacamos alguns aspectos dessa relação que puderam facilitar, mas também gerar situações de impasse.

Em virtude da proximidade com o grupo objeto desta análise torna-se possível a melhor compreensão das questões que circundam a temática proposta. Este ponto é importante, pois partimos do pressuposto de que o estudo sobre os advogados e o Poder Judiciário torna-se mais preciso quando temos o conhecimento sobre o tema. Também para a aproximação com os advogados no momento das entrevistas temos o privilégio de sermos reconhecidos como pares, recebendo a aceitação muitas vezes imediata.

Porém, esses mesmos critérios que denotam os benefícios trazem questões peculiares, como a noção de que, por compartilhar do grupo, o trabalho a ser desenvolvido poderá se basear exclusivamente naquilo que é narrado, sem a historicização do tema. Sobre a questão, alguns historiadores²⁴ concluem que quando há proximidade social ou familiar o pesquisado tende a sentir-se mais apto à comunicação, assim como quando o pesquisador busca transmitir uma situação de igualdade e compreensão do outro. Isso porque, se somos entrevistados por alguém que conhece ou compartilha de nosso meio social temos como pressuposto que as respostas influenciarão não apenas o entrevistado, mas também o pesquisador que compartilha desse meio. Conforme destacado por Bourdieu sobre as questões elaboradas pelo pesquisador ao entrevistado, nos casos de proximidade:

[...] as mais brutalmente objetivantes dentre elas não têm nenhuma razão de parecerem ameaçadoras ou agressivas porque seu interlocutor sabe perfeitamente que eles compartilham o essencial do que elas o levarão a dizer e, ao mesmo tempo, os riscos aos quais ele se expõe ao declarar-se²⁵.

Há, porém, uma questão ética que surge neste ponto, relacionada com a proximidade entre pesquisador e entrevistado: a ideia de que a relação anterior ou derivada da entrevista impedirá a contextualização ou o debate do depoimento oral.

Entretanto, acreditamos que falar sobre um determinado grupo não implica, necessariamente, optar por falar para bem ou para mal, mas falar em busca do ponto de vista

²⁴ Consideramos os posicionamentos de Verena Alberti e Alessandro Portelli sobre a necessidade da aproximação entre entrevistado e pesquisador, criando um ambiente confortável e buscando conhecer o outro para melhor compreendê-lo, bem como o posicionamento de Bourdieu sobre a proximidade social entre pesquisador e entrevistado.

²⁵Bourdieu, Pierre.1998. Op. cit., p. 698.

desses indivíduos sobre determinado período e suas características sociais. Como pesquisadores sabemos de nossos objetivos e de nossas obrigações, dentre elas o distanciamento em relação ao objeto de estudo para que o mesmo seja o menos influenciado possível. Aliás, esse já é um primeiro ponto contraditório, pois, se escrevemos sobre determinado objeto, escolhemos seus atores e determinamos suas questões é evidente que um pouco – ou muito – de nós será transmitido nessa pesquisa.

O historiador sabe que precisa distanciar-se, que precisa compreender e que precisa fazer o contraponto com outras fontes, pois a questão não é considerar o testemunho oral como falso ou verdadeiro, mas trazer à tona o caráter parcial da verdade. Segundo Philippe Joutard, esse é um dos pontos que diferencia o historiador do memorialista:

O memorialista se contenta em escutar, recolher fielmente, sem jamais intervir nem tomar a mínima distância, seu silêncio vale de aprovação para não dizer de adesão. O historiador não deixa de ouvir e recolher, mas sabe que deve se distanciar, que a simpatia necessária, virtude cardinal do bom entrevistador, não deve cegá-lo nem privá-lo da lucidez. O cruzamento das fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos. A história relativiza, na melhor opção do termo; ela desafia a ideia simplista de uma memória e tradição orais – puras, originais, sem nada a dever, que exprimem a alma do grupo²⁶.

Tratamento crítico e distanciamento são necessários e isso demanda perceber que as entrevistas precisam ser contrapostas para superar limitações que todas as fontes possuem e, ainda, para evidenciar suas potencialidades. Por isso, apesar do dilema da contestação da fonte oral, esta, como qualquer outra, deve ser historicizada para que consigamos extrair os motivos de determinadas narrativas.

O trabalho com História Oral é uma produção de conhecimento histórico e científico que demanda abordagem crítica e utilização de métodos para evitar a simples narração descritiva de um depoimento. Assim, respeitando a narrativa empregada pelo entrevistado o historiador deve contextualizá-la e, para isso, deve dominar o tema proposto.

Frisamos que nas transcrições optamos por utilizar um método que possibilita manter a correspondência com os depoimentos, mas sempre de maneira a permitir que os mesmos sejam legíveis para a compreensão da narrativa. Isto porque, cabe ao historiador, ao interpretar o depoimento oral e utilizar-se desta fonte, fazer com que ela

²⁶ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria e ALBERTI, Verena (Org.). *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 43-44.

produza aquilo que é capaz, transparecendo o que o entrevistado quis expor de maneira legível.

Consideramos tal medida adequada, pois a própria transcrição é um processo de intervenção²⁷. Se a entrevista deverá constar do arquivo digital disponibilizado para consulta, permite-se que sejam editados determinados trechos para amenizar redundâncias ou tiques de linguagem, pois, como destacou Bourdieu, em nome do respeito devido ao autor é preciso às vezes decidir por aliviar o texto de certos desdobramentos parasitas, de certas frases confusas, de redundâncias verbais ou de tiques de linguagem (os “bom” e os “né”)²⁸. Neste caso, a utilização das entrevistas tem como base a não alteração do seu conteúdo, mas a sua exposição sempre de maneira legível, buscando respeitar o entrevistado e permitindo que o depoimento seja compreensível quando transcrito.

Além da utilização dos depoimentos orais nossa pesquisa contou com a análise de três periódicos de circulação local: *A Gazeta de Assis (1960-1990)*, *Voz da Terra (1966-1989)* e *Jornal de Assis (1935-1940/1960-1965)*. Em todos os jornais visualizamos reportagens voltadas à advocacia, principalmente relacionadas a advogados atuantes na área política, bem como informações que demonstram a rede de relações sociais da categoria.

Ressaltamos ainda que a maioria das matérias que tratavam de assuntos relacionados à categoria dos advogados ou seus membros estava na primeira página dos periódicos. Essa disposição demonstra a importância que os jornais davam aos assuntos relacionados aos advogados, bem como ao Poder Judiciário²⁹. Representantes da elite letrada e, por consequência, prováveis leitores dos jornais de circulação local, os advogados estavam presentes na política, nos espaços de sociabilidade e nas questões próprias da categoria, o que foi reportado pelos jornais locais. Além disso, muitos profissionais se utilizavam da imprensa para a divulgação de propagandas, indicando local do escritório profissional e, em alguns casos, sua área de atuação (Anexo III).

O trabalho a partir dos periódicos para a construção de discursos historiográficos seguiu um processo de análise das características dessas publicações, tanto de ordem material, como as relacionadas aos temas abordados, colaboradores, públicos a que se

²⁷ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. n. 22, São Paulo: Educ, 1997. Neste texto Portelli destaca que qualquer transcrição é uma manipulação e, por isso, devemos buscar menos a reprodução do que a representação. O autor ainda destaca que a premissa primordial da transcrição é não utilizar palavras que não tenham sido proferidas.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. 1998. Op. cit., p. 710.

²⁹ Convém destacar que alguns advogados foram editores e até mesmo diretores de jornais na cidade de Assis, utilizando-se desse meio de comunicação para divulgar questões relativas ao seu interesse pessoal e profissional. As redes construídas por meio dos periódicos locais e das rádios da cidade nos anos de nossa análise foram abordadas no primeiro capítulo da tese.

destinam e a disposição de suas matérias, para posteriormente ser realizada a análise segundo a problemática.

Consideramos que a imprensa apresenta interesses e é formada por um grupo que busca legitimar determinados assuntos em sociedade, motivo pelo qual a análise dessa fonte deve se atentar às características implícitas. Sobre o tema Tânia Regina de Luca explica que:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa³⁰.

Os meios de comunicação também apresentam-se como fortes criadores de opinião e divulgadores das doutrinas políticas vigentes. Considerando-se a relação próxima entre os meios de comunicação e a política em âmbito local ou nacional, percebemos nos jornais as vinculações partidárias e as posições que podem ser de apologia, mas que em alguns casos demonstram a insatisfação, conforme apresentado em matérias dos jornais *A Gazeta de Assis* e *Voz da Terra*, analisados nesta tese. Nesse caso, a vinculação política dos periódicos foi observada conforme ensinado por Maria Helena Rolim Capelato, pois:

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva³¹.

No caso do Brasil definem-se dois momentos em que a ação de censura política nos meios de comunicação é contínua: no Estado Novo e no Regime Militar após

³⁰ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena*. Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2009, p. 76.

1964³². No período de nossa análise o país enfrentou a ditadura dos militares que, entre outras opressões, interferiram diretamente na imprensa com objetivo de impedir a divulgação de reportagens contra o regime, principalmente após a imposição do AI-5, em 1968. E na cidade de Assis presenciamos, também, a apologia em algumas matérias que reverenciavam o Regime Militar, principalmente nos primeiros anos de sua vigência, o que pode ser apresentado como imposição do regime também nos meios de comunicação das regiões interioranas³³.

Por meio da análise dos periódicos, seguindo os preceitos metodológicos ora abordados, também foi possível coletar imagens relacionadas aos advogados atuantes na cidade de Assis, principalmente em situações relacionadas à categoria, à política, e à sociabilidade. Somadas a essas imagens obtivemos, também, do arquivo pessoal dos entrevistados, algumas fotografias que foram cedidas para nossa análise.

Ao utilizar as imagens como fontes de pesquisa consideramos que elas passaram a ser exploradas com vários objetivos, dentre eles o da difusão de determinados valores em sociedade. Conforme ressaltado por Solange Ferraz Lima e Vânia Carneiro Carvalho, “[...] apesar de ser sinônimo de modernidade e urbanidade, a fotografia foi absorvida por sociedades tradicionais, que a transformaram em instrumento de atualização ‘moderna’ de antigos valores, normas e costumes”³⁴.

Nesse sentido, a utilização de uma fotografia pela imprensa traz consigo estratégias, dentre as quais destacamos a escolha de valores a serem ressaltados e a reafirmação da respectiva reportagem. Conforme abordado, a imprensa é um meio de comunicação eficaz na difusão dos valores em sociedade. A junção das reportagens com as imagens estrategicamente escolhidas formam não apenas um meio de divulgação, mas também de construção de representações sobre diversas perspectivas sociais.

A afirmação categórica das reportagens somada à sedução da realidade fotográfica são instrumentos poderosos que em várias ocasiões estão relacionados aos valores das categorias sociais dominantes. Diante disso, o estudo por meio das imagens fotográficas dispostas em periódicos deve atentar a questões que envolvem os motivos da circulação de

³² AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

³³ Parte da mídia apoiou o Regime Militar porque era interessante política, econômica ou doutrinariamente.

³⁴ LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p 31.

determinada imagem e às afirmações realizadas nas reportagens, ou seja, o conjunto de intenções que compõem as matérias jornalísticas e as escolhas ali definidas.

As imagens são ícones construídos por um determinado sujeito em um dado tempo histórico. Representação do real, as imagens fotográficas dispõem sobre um contexto, em um dado espaço e tempo, capturado por uma tecnologia que retrata um assunto específico. Esse tema foi construído pelo fotógrafo e será interpretado pelo indivíduo segundo seu ponto de vista, suas características sociais e culturais.

Assim, a fotografia é uma representação, a construção de uma realidade que pode demonstrar indícios sobre o passado e que deve ser compreendida como instrumento capaz de evidenciar fragmentos de uma realidade, sendo resultado de diversas seleções realizadas pelo fotógrafo. Sobre o tema Kossoy explica que:

Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado³⁵.

O estudo por meio das fotografias pode demonstrar vários interesses que envolvem a sociedade em determinados períodos históricos, restando o cuidado com a contextualização da imagem, ou seja, questões relativas ao fotógrafo, à reportagem que a foto se dedica, a intenções do registro, meio de circulação, entre outros. Para tanto, Martine Joly expõe que a análise das imagens deve ser realizada pelo complemento entre imagem e linguagem, ou seja, por meio da semiótica, atentando aos signos expostos pelas imagens, bem como por meio da linguagem, instrumento que participa da construção da mensagem visual e de sua transmissão. Segundo a autora,

[...] abordar ou estudar certos fenômenos sob o seu aspecto semiótico é considerar o seu modo de produção de sentido, por outras palavras, a maneira como eles suscitam significados, ou seja, interpretações. Efetivamente, um signo é um signo apenas quando exprime ideias e suscita no espírito daquele ou daqueles que o recebem uma atitude interpretativa³⁶.

Nesse caso, as imagens foram analisadas como um vestígio daquilo que elas representam, com destaque à possibilidade do estudo de sua apropriação ou do significado que uma determinada imagem pode ter para cada segmento da sociedade, ressaltando que

³⁵ KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2000, p.22.

³⁶ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 30.

“[...] se estas representações são compreendidas por outros que não aqueles que as fabricam é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural”³⁷.

Para o cumprimento dessas questões e com base nas metodologias e fontes elencadas, a presente tese projeta-se em quatro capítulos, dispostos de maneira a proporcionar ao leitor a compreensão geral do tema articulado ao aprofundamento em debates específicos como o da relação dos advogados com o Poder Judiciário, com a sociedade, e com a própria instituição.

O primeiro capítulo aborda parte das alterações da categoria da advocacia durante a segunda metade do século XX, bem como a relação dos advogados com a política e com a própria instituição, expondo, ainda, questões singulares sobre a sociedade do período, abordadas pelos entrevistados durante o diálogo com o pesquisador e aprofundadas de acordo com a historiografia e outras fontes analisadas.

No segundo capítulo realizamos uma análise das formas de representação sobre a advocacia assisense. Nesse caso houve um exame das características específicas dos advogados, em suas respectivas áreas, historicizando suas particularidades e demonstrando as representações de si dos entrevistados, bem como da sociedade para com os membros do Poder Judiciário e da advocacia.

Considerando que as entrevistas com as advogadas foram peculiares, pois demonstraram uma representação diferenciada com relação a seu papel e sua aceitação em sociedade, o terceiro capítulo abordou a atuação da mulher advogada na cidade de Assis, visualizando questões como suas representações em meio a um ambiente ainda predominantemente masculino, a relação com os demais membros da categoria e sua participação nas atividades políticas e públicas na cidade de Assis.

Por fim, o quarto capítulo abordou questão não menos importante, que entrelaça as redes de relações criadas entre parte da categoria dos advogados e as elites da sociedade. Por meio da análise dos locais de sociabilidade da advocacia assisense mapeamos as redes de poder criadas nesses espaços, que geraram, por consequência, o interesse de parte da categoria em frequentar e até mesmo representar a direção desses locais.

Assim, concluímos que o entrelaçamento desses capítulos compõe a visão de representações sobre a categoria dos advogados durante a segunda metade do século XX, fornecendo parte de uma história intrinsicamente relacionada com o desenvolvimento político

³⁷ Idem, p. 44.

de uma cidade e os caminhos percorridos por um grupo que esteve à frente das questões que definiram os rumos políticos, econômicos e sociais locais, e, quiçá, nacionais.

CAPÍTULO 1 – ADVOCACIA ASSISENSE: instituição, categoria e vinculações políticas

A cidade de Assis, localizada no interior do estado de São Paulo, foi elevada a município no ano de 1917³⁸ e já em 1918 passou a abrigar a Comarca da região, transferida de Campos Novos do Paranapanema (hoje Campos Novos Paulista)³⁹. Esse movimento inicial da constituição da cidade, gerado também em virtude do deslocamento dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana em 1914 – o que por muito tempo esteve vinculado aos interesses das propriedades agrícolas cafeeiras⁴⁰ – influenciou diretamente na construção das instituições locais e, com elas, na formação da categoria dos advogados, pois parte da categoria veio para Assis em virtude desse processo de transferência da Comarca, que possibilitou o desenvolvimento da cidade.

Na década de 1930, como Comarca da região abrangendo os municípios e distritos de Assis, Campos Novos do Paranapanema, Conceição de Monte Alegre, Palmital, Platina, Presidente Prudente, Candido Mota, Tabajara, Maracaí e Santo Anastácio⁴¹, a cidade de Assis já contava com o aparato jurídico necessário para o exercício da advocacia, com o Fórum na avenida principal, próximo à igreja matriz, com cartórios, cadeia, delegacia e os escritórios de advocacia⁴².

As principais instituições voltadas ao exercício da advocacia foram reivindicadas pela categoria dos advogados que também demonstrou sua influência na construção de espaços sociais e na tessitura política da cidade. Os advogados apresentaram seu envolvimento político tanto em cunho local como em outras esferas, o que aponta as raízes sociais e históricas da elite jurídica e seus entrelaçamentos com a política. Porém, o perfil do profissional de Direito alterou-se durante os anos compreendidos pelo presente

³⁸ TANNO, Janete Leiko. Op. cit. A cidade foi fundada pelo capitão Francisco de Assis Nogueira que doou 80 alqueires de terra para a início da cidade e a construção de uma capela. Em torno dessa capela originou-se o povoado que, desde sua fundação teve na figura de advogados e médicos expoentes da política local.

³⁹ Lei Estadual 1630-A de 26 de dezembro de 1918 transfere a Comarca de Campos Novos para Assis. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=350400&search=sao-paulo%7Cassis%7Cinphographics:-history&lang=>. Acesso: 24 de novembro de 2013.

⁴⁰ TANNO, Janete Leiko. Op. Cit. A autora aponta as transformações urbanas originadas em virtude das ferrovias, sendo que o escoamento da produção do município, bem como seu vínculo com a capital e demais cidades da região por meio da ferrovia demonstram sua importância não apenas no sentido econômico, mas também social, político e cultural.

⁴¹ Idem.

⁴² Em sua tese Janete Leiko Tanno descreve uma reportagem encontrada no jornal *A Notícia* que enumera a quantidade de estabelecimentos comerciais e profissionais na cidade de Assis nos anos de 1934, sendo reportado o número de 4 advogados. Fonte: TANNO, Janete Leiko. Op. cit., p. 100.

estudo, em consequência de questões vinculadas ao âmbito nacional e local, as quais remodelaram a advocacia durante a segunda metade do século XX. Algumas características, porém, foram mantidas durante esses anos.

1.1 O Fórum da Comarca: deslocamentos pela categoria e pela política

A criação de instituições judiciais na cidade de Assis se deu pelo incentivo do primeiro juiz de direito, Doutor Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos (1886-1967)⁴³. Com relação à categoria dos advogados, no ano de 1932 a cidade recebeu a 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo⁴⁴, escolha que indicava o potencial de desenvolvimento da cidade e, por consequência, o crescimento do setor jurídico.

Juntamente com a formação da cidade, que se deu ao redor da igreja matriz e seguindo os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, os primeiros locais destinados ao exercício jurídico também foram implantados nestas proximidades. Tanto o Fórum quanto a Delegacia e a Cadeia Pública se localizavam próximos à Matriz.

Com relação ao Fórum local, desde sua criação este estabelecimento possuiu três endereços: primeiro na rua abaixo da Igreja Matriz, na Praça Dom Pedro II, onde ficou instalado até 1960 (imagem 01), quando então foi transferido para a rua acima da Matriz, na Praça Dom Antônio José dos Santos (imagem 02). O local onde funcionava o primeiro Fórum foi adaptado no final de 1960 para servir de quartel para a Força Policial, conforme publicado pelo jornal *A Gazeta de Assis* na edição do dia 08 de dezembro de 1960⁴⁵.

⁴³Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos foi o primeiro Juiz de direito a assumir o Fórum da cidade de Assis, após a transferência da sede da comarca de Campos Novos para Assis, em 1919 (lei de dezembro de 1918). Também contribuiu para a formação de espaços de sociabilidade da elite na cidade, como o Clube Recreativo de Assis. Fonte: TANNO, Janete Leiko. Op. cit.

⁴⁴ Ver o mapa 02.

⁴⁵ Adaptação do antigo Fórum para a Força Policial. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 dez. 1960, p. 1.



IMAGEM 01 – Primeiro Fórum da cidade de Assis. Fonte: Arquivo de Luis Carlos de Barros.

A mudança do local de instalação do prédio do Fórum indicia o aumento do serviço do Judiciário. Muitas reivindicações foram anunciadas nos jornais da cidade de Assis enfatizando a importância de o estabelecimento ser transferido para um local que melhor atendesse a demanda judicial e proporcionasse melhores condições de trabalho para os serventuários da justiça e para os próprios advogados. Além disso, um dos objetivos da alteração do local do prédio do Fórum era de conseguir espaço físico para comportar outras repartições públicas vinculadas ao Poder Judiciário.

O novo prédio conquistado no ano de 1960 conseguiu abarcar vários dos principais serviços jurídicos em um único estabelecimento. Nele funcionavam os Cartórios de Registro Geral e anexos da primeira e segunda circunscrição, primeiro e segundo Tabelionato de Notas e Anexos, contador, partidor e avaliador do juízo e depositário público⁴⁶. A publicação do jornal *A Gazeta de Assis* informa o benefício de o novo prédio abrigar o conjunto de serviços jurídicos para facilitar as solicitações, principalmente daqueles que não residiam na cidade. Ainda segundo a matéria, neste período o horário de funcionamento do

⁴⁶ Mudança dos Cartórios. *A Gazeta de Assis*. Assis, 13 fev. 1960, p. 1.

estabelecimento era das 8h às 17h. Além dos serviços elencados, este estabelecimento também possuía uma sala na qual, segundo o relato dos entrevistados, funcionava como “sala dos advogados”, sendo o local reservado para aguardar as audiências e permanecer enquanto fosse necessário.



IMAGEM 02 – Fórum da cidade de Assis a partir de 1960. Fonte: Hospital Distrital de Assis: Reivindicação Regional. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 mai. 1979, p. 1.

Importante trazer à discussão que a conquista de um novo prédio para o Fórum da cidade de Assis com obras finalizadas em fevereiro de 1960 se deu no governo presidencial de Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD), e governo estadual de Carvalho Pinto, do Partido Democrata Cristão (PDC), frisando, ainda que as reivindicações provavelmente iniciaram-se já durante o governo estadual de Jânio Quadros, representante do Partido Trabalhista Nacional (PTN).

E quando da adaptação do antigo prédio à força policial, a reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* de dezembro de 1960 demonstra a aprovação do governador para a reforma, em carta enviada pelo chefe dos serviços dos municípios, Fred Duarte de Araújo, ao prefeito José Augusto Ribeiro. Tais aprovações foram conquistadas durante o período

democrático do governo brasileiro e, ainda, em um momento em que a cidade de Assis possuía como deputado estadual José Santilli Sobrinho, que foi o presidente da bancada parlamentar do PDC no ano de 1960 e apresentava prestígio político com a Assembleia e o governador Carvalho Pinto⁴⁷.

A importância desse deputado parece ser não apenas significativa, mas indispensável para as conquistas assisenses dos anos de 1960, posto que segundo reportagens locais o prefeito José Augusto Ribeiro recebia a reprovação da câmara dos vereadores sobre suas atitudes, sendo consideradas, em algumas matérias, como reprováveis⁴⁸. Nesse caso, a câmara dos vereadores apresenta-se como vigilante da cidade de Assis, em conjunto com o deputado Santilli Sobrinho para a continuidade do progresso local⁴⁹.

A partir do ano de 1964 a conjuntura política do país sofre radical alteração devida ao regime de repressão da Ditadura Militar⁵⁰. O processo de conquistas sociais do governo presidencial de João Goulart – representante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi interrompido e muitos direitos rechaçados. O país inicia um momento de regresso de suas conquistas que vai alterar toda a situação social, política e econômica existente. Nesse caso, as reivindicações por melhorias em vários departamentos locais continuam, mas com novos

⁴⁷ Deputado Santilli eleito líder da bancada do PDC. *Jornal de Assis*. Assis, 7 mai. 1960, p. 1. A reportagem explica que o PDC possuía a maior bancada situacionista na Assembleia, com supervisão política administrativa sobre a Secretaria da Educação, Caixa Econômica do Estado, Assistência aos Municípios, entre outros. O jornal ainda indica Santilli como o parlamentar que realizou mais conquistas junto ao governo do estado nos últimos quatro anos de gestão.

⁴⁸ Repercute na câmara a má administração do prefeito. *Jornal de Assis*. Assis, 12 mar. 1960, p. 3. Na reportagem visualizamos o descontentamento da câmara dos vereadores sobre as atitudes do prefeito, sendo apontados os discursos dos vereadores Ana Barbosa e Tufi Jubran sobre as falhas administrativas da prefeitura. Ainda segundo a matéria a vereadora teria se manifestado da seguinte maneira: “Todos os atos do prefeito têm sido indignos do meu apoio; a demissão em massa, desumana, cruel, dos operários municipais”.

⁴⁹ JUBRAN, Tufi. Moção de júbilo e congratulação ao deputado Santilli. *Jornal de Assis*. Assis, 14 mai. 1960, p. 1. Segundo a reportagem os vereadores de todas as bancadas apresentam moção de congratulações ao deputado Santilli. Remetendo-se ao cargo de representante da assembleia estadual conquistado pelo deputado assisense, a matéria indica que “[...] é necessário que se inicie em Assis, inadiavelmente um movimento em prol a união de todas as forças políticas administrativas, no sentido de que Assis receba dos poderes públicos estaduais o quinhão que temos direito no Plano de Ação do Governo do Estado”. Apresenta a união dos vereadores ao deputado, requerendo por fim que o prefeito cuide dos problemas da cidade e afirmam: “[...] caso o prefeito municipal se esquivar de lutar por nossas reivindicações ao lado da câmara e do Deputado, temos a certeza indestrutível e inabalável de que os vereadores e o nosso representante estarão unidos para toda e qualquer jornada, todo e qualquer empreendimento que vise o benefício de nossa cidade”.

⁵⁰ De abril de 1964 a março de 1985 o país passa pelo período do Regime Militar. Os presidentes efetivos que assumiram neste regime foram: Humberto Castelo Branco (1964 – 1967), Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), Ernesto Geisel (1974 – 1979), João Batista Figueiredo (1979 – 1985). No governo do estado de São Paulo assumiram os seguintes governadores: Ademar Pereira de Barros (1963 – 1966), Laudo Natel (1966 – 1967), Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971), Laudo Natel (1971 – 1975), Paulo Egydio Martins (1975 – 1979), Paulo Salim Maluf (1979 – 1982), José Maria Marin (1982 – 1983), André Franco Montoro (1983 – 1987). Fonte: Biblioteca da presidência da república. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso: 07 out. 2014; e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>. Acesso: 07 out. 2014.

arranjos, o que pode ser percebido na construção do novo prédio para o Fórum, concluído apenas no início dos anos 1980.

Por meio dos jornais pesquisados notamos que a partir dos anos 1970 iniciam as reivindicações por um novo prédio para o Fórum. Isso se deu, entre outros motivos, pela implantação da Segunda Vara na Comarca. No ano de 1975 observamos o movimento para a instalação da Segunda Vara na cidade de Assis, pois a Comarca sofreu gradativamente na década de 1970 com o aumento das demandas judiciais que ocasionaram o início da morosidade do sistema judiciário da região.

Em reportagem datada de 4 de outubro de 1975, do jornal *A Gazeta de Assis*, visualizamos a reivindicação da comunidade jurídica e de parte da população assisense ao governador biônico do estado de São Paulo, Paulo Egydio, para a instalação da Segunda Vara. Neste registro percebemos a crítica da população, mesmo que de maneira ponderada, à morosidade do judiciário, descrevendo a matéria que:

A Segunda Vara desafogará os processos, que não obstante a dedicação dos M.M. Juízes que aqui passaram e atual, não raras vezes desde manhã até altas horas da noite, lendo, estudando, oferecendo sentenças, os feitos se avolumam, sempre desafiando a Justiça fazendo com que a lentidão esteja presente⁵¹.

A notícia aborda duas características que merecem destaque: o acréscimo significativo de demandas judiciais a partir da década de 70 do século XX e o tratamento diferenciado que a sociedade tinha para com os membros do alto escalão do Poder Judiciário⁵².

Com relação ao aumento das demandas judiciais apontado no periódico podemos levantar algumas hipóteses desse movimento na cidade de Assis. A primeira se refere ao fato de que nos anos 1960 cresceu o processo do êxodo rural que ocasionou o lançamento de milhares de pessoas para o meio urbano, sem uma estrutura mínima de acomodação e emprego. Essa alteração social impulsionada pela industrialização e pelo capitalismo da segunda metade do século XX ainda se complicou devido ao momento político brasileiro do pós-1964. Em níveis nacionais foi em meados dos anos 1970 que se percebeu a maior redução dos moradores do campo e sua migração para a área urbana, na tentativa de conseguir emprego e melhores condições de subsistência. A esse respeito Telo e David comentam que:

⁵¹ Ruy Silva telefonou afirmando 2ª Vara até o fim do mês. *A Gazeta de Assis*, Assis, 4 out. 1975, p. 1.

⁵² Este último tema foi abordado no segundo capítulo desta tese.

A década de 1970 é o divisor de águas em termos populacionais no Brasil. Até esse período a população rural, em termos absolutos, crescia e era majoritária no país, ao passo que a urbana aumentava, porém ainda em menor número. Foi nesse período que a população urbana passou a ser maior que a rural, e esta passou a diminuir inclusive em termos absolutos (até 1970 a população rural decrescia relativamente). Esse processo está intrinsecamente ligado à Revolução Verde, ou seja, a importação do pacote tecnológico dos países desenvolvidos, cuja base era a mecanização, a adubação química e o cultivo com agrotóxicos, que reduziu drasticamente o emprego agrícola⁵³.

O processo da Revolução Verde compreendia, entretanto, apenas os produtores que possuíam garantias para oferecer em troca do crédito agrícola. Nesse caso, a maioria dos camponeses foi excluída desse processo, culminando na migração campo-cidade, bem como na origem da figura do boia-fria, uma mão de obra barata e marginalizada na sociedade moderna. Segundo Rosane Balsan, referindo-se aos trabalhos de José Eli da Veiga sobre o processo do êxodo rural no Brasil,

Como pode ser visto, a decadência da economia rural, o endividamento de muitos agricultores, a deterioração dos preços agrícolas, a redução do espaço físico, a inadequação da legislação trabalhista, entre outros, dispersaram milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades.

Assim, o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas; fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade⁵⁴.

Esse efeito de marginalização na Alta Sorocabana foi estudado pela socióloga Maria Conceição D’Incao e Mello, que explica algumas particularidades da região como a predominância da pecuária extensiva sobre a agricultura e uma acomodação precária da população rural que se ocupou do espaço urbano. Segundo a autora, esse processo causou a marginalização do trabalhador rural lançado ao meio urbano. O boia-fria, excluído do sistema capitalista, torna-se mão de obra vantajosa e explorada por aqueles que conseguiram beneficiar-se dos novos meios de produção⁵⁵.

⁵³ TELO, Fabricio; DE DAVID, Cesar. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo agr.*, La Plata, v. 13, n. 25, dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso: 08 out. 2014.

⁵⁴ BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006, p.133.

⁵⁵ MELLO, Maria Conceição D’Incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

O aumento da população urbana e de maneira desordenada pode ser evidenciado como um dos motivadores do aumento das demandas judiciais. Entretanto, notamos que outros fatores também são indicativos da maior procura do judiciário para a solução de conflitos, como a escolarização da população. Esse último evento possibilitou à cidade receber uma quantidade maior de profissionais da área e, também, contribuiu para a conscientização sobre a importância do aparato jurídico para defesa dos direitos da população.

Tais fatores são alguns dos motivadores do aumento significativo das demandas judiciais, que incita a necessidade da ampliação do sistema Judiciário, seja em seus meios físicos – com um novo estabelecimento – ou pessoais – com novas varas de julgamento acolhendo mais funcionários, juízes, promotores e, por consequência, advogados.

Para amparar essa conclusão destacamos a reportagem do jornal *Voz da Terra* também de 1975 que apresenta em números o aumento expressivo das demandas judiciais. Segundo o periódico, “[...] em 1971 o Fórum registrou quase duas mil ações... e em 1972, 1.655. Já em 1973 houve um aumento para 2.431... número de processos crime (283 para 443 nos últimos quatro anos) e de execuções fiscais (225 para 524 no decorrer do mesmo período)”⁵⁶.

Dentro desse processo aflorado nos anos 1970, a concretização da reivindicação da 2ª Vara na cidade de Assis se deu com a visita do governador Paulo Egydio, no dia 10 de setembro de 1976⁵⁷, quando em solenidade realizada na sala do Júri do Fórum da cidade o governador assinou a solicitação à Assembleia Legislativa para criação dos cargos para preenchimento dos efetivos da Segunda Vara.

O momento foi marcado pela presença de representantes do Judiciário, dentre eles o juiz de direito atuante no período, Dr. João Roberto David, o juiz de direito substituto, Dr. Carlos Humberto Leite Leal, o promotor público Dr. Newton Calazans, o Delegado de Polícia Roque Francisco Paschoal, advogados – e dentre eles o Dr. Waldomiro Galvão de Camargo que proferiu discurso de saudação ao governador – além do deputado Ruy Silva, descrito nas reportagens como propulsor da conquista.

Destacamos que a concretização da Segunda Vara para a cidade de Assis deu-se em um momento político nacional peculiar: em meio ao Regime Militar. Assim, as figuras apontadas pelo periódico como propulsoras do benefício urbano estavam vinculadas ao partido situacionista. O governador Egydio foi eleito indiretamente para o estado de São

⁵⁶ Assis reivindica segunda vara e novo Fórum. *Voz da Terra*. Assis, 9 abr 1975, p. 1.

⁵⁷ No Fórum perante autoridades Paulo Egydio Martins assinou mensagem 2ª Vara. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 set. 1976, p. 1.

Paulo durante o Regime Militar, no governo de Geisel, representando o partido político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Nesse mesmo período o assisense Ruy Silva⁵⁸ era deputado estadual, também representando a Arena.

O deputado Ruy Silva pertencia a uma família com fortes vinculações políticas (pai e irmão foram prefeitos da cidade de Assis). Seu irmão, Reinaldo Antônio Silva, disputou e venceu as eleições de prefeito da cidade de Assis, também pela Arena, no ano de 1976, sucedendo o prefeito do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) Abílio Nogueira Duarte⁵⁹. Ruy ocupou o executivo municipal de Assis na gestão de 1964-1966 e foi deputado estadual e deputado federal. Exerceu também o cargo de Secretário de Esportes e Turismo na gestão do governador Paulo Egydio Martins, o que já evidencia suas relações políticas próximas com o representante estadual do governo⁶⁰.

A figura desse sujeito ainda se destaca em virtude de disputar como vice na chapa do ex-governador Laudo Natel as eleições indiretas para São Paulo, ocasião em que foi vencido por Maluf. No ano de 1989 tentou eleger-se prefeito da cidade de Assis, mas não obteve êxito. Em 1992 apoiou o candidato que se elegeu em Assis, Santilli Sobrinho⁶¹.

Com relação ao advogado Waldomiro Galvão de Camargo, que aparece na publicação⁶² como responsável pelo discurso de saudação no evento de implantação da Segunda Vara no ano de 1976 – quando também era presidente da Subseção da OAB de Assis – visualizamos sua presença em questões políticas relacionados à família Silva. Em episódio publicado pelo jornal *A Gazeta de Assis* no ano de 1973 o causídico forneceu entrevista posicionando-se contra atitudes de Abílio Nogueira Duarte, prefeito da cidade de Assis pelo MDB. O advogado também foi candidato a vice-prefeito com José Augusto Ribeiro no ano de

⁵⁸ O pai de Ruy Silva, Antônio Vianna Silva, conhecido também como Tonico Silva, foi prefeito da cidade de Assis a partir de 1953, sendo lembrado como incentivador do Adhemarismo em Assis. Possuía uma serralheria na cidade e, posteriormente, investiu em terras e gado. In: BARRERO, Marcos. *Assis de A a Z. A enciclopédia do século – 1905-2005*. São Paulo: L2M2, 2008, p. 388.

⁵⁹ Abílio Nogueira Duarte nasceu em 1928 e iniciou carreira política como vereador na cidade de Assis, assumindo por duas gestões (1951 e 1955), ambas representando o PTB. Filiou-se ao MDB e foi deputado Estadual também por duas gestões (1967 e 1971). Foi prefeito de Assis de 1973-1976 e um dos fundadores do partido MDB em Assis. Foi chefe do gabinete do Departamento de Obras Públicas no governo da Franco Montoro e delegado regional da Superintendência Nacional de Abastecimento em São Paulo no governo de José Sarney. Exerceu a presidência da Companhia de Seguros do estado de São Paulo no governo de Orestes Quércia. Fonte: Assembleia legislativa do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=303220>. Acesso em 08 de setembro de 2014.

⁶⁰ Ruy Silva era casado com Maria Helena de Oliveira Silva. Filho de Antônio Vianna Silva e Antônia Binato Silva, tendo como irmão Reynaldo Silva. Os partidos aos quais esteve vinculado foram: PSD, ARENA, PDS e PFL. In: Diário Oficial do Estado de São Paulo. Legislativo, p.10, 28 fev. 2002. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5151347/pg-10-legislativo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-28-02-2002>. Acesso em 08 de setembro de 2014.

⁶¹ Idem.

⁶² No Fórum perante autoridades Paulo Egydio Martins assinou mensagem 2ª Vara. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 set. 1976, p. 1.

1968, pela ARENA. Em reportagem de agosto de 1973 assumiu “[...] entrosamento da Ordem dos Advogados com o nosso digno deputado” Ruy Silva, em matéria que foca a união dessas duas figuras para a implantação da segunda vara⁶³.

Por meio desta rede de relações percebemos alguns personagens que estavam inseridos na política em âmbito local e estadual e que, por vínculos partidários e de amizade, conseguiram trazer para a cidade de Assis algumas das reivindicações do período.

Com relação à Segunda Vara, o ato solene foi fotografado e publicado⁶⁴ na primeira página do jornal *A Gazeta de Assis*⁶⁵ do dia 11 de setembro de 1976. Na foto observamos as autoridades que compõem a mesa, todos trajados de maneira social, conforme é comum aos membros do Poder Judiciário, em um ato que demonstra o formalismo político e jurídico. No centro da mesa encontram-se o governador e o juiz titular da cidade, este como autoridade do Judiciário local, ambos acompanhados dos representantes públicos que concretizaram politicamente a implantação da 2ª Vara.

É Interessante ressaltar que apesar de a foto não registrar a presença de representantes da igreja católica, sua legenda explica as pessoas que fizeram parte da mesa de solenidades e, dentre elas, estavam os bispos diocesanos Dom Antônio de Souza e Dom José Lázaro Neves, confirmando a participação da igreja em ocasiões políticas na cidade de Assis.

⁶³ Fonte: Derrotado o MDB na justiça eleitoral. *A Gazeta de Assis*. Assis, 1 nov 1968, p. 1; Entrevista com Dr. Waldomiro Galvão de Camargo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 mar 1973, p. 1; Ruy e Waldomiro unidos pela Comarca. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 ago 1973, p. 1.

⁶⁴ No Fórum perante autoridades Paulo Egydio Martins assinou Mensagem 2ª Vara. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 set. 1976, p.1.

⁶⁵O jornal *A Gazeta de Assis* que veiculou com veemência a implantação da Segunda Vara lançando a responsabilidade do feito ao deputado Ruy Silva era um meio de comunicação vinculado à família Silva e, por isso, apoiador expresso de suas ações. Ao contrário, o jornal *Voz da Terra* estava vinculado ao MDB.



IMAGEM 03 – Solenidade de Instalação da 2ª Vara de Assis. Fonte: No Fórum perante autoridades Paulo Egydio Martins assinou mensagem 2ª Vara. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 set. 1976, p. 1. Na foto estavam presentes, da esquerda para a direita, o Dr. Carlos Humberto Leal, juiz de direito substituto, Dr. João Roberto David, juiz de direito da Comarca de Assis, Paulo Egydio, governador do estado e o deputado Ruy Silva.

Diante desse cenário apontamos que a conquista de benefícios jurídicos durante o Regime Militar, como a implantação de mais uma Vara para a Comarca, era fator estritamente relacionado às questões políticas. E a cidade de Assis, que apresenta histórico de vinculação política,⁶⁶ manteve-se arraigada a essas questões durante o período militar, o que também se deve a seu desenvolvimento econômico.

A cidade de Assis até os anos 1970 era considerada como uma das mais desenvolvidas da região da alta e média Sorocabana, no interior do estado de São Paulo (região centro-oeste). Visualizando o quadro apresentado a seguir, que acompanha reportagem do jornal *A Gazeta de Assis*, percebemos que dentre vinte cidades analisadas

⁶⁶ Sobre o tema: TANNO, Janete Leiko. Op. cit. e CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Assis em Mosaico. Caminhos para a construção de uma história (1905-1955)*. São Paulo: All Print, 2009.

Assis era a segunda maior em quantidade de habitantes e a terceira em arrecadação do imposto ICM.

Municípios	População		Operações Tributáveis do ICM
	Censo 1960	Censo 1970	
1 - Pres. Prudente	72.112	105.455	1.623.958,502
2 - Assis	43.141	57.184	159.229,403
3 - Botucatu	44.767	51.121	91.026,783
4 - Ourinhos	34.293	48.341	239.057,019
5 - Avaré	38.689	37.829	73.286,893
6 - Pres. Epitacio	18.966	26.207	48.650,783
7 - Pres. Bernardes	31.069	25.582	54.646,433
8 - Sto. Anastacio	21.577	25.245	73.377,184
9 - Candido Mota	21.930	23.546	41.621,527
10- Rancharia	21.843	22.049	121.286,111
11- P. Paulista	24.078	21.540	73.261,851
12- Piraju	24.202	20.366	34.238,196
13- Palmital	19.887	19.989	29.453,819
14- Chavantes	12.651	14.101	20.941,563
15- Iepê	15.551	12.551	16.799,894
16- Ipauçu	11.723	12.130	16.918,347
17- Quatá	12.098	11.563	20.354,472
18- Maracai	20.336	11.479	26.918,485
19- Regente Feijó	11.777	10.371	22.637,115
20- Bern. de Campos	10.865	10.135	14.053,246

OBS.: Os dados foram retirados do Diário Oficial — Tribunal Regional Eleitoral e da Folha de São Paulo.

QUADRO 01 – Censo dos Municípios. Fonte: Assis destaca-se entre as 10 maiores cidades da média e Alta Sorocabana. *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 dez. 1970, p. 1.

Já no início da segunda metade do século XX a cidade apresentava forte desenvolvimento urbano. Os meios de comunicação estavam presentes em todas as esferas possibilitando o contato direto com a capital e a divulgação local das variadas notícias, dentre elas, políticas. Telefone, telégrafo, duas estações de rádio, cinco serviços de alto falantes e três jornais compreendiam o cenário urbano da cidade em 1962⁶⁷, além da rodoviária e da estação ferroviária. A cidade, com economia agrícola e pecuária para corte, ainda apresentava no setor industrial:

[...] vários estabelecimentos que produzem açúcar, álcool, aguardente, xaropes, refrescos, sombrinhas, balas, massas alimentícias, farinhas, óleos, colchões em geral, molas para auto, móveis, sabão, ceras, queijos, ladrilhos, tijolos, vassouras, etc. Operam na cidade os seguintes estabelecimentos

⁶⁷ Resumo Histórico de Assis. *Jornal de Assis*. Assis, 1 jul 1962, p. 1.

bancários: Banco do Brasil S.A., Bco. Comercial do estado de São Paulo, Bco. Brasileiro de Descontos S.A., Bco. Brasileiro para a América do Sul, Bco. Econômico da Bahia, Bco. Bandeirantes do Comércio, Bco. do Estado de São Paulo e Caixa Econômica Estadual... Assis é sede da Delegacia Regional de Polícia, sede da Delegacia Regional de Ensino, Delegacia Regional da Agricultura, Sub-divisão regional do D.E.R. [Departamento de Estradas de Rodagem], sede da 4ª divisão da EFS [Estrada de Ferro Sorocabana]⁶⁸.

O resumo do histórico de desenvolvimento da cidade publicado no *Jornal de Assis*⁶⁹, em edição de comemoração do aniversário da cidade no ano de 1962, demarca sua importância em nível estadual e o desenvolvimento urbano avançado. A quantidade de instituições bancárias apresentadas na matéria, por exemplo, indica a movimentação financeira do município. Ademais, sediar uma divisão do Departamento de Estradas de Rodagem e da Estrada de Ferro Sorocabana corrobora o princípio de que Assis apresentava força econômica e, principalmente, política.

Já em 1970⁷⁰ três deputados da cidade foram eleitos: José Santilli Sobrinho para o cargo de Deputado Federal, com 40.381 votos, Abílio Nogueira Duarte, com 27.794 votos para Deputado Estadual – ambos representantes do MDB – e Ruy Silva, com 27.605 votos, para Deputado Estadual, representando a ARENA. A matéria do jornal ainda aponta que nenhum município do interior conseguiu eleger três representantes “bisando o feito anterior”.

Nos anos de reivindicação e criação da Segunda Vara a cidade manteve três representantes na Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1974 venceram para o cargo de deputado estadual do MDB Hélio Rosas com 30.650 votos e representando a ARENA Ruy Silva com 25.489 votos. Para deputado federal elegeu-se o também assisense José Santilli Sobrinho com 98.090 votos permanecendo na representação do MDB. Salientamos que Abílio Nogueira Duarte não participou das eleições de 1974, pois ocupava o cargo de prefeito de Assis, também pelo Movimento Democrático Brasileiro. E nesse cenário foram fortalecidos os pleitos em favor da Segunda Vara e reforma do Fórum local.

⁶⁸ Idem. A reportagem ainda enumera oito institutos de educação, além da escola industrial, escola de datilografia, escola de corte e costura, curso de formação de transportes mantido pela EFS e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que recebe destaque. No setor hospitalar apresenta quatro estabelecimentos. Frisamos, ainda, a presença de empresa de ônibus e campo de pouso pertencente à Prefeitura.

⁶⁹ Fundado em 1918 era denominado como órgão do Partido Republicano Paulista. O redator chefe era o advogado Jonathas Monteiro da Silva (prefeito de Assis 1921-1922). Durante os últimos anos de circulação considerava-se como “Folha imparcial” e teve como diretor Tufi Jubran (advogado, vereador e prefeito da cidade de Assis 1969-1973) e como redator Francisco Maldonado Junior (advogado na cidade de Assis).

⁷⁰ Assis destaca-se entre as 10 maiores cidades da média e Alta Sorocabana. A Gazeta de Assis. Assis, 5 dez. 1970, p. 1.

Toda essa rede demonstra que a cidade de Assis era politicamente organizada e possuía fortes representantes dos dois partidos existentes no período, o MDB e a Arena. Nesse caso, a conquista da Segunda Vara para o Judiciário da cidade não pode se desvincular das articulações dos arenistas, visualizando retomar o poder político local com a candidatura de Reinaldo Silva e, ainda, manter a cidade relacionada com o governo do estado por meio da possível reeleição para os cargos de deputado.

As eleições em Assis apontam o apoio da cidade à família Silva. O político Ruy Silva tinha expressiva adesão na cidade durante os anos de 1970, o que é percebido por meio das eleições. No ano de 1974, apesar de em âmbito estadual o deputado Ruy Silva receber menos votos do que Hélio Rosas (candidato de Assis e representante do MDB), na cidade de Assis a Arena recebeu mais votos do que o MDB para esse cargo, fator que se repete, em nível ainda mais significativo, nas eleições para deputado federal no ano de 1978, quando Silva recebe praticamente o dobro de votos que Santilli, conforme observamos nos gráficos a seguir, que evidenciam a influência política da família Silva na cidade.

QUADRO 02 - Votos em Assis (Deputado Estadual – 1974)			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
RUI SILVA	ARENA	7.619	36.06
HELIO ROSAS	MDB	6.351	30.06
JOSE JOAQUIM DIAS DA SILVA	ARENA	182	0.86
SOLON BORGES DOS REIS	ARENA	176	0.83
MITHUO MINAMI	ARENA	163	0.77
HELIO MENDONCA	ARENA	151	0.71
IVAN ESPINDOLA DE AVILA	MDB	111	0.53
ANDRE PESCARINI	MDB	85	0.4
EMIL RAZUK	ARENA	81	0.38
REGYNALDO VALADAO	MDB	60	0.28
(*) % de Votos sobre o Comparecimento			
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade			

QUADRO 03 - Votos em Assis (Deputado Federal – 1978)			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
RUI SILVA	ARENA	9.298	37.68
SANTILLI SOBRINHO	MDB	4.895	19.84
DAGOBERTO SALLES FILHO	MDB	1.527	6.19
ACCACIO RANGEL DE FRANCA FILHO	ARENA	635	2.57
CUNHA BUENO	ARENA	211	0.86
VICENTE BEZERRA	MDB	170	0.69
ERASMO DIAS	ARENA	159	0.64
FRANCISCO LEAO	MDB	138	0.56
HENRIQUE TURNER	ARENA	137	0.56
ULYSSES GUIMARAES	MDB	108	0.44
(*) % de Votos sobre o Comparecimento			
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade			

Fonte: Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?res=2>. Acesso: 10 set. 2014.

Por meio das publicações relacionadas à implantação da 2ª vara na Comarca de Assis e analisando a conjuntura do período em nível municipal, mas também estadual e federal, percebemos que as ações vinculadas às alterações que envolviam o Poder Judiciário da cidade estavam intrinsecamente relacionadas às questões políticas. A necessidade do apoio do governador Paulo Egydio, bem como as solenidades retratadas pelo jornal demonstram o contato direto de parte da categoria dos advogados, e dos demais membros do Judiciário da cidade de Assis com o governador, e também com o deputado Ruy Silva. Tal situação elucida a rede de relações desses sujeitos, necessária para alcançar determinados interesses.

Concretizando a solicitação, em 22 de outubro de 1976⁷¹ o jornal *A Gazeta de Assis* publica a aprovação por parte da Assembleia Legislativa do projeto enviado pelo governador Paulo Egydio que criava os cargos para a segunda Vara de Assis. A grande aposta

⁷¹ Deputado Ruy Silva comunica: Criada a Segunda Vara Judicial. *A Gazeta de Assis*. Assis, 22 out. 1976, p. 1.

da sociedade, representada na reportagem enunciada, era de uma efetiva melhora nos prazos de julgamento das demandas judiciais.

A sociedade começava a incomodar-se com as delongas dos processos. Destacando que a Segunda Vara possibilitaria o desafogamento da pauta judiciária, o jornal ainda expõe que “[...] atualmente em virtude do grande número de feitos, as audiências são marcadas com um prazo de 6 (seis) meses[...] Com a criação da Segunda Vara haverá uma Justiça mais rápida. Os processos terão suas decisões a curto prazo”⁷².

Indicamos com essas informações que desde a década de 70 do século XX algumas cidades interioranas do estado de São Paulo⁷³ passaram a questionar a morosidade do Judiciário⁷⁴, que demonstrava uma realidade a ser combatida conforme observamos nas manifestações para a criação da 2ª Vara e seus cargos. A delonga de seis meses para o agendamento de audiências, em uma Comarca que inicialmente necessitava apenas de uma vara de julgamento com primeiro e segundo ofício, e as reportagens destacando sutilmente a morosidade do judiciário “apesar do esforço do juiz da Comarca” permitem a visualização de que a sociedade estava insatisfeita com a alteração de uma situação: Por meio das críticas à morosidade judicial na década de 70 deduzimos que em períodos anteriores os julgamentos se davam com maior presteza. Neste aspecto, concluímos que a década aludida, pelo menos para a região de Assis, apresenta uma alteração no perfil do Poder Judiciário derivado de um aumento significativo das demandas judiciais.

Em 11 de fevereiro de 1977⁷⁵ o jornal *A Gazeta de Assis* publicou reportagem elencando o início efetivo do funcionamento da 2ª Vara em Assis, enviando votos de felicidades ao juiz de direito Dr. Paulo Garcia Guimarães Filho, que assumiu como titular desta repartição. Para comemoração da conquista foram realizadas solenidades de instalação na semana posterior à abertura de suas atividades. As reportagens ainda informam que no dia 16 de fevereiro de 1977 instalou-se oficialmente a Segunda Vara, sendo descrita a sessão solene presenciada por juízes, promotores, advogados, serventuários e por outras autoridades

⁷² Idem.

⁷³ Em reportagem datada de 4 de março de 1976 o jornal *A Gazeta de Assis* destaca o ofício encaminhado ao Governador pelo Presidente do Tribunal de Justiça, requerendo a instalação da 2ª Vara em Assis e da 3ª Vara na cidade de Franca/SP, com base no levantamento dos últimos três anos, que indica o aumento da demanda judiciária, exposta pelo ofício como “extraordinário desenvolvimento forense”. Fonte: Deputado Ruy Silva Informa: Segunda Vara é problema superado. *A Gazeta de Assis*. Assis, 4 mar 1976, p. 1.

⁷⁴ A morosidade da Justiça é um tema bastante discutido na atualidade. Os motivos que levam o Judiciário a demorar em julgar definitivamente os conflitos são inúmeros e vão desde a falta de cargos efetivos necessários para acompanhar o crescimento das demandas judiciais, até o próprio sistema, que determina prazos apenas para as partes envolvidas cumprirem, e, ainda, a possibilidade jurídica de vários recursos processuais que proporcionam a ampla defesa do cliente, mas ao mesmo tempo podem mostrar-se protelatórios.

⁷⁵ 2ª Vara Realidade em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 fev. 1977, p. 1.

da cidade. Com a nova repartição, cargos de escriturário e oficial de justiça foram abertos e os concursos públicos deveriam ser realizados ainda no ano de 1977. A reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* elenca como ficaram distribuídos os serviços judiciais na Comarca:

Com a instalação da 2ª Vara nossa Comarca passa a contar com três juízes de Direito: João Roberto David, titular da 1ª Vara, Paulo Garcia Guimarães Filho, titular da 2ª Vara e Carlos Humberto Leite Leal, como juiz da circunscrição judiciária. Contará com dois promotores públicos: Newton de Calazans e Luiz Carlos Brondi. À Primeira Vara estarão afetos os serviços do cartório do primeiro ofício, anexo do Júri, registro civil, distribuidor e 1ª circunscrição imobiliária. À Segunda Vara competem: Cartório do 2º ofício, 2ª circunscrição de imóveis, registro civil e cartório de menores⁷⁶.

Percebemos por meio da matéria que a solenidade realizada demonstra a percepção da comunidade judiciária de que a implantação da 2ª Vara na Comarca de Assis representava uma conquista para a categoria e para a sociedade. O discurso do promotor Newton de Calazans enuncia⁷⁷, inclusive, as transformações sofridas nos últimos 14 anos na cidade de Assis, que vão desde a ascensão à 4ª entrância⁷⁸ e posteriormente a retomada à 2ª, além do desmembramento da Comarca de Cândido Mota e o aumento constante, apesar dessas variantes destacadas, do serviço forense. Assim, a solenidade representa a retomada do prestígio da Comarca de Assis, que sofreu abalos em sua constância de ascensão.

Na mesma ocasião o pronunciamento proferido pelo juiz de direito titular da recentemente criada 2ª Vara incita a todos os colaboradores que reiviniquem a construção de um novo prédio para instalação do Fórum, moderno e condizente com a realidade da Comarca⁷⁹. O prédio utilizado desde 1960 já não conseguia suprir todas as necessidades judiciais e não suportava o aumento das demandas, ou seja, as instalações comprometiam o avanço do Judiciário em Assis e, por consequência, da categoria a ele vinculada.

⁷⁶ Depois de árdua luta, a conquista brilhante. 2ª Vara já funciona em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 fev. 1977, p. 1.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ As entrâncias denotam o grau de importância de uma Comarca. Quanto maior o grau da entrância maior a quantidade de processos, serventúrios, juízes e promotores. Neste caso, o fato de a cidade de Assis regredir de entrância demonstra que o prestígio da Comarca foi abalado por um período, provavelmente também em virtude da falta de estrutura física e pessoal para atender a todos os pleitos. Assim, a implantação da segunda vara demonstrava a possibilidade de que a Comarca voltasse a atingir patamares de importância anteriormente alcançados.

⁷⁹ Estavam presentes na solenidade segundo reportagem do jornal *A Gazeta de Assis*: Prefeito, presidente da Câmara Municipal, delegados e comandantes da polícia militar, Oswaldo Trevisan como procurador do Estado, juízes e promotores das Comarcas vizinhas, delegado de ensino, presidente do Lions, presidente do Rotary Club de Assis, presidente da Associação Comercial, presidentes das lojas maçônicas “Ordem e Justiça” e “Assis Nazareth”, diretor da Rádio Cultura, entre outros. Fonte: Depois de árdua luta, a conquista brilhante. 2ª Vara já funciona em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 fev. 1977, p. 1.

A construção do novo prédio para a Comarca sofreu, inicialmente, com o entrave da área a ser escolhida, questão essa mais uma vez de cunho essencialmente político. Por meio das reportagens apresentadas pelo jornal *A Gazeta de Assis*⁸⁰ observamos que existia a possibilidade de que o novo estabelecimento fosse erguido na Avenida Dom Antônio, próximo ao então Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis – atual “UNESP”. O terreno seria doado pelo Deputado Federal e assisense José Santilli Sobrinho à Prefeitura Municipal de Assis que, por sua vez, faria a doação para o Estado⁸¹.

Outro periódico local apresenta matéria datada de 10 de setembro de 1977⁸² esclarecendo que as autoridades judiciárias – dentre eles os advogados – estavam envolvidos nas discussões sobre a localização do novo Fórum. Nessa oportunidade a Câmara dos vereadores se manifesta com a sugestão de que seja utilizada a área da Prefeitura de Assis localizada na confluência entre as avenidas Rui Barbosa e Dr. Dória, no Jardim Paulista, o que foi elogiado pelo promotor Newton Calazans, pelo advogado Waldomiro Galvão de Camargo, na época presidente da Subseção da OAB de Assis, e também pelo juiz da comarca João Roberto David, que se posicionou dizendo que: “[...] o problema foge da alçada do judiciário e tem que ser resolvido pela prefeitura. [...] o interessante é que o prédio do novo Fórum fique pronto o mais rápido possível”⁸³.

A questão que demandava escolher o direcionamento do desenvolvimento urbano da cidade foi debatida em várias oportunidades com reuniões em que a comunidade jurídica se envolveu ativamente⁸⁴.

O início das obras estava previsto para janeiro de 1981⁸⁵. A reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* ainda traz o esboço do projeto, bem como a indicação de que o

⁸⁰ Funcionários, Advogados, Juizes e Promotores reivindicam novo Fórum para Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 abr 1979, p. 1. A reportagem aponta que o prefeito da cidade, Reinaldo Antônio Silva, acordou com o Deputado Federal José Santilli Sobrinho a doação de um terreno de 6.400 metros para a construção do Fórum. Lembrando que Santilli era deputado pelo MDB e Reinaldo era prefeito pela ARENA. O prefeito também explica na reportagem que seu irmão, o Deputado Federal Ruy Silva, estava colaborando com os procedimentos necessários para a obra do Fórum.

⁸¹ Idem. Esta reportagem aponta um pronunciamento dos dois juizes da Comarca, do promotor público, do presidente da Câmara Municipal e dos advogados Carlos Pinheiro, Waldo Antunes Ribeiro e Roldão Valverde requerendo a construção do novo prédio e informando motivos como a falta de espaço, de estrutura mínima (inclusive banheiro feminino) e os riscos do prédio.

⁸² A obra é necessária, mas o problema é a localização do novo prédio. Autoridades apoiam Fórum na Avenida. *Voz da Terra*. Assis, 10 set. 1977, p. 1.

⁸³ Idem. Nesta matéria ainda há o posicionamento do procurador Dr. Oswaldo Trevisan que acredita que o melhor local seja o Jardim Europa ou área próxima ao cemitério, onde há condições de terrenos maiores; Também apresenta a opinião do advogado e vereador Dr. Roldão Valverde de que o local apropriado seria nas proximidades da escola Carolina, em virtude do crescimento estagnado daquela região.

⁸⁴ Hoje, na Prefeitura prédio do Fórum em debate. *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 de out 1979, p. 1.

⁸⁵ Secretário de Obras e Meio Ambiente autorizou Construção do Fórum em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 set. 1980, p. 1.

mesmo foi arquitetado baseando-se em “módulos-padrão” que permitiriam o aumento de acordo com a necessidade da Comarca. Inicialmente construído com dois módulos, a matéria informa que para os padrões da época o prédio foi projetado para abrigar até cinco varas e suprir as necessidades da Comarca até o ano 2.000. O projeto foi encaminhado pelo prefeito para os dirigentes da Ordem dos Advogados, que deram aprovação.

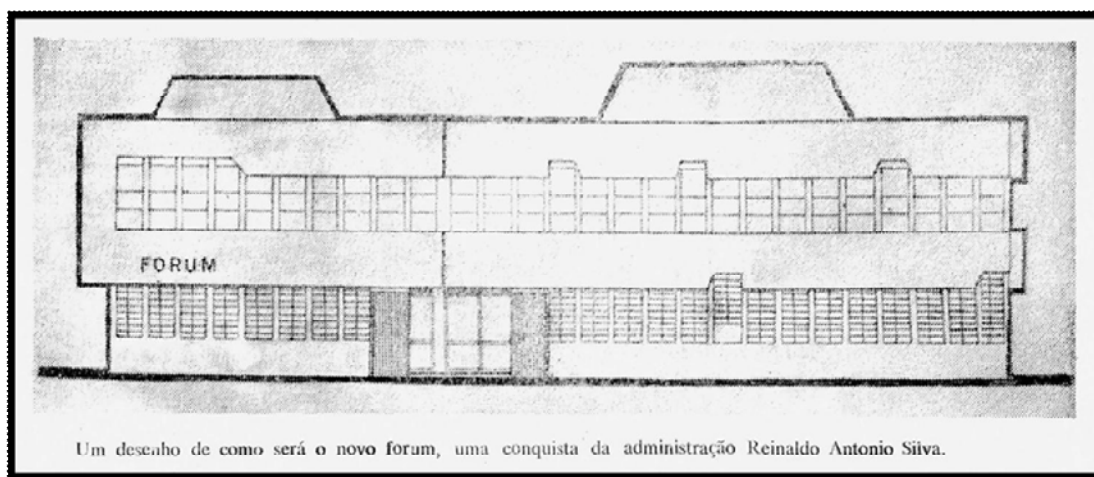


IMAGEM 04 – Projeto do Novo Fórum (1980). Fonte: Secretário de Obras e Meio Ambiente autorizou Construção do Fórum em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 set. 1980, p. 1.

Porém, mesmo após a aprovação do projeto a definição do local de instalação do novo Fórum continuou conturbada. A solicitação de parte da população assisense, contando com o apoio de um grupo de políticos, era de que o novo empreendimento fosse construído nas intermediações da Vila Xavier, em terreno a ser doado pela Fepasa. Essa medida traria desenvolvimento para o bairro e seus arredores, intitulado pelos moradores como um local esquecido pelo poder público⁸⁶.

Em 05 de dezembro de 1980⁸⁷ nova reportagem é publicada sobre a localização do Fórum demonstrando as incertezas do local de sua construção, haja vista que, apesar de alguns políticos confirmarem a escolha da Vila Xavier, no dia 3 de dezembro de 1980 o Diário Oficial do Estado publicou a doação do terreno de 6.400 m² da Prefeitura

⁸⁶ Em reportagem datada de 11 de novembro de 1980 destaca-se que foram distribuídos pela cidade panfletos que seriam de autoria de alguns moradores das Vilas Xavier, Ribeiro, Ferroviários, Prudenciana e vilas da zona sul, questionando a administração pública pelo descaso com os citados bairros. O panfleto denota questões como a procura dos políticos em época de eleições e o esquecimento durante suas gestões, bem como o abandono por parte dos vereadores e questiona que o povo não estava interessado nas brigas políticas, mas reivindicando a construção do prédio do Fórum para a Vila Xavier, como a única conquista dos últimos 20 anos. In: Moradores distribuem panfletos em favor do Fórum. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 nov. 1980, p. 1.

⁸⁷ Indefinida a localização do Fórum em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 dez. 1980, p. 1.

Municipal para a Fazenda do Estado, pelo Deputado José Santilli⁸⁸. A divulgação da doação aponta o movimento político de concretização da ideia inicial para a localização do empreendimento, independente dos anseios da população. Por outro lado, o mesmo periódico, em reportagem do dia 9 de dezembro de 1980⁸⁹ descreve algumas versões para a publicação da doação, como a possibilidade de um mero equívoco, ou de que a concessão não signifique a escolha do local, mas apenas a concretização de um ato administrativo.

A categoria dos advogados como participante das questões políticas na cidade também se manifestou por meio de alguns membros sobre a construção do Fórum. Dr. Carlos Pinheiro, na ocasião procurador jurídico da Prefeitura Municipal de Assis, declarou em reportagem que “[...] não importa o local da construção do prédio. [...] se Assis perder o novo prédio do Fórum [...] os políticos serão os maiores culpados”⁹⁰. Sobre o assunto, Francisco Maldonado Júnior esclareceu também por meio do jornal local que o terreno da Fepasa, destinado possivelmente à construção do Fórum, foi oferecido como garantia de uma dívida, mas que não foi aceito pelo advogado da parte contrária pelo seu conhecimento de que o novo Fórum seria construído nesta área⁹¹.

O interesse pela concretização da obra e a interferência da categoria na solicitação do novo estabelecimento é evidente nas demonstrações anteriormente expostas. Isso porque o exercício da profissão seria substancialmente favorecido por um novo local com melhores estruturas de atendimento não apenas à população, mas principalmente aos advogados.

Nesse aspecto, em entrevista Dr. Carlos Pinheiro⁹² retrata que a OAB, por meio de seus advogados, realizou algumas medidas para angariar fundos para fazer a reforma no Fórum dos anos 1970 até que as novas instalações fossem concluídas. O entrevistado explica que o antigo prédio estava em péssimas condições estruturais e que, por meio de rifas, bingos e outras atividades, a OAB levantou dinheiro para consertá-lo e conseguir melhores condições de trabalho. Neste caso, percebemos a importância e interferência dos advogados

⁸⁸ Idem. O jornal ainda aponta a possibilidade de que a localização na Vila Xavier seja contestada em virtude de “[...] não deixarem crescer o poderio político de um grupo aliado ao Secretário de Obras e Meio Ambiente, engenheiro Walter Coronado Antunes, que embora digam que está tudo em paz dentro do Partido Democrático Social, na realidade existe uma corrida pelo poder dentro da agremiação situacionista”. Outra reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* apresenta a explicação do vereador Rossini sobre a construção do fórum na Vila Xavier e afirma que “[...] o PDS está realmente em paz”. Fonte: Vereador Rossini, esclarece e afirma: Fórum será na Vila Xavier. *A Gazeta de Assis*. Assis, 16 dez. 1980, p. 1.

⁸⁹ Várias versões sobre o decreto – Fórum. Assisenses temem perder prédio. *A Gazeta de Assis*. Assis, 9 dez 1980, p. 1.

⁹⁰ O povo afirma: Queremos o Fórum na Vila Xavier. *A Gazeta de Assis*. Assis, 24 out 1980, p.1.

⁹¹ Ferve o caldeirão político em Assis – Publicada concorrência prédio do Fórum. Terreno não está penhorado. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 nov. 1980, p. 1.

⁹²Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

junto ao Judiciário, demonstrando maneiras efetivas de contribuir com uma medida que competia aos órgãos públicos.

Finalmente, em 16 de dezembro de 1980⁹³ o jornal *A Gazeta de Assis* publicou a indicação de que o Fórum seria construído na Vila Xavier, em terreno doado pela Fepasa, e que a doação anterior do deputado Santilli seria revertida, encerrando-se a discussão sobre a localização do Fórum. Considerando que mesmo com as indefinições iniciais a empreiteira já havia sido contratada, as obras poderiam ser iniciadas tão logo as questões burocráticas fossem finalizadas.

Ainda sobre o Fórum lembramos que o Secretário do Estado de Obras e Meio Ambiente do governo de Paulo Maluf, entre 1980 e 1983, foi Walter Coronado Antunes, engenheiro civil e ex-morador da cidade de Assis (viveu sua infância com seus pais, que desde 1949 instalaram-se nessa cidade). Walter era irmão de Waldo e Walmir, ambos advogados. Sobre a construção do prédio do Fórum, o ex-secretário afirma que: “[...] meu irmão Walmir, que é advogado, ficou em cima, pegando no meu pé”⁹⁴.

A construção do novo prédio não foi tão ágil como se previa inicialmente e a efetiva mudança do Fórum iniciou-se apenas em 23 de março de 1983⁹⁵. As reportagens informam que as varas, salas administrativas e OAB foram transferidas em março, sendo que as atividades da sessão do Júri foram suspensas até junho devido às condições precárias dos móveis deste ambiente, que deveriam ser trocados para o início das atividades do Júri no novo prédio⁹⁶.

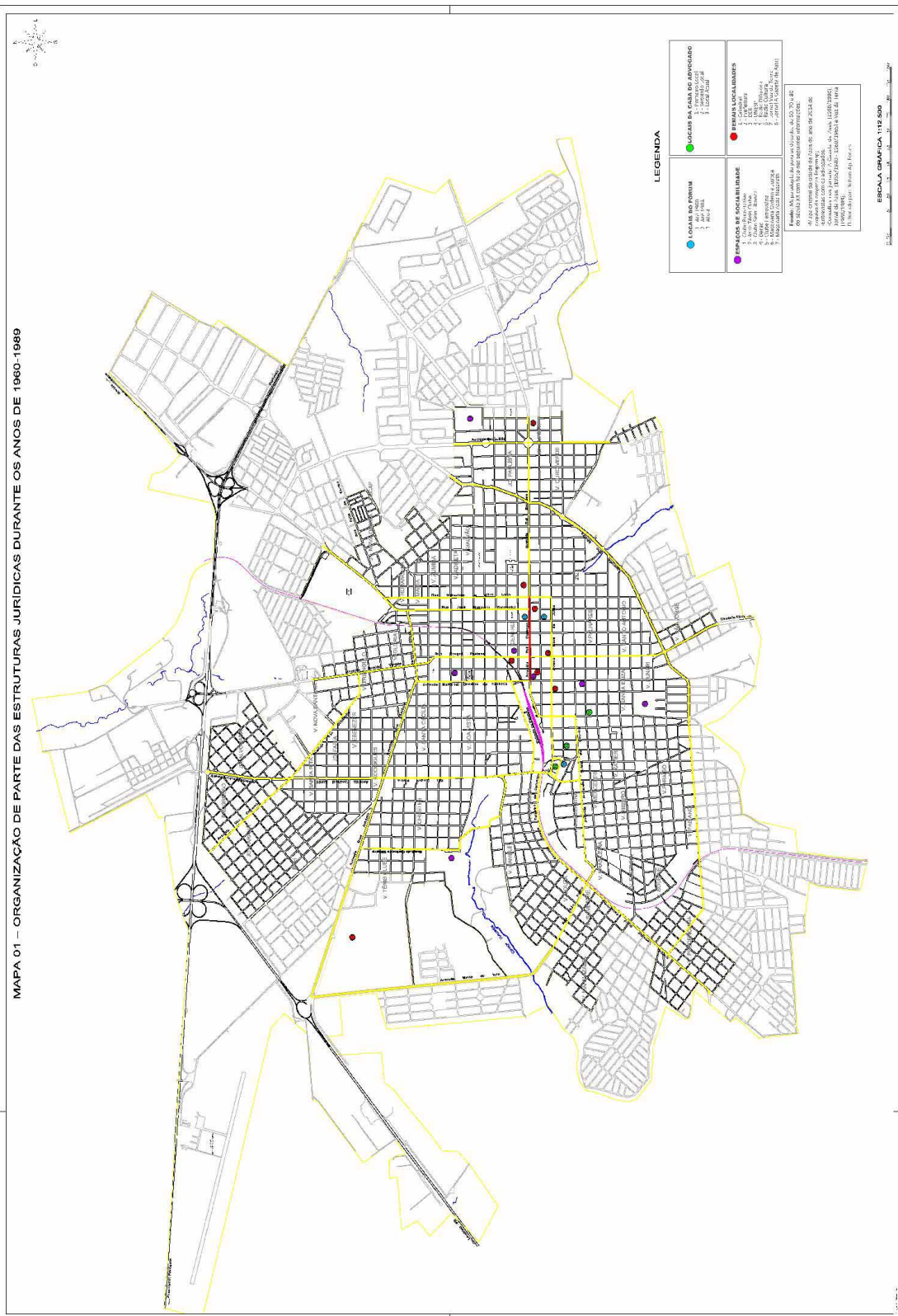
O Mapa 01, a seguir, indica os três locais em que o Fórum da cidade de Assis já foi instalado, incluindo a localização atual, bem como aponta a Igreja Matriz, centro de início do desenvolvimento urbano da cidade. Também traz a informação dos locais em que a Casa dos Advogados esteve instalada. Por meio da análise ao mapa percebemos que apenas após 1980 o Fórum saiu do centro principal da cidade, deslocando-se para uma região mais afastada, que acompanha o contorno da estrada de ferro, uma das responsáveis pela expansão dos limites da cidade.

⁹³ Vereador Rossini, esclarece e afirma: Fórum será na Vila Xavier. *A Gazeta de Assis*. Assis, 16 dez 1980, p. 1.

⁹⁴ BARRERO, Marcos. 2008. Op. cit., p.433.

⁹⁵ Finalmente Fórum está mudando. *A Gazeta de Assis*. Assis, 24 mar 1983, p. 1.

⁹⁶ Delegacia Seccional e Ciretran ocuparão atual prédio do Fórum. *A Gazeta de Assis*. Assis, 02 mar 1983, p. 1. O estabelecimento antigo foi reivindicado para ser ocupado pela Delegacia Seccional de Polícia de Assis e Terceira Ciretran.



Completando as conquistas forenses da cidade de Assis no período em tela, a Comarca recebeu o título de Terceira Entrância legitimando o recebimento da Terceira Vara. O comunicado foi publicado em 22 de maio de 1982 pelo jornal *A Gazeta de Assis*⁹⁷ que explica que o Diário Oficial do Estado publicou o projeto de Lei 586/81 criando Comarcas novas e ampliando outras já existentes, como é o caso de Assis, além de Bragança Paulista, Cubatão, Jacareí, Itanhaém, Itu, Limeira, Lins, Ourinhos, Poá, Suzano e Tupã.

Dentro desse cenário de alterações sociais e urbanas no decorrer do século XX não apenas as instituições jurídicas sofrem novas organizações, mas também a categoria dos advogados. Nesse aspecto, observamos dois grandes momentos – ressalvadas algumas permanências comuns nos processos de reestruturação de uma categoria; que indicam a alteração do perfil dos advogados militantes na cidade de Assis: antes e depois da segunda metade do século XX, mais especificamente dos anos de 1970. E para melhor compreender esta questão vamos tratar de algumas características gerais da categoria na cidade de Assis.

1.2 A advocacia e suas raízes políticas: definição de um perfil

Desde sua criação, a 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo já possuiu 18 (dezoito) presidentes, sendo eles: Dr. José Claudino de Oliveira Dias – Gestões: (1933/35 – 1935/37 – 1937/39 – 1943/45 – 1945/47 – 1955/57 – 1957/59); Dr. José Roselli – Gestões: (1939/41 – 1947/49 – 1959/61); Dr. Nicolau Giudice – Gestões: (1941/43 – 1949/51); Dr. Edgard de Almeida Victor Rodrigues – Gestões: (1951/53 – 1953/55); Dr. Edgard Benozatti – Gestões: (1961/63 – 1967/69 – 1969/71); Dr. José Fadul Junior – Gestão: (1963/65); Dr. Walmir Antunes Ribeiro – Gestão: (1965/67); Dr. Luis Álvaro Gonçalves – Gestão (1969/1970); Dr. Waldomiro Galvão de Camargo – Gestões: (1971/73 – 1973/75 – 1975/77 – 1977/79); Dr. Oswaldo Pípolo – Gestão: (1979/81); Dr. Carlos Pinheiro – Gestões: (1981/83 – 1991/93 – 1993/95 – 1998/2000 – 2004/2006 – 2013/atual); Dr. Humberto Arantes de Carvalho – Gestão: (Fevereiro de 1983 à Junho de 1983); Dr. Luiz Gonzaga Lopes de Campos – Gestão: (Junho de 1983 à janeiro de 1985); Dr. Mufid Edmundo Dugaich – Gestões: (1985/87 – 1987/89 – 1989/91); Dr. Marcos Domingos Somma – Gestão: (1995/97); Dr. Elias Sant’anna de Oliveira – Gestão: (2001/2003); Dr.

⁹⁷ Assis já é 3ª Vara e Comarca de Terceira Entrância. *A Gazeta de Assis*. Assis, 22 mai 1982, p.1.

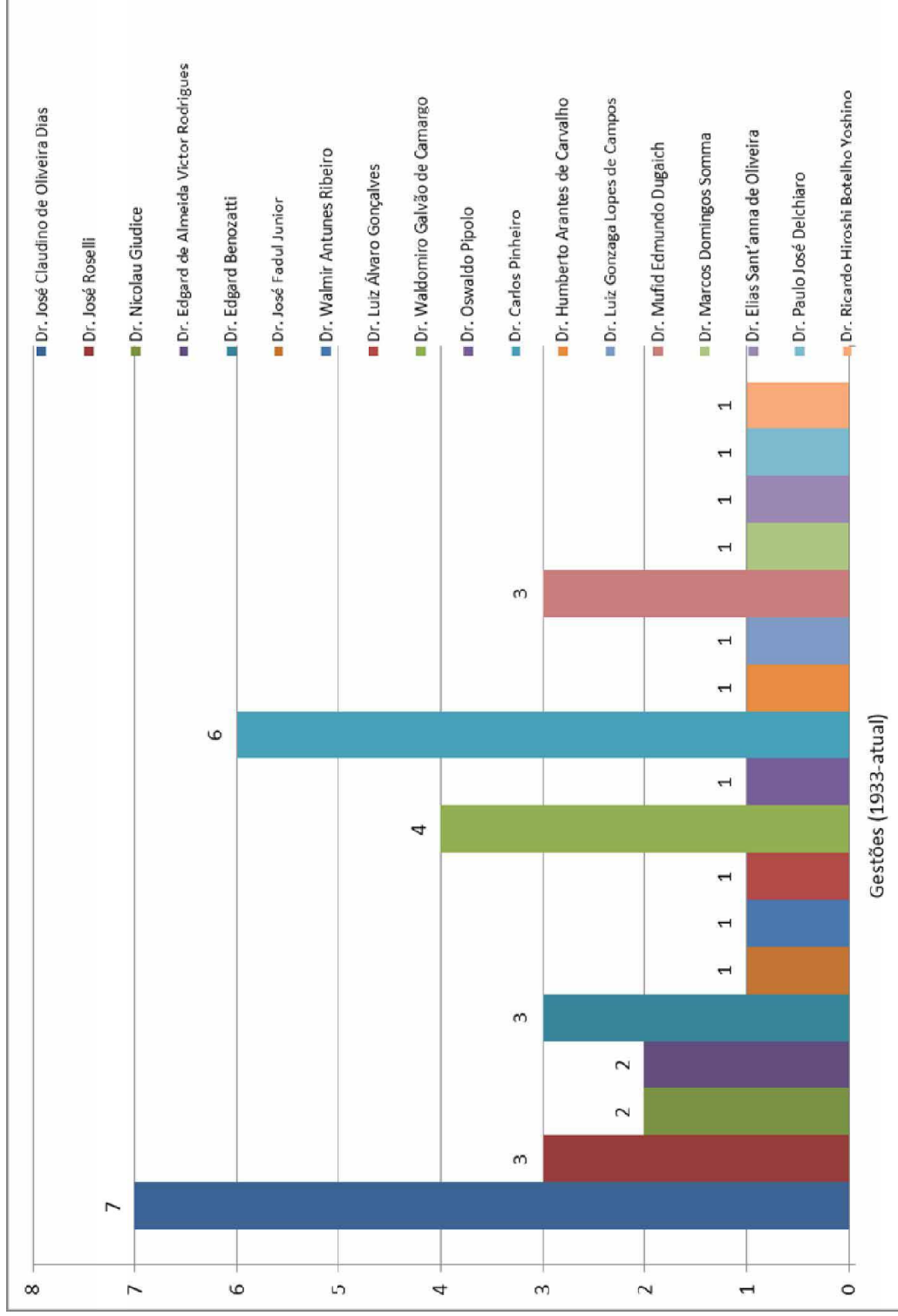
Paulo José Delchiaro – Gestão: (2007/2009); Dr. Ricardo Hiroshi Botelho Yoshino - Gestão: (2010/2012)⁹⁸.

Nas fotos do Anexo I exibimos os representantes da categoria até os anos de 1989. Destacamos que os advogados que foram protagonistas, organizadores e representantes da categoria na Subseção da OAB de Assis e que dirigiram a entidade por várias gestões apontam, de antemão, a capacidade de liderança e de articulação no âmbito do próprio grupo.

Por meio do gráfico 01 apresentado a seguir visualizamos que dos 18 (dezoito) presidentes existentes desde a criação da Subseção de Assis, 8 (oito) deles foram eleitos por mais de uma gestão, sendo destacado o Dr. José Claudino de Oliveira Dias com 7 (sete) mandatos, Dr. Carlos Pinheiro com 6 (seis) mandatos e Dr. Waldomiro Galvão de Camargo com 4 (quatro) mandatos.

⁹⁸ A Casa do Advogado da cidade de Assis possui um local reservado na parede de uma de suas salas que apresenta a fotografia de cada um dos presidentes que assumiu a gestão da Subseção, até a presente data. As fotografias indicam, ainda, os anos em que esses presidentes ocuparam a gestão, conforme observamos no Anexo I desta tese.

GRÁFICO 01 – Presidentes da Subseção da OAB de Assis/SP de 1933 a 2014



Fonte: Arquivo da Subseção de Assis.

A característica da pouca mobilidade dos representantes da categoria levanta questões inerentes às suas vantagens, além de outros assuntos subjacentes que dizem respeito à rede de relações que permite a ocupação de cargo tão significativo no âmbito da categoria. Ora, se durante 80 (oitenta) anos de existência, com mandatos de 2 a 3 anos, a OAB Subseção de Assis possuiu apenas 18 (dezoito) presidentes, este fator demonstra que muitos candidatos se interessavam pela nova candidatura e que, para tanto, existem fatores políticos, sociais e econômicos que incentivam essa representatividade, além das questões de cunho profissional.

Entretanto, por meio de reportagens sobre as eleições para a presidência da OAB Subseção de Assis percebemos que em alguns casos não houve concorrência, ao menos depois de formalizada a composição da chapa. Tal fator indicia que os grupos políticos que se aliançavam para a representatividade da Subseção possuíam força e uma rede de relações que permitia o prestígio entre o grupo a ponto de evitar a presença de concorrentes em alguns casos.

Contudo, essas vinculações não eliminavam as articulações políticas dentro da própria categoria para eleger o candidato⁹⁹. Talvez por isso a memória de alguns advogados enfatize a concorrência sempre assídua dos cargos, ao menos durante a segunda metade do século XX¹⁰⁰.

Ainda com relação aos cargos representativos, é importante notar que o gráfico 01 não apresenta nenhuma mulher como presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo. Em 80 (oitenta) anos da fundação da Subseção de Assis as mulheres advogadas, apesar de já terem participado da diretoria da entidade, nunca estiveram à frente¹⁰¹.

A categoria dos advogados se organizou na cidade de Assis desde a vinda da Comarca de Campos Novos para essa cidade. Os primeiros advogados inscritos na cidade possuíam características derivadas do período ao qual pertenciam. O desejo pela formação

⁹⁹ Nas eleições de 1980 concorreu apenas uma chapa composta por: Carlos Pinheiro para presidente, Francisco de Assis Pereira para vice-presidente, Paulo Celso Gonçalves Galhardo para secretário e José Roselli para tesoureiro. A disputa ocorreu apenas para vice-presidente, em que Waldo Antunes Ribeiro se candidatou. Fonte: Hoje eleições na OAB-Secção Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 de novembro de 1980, p.1.

¹⁰⁰ Segundo entrevista com Dr. Francisco Maldonado Júnior, quando perguntado sobre as disputas nas eleições da Subseção respondeu: “As eleições na OAB tinham muitas disputas [...] Primeiro porque era muito difícil, tinha Cândido Mota, Palmital. Tinha que pôr um de Cândido Mota, um de Palmital. E de Assis tinha que ter também [...] Sempre teve disputas, lutas de grupo de um lado e de outro [...] Eu não me lembro de eleições de chapa única. Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

¹⁰¹ Essa ausência pode ser interpretada por alguns motivos que vão desde a constatação de uma sociedade que persiste nas representações machistas e conservadoras sobre o feminino, reforçada na categoria dos advogados, bem como pelo acentuado número de homens em contraponto ao número de mulheres na categoria, durante os primeiros anos do exercício da advocacia local. O tema sobre as mulheres advogadas foi abordado no terceiro capítulo desta tese.

jurídica, advindo do indivíduo ou de sua família, possuía alguns obstáculos, como a falta de faculdades na região¹⁰², o que demandava condições financeiras para se manter em uma cidade distante, bem como o incentivo pela continuidade dos estudos.

Além de não existir faculdades de direito próximas à cidade de Assis, as faculdades de renome localizavam-se na capital paulista. Esta circunstância serviu para definir um profissional que, até os anos de 1960, pertencia predominantemente à elite da sociedade brasileira, letrada e financeiramente apta para participar desta categoria.

Além das questões relacionadas às instituições de ensino, a cidade de Assis, até os anos de 1950, ainda era tipicamente rural, conforme observamos no Quadro 04, sendo certo que o incentivo pelo estudo era muitas vezes barrado pelas necessidades do trabalho para colaboração no sustento da família, no caso das classes populares, ou dificultado pela falta de escolas no meio rural.

QUADRO 04 – População do Município de Assis (1950/1980)

Década	População Urbana da Cidade de Assis	População Rural da Cidade de Assis	Total Geral da População
1950	18.127	14.832	32.959
1960	30.488	12.710	43.198
1970	47.627	9.593	57.220
1980	61.220	6.137	67.357

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro: IBGE.

Sobre o assunto, Dr. Oswaldo Trevisan explica que durante sua infância estudou no grupo escolar João Mendes Junior, que ficava a duas horas a pé do sítio onde ele morava. Fez o ginásio no Instituto Dr. Clybas Pinto Ferraz e, por não existir colegial¹⁰³ na

¹⁰²As primeiras instituições próximas da região de Assis a receberem a graduação em Direito foram o Instituto Toledo de Ensino de Bauru em 1952, e em Presidente Prudente em 1961, e a Fundação Eurípedes de Marília/SP em 1967. Assim, grande parte dos advogados paulistas anteriores a este período estudou na cidade de São Paulo, onde instituições como a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Católica já traziam a graduação. Apenas recentemente a cidade de Assis recebeu o curso na Fundação Educacional do Município de Assis em 1999 e na Universidade Paulista em 2001.

¹⁰³Dr. Oswaldo explica que cursou o colegial nos anos de 1950, sendo que para a entrada no curso era necessária uma prova de admissão. O advogado ainda comenta que dos cinquenta alunos que ingressaram no colegial apenas nove se formaram, apontando o baixo índice de conclusão do ensino que permitiria o acesso ao curso superior. O advogado conta, ainda, que foi leiteiro quando jovem, uma maneira de contribuir com a família. Entrevista com Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

cidade de Assis, dedicou-se a cursar o “Normal”¹⁰⁴. O entrevistado narra que no curso citado existiam mais mulheres do que homens: “[...]todas as meninas iam fazer o Normal, não era homem que ia fazer o Normal, e eu fui fazer o Normal porque não tinha o que fazer, não tinha o que estudar, tinha que estudar alguma coisa”¹⁰⁵.

É interessante notar que o incentivo para o estudo primário, ginasial e colegial, principalmente até a primeira metade do século XX, não abarcava a grande maioria das crianças e jovens das classes populares. Muitos deveriam dedicar-se à colaboração com o sustento do lar, o que afastava a possibilidade de prosseguir nos estudos¹⁰⁶.

Essas duas características, pouco incentivo ao estudo, ainda mais no meio rural, e ausência de faculdades de Direito na região de Assis contribuíram para determinar as particularidades dos primeiros advogados atuantes na cidade, os quais precisavam dispor de renda própria para a manutenção da vida acadêmica, além de pertencerem a famílias que incentivavam, por fatores econômicos ou culturais, a educação desses jovens.

A vinculação da advocacia com a elite e com a política do país¹⁰⁷ é assunto já abordado por José Murilo de Carvalho em seus trabalhos *Construção da Ordem e Teatro das Sombras*¹⁰⁸. O pesquisador expõe a característica homogênea da elite formadora do Estado brasileiro, na qual estavam presentes os magistrados e advogados, demonstrando sua vinculação com o poder político. Segundo Carvalho,

Os juristas e magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira. Tratava-se de uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290. O direito ensinado em Coimbra era profundamente influenciado pela tradição romanista trazida de Bolonha[...] Tratava-se de um direito positivo cuja fonte era a vontade do príncipe e não o poder da Igreja ou o consentimento dos

¹⁰⁴ O Normal era dedicado à formação de professores para o ensino primário e recebia maior participação das mulheres. Posteriormente o ensino foi dividido em clássico e científico, sendo o primeiro para a área de Humanas e o segundo para Biológicas ou Exatas. O Curso Normal garantia o acesso ao ensino superior.

¹⁰⁵ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

¹⁰⁶ Ao tratar sobre a construção da cidadania e das escolas nas décadas de 1950 e 1960 Janice Theodoro aponta que: “[...] no país entre 1950 e 1971, o Brasil teve 9.566.886 matrículas no início do primeiro ano escolar e apenas 262.907 ingressos no ensino superior”. Tal estatística demonstra que a educação não era incentivada, principalmente de nível superior. Fonte: THEODORO, Janice. *A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960*. Disponível em http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf. Acesso: 02 mar 2013.

¹⁰⁷ Nesse sentido também citamos a obra de Raymundo Faoro, que aborda a participação de advogados e magistrados em cargos políticos em Portugal e no Brasil, vinculando o judiciário à elite formadora do Estado nacional, vezes na posição, vezes na oposição. Fonte: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

¹⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ - Relume Dumará, 1996.

barões. Os monarcas que se salientaram na luta pela criação de Estados modernos quase sempre se cercavam de juristas¹⁰⁹.

José Murilo de Carvalho ainda explica que a maioria da elite brasileira possuía formação jurídica, primeiro em Coimbra até a independência, e, após, nas faculdades de Recife e São Paulo¹¹⁰. Aliás, a formação jurídica foi apresentada pelo autor como essencial para o desenvolvimento das carreiras políticas.

Desde a formação do Estado presenciamos os cargos políticos de relevância para o país sendo ocupados por advogados, o que perdurou pelo período republicano. O curso de direito continuou preparando a elite brasileira para ocupar os cargos de gestão em diversas esferas, dando à advocacia caráter diferenciado.

Nesse sentido, quando entrevistamos o advogado Tufi Jubran notamos que a escolha pela graduação em Direito se deu, justamente, por seus vínculos anteriores à política e à necessidade de uma formação superior em curso que contribuiria para a continuidade e o aperfeiçoamento de sua carreira política, isso já nos anos 1960¹¹¹.

No caso da cidade de Assis, nos primeiros anos após sua fundação percebemos a presença de advogados que eram inscritos em outras regiões e que, posteriormente, vieram para a cidade com a intenção de construir ou solidificar suas carreiras. Esses profissionais estavam geralmente vinculados à política e apresentavam características singulares. Esse é o caso dos primeiros prefeitos de Assis.

Conforme apresentado por Janete LeikoTanno, o Dr. João Teixeira de Camargo, primeiro prefeito da cidade (ver quadro 05), era descendente de família rica e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua vinda para a cidade se deu após a transferência da Comarca de Campos Novos do Paranapanema para Assis, onde ele se elegeu como prefeito. A autora ainda aponta que os advogados e políticos Antônio Ferreira da Palma, líder do diretório político local em 1924, e Paulo Botelho de Camargo, colaborador assíduo do *Jornal de Assis* e aliado de Lycurgo de Castro Santos – este médico e político de grande relevância local – também se deslocaram para a cidade de Assis em virtude da transferência da Comarca¹¹².

¹⁰⁹ Idem, p. 27 e 28.

¹¹⁰ As carreiras jurídicas receberam maior incentivo no Brasil após a criação dos primeiros cursos jurídicos no ano de 1828 na academia de São Paulo e de Olinda.

¹¹¹ Entrevista com Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹¹² TANNO, Janete Leiko. Op. cit. Na tese a autora ainda se remete aos advogados Manoel Bernardo da Silva e Jonathas Luiz Monteiro da Silva, ambos prefeitos na cidade de Assis, além de outros profissionais envolvidos na política como Carlos Gomes de Freitas e João Aurélio Cataldi, esse último com mulher e filhos na cidade de São Paulo.

Na mesma direção, Rodrigo Christofolletti, ao discorrer sobre a política na cidade de Assis também cita vários cargos que foram ocupados por advogados como José Claudino de Oliveira Dias na Comissão da Santa Casa de Misericórdia de Assis e integrante da Comissão Central do MMDC de Assis; Paulo Botelho de Camargo como presidente da Câmara na gestão de 1929/30; e Coronel Anacleto Roberto Barbosa, comandante da 7ª Zona de prontidão instalada em Assis em 1932¹¹³.

Ressaltamos a figura do Dr. José Claudino de Oliveira Dias, que foi o primeiro presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo. O advogado esteve à frente da instituição por 7 (sete) gestões, sendo até a presente data a figura que por mais vezes participou como presidente da entidade. Analisando o histórico de seus mandatos percebemos que houve a supremacia de sua presença por seis anos consecutivos, justamente no início da criação da Subseção da OAB/SP na cidade de Assis, entre os anos de 1933-1939, retornando por mais quatro anos durante a década de 1940 e finalizando com mais quatro anos em duas gestões seguidas, de 1955-1958¹¹⁴.

Tais indícios demonstram a relação direta entre a política e a advocacia durante a primeira metade do século XX, ligação esta que proporcionou à cidade de Assis receber uma leva de advogados e, inclusive, de outros profissionais¹¹⁵ que acompanharam e interferiram no processo de desenvolvimento da cidade. Esses profissionais procuravam investir em suas carreiras em um local que acreditavam, pelas circunstâncias políticas e sociais do período, que possuiria grande desenvolvimento econômico.

Por meio de estudos que enfocam a cidade durante a primeira metade do século XX¹¹⁶ observamos que advogados, médicos, engenheiros, comerciantes e fazendeiros representavam a elite da sociedade assisense, além de serem seus representantes em nível executivo e legislativo. Essa circunstância permite compreender a raiz histórica elitista da categoria, acostumada a ocupar cargos de significativa importância política em âmbito

¹¹³CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Op. cit.

¹¹⁴ José Claudino de Oliveira Dias nasceu na Bahia, em 1884, e exercia a profissão de advogado em Campos Novos do Paranapanema. Depois da sede da Comarca ter sido transferida para Assis, em 1918, mudou-se também para esta cidade, onde morreu em 11/11/1958. Baixo, de pele morena, cabelo liso, barba feita, sempre elegantemente trajado, procurava, nos silêncios e nas poucas palavras, até na sisudez, esconder ou disfarçar uma grande timidez [...] Era um bom homem, que nos últimos anos de vida gozava de especial consideração como decano dos advogados de Assis. Em 14/05/1960, inaugurou-se o “Fórum Dr. José Claudino de Oliveira Dias”. Fonte: TANNO, Janete Leiko. *Clubes Recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, Sociabilidade e Lazer (1989-1945)*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 328-347, jun. 2011; SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Assis na Alta Sorocabana: um instantâneo de seus pioneiros*. Campinas, 1994.

¹¹⁵ Em seu trabalho Tanno demonstra outros profissionais que também se deslocaram de Campos Novos para a cidade de Assis no início do século XX, como o coletor federal Assad Matar, que igualmente se envolveu na política da cidade e era colaborador do *Jornal de Assis*.

¹¹⁶ Em referência, principalmente, à tese de Janete Leiko Tanno e ao trabalho de Rodrigo Christofolletti.

nacional desde o período Imperial, o que se reflete também na cidade de Assis após sua fundação¹¹⁷.

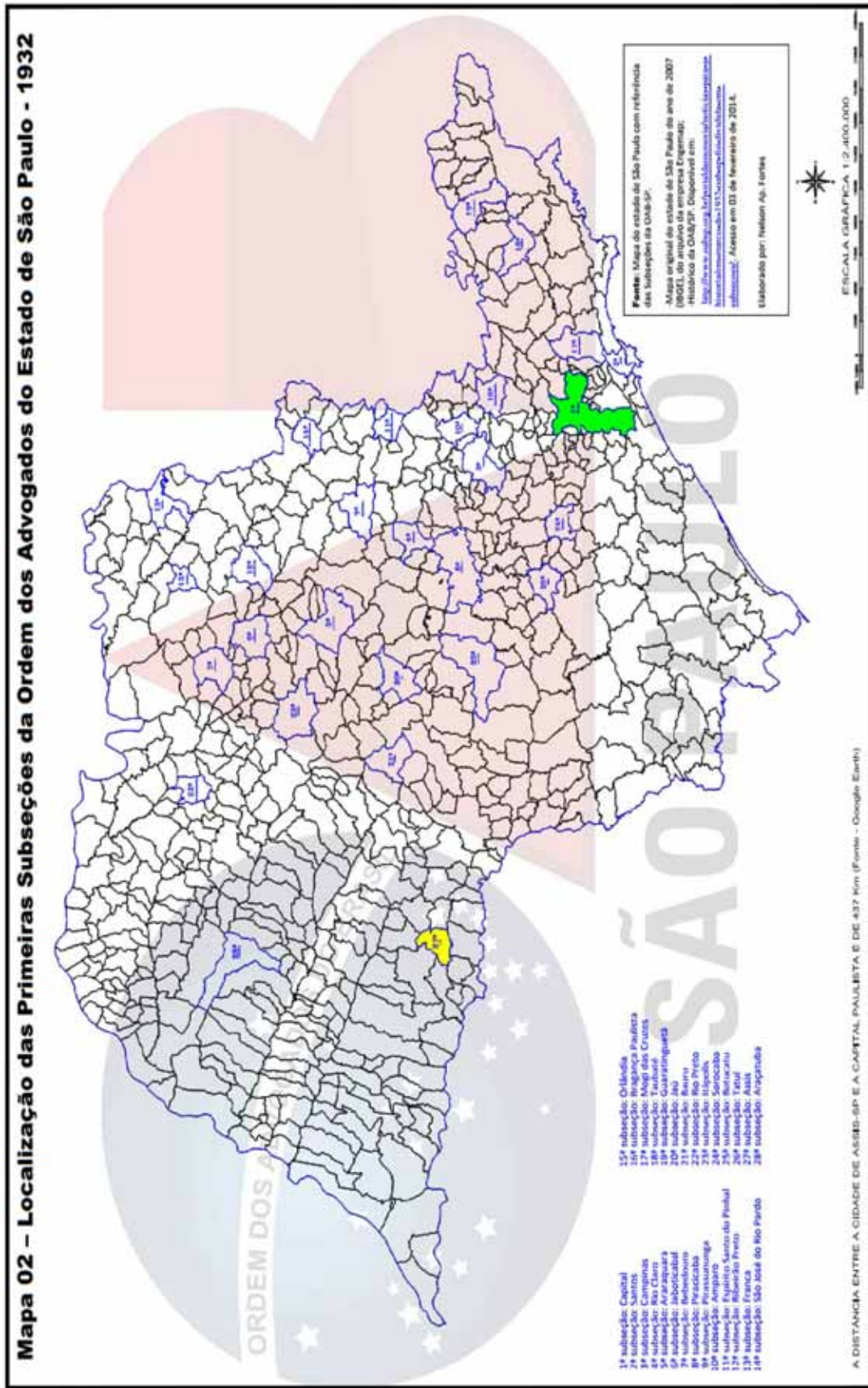
E em meio a este cenário no qual os advogados estão articulados com as instituições e a política local, Assis é escolhida como uma das primeiras¹¹⁸ cidades do estado de São Paulo a receber uma sede de Subseção da Ordem dos Advogados, o que demonstra a vinculação política da categoria também em âmbito estadual e, até mesmo, nacional.

Observando o Mapa 02 percebemos que algumas das maiores e mais importantes cidades do estado de São Paulo foram escolhidas como as primeiras Subseções da Ordem dos Advogados, sendo Assis e Araçatuba as cidades mais a oeste do interior paulista a serem beneficiadas com a sede de uma Subseção.

¹¹⁷ As vinculações entre a categoria dos advogados e a política existe no Brasil desde o período colonial e prossegue com predominância até meados do século XX, conforme abordado por José Murilo de Carvalho.

¹¹⁸ O presidente da Seccional de São Paulo na ocasião da escolha das subseções era Plínio Barreto. As subseções escolhidas foram: 1ª Subseção: Capital; 2ª Subseção: Santos; 3ª Subseção: Campinas; 4ª Subseção: Rio Claro; 5ª Subseção: Araraquara; 6ª Subseção: Jaboticabal; 7ª Subseção: Bebedouro; 8ª Subseção: Piracicaba; 9ª Subseção: Pirassununga; 10ª Subseção: Amparo; 11ª Subseção: Espírito Santo do Pinhal; 12ª Subseção: Ribeirão Preto; 13ª Subseção: Franca; 14ª Subseção: São José do Rio Pardo; 15ª Subseção: Orlândia; 16ª Subseção: Bragança Paulista; 17ª Subseção: Mogi das Cruzes; 18ª Subseção: Taubaté; 19ª Subseção: Guaratinguetá; 20ª Subseção: Jaú; 21ª Subseção: Bauru; 22ª Subseção: Rio Preto; 23ª Subseção: Itápolis; 24ª Subseção: Sorocaba; 25ª Subseção: Botucatu; 26ª Subseção: Tatuí; 27ª Subseção: Assis; 28ª Subseção: Araçatuba.

Mapa 02 – Localização das Primeiras Subseções da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo - 1932



A escolha de uma Comarca para abrigar uma das Subseções da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo envolve questões de cunho político refletidas pela relação entre os profissionais atuantes nessa área na cidade e seus vínculos com a capital. Essa relação pode ser observada na cidade de Assis por meio dos seus representantes. Quanto maior seu envolvimento político, maior sua vinculação com as diversas instituições locais e estaduais¹¹⁹.

Analisando o histórico político da cidade percebemos que os três primeiros prefeitos de Assis, que compõem as gestões de 1918 a 1921, eram advogados, sendo eles: João Teixeira de Camargo (1918-1920), Manoel Bernardo da Silva (1920-1921), Jonathas Luiz Monteiro da Silva (1921-10/1921)¹²⁰, além do Poder Legislativo que também contava com a presença de políticos advogados durante as primeiras décadas do século XX¹²¹. Esse princípio já indica que a categoria estava envolvida na política da cidade, o que colabora para definir os rumos e as instituições que a urbe receberia.

Figura de destaque que possuía vínculos de parentescos e de relações sociais às áreas jurídicas era o médico e fazendeiro Lycurgo de Castro Santos¹²². Lycurgo era cunhado do primeiro juiz de direito da cidade, Dr. Vasco Smith de Vasconcellos, e esteve à frente da prefeitura entre 1929/1930 e 1940/1945. O médico possuía forte influência política, principalmente devido às suas redes de relações que o ligavam não apenas ao juiz da Comarca, mas a figuras importantes como deputados e senadores.

Lycurgo adentrou a política local por meio do grupo dos representantes do Partido Republicano Paulista (PRP) que era ligado ao então prefeito, Dr. João Teixeira de Camargo. Nas eleições da Câmara Municipal de 1922 todos os eleitos eram correligionários do médico, com destaque para Francisco Roselli, comerciante rico da cidade de Assis e pai de

¹¹⁹ TANNO, Janete Leiko. 2003. Op. cit. Na obra a pesquisadora demonstra os vínculos dos políticos locais com a capital e suas influências capazes de gerar ganhos para a cidade. Em especial a autora destaca o Prefeito Dr. Lycurgo de Castro Santos, cunhado do juiz de direito Smith de Vasconcellos.

¹²⁰ Idem, p. 129.

¹²¹ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Op. cit.

¹²² Janete Leiko Tanno demonstra que os envolvimento políticos do Dr. Lycurgo iniciavam no seio de sua própria família. Segundo a autora: “Filho de senador, Lycurgo de Castro Santos nasceu em Guaratinguetá, em 30 de janeiro de 1884 e, com 14 anos, foi estudar na capital federal, Rio de Janeiro. Formou-se médico pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1907 e começou a clinicar em uma pequena cidade na região de Campinas. Casou-se no Rio, em 1909, com Judith Murtinho, filha do senador José Antônio Murtinho, passando então a exercer a profissão em instituições públicas, provavelmente sob a indicação do sogro. Dez anos após a morte de sua primeira esposa, casou-se novamente com Celina de Azevedo, filha de outro senador, Arnolpo de Azevedo. Tais situações são indicativas de que a política não era novidade na vida do Dr. Lycurgo quando assumiu a chefia do PRP em Assis, e que a decisão de permanecer na cidade traduzia outros interesses, além dos laços familiares”. Fonte: TANNO, Janete Leiko. Op. cit., p. 117-118.

Dr. José Roselli, primeiro advogado inscrito na Subseção de Assis¹²³ e presidente da Ordem dos Advogados de Assis por três gestões (1939/41 – 1947/49 – 1959/61).

Após a cisão do PRP no ano de 1924 Lycurgo de Castro Santos fez frente a um grupo. A outra agremiação política foi assumida por Antônio Ferreira da Palma, advogado que veio para Assis após a transferência da Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Este era associado ao advogado Carlos Gomes de Freitas e também ao médico José Vieira da Cunha e Silva, nomeado prefeito de Assis após a destituição de Lycurgo de Castro Santos em 16/10/1930, permanecendo até 7/01/1931¹²⁴.

Percebemos que os dois grupos que controlavam a política de Assis, nos anos que precedem à divisão da OAB de São Paulo em Subseções, tinham relações diretas com a advocacia. E mesmo quando da fundação do Partido Democrático (PD) em 1926, o que gerou oposição partidária e não apenas de facções em Assis, percebemos que a cidade permaneceu ativa e bem relacionada com a política em outros níveis, sendo considerada uma das primeiras cidades a manifestar apoio ao novo partido¹²⁵.

Visualizamos, porém, que a maioria da Câmara e o prefeito Lycurgo de Castro Santos eram a favor da candidatura do paulista Júlio Prestes no ano de 1930. No trabalho de Rodrigo Christofolletti¹²⁶ percebemos que o grupo político predominante da cidade de Assis durante os anos 1930 vinculava-se ao PRP, partido de Júlio Prestes e que elegeu o prefeito Lycurgo. Eram transmitidas à população notícias que davam esperança à sobrevivência do Governo Federal e ao seu êxito na luta contra os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Esse parecer é apoiado por parte do Judiciário e dos advogados da cidade, como observamos no Boletim transcrito por Christofolletti, distribuído na cidade de Assis durante os anos de 1930, o qual dispõe:

Telegramas dos deputados Ataliba Leonel e Leônidas Vieira, recebidos ontem à noite, pelo Sr. Dr. Prefeito, dão notícias de estar o Governo Federal senhor da situação, confiando, em absoluto, na fidelidade das forças do Exército e da Marinha, e contando com o apoio unânime dos Estados da União, com exclusão dos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul – promotores do atual estado das coisas. Ante os dizeres dos aludidos telegramas, é de se esperar que dentro de pouco tempo o Governo Federal sufoque esse levante,

¹²³ Antes de José Roselli temos a presença de advogados na cidade, mas esses eram inscritos em outras Subseções e vieram militar em Assis ou, ainda, eram provisionados no cargo.

¹²⁴ Com a saída de Lycurgo de Castro Santos da prefeitura foi empossado o representante do PD, José Vieira da Cunha e Silva, entre outubro de 1930 e fevereiro de 1931, quando o cargo é assumido por Luiz Cintra. Este se afasta por problemas de saúde, quando então a prefeitura é assumida pelo presidente da Câmara, José de Camargo, que mantém o cargo até julho de 1932. Fonte: TANNON, Janete Leiko. Op. cit., p. 126

¹²⁵ Idem, p. 127.

¹²⁶ CHRISTOFOLLETTI, Rodrigo. Op. cit.

normalizando e repondo esse país no estado de ordem. Os abaixo assinados aconselham a maior calma à população local, pois confiantes nas ações dos Governos da República e do Estado, contam com o auxílio de todos para a tranquilidade e ordem da cidade de Assis.

Assis, 8 de outubro de 1930.

(a) Dr. Lycurgo de Castro Santos, prefeito municipal; Luís Gonzaga de Macedo Vieira, Juiz de direito; Heitor Bastos Cordeiro, Promotor Público; Francisco Tinoco Cabral, Comissário de Polícia¹²⁷.

Terminando o movimento com a vitória de Vargas, a política foi rearranjada. Tropas gaúchas chegaram a ocupar a cidade de Assis em virtude de sua posição geográfica estratégica, sendo que aqui permaneceu o batalhão do Capitão Raymundo Rocha dos Santos, que posteriormente casou-se com uma jovem assisense, filha do cartorário Laudelino Sant'Anna¹²⁸. Em 1932 a cidade passou a fazer parte da 7ª Zona de Prontidão e o batalhão de Assis era comandado pelo advogado Cel. Anacleto Roberto Barbosa. Mais uma vez a posição geográfica privilegiada coloca a cidade em destaque em meio às disputas políticas. Nesse sentido, Rodrigo Christofolletti descreve que:

O município de Assis fazia parte da 7ª Zona de Prontidão, fator que politicamente foi visto como uma vitória, sabendo-se que, de acordo com os dispositivos da época, para tornar-se sede regional ou Zona – sede de agrupamento civil – eram necessárias disposições políticas complicadas. Assis foi privilegiada por se situar num território militarmente entendido como estratégico, dada sua proximidade com o estado do Paraná e seus escoamentos facilitados pelos abundantes rios que cercavam a região. Além disso, Assis se beneficiava por se localizar no extremo Oeste do estado paulista, porta de entrada (ou saída) de uma fronteira que se formava¹²⁹.

O envolvimento político da cidade e da categoria dos advogados – que até os anos 1930 estava diretamente presente nas questões de cunho político, sendo representantes da elite que coordenava a cidade – demonstram a importância de Assis em vários níveis (estratégico, político, jurídico). Nesse caso, acreditamos que a escolha das Subseções da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo, em meio a um turbilhão de alterações políticas ocorridas no início dos anos de 1930, envolveu também questões de estratégias e alianças políticas das quais a cidade de Assis participava.

¹²⁷ Idem. Apud. Notas da Prefeitura Municipal de Assis, 8/11/1930, p. 71-72.

¹²⁸ Ididem, p. 89-90.

¹²⁹ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Op. cit. p. 94.

Seguindo esse princípio, cabe ressaltar que os primeiros representantes da OAB Seção de São Paulo eram estritamente relacionados com a política do país¹³⁰, destacando-se o presidente Plínio Barreto, nomeado por Vargas como Interventor do estado de São Paulo, e Vicente Rao, militante do PD e chefe da Polícia de São Paulo. Esses sujeitos políticos estavam presentes na reunião que marcou a divisão da OAB/SP em Subseções, na qual a cidade de Assis fora escolhida para abrigar a 27ª Subseção, em março de 1932.

Assim, as vinculações políticas existentes entre os membros da Seccional da OAB de São Paulo ao governo de Vargas, entre outros motivos, certamente influenciaram na escolha das cidades que receberiam as Subseções. E a cidade de Assis, com políticos advogados, com incentivadores de Prestes, mas também com apoiadores pioneiros do novo Partido Democrático, e com a participação de uma elite influente e com arranjos políticos teria o privilégio de ser observada com relevo no momento da divisão das Subseções da OAB/SP. Conforme explicado por Janete Leiko Tanno após a análise do patrimônio dos prefeitos da cidade de Assis, bem como de suas vinculações políticas,

Todos esses dados apenas confirmam a tese de que a elite política de Assis possuía condições financeiras de disputar e barganhar o poder político e as influências na cidade até mesmo após a implantação do Governo Provisório. Com Getúlio Vargas no poder, novos rearranjos políticos fizeram-se necessários para a manutenção do governo, envolvendo, inclusive, as elites locais, visto que houve em Assis uma troca do grupo no poder, assumido pela oposição¹³¹.

Além das vinculações políticas e da importância da cidade em seus meios jurídicos, como Comarca da região, não podemos deixar de lembrar das estradas de ferro como motivadoras da relevância das cidades. Muitas dessas estradas, já construídas nos anos de 1930, possibilitaram o maior desenvolvimento urbano por meio da ligação das cidades interioranas com a capital, facilitando o processo de comunicação e a economia. Conforme observamos no mapa extraído da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (Mapa 03), muitas das estradas de ferro criadas no estado de São Paulo ligavam exatamente as mesmas cidades e Comarcas que foram escolhidas para sediar as subseções da Ordem dos Advogados.

¹³⁰ Em março de 1932 a OAB-SP foi dividida em Subseções. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/noticias-para-a-historia/em-marco-de-1932-oab-sp-foi-dividida-em-subsecoes/>. Acesso: 15 mai 2014. Os participantes da reunião para divulgação das subseções eram Plínio Barreto (presidente), Abraão Ribeiro, Vicente Rao, Waldemar Martins Ferreira, Henrique Bayma, José Bennaton Prado e Ernesto Leme.

¹³¹ TANNO, Janete Leiko, Op. cit, p. 133.

MAPA 03 – Localização das Ferrovias Históricas no Estado de São Paulo



Fonte: Associação Brasileira de Preservação Ferroviária¹³²

Com a instituição da 27ª Subseção da OAB/SP na cidade de Assis a categoria dos advogados organizou-se ainda mais. Os precursores da carreira jurídica na cidade de Assis – por gênero e considerando a inscrição (desconsiderando aqueles que eram inscritos em outras localidades e vieram posteriormente para a cidade, ou, ainda, os advogados provisionados) são o Dr. José Roselli, inscrito nos anos de 1930, e a Dra. Ana Barbosa, inscrita nos anos de 1960¹³³.

Até os anos de 1950 a cidade de Assis possuía apenas sete advogados inscritos na Subseção. Apesar de não termos o registro exato dos nomes de cada um dos inscritos¹³⁴, em reportagem datada de 4 de janeiro de 1963 pelo jornal *A Gazeta de Assis* observamos um comunicado da Subseção, assinado pelos advogados da cidade em solidariedade ao advogado Manoel Araújo Tucunduva, que se encontrava ferido.

¹³² Disponível em: <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias/ferrovias19.htm>. Acesso: 13 jan 2014.

¹³³ Informação extraída do arquivo da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo.

¹³⁴ Em solicitação à Ordem dos Advogados do estado de São Paulo as únicas informações fornecidas foram o nome do primeiro homem e da primeira mulher inscritos como advogados, a quantidade por década, e algumas indicações sobre o Dr. Clybas Pinto Ferraz. Outros dados, segundo informação da secretária da presidência, não poderiam ser fornecidos por serem sigilosos. Inscritos em 1930 (2); Inscritos em 1940 (1); Inscritos em 1950 (4); Inscritos em 1960 (15); Inscritos em 1970 (38); Inscritos em 1980 (141); Inscritos em 1990 (252); Inscritos em 2000 (379); Inscritos em 2010 (161).

Independente do conteúdo que será oportunamente analisado¹³⁵, os nomes ali dispostos indicam alguns dos primeiros profissionais inscritos na cidade de Assis, conforme podemos observar:

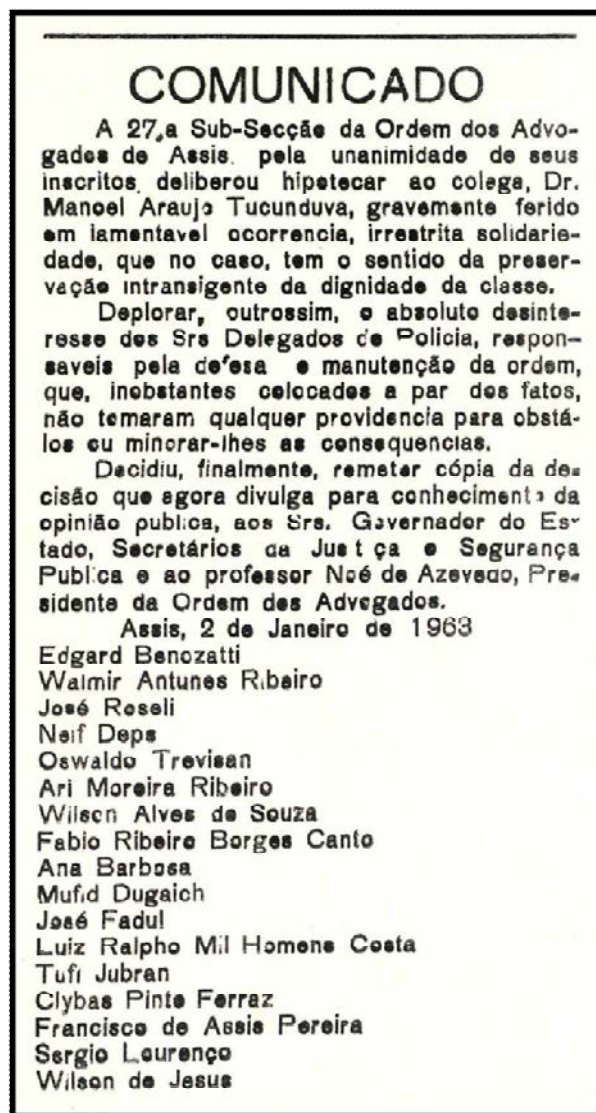


IMAGEM 05 – Comunicado da 27ª Subseção. Fonte: Comunicado. *A Gazeta de Assis*, 04 jan. 1963, p. 1.

Dois dos primeiros advogados (sexo masculino) da cidade de Assis, seguindo a premissa já destacada, são o Dr. José Roselli e o Dr. Waldomiro Galvão de Camargo¹³⁶. Ambos foram presidentes da Subseção da Ordem dos Advogados em gestões

¹³⁵ Discussão apresentada no subitem 1.3.

¹³⁶ A referência ao Dr. José Roselli foi retirada de consulta à OAB/SP. No caso do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo estamos considerando a informação da OAB/SP de que nos anos de 1930 houve dois inscritos na

durante as décadas de 1940 a 1970, e atuaram como advogados na cidade de Assis desde os anos 1930, demonstrando características comuns da categoria durante a primeira metade do século XX.

Dr. José Roselli nasceu na cidade de Platina, em 20 de julho de 1911. Formou-se na Faculdade de Direito do estado de São Paulo e, em 26 de janeiro de 1937, com vinte e seis anos de idade, inscreveu-se na Ordem dos Advogados, na Subseção de Assis. Casou-se na cidade de São Paulo com a assisense dona Vanda e teve três filhos: Kiko, Ana e Vera¹³⁷.

Ao abordar a política na cidade de Assis Janete Leiko Tanno aponta a figura do pai do Dr. José Roselli, o Sr. Francisco Roselli, comerciante da cidade de Platina que na década de 1920 veio para Assis. Tanno ainda remete às memórias de Lycurgo de Castro Santos Filho, que apontam o Sr. Roselli como:

[...] um dos mais diligentes e prestigiados membros da sociedade assisense. Comerciante, primeiro representante da companhia Ford de automóveis, primeiro agente bancário, representante do Banco Noroeste, membro ativo, ora secretário, ora tesoureiro, de todos os empreendimentos levados a cabo para a construção da Santa Casa de Misericórdia, da Igreja Matriz, do Clube Recreativo [...] da criação do Bispado [...] Possuía casa comercial em Assis e uma serraria em São Paulo. Era apontado como um homem rico¹³⁸.

Percebemos que o primeiro advogado inscrito na cidade de Assis era filho de um rico comerciante, figura importante para a política e para o comércio da cidade. Observamos que mesmo podendo deixar ao filho seu patrimônio, optou por direcioná-lo à carreira jurídica, investindo em seu estudo na capital para vir a ocupar na cidade de Assis posição central na advocacia. Tal opção reforça a importância que as elites davam às carreiras jurídicas desde a formação do Estado brasileiro e sua persistência até parte do século XX.

Dr. Waldomiro Galvão de Camargo também se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo recebido no ano de 1939 o prêmio Rodrigo Alves¹³⁹, concedido aos bacharéis que conseguiram o maior número de distinções durante o curso acadêmico. O advogado foi secretário da redação do jornal *A Notícia*, do qual seu pai também era redator, e

cidade de Assis, somado ao fato de que no ano de 1939 o periódico “Jornal de Assis” trouxe reportagem sobre o prêmio Rodrigo Alves, recebido pelo Dr. Waldomiro, explicando que o advogado elegeu Assis para suas atividades.

¹³⁷ Homenagem Dr. José Roselli. *A gazeta de Assis*. Assis, 20 set. 1975, p. 1; e Arquivo da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo.

¹³⁸ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Assis na alta sorocabana: um instantâneo de seus pioneiros. Campinas: 1994, p. 50. Apud: TANNO, Janete Leiko. Op. cit., p. 124.

¹³⁹ Prêmio Rodrigo Alves. *Jornal de Assis*. Assis, 18 nov. 1939, p. 1.

atuou no magistério secundário. Foi, ainda, procurador da prefeitura municipal de Assis e também de Cândido Mota/SP, e ocupou cargo de vereador em Assis.

Nas memórias transcritas na obra *Assis (1905-1955) Histórico*¹⁴⁰, Dr. Waldomiro explica que só foi possível ingressar na carreira jurídica porque sua família possuía condições financeiras de lhe proporcionar o estudo na cidade de São Paulo, expondo com sua narrativa os obstáculos enfrentados pelos jovens para cursar a graduação em Direito nos anos de 1930.

Com relação às mulheres, a primeira advogada inscrita em Assis foi a Dra. Ana Barbosa. Natural de Tabajara, formou-se na Faculdade de Direito de Bauru, com inscrição na entidade de classe em 22 de novembro de 1960, aos 41 anos de idade. A advogada também se dedicou ao magistério e foi vereadora da cidade de Assis. Segundo nossas entrevistas, a família da Dra. Ana Barbosa era tradicional na cidade, sendo que Dra. Ana possuía uma escola de datilografia¹⁴¹.

Alguns profissionais, mesmo que em menor escala, também cursaram graduações em localidades diversas, como ocorreu com o advogado Dr. Clybas Pinto Ferraz, que nasceu em Araraquara e formou-se na Faculdade de Direito de Niterói, vindo posteriormente a atuar na cidade de Assis. Antes de cursar a graduação em Direito o causídico formou-se em Farmácia e Odontologia em Pindamonhangaba e foi professor, vice-diretor e diretor no Ginásio Municipal de Assis, hoje escola que leva o seu nome¹⁴². Foi candidato ao cargo de Prefeito na cidade no ano de 1963, com apoio do Partido Social Progressista (PSP).

Os advogados abordados demarcam as características da categoria na região de Assis: graduação nas faculdades da cidade de São Paulo, ou nas proximidades da cidade de Assis, quando posterior aos anos de 1950, e pertencentes a famílias tradicionais, representantes da elite assisense. Apenas após a segunda metade do século XX – entre outros motivos, em virtude da possibilidade de cursar Direito na região de Assis – percebemos a maior inclusão da classe média e a possibilidade de outros segmentos sociais participarem da categoria dos advogados na região.

Esses profissionais também demonstraram significativas relações com a política, em cargos representativos do poder executivo ou legislativo do município de Assis,

¹⁴⁰ CAMARGO, Waldomiro Galvão de. *Assis (1905-1955) Histórico*. Publicação Oficial da Comissão Histórica do Cinquentenário. Assis, s/d.

¹⁴¹Entrevista com Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012; Entrevista com Dr. Luís Álvaro Gonçalves. Data 16 de outubro de 2013.

¹⁴² Informações cedidas pela Ordem dos Advogados do estado de São Paulo e por matéria publicada no jornal *A Gazeta de Assis*: Na semana de comemoração de aniversário Homenagem ao patrono da escola. *A Gazeta de Assis*. Assis, 21 mai 1980, p. 1.

além de participarem de outras atividades em instituições locais, como é o caso do Dr. Clybas, que era diretor do Instituto de Educação de Assis¹⁴³, do Dr. José Roselli que foi professor do primeiro ginásio de Assis, sócio fundador do Rotary, presidente do Clube Recreativo de Assis, colaborador da Fundação do Serviço de Obras Sociais (SOS)¹⁴⁴, e do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo, que foi secretário do jornal *A Notícia*, jornalista, procurador das cidades de Assis e de Cândido Mota, vereador em duas legislaturas, diretor do Instituto de Educação de Assis, candidato a deputado estadual, candidato a vice-prefeito em uma sublegenda da ARENA e “[...] elaborou o Folheto Histórico de Assis, tornando-se o primeiro historiador da cidade”¹⁴⁵.

Em linhas gerais, por meio das informações aqui apontadas percebemos que a advocacia, durante a primeira metade do século XX, apresentava-se como uma categoria de elite, vinculada à política em cunho geral, com a presença constante de advogados nos cargos de representação legislativa e executiva, além da participação em outras instituições locais, inclusive como educadores. De outra banda, também durante o Regime Militar visualizamos a participação da categoria nas questões políticas e, inclusive, seu envolvimento em cargos de nível estadual e federal, o que demonstra a continuidade de uma vinculação historicamente existente entre os advogados e a política.

Tal associação se deve, ainda, pelo histórico de enraizamento político da cidade de Assis, que, como já foi destacado, chegou a eleger três deputados a ela vinculados em uma mesma eleição. E durante o regime bipartidário no Brasil a cidade construiu fortes frentes políticas, alavancadas por famílias tradicionais como os Nogueira Duarte, os Santilli e os Silva. Sobre o assunto, em suas memórias Hélio Cesar Rosas explica que:

Entre as décadas de 1950 e 1960 Assis era uma das cidades mais politizadas do país. Chegou a eleger, numa mesma ocasião, dois deputados federais e um estadual. Não era pouco[...] nenhum outro município do interior conseguiu realizar tal proeza[...] quando cheguei a Assis, encontrei uma espécie de escola política de nível superior[...] O nosso grupo (eu, Zeca e Abílio) era de origem janista, enquanto o outro (deputado Ruy Silva à frente) era Adhemarista, desde os tempos do prefeito Tonico Silva – pai de Ruy, uma ponta de lança de Adhemar de Barros na Alta sorocabana. A disputa era acirrada e travada palmo a palmo, quarteirão a quarteirão. Sem tréguas de lado a lado. Nenhum dos dois grupos, porém, perdia de vista que adversário não é inimigo... quem mais ganhava com tamanha batalha era a cidade[...]

¹⁴³ Do Instituto de Educação de Assis para a Prefeitura Municipal. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 mar. 1963, p. 1.

¹⁴⁴ Mercida Homenagem. *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 set. 1975, p. 1.

¹⁴⁵ Entrevista do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 mar. 1973, p.1; Prêmio Rodrigues Alves. *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 nov. 1939, p. 1.

mais tarde, depois do trio de deputados pioneiros – viemos eu[...] e os deputados estaduais Tufi Jubran e Dr. Leitinho¹⁴⁶.

Dentro desse cenário político uma das eleições mais importantes e que apresentou forte envolvimento da advocacia foi a do político e advogado Dr. Tufi Jubran¹⁴⁷, ao cargo de prefeito, no ano de 1968. Tendo como antecessor o mais expressivo representante da ARENA na cidade de Assis – Ruy Silva – as eleições municipais de 1968 levantaram o fervor político da cidade.

Tufi Jubran foi vereador de Assis por treze anos e em 1968 era presidente da Câmara Municipal. Formado em Direito e exercendo a profissão de advogado, recebeu o incentivo dos políticos tradicionais para as eleições para executivo municipal, representando o MDB. Para concorrer pela ARENA os Silva conseguiram a agremiação de Vasco Fagioli, fiscal de rendas da cidade e outrora representante do MDB. Sobre sua filiação, Hélio Rosas relembra:

O Vasco e eu éramos do MDB que ajudei a fundar. Nosso candidato era o Tufi Jubran, um descendente árabe[...] Atuante político do meu partido[...] Conta que o deputado Ruy chamou o Vasco a São Paulo, apresentou meu amigo a todas as figuras importantes e com poder político na Arena, fez ele ser recebido no Palácio e paparicado por secretários de Estado e pelo próprio Governador, e até usou o bispo da diocese de Assis no trabalho de convencimento do Vasco e de toda a sua família[...] Deve ter sido uma pressão enorme, sem precedente na história política da região Sorocabana. Vinda, a um só tempo, de todos os lados. O Vasco, que não era chegado à política não aguentou e voltou de São Paulo como candidato a prefeito de Assis, pela Arena. Todo o trabalho, feito sem limites para o envolvimento do Vasco, tinha uma explicação: ele era um candidato fortíssimo. Eu fui o primeiro a saber na cidade¹⁴⁸.

¹⁴⁶ ROSAS, Hélio Cesar. *Baú revirado. Causos da minha vida política, pessoal, profissional, etc.* São Paulo: HR editora, s/d, p. 65.

¹⁴⁷ Tufi Jubran nasceu em Tarumã/SP em 22 de dezembro de 1933. Seus pais eram Miguel Jubran (nome dado à rodovia SP 333) e Nágila Jubran, ele comerciante e ela “do lar”. Coursou a faculdade de Direito na cidade de Bauru. Foi professor na cidade de Assis e elegeu-se a vereador, cargo que ocupou por 13 anos. Foi prefeito da cidade de Assis (1969/1973) e foi deputado estadual (1981/1982). Exerceu vários cargos políticos, como Secretário da Associação Paulista de Municípios do estado de São Paulo (1970/1971), oficial de gabinete do governo do estado em 1973, Assessor da Sabesp de 1975/1976, chefe da assessoria da presidência 1977/1978, diretor administrativo e chefe de assessoria da Petroquímica União S.A. (1984/1990 e 1991/1993). Hoje é advogado da Kalunga, no setor de licitações públicas. Casou-se com Lucy Miguel Jubran (irmã da esposa do advogado Oswaldo Trevisan). Tem dois filhos: Miguel Jubran Neto e Gustavo Miguel Jubran, o primeiro formado em designer gráfico e o segundo em desenho industrial. Entrevista com Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹⁴⁸ ROSAS, Hélio Cesar. Op. cit., p. 74 e 75.

Os dois jornais de maior circulação local fizeram a campanha, fosse em favor do MDB no caso do *Voz da Terra*¹⁴⁹ (com Tufi Jubran para prefeito e Ari de Goes Knuppel para vice, e segunda chapa com o candidato Newton Brando), ou apoiando a ARENA, no caso do *A Gazeta de Assis*¹⁵⁰ (também com duas chapas, tendo como candidatos para prefeito Vasco Fagioli e José Augusto Ribeiro).

Após as eleições observamos a indignação dos representantes da ARENA, que publicam, inclusive, justificativas sobre a perda do cargo público ocupado nas gestões anteriores. Segundo reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* a legenda Arena 1, representada por Vasco Fagioli, recebeu 7.725 votos, e a legenda Arena 2, representada por José Augusto Ribeiro¹⁵¹, recebeu 289 votos. Do lado do MDB, a legenda 1, de Tufi Jubran, recebeu 7.642 votos, e a legenda com candidato a prefeito Newton Brando recebeu 688 votos. Nesse caso, a soma dos votos das duas legendas partidárias fez com que Tufi Jubran fosse eleito o representante do executivo municipal. Para os arenistas a derrota ocorreu em virtude de uma fraude, a transferência de títulos de eleitores para a cidade de Assis¹⁵².

Sobre a eleição citada Tufi Jubran¹⁵³ relembra que almejava o cargo de prefeito e que a advocacia foi “mais para sustentar a área política”, apontando que os arenistas se surpreenderam com seu êxito, pois o “[...] pessoal do Silva nunca imaginou que perdesse uma eleição lá. O candidato igual ao que eu ganhei, muito amigo, sujeito decente, Vasco Fagioli”¹⁵⁴. Sua eleição também contou com o apoio de advogados e, dentre eles: Oswaldo

¹⁴⁹ VOZ DA TERRA: Fundado em 1963 pelo jornalista Egydio Coelho da Silva assume posição em favor de Jânio Quadros. Os aliados janistas do jornal eram: Hélio Cesar Rosas (eleito Deputado Estadual em 1978 é um dos fundadores do MDB em Assis), Abílio Nogueira Duarte (foi prefeito na cidade de Assis de 1973-1977 pelo MDB), José Santilli Sobrinho (Deputado Federal eleito no ano de 1978, também foi prefeito da cidade de Assis pelo PMDB de 1993 a 1996) e Tufi Jubran (advogado, vereador e prefeito da cidade de Assis 1969-1973 representando o MDB, ocupou também a cadeira de Deputado Estadual em 1981, mas nesse período representando a ARENA). O advogado Francisco Maldonado Junior era um dos colaboradores do jornal, apresentando matérias sobre diversos assuntos. Segundo Egydio, a criação do jornal tinha como objetivo apoiar a candidatura de Abílio Nogueira Duarte para prefeito devido ao encerramento das atividades do *Jornal de Assis*. Perdida a eleição houve perseguição política e Egydio, Hélio Rosas e Abílio foram removidos. Fontes: BARRERO, Marcos. 2008. Op. cit., p. 426; Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014; Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹⁵⁰ A GAZETA DE ASSIS: Fundado em 1954 pelo jornalista Nelson de Souza e Elizeu Boquembuzo. Em 1986 transfere o jornal para Roberto Silo e para o fotógrafo-jornalista Kiko Roseli, filho de Jose Roseli (primeiro advogado inscrito na Subseção de Assis). O jornal possuía vinculação partidária aos Silva e a Adhemar de Barros. Fonte: BARRERO, Marcos. 2008. Op. cit., p. 264; Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014; Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹⁵¹ O vice-prefeito dessa legenda era o advogado Waldomiro Galvão de Camargo.

¹⁵² A reportagem explica que houve testemunho de Tufi Jubran, Oswaldo Trevisan e Erasmo Cardoso sobre a possível fraude e que, duvidando desses testemunhos a arena optou por encaminhar denúncia à justiça eleitoral. Fonte: Um aspecto de fraude. *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 dez 1968, p.1.

¹⁵³ Um dos primeiros atos após prefeito, relembrado por Tufi, foi o de retirar a porta da sua sala na Prefeitura, demonstrando o livre acesso à população. Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹⁵⁴ Entrevista com Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014. Segundo o entrevistado: “A minha eleição foi difícil até na apuração. Foi feito na quadra do Recreativo, do ginásio de esportes lá. Eu comecei perdendo a

Trevisan – seu concunhado; Francisco Maldonado Junior¹⁵⁵ – seu sócio e amigo pessoal, e Carlos Pinheiro, que ainda não era advogado, mas foi lembrado no discurso de Tufi Jubran como colaborador em um comício.

Já durante a candidatura iniciaram as perseguições a Jubran. Uma reportagem datada de 19 de setembro de 1968 do jornal *Voz da Terra* indica moção dos vereadores da Câmara Municipal, incluindo da legenda arenista, em solidariedade a Tufi. Conforme explica o periódico:

[...] em desagravo às calúnias de que vem sendo vítima esse ilustre vereador, advogado e candidato a prefeito [...] essa manifestação unânime de repúdio conclui-se que nem mesmo os candidatos arenistas estão de acordo com a campanha que vem sendo levada a efeito pelos próceres daquele partido¹⁵⁶.

Em entrevista Dr. Tufi Jubram explica que após assumir o cargo enfrentou perseguição política sendo chamado diversas vezes para depor. Segundo o político:

Eu estava no quarto, quinto mês de prefeito eu fui chamado no 4º COMAR, que é o Comando Aéreo ali no Ipiranga. Olha eu vim num medo de arrebentar [...] regime revolucionário, você não pode requerer *habeas corpus*, nada para ter uma liberdade [...] Quando chegou lá, acho que era Brigadeiro, falei: “Olha, está na hora do almoço, eu não conheço a região aqui em volta do quartel, tem algum restaurante aqui por perto?”. “Não senhor, o senhor vai almoçar aqui com a gente [...] o senhor vai depor primeiro, aqui tem umas denúncias contra o senhor [...] o senhor comandou a greve dos ferroviários?”. “Comandei, era uma reivindicação normal, depois negociamos com os militares e desistimos, mas o governo atendeu à reivindicação dos ferroviários na época”. “Mas aqui tem o jornal, *A Gazeta de Assis*, tem um artigo muito pesado contra o senhor.” Falei: “Eu acho que eu li esse artigo [...] e o ex-prefeito sabia que eu não tinha feito nada daquilo que ele escrevia nos artigos dele. Aí mandei, trouxe aqui tudo [querendo dizer sobre as provas de quem escreveu o artigo e que as acusações eram falsas] o tratamento mudou comigo¹⁵⁷.”

eleição, na arquibancada estava cheio de adversário político, lotado. Aí chegou a noite, parou a apuração... e eu fui para casa. O Santilli, o Abílio, os vereadores foram para lá: ‘Tufi, o que você está achando?’. ‘Já cheguei a eleição’. ‘Você está ficando louco?’. ‘Nós já ganhamos a eleição, amanhã que nós vamos ver’. Aí de manhã todos nós fomos para o ginásio de esportes do Recreativo e a Difusora era nossa e a Rádio Cultura era do adversário, então a Cultura chegou e falou: ‘Tufi, como é que você se sente como candidato, derrotado?’. ‘Escreve aí o que eu vou falar: A partir da urna tal nós vamos ganhar a eleição!’. Controlava os adversários na arquibancada, quando abriu a urna que eu tinha dito eu ganhei a eleição. Eu estava perdendo de 92 votos, por exemplo, eu fiz 94 de diferença naquela. Por que que eu sabia? Porque era a juventude, certo! Porque antes eles não preenchiam os buracos que eram da juventude. Aí entrou Tarumã que era a minha cidade, meu distrito, aí eu passei na frente”.

¹⁵⁵ Maldonado explica que durante sua juventude trabalhou no cartório em Assis, junto com Oswaldo Trevisan. Entrevista com Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

¹⁵⁶ Vereadores do MDB e ARENA solidários com Tufi Jubran. *Voz da Terra*. Assis, 19 set 1968, p.1.

¹⁵⁷ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

No mesmo sentido, Dr. Francisco Maldonado Junior¹⁵⁸ se recorda que:

Passaram para a violência [...] Foi nessa época que eu acompanhei aqui em Assis [...] Piquete de trem, greve, eles [polícia] iam lá e desciam o cacete, chamava Deus e todo mundo: “Você tem o livro lá, comunista lá” [...] O Tufi mesmo passou por isso [...] Tinha CGI do Exército e o Tufi tinha que ir lá todo mês, virou uma esculhambação [...] Você tinha que se submeter a isso [...] Eu não me lembro de ninguém que falasse favorável ao exército¹⁵⁹.

Nesse cenário de repressão e violência o prefeito transfere sua filiação do MDB para a ARENA. Talvez pela pressão do regime, mas, segundo entrevista do Dr. Tufi, principalmente em virtude do benefício para a cidade, esse político passou a representar a ARENA no meio de seu mandato, o que causou espanto para muitos adeptos do MDB e também simpatizantes de Tufi. Partidários amigos de Tufi filiaram-se à ARENA dando apoio ao prefeito¹⁶⁰. Sobre o episódio Tufi explica em entrevista que:

O governo do estado não me dava nada para fazer obras em Assis. Eu vinha e falava com o Laudo Natel, depois com o Sodré: “Assis não tem nada que eu seja do MDB ou da ARENA, a população não tem nada a ver com isso!” “Não, porque nós temos que dar pros nossos” [...] Então isso fez com que eu tivesse que bandear. Eu sofri tanto, porque os meus companheiros não aceitavam [...] Falei: “Gente, mas vocês não estão pensando grande!” “Mas daqui a pouco muda!” “Tudo bem, mas o meu mandato tá no meio. E eu não consegui nada para a cidade, e o nosso orçamento não dá.” Tanto é que nem o Santilli, nem o Aloísio não brigaram comigo, porque compreendem. Santilli falou: “Tufi, tive um pesadelo você largando a gente”. Falei: “Você sabe que eu não larguei ninguém, eu fui impelido a sair, vocês vão continuar sendo meus amigos, não se viu vantagem pessoal nenhuma, não consegui nada, vocês me conhecem, fui criado aqui, comecei com vocês com 20 anos de idade.” [...] O que aconteceu eu só perdi pessoalmente. O Quércia que ganhou a mesma eleição que a minha para prefeito de Campinas e eu para Assis: “Tufi, pô você tá jogando fora, você podia ter uma carreira dentro do PMDB porque nós somos poucos que ganharam a eleição”. Mas eu não posso abandonar a minha cidade, não vou abandonar a minha cidade. Bom, o Quércia foi senador, foi candidato a governador, foi governador, você entendeu? Então, em virtude de ter mantido no PMDB. Porque a relação de Campinas era diferente da de Assis, diferente, totalmente diferente¹⁶¹.

¹⁵⁸ Francisco Maldonado Junior nasceu em 2 de julho de 1932. Formou-se na Toledo de Bauru no ano de 1964 e inscreveu-se na Ordem dos Advogados em 1966. Hoje é advogado em exercício. Seu pai Francisco Maldonado era agrimensor e sua mãe Alzira Vasconcelos Maldonado era “do lar”. Casado com Terezinha de Jesus Costa Maldonado, possui três filhos: Magda, Sandra e Francisco Maldonado Neto. Dois dos filhos são formandos em direito e também são proprietários de uma imobiliária na cidade. A filha Sandra é bióloga. Entrevista com Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

¹⁵⁹ Entrevista com Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

¹⁶⁰ Reviravolta política em Assis. Prefeito Tufi Jubran ingressaria na Arena. *Voz da Terra*. Assis, 13 jul 1971, p. 1. Os vereadores que se filiaram a ARENA segundo o jornal foram: Nelson Marcondes, José João Zanotti, João Aparecido da Motta, Oswaldo Trevisan e Enio Marquezini, “homens estritamente vinculados ao Prefeito”.

¹⁶¹ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

Por meio da eleição mencionada percebemos o jogo político em que a cidade de Assis estava envolvida, do qual parte da categoria dos advogados participou abertamente, fosse apoiando uma das duas legendas existentes, fosse ingressando em cargos como os de vereador, prefeito e deputado. Entretanto, o golpe militar que foi tratado como Revolução¹⁶² em alguns casos impactou profundamente na política da cidade e nas relações criadas até então. Alterações partidárias e novas redes se constroem e fazem MDB e ARENA se remodelarem em Assis, até a volta da abertura política. Após as eleições de 1968 a cidade foi governada pelo arenista Reinaldo Antônio Silva por mais uma gestão (1977-1982), passando de 1983¹⁶³ a 1992 a uma constância do PMDB, conforme gráfico a seguir apresentado¹⁶⁴.

¹⁶² O jornal *A Gazeta de Assis*, no ano de 1977, traz reportagem intitulada “Revolução de 31 de março de 1964”, assinada como colaboração da Orientação Moral e Cívica da E.E.P.G. Professora Francisca Ribeiro de Melo Fernandes – Vila Glória. Essa reportagem apresenta um conto de um grande navio que navegava sem comando e estava prestes a naufragar, ou ser tomado por “[...] piratas terríveis de outros continentes longe que de longe, espreitavam satisfeitos o seu trágico fim, aguardavam ansiosos para abocanhar as suas incalculáveis riquezas e também apoderar-se dos seus tripulantes [...] O comandante e seus auxiliares [...] não se preocupavam com seu infeliz destino, pois estavam presos em seus próprios interesses [...] felizmente, homens de grande força e coragem, que há tempo percebiam o grande mal, momentos antes do trágico fim, obrigaram o comandante e seus companheiros a fugirem do navio e, imediatamente assumiram o comando [...] Hoje majestoso navio navega em águas serenas e calmas [...]”. Fonte: Revolução de 31 de março de 1964. *A Gazeta de Assis*. Assis, 2 abr. 1977, p. 3.

¹⁶³ As eleições para governador eram indiretas. Na cidade de Assis as pessoas que votaram durante a eleição de 1979 foram: José Dantas (cunhado de Ruy Silva); Oliveiros Alberto de Castro (vice-prefeito de Ruy, lembrando que Oliveiros foi vereador pelo PTB em 1960); Tufi Jubran e Francisco Maldonado Junior. Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

¹⁶⁴ Nas eleições de 1982 tivemos como candidato à prefeitura pelo PMDB José Santilli Sobrinho e seu vice Antônio Francisco de Oliveira (eleitos); Abílio Nogueira Duarte e seu vice o advogado Roldão Valverde; o advogado Carlos Pinheiro e seu vice Carlos de Maio; disputando pelo PDS Valcir Coronado Antunes e Florêncio (segundo colocados com diferença de apenas 789 votos); representando o PTB Alberto da Cruz Galo e Geraldo do Carmo; e pelo PT Sidney Barbosa e Sidney M. (com a menor votação do período). Fonte: Eleições do Município de Assis – 82. *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 nov 1982, p. 1.

QUADRO 05 – Relação de Prefeitos da cidade de Assis ¹⁶⁵		
NOME	GESTÃO	PARTIDO
João Teixeira de Camargo	1918-1920	PRP
Manoel Bernardo da Silva	1920-1921	PRP
Jonathas M. da Silva	1921	PRP
José Coelho Barbosa	1921-1922	PRP
Joaquim Ferreira P. Filho	1923-1924	PRP
Sebastião da Silva Leite	1925-1926	-
Antônio José Ribeiro	1926	-
Abílio Duarte de Souza	1926-1928	-
Lycurgo de Castro Santos	1929-1930	PRP
José Vieira da Cunha e Silva	1930-1931	PD
Luis Cintra	1931-1932	-
José de Camargo	1932	PC
Carivaldo Ferraz M. Dória	1932-1933	PC
José de Camargo	1933-1934	-
Sebastião da Silva Leite	1934-1935	PC
José Nogueira Marmontel	1935-1938	PC
Vicente Mercadante	1938-1940	-
Lycurgo de Castro Santos	1940-1945	PRP
Cupertino de Castro	1945-1947	PC
Joaquim Carvalho Mota	1947-1948	-
José Augusto Ribeiro	1948 -1952	PTP-UDN
Antônio Vianna Silva	1953-1956	PSP
Thiago Ribeiro	1957-1960	-
José Augusto Ribeiro	1960-1964	-
Ruy Silva	1964-1966	ARENA
Oliveiros Alberto Castro	1966-1969	ARENA VICE DE RUY
Tufi Jubran	1969-1973	MDB – ARENA
Abílio Nogueira Duarte	1973-1977	MDB
Reinaldo Antônio Silva	1977-1981	ARENA
Lauro Spera	1981-1982	ARENA VICE DE REINALDO
José Santilli Sobrinho	1983-1988	PMDB
Romeu José Bolfarini	1989-1992	PMDB
José Santilli Sobrinho	1993-1996	PSDB
Romeu José Bolfarini	1997-2000	PTB
Carlos Angelo Nóbile	2001-2004	PSC / PL / PRTB / PSDB
Ézio Spera	2005-2008	PMDB / PFL / PSB / PV
Ézio Spera	2009-2012	PP / PTB / PMDB / PR / PPS / DEM / PV / PSDB
Ricardo Pinheiro Santana	2013 - atual	PP / PV / PSDB

Obs.: Os nomes em negrito cursaram a faculdade de Direito. As cores no quadro indicam a relação de parentesco entre os candidatos.

¹⁶⁵ **Fontes:** TANNO, Janete Leiko. *Op. cit.*; Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=303220>. Acesso em 15 de setembro de 2014; Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_sel. Acesso: 10 set 2014; Fórum de Assis. Prefeitos de Assis. *Voz da Terra*. Disponível em: <http://www.vozdaterra.com.br/forum-de-assis/42-voz-da-terra/164-prefeitos-de-assis.html>; <http://www.ajorb.com.br/vt-forum-05-09.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2014; Salve Assis Comemorando 70 Anos. *A Gazeta de Assis*. Assis, 30 jun. 1975, p. 1-4; *Voz da Terra*; *A Gazeta de Assis*.

Observamos que principalmente a partir de 1980 a OAB demonstra oposição explícita à Ditadura Militar, o que é percebido por meio de matérias de repúdio à violência publicadas nos jornais locais. Uma das reportagens do *Voz da Terra* replica o texto publicado no Rio de Janeiro em razão da explosão no Riocentro. Já em junho de 1981 o presidente da Subseção de Assis, Carlos Pinheiro, aparece em reportagem na primeira página do jornal *Voz da Terra* com a manchete: “OAB manifesta repúdio”.

A notícia contém explicação de que Carlos Pinheiro e Francisco de Assis Pereira, presidente e vice da Subseção da OAB local, assinaram protesto contra as autoridades policiais de Assis. Segundo o jornal o documento explica que:

O presidente da OAB em Assis concordou que a reação dos advogados foi provocada pelas prisões de três estudantes e um professor universitário, antes da visita do governador Paulo Salim Maluf à cidade [...] Diante desses inomináveis abusos – frisa o documento (prisões arbitrárias de clientes; impedimento à liberdade de conversar com detidos; tratamento ríspido e desrespeitoso; referências desairosas e até atrevidas a advogados em informações e outros fatos) que se tornam frequentes, e infelizmente se repetem amiúde, a OAB – Seção de Assis – se coloca intransigente ao lado dos advogados, na defesa das prerrogativas da classe [...] Os advogados apelam em seguida à serenidade e firmeza do Poder Judiciário “que deve coibir tais abusos e arbítrios, impedindo a proliferação impune e maléfica dos mesmos, que em qualquer hipótese, desprestigia a própria Justiça”¹⁶⁶.

Como um dos desdobramentos da conjuntura política ora analisada, principalmente após os anos de 1970, percebemos alterações no quadro da categoria dos advogados. Adentram representantes de outros segmentos sociais, profissionais de diversas áreas que procuram se estabilizar com a carreira jurídica, muitos dos quais ocuparam papel de destaque, obtendo importantes conquistas para a advocacia, conforme passaremos a analisar.

1.3 Alterações e permanências: advocacia na cidade de Assis no decorrer da segunda metade do século XX

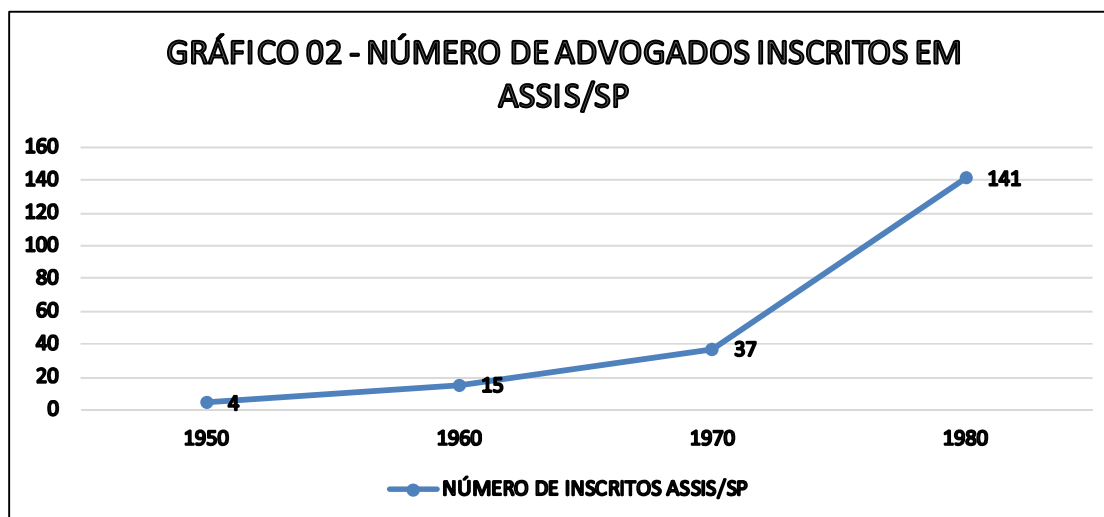
A abertura de cursos de Direito em faculdades na região de Assis durante a segunda metade do século XX contribuiu para o aumento dos profissionais da categoria na cidade. A década aludida demonstra propostas antagônicas com relação ao ensino no Brasil, derivadas da tomada do poder político pelos militares. As sugestões de reformas significativas

¹⁶⁶OAB manifesta repúdio. *Voz da Terra*. Assis, 17 junho 1981, p. 1.

da educação, iniciadas no governo de João Goulart, sofreram alterações durante o Regime Militar, sendo que o incentivo ao ensino privado, em substituição ao ensino público de qualidade, fez parte da política deste regime. Nesse aspecto, questões de cunho nacional e também local impulsionam a alteração do perfil acadêmico da categoria dos advogados.

Principalmente após 1970, devido à criação de cursos de ensino superior em Direito próximos à cidade de Assis, e, ainda, considerando o aumento do incentivo à educação privada, muitos profissionais e estudantes passaram a optar por esta graduação, que aos olhos da população era uma carreira de prestígio e *status*. Além disso, o aumento das demandas judiciais, frequentemente debatido nos jornais de circulação local, demonstravam as possibilidades que a graduação poderia oferecer.

Neste aspecto, de um ambiente com poucos profissionais, letrados em faculdades da capital, de renome e prestígio concebido nacionalmente, a advocacia recebeu durante a segunda metade do século XX uma leva maior de adeptos. Vale salientar que, apesar do aumento do número de instituições de ensino superior nos anos de 1960 e 1970, muitas dessas graduações possuíam uma rigidez comum às cátedras das faculdades de Direito¹⁶⁷. Porém, o ingresso nos cursos, seja pelo encurtamento da distância, seja pelo afrouxamento dos exames de admissão, contribuiu para o aumento do número de advogados nas cidades interioranas, conforme observado no gráfico 02, que demonstra a quantidade de advogados inscritos na cidade de Assis, por décadas.



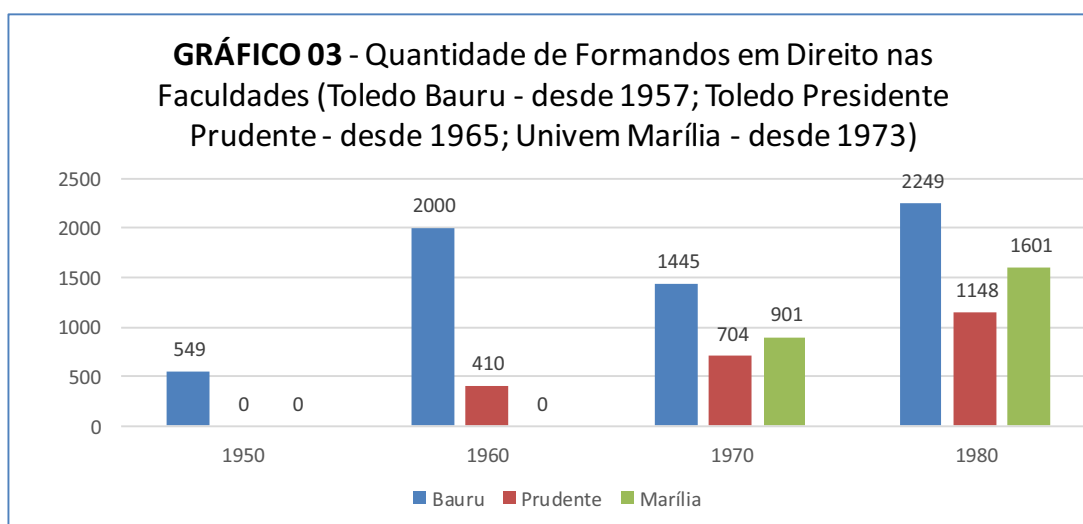
Fonte: Ordem dos Advogados do estado de São Paulo

¹⁶⁷ Nas entrevistas os advogados comentam da rigidez da graduação em Direito e dos excelentes professores que ministravam as aulas.

O gráfico 02 apresenta, ainda, um salto em inscritos dos anos 1970 para os anos 1980. Isso demonstra que nos anos de 1980 as características da categoria dos advogados se altera novamente. Uma quantidade significativa de profissionais passa a optar pela graduação em Direito. Cada vez menos profissionais são formados nas faculdades da capital, sendo a grande maioria graduada na cidade de Marília, a mais próxima de Assis a receber o curso de Direito. Frequentar este curso, mesmo que em faculdades particulares, torna-se cada vez mais plausível.

Considerando as possibilidades de locomoção até Marília por carro ou ônibus e o prestígio do curso, a quantidade de profissionais da área aumenta consideravelmente na cidade de Assis e na região. Além disso, a década de 1980 traz de volta a abertura política do país, que culmina com a redemocratização e os inúmeros benefícios da queda do Regime Militar, dentre eles a possibilidade da educação superior sem o medo do cerceamento outrora comum.

Nesse aspecto, percebemos por meio do gráfico 03 que os anos 1980 apresentam maior quantidade de alunos frequentando o curso de Direito nas três faculdades analisadas, sendo comum o crescente e gradual aumento dos ingressantes, ressalvado o decréscimo na Toledo de Bauru dos anos de 1960 para os anos de 1970, que pode ser considerado, dentre outros fatores da conjuntura, em virtude da abertura de faculdades nos anos de 1970, dividindo os alunos da região.



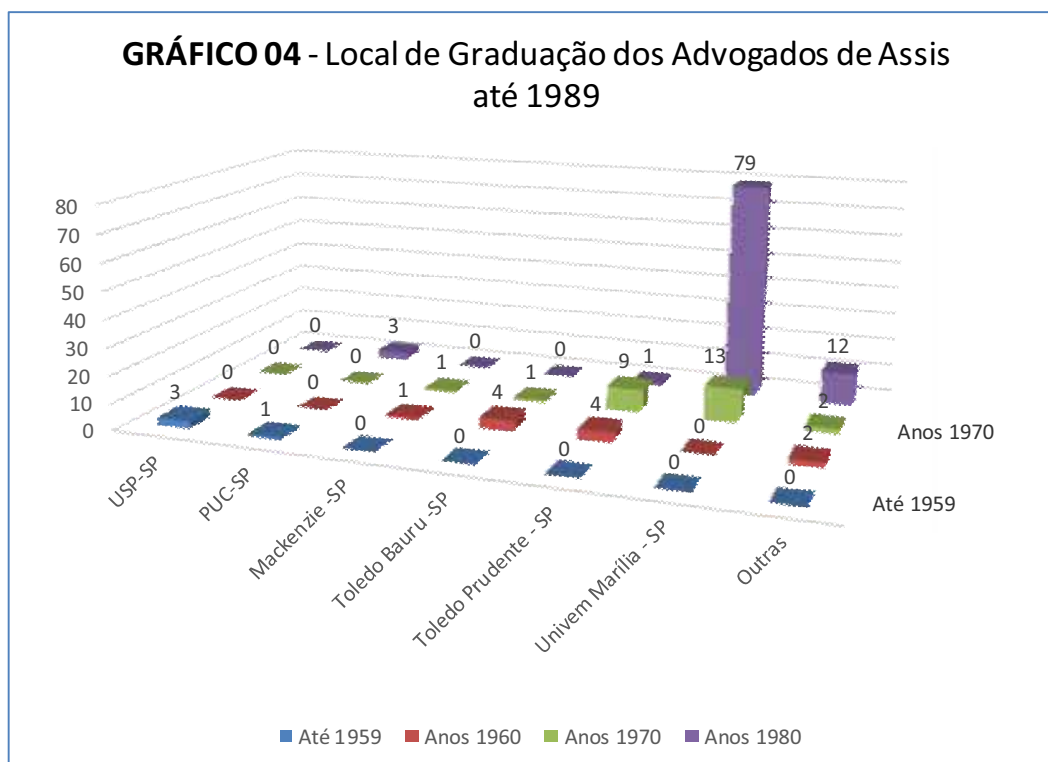
Fonte: Faculdade UNIVEM – Marília/SP, Faculdade Toledo – Presidente Prudente/SP, Faculdade Toledo – Bauru/SP.

O crescimento urbano e com ele o aumento das práticas sociais que requerem a interferência do Poder Judiciário e, por consequência, da figura do advogado, são fatores importantes para considerarmos o aumento dos advogados após 1970 na cidade de Assis. Por meio da análise do desenvolvimento urbano da cidade percebemos que o êxodo rural, principalmente nos anos 1960, fez com que a população urbana e os limites da cidade crescessem. E essas alterações refletem no Poder Judiciário¹⁶⁸.

Observando o gráfico 04, percebemos que o número de advogados cresce consideravelmente dos anos 1960 para os anos 1980, o que pode ser explicado por meio de alguns fatores da conjuntura do período, dentre eles o desenvolvimento urbano local e regional. Além disso, o crescimento da escolarização e o recebimento de instituições necessárias para a profissionalização dos cidadãos contribuem para o aumento dos profissionais de Direito na cidade.

Por meio do gráfico 04, reforçamos que as instituições de ensino superior dedicadas à graduação em Direito próximas à região de Assis (Bauru, Prudente e Marília), principalmente a Fundação de Marília/SP, foram as principais responsáveis pela formação da maioria dos advogados atuantes na cidade de Assis a partir dos anos 1960.

¹⁶⁸ A necessidade da mudança do Fórum nos anos de 1960 percebida pelos periódicos locais e tratada anteriormente demonstra um indício do aumento significativo das demandas judiciais nos anos 60 do século XX. As questões e alguns dos impactos do êxodo rural já foram tratados no subitem anterior.



Fonte: Ordem dos Advogados – Subseção de Assis/SP¹⁶⁹.

A Fundação de Marília é uma instituição de ensino superior privada que formou sua primeira turma em Direito em 1973. Para cursá-la o aluno deveria arcar com os custos da faculdade, o que indica duas opções: ou o estudante era membro de uma família da elite ou da classe média, ou o estudante deveria trabalhar para pagar seu estudo. Dos entrevistados, a maioria trabalhava durante o dia e estudava no período noturno¹⁷⁰, não se dedicando somente ao ensino superior. Isso demonstra que esses advogados não eram, exclusivamente, provenientes de famílias ricas, apesar de muitos deles terem construído um capital financeiro significativo no decorrer da profissão.

Além disso, notamos por meio das entrevistas e da pesquisa em periódicos locais e nas instituições de ensino que a graduação, principalmente após a abertura de cursos na região de Assis, foi procurada por vários profissionais já estabelecidos no mercado de trabalho, os quais buscavam estabilidade em sua própria profissão ou melhores oportunidades.

Muitos graduados em Direito após a segunda metade do século XX eram profissionais de outras áreas que desejavam conseguir melhores cargos ou promoções. Em

¹⁶⁹ Os dados baseiam-se no número de inscritos ainda ativos e, por isso, presentes no cadastro da Subseção.

¹⁷⁰ Duas das três mulheres entrevistadas apontam que trabalhavam durante a graduação. Todos os homens entrevistados trabalhavam durante o período da graduação.

entrevista, a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti¹⁷¹ afirma que seu marido e ela cursaram a graduação em Direito na Fundação de Marília, no início da década de 70, e que ambos já possuíam outra formação superior, sendo que ela se dedicou à advocacia após a graduação, mas que o marido optou pelo curso, pelo menos inicialmente, para o melhor desempenho em sua atividade já existente.

Deste modo, delimitamos algumas características que se sobressaem no perfil dos advogados atuantes na cidade de Assis nos anos de nossa análise, em contraposição aos antecessores. Os primeiros profissionais dedicados à advocacia durante a primeira metade do século XX necessariamente cursaram graduação em Faculdades distantes da cidade de Assis, sendo que o primeiro advogado inscrito na 27ª Subseção formou-se com 26 anos de idade, o que demonstra um ingresso, se não imediato, mas em idade correspondente ao término do ensino superior. Esses profissionais deveriam pertencer a famílias de posses, pois a manutenção da graduação em cidades afastadas demandava custos elevados. Talvez justamente por estas características que a cidade de Assis apresente até os anos de 1950 apenas sete inscritos como advogados na respectiva Subseção¹⁷².

Com a abertura dos cursos de Direito na região cada vez menos profissionais procuravam as instituições da capital, as quais também sentiram a influência negativa do regime ditatorial. Em reportagem datada de 22 de janeiro de 1966, já no período de Ditadura Militar e vigência dos Atos Institucionais, o jornal *A Gazeta de Assis*¹⁷³ demonstra a dificuldade de cursar uma faculdade pública na cidade de São Paulo. A matéria aponta que houve 1.643 candidatos para 350 vagas da Faculdade de Direito no ano de 1965. Neste caso, o jornal critica o pouco número de vagas e faculdades para atender àqueles que sonham com o curso superior. Além disso, a reportagem ainda explica os altos custos da graduação, elencando que um volume de Direito Penal custava 12 mil cruzeiros e cada código, em média, 7 mil cruzeiros¹⁷⁴. Em virtude das dificuldades, o autor descreve que:

Como se vê, o direito de estudar transformou-se, em São Paulo, no privilégio de ingressar numa Faculdade e ter dinheiro para comprar livros e material caríssimo. Em São Paulo é assim. E no resto do Brasil? Ora, se no estado mais rico as coisas vão desse jeito, que poderá pretender, em outras regiões o

¹⁷¹ Entrevista com Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013. A advogada graduou-se em Letras, Pedagogia e Direito, sendo Diretora da escola estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz por 13 anos.

¹⁷² Ressaltamos a existência de profissionais inscritos em outras subseções, mas atuantes em Assis, ou ainda, advogados provisionados.

¹⁷³ MOREIRA, Alexandre. O direito de estudar. *A Gazeta de Assis*. Assis, 22 jan 1966, p. 1.

¹⁷⁴ Considerando que o salário mínimo de março de 1966 era de 84 mil cruzeiros, a compra de apenas estes dois itens indicados no periódico já corresponde ao custo de mais de 20% do mínimo nacional. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/sal_min/. Acesso: 14 nov 2013.

pobre estudante que tenha veleidades de frequentar um curso superior? [...] Se não há vagas nas escolas superiores, se os moços são obrigados a ficar anos e anos disputando vestibulares, à espera de uma oportunidade [...]”¹⁷⁵.

Por meio da publicação e das entrevistas realizadas observamos que a graduação em Direito, mesmo que realizada em uma instituição pública, demandava do estudante capacidade financeira. Além disso, a reportagem transparece os questionamentos lançados contra o governo militar, que deixou de lado as reformas pensadas por Goulart durante o curto regime democrático brasileiro para assolar o país com o medo, a repressão e a censura. Nesse aspecto, as faculdades, principalmente os cursos tradicionais de humanas, foram objeto de vigilância contínua por parte dos militares. Sobre o assunto, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis destacam que,

Numa instituição de elite, como a Universidade de São Paulo, mas já aberta às classes médias, a convivência entre alunos, e deles com muitos professores, era intensa – condição primeira para o crescimento do ativismo estudantil e sua significativa presença social. A hostilidade do regime ao mundo acadêmico, em especial aos cursos de humanidades, tidos como “antros de subversão”, só fazia aumentar o poder de sedução da vida universitária sobre os jovens e o “espírito de corpo” que se formava naturalmente nas escolas, ao qual era quase impossível ficar alheio. Sob o autoritarismo, a universidade era o ambiente onde política e vida privada se confundiam numa experiência única – e inédita – para um número expressivo de estudantes¹⁷⁶.

Na cidade de Assis a influência da ditadura foi percebida pelos advogados e pela população, principalmente os ferroviários e estudantes universitários que foram constantemente assolados. Segundo recorda a Dra. Edna Maria de Carvalho, que trabalhou na UNESP durante o Regime Militar, antes de ingressar na carreira jurídica:

O advogado tinha que ser muito cuidadoso no que falava, no que escrevia, senão ia preso. Era debaixo do medo. Muitos colegas nossos foram presos, sumiam! No período lá da minha escola vivia cheio de soldado [...] a gente evitava ficar em grupinhos. E eu ainda trabalhava na UNESP, a polícia vivia ali na UNESP [...] Sabe, foi uma repressão e a gente sabia das pessoas que sumiam, você vivia meio apavorada. Foi muito bom quando vieram as Diretas¹⁷⁷.

¹⁷⁵ MOREIRA, Alexandre. O direito de estudar. *A Gazeta de Assis*. Assis, 22 jan 1966, p. 1.

¹⁷⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz. *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 363-364.

¹⁷⁷ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

Na fala da entrevistada visualizamos que o medo também assolava a categoria dos advogados, bem como os estudantes das faculdades privadas do interior que se viam monitorados pelos militares, os quais buscavam evitar qualquer tipo de ameaça ao regime imposto¹⁷⁸. O advogado e político Dr. Tufi Jubran também comenta que sofreu grandes reprimendas com o Regime Militar, principalmente porque era um político ativo do MDB e vinculado às questões sociais. O entrevistado relata:

O que eu sofri [...] Tinha um delegado regional [...] “Os investigadores foram lá no seu escritório, você tá cheio de livro de capa vermelha”. Falei: “O senhor está brincando? Os livros dos tribunais todos são vermelhos!” “Ah, mas eles estão achando que é livro comunista [...]” Assis foi uma das cidades do estado de São Paulo que mais inquéritos teve. Olha, o que eles pegaram de ferroviário, tinha mais de trezentos inquéritos, foi uma loucura¹⁷⁹.

Percebemos que a conjuntura política a partir dos anos 1960 dificultou a militância dos advogados e também de tantos outros profissionais e estudantes. Entretanto, a cidade de Assis recebeu profissionais advindos das faculdades particulares de Direito da região, que enfrentaram o regime e se formaram no curso almejado.

Evidente que era necessário condição financeira para cursar a graduação em Direito em instituições privadas, mesmo que próximas à cidade. Porém, ao menos na cidade de Assis, alguns dos advogados de maior destaque na profissão no período em que trabalhamos não pertenciam à elite e não cursaram faculdades públicas de renome, constituindo uma categoria em ascensão, formadora de seu próprio *status* e patrimônio.

Neste caso, percebemos que a advocacia recebeu um novo profissional, formado em faculdades privadas, muitos deles que já exerciam uma profissão anterior à advocacia e optando pela graduação não apenas pela vocação profissional, mas também pela busca de sua estabilidade financeira. Seguindo esse posicionamento, alguns de nossos entrevistados como o Dr. Osvaldo Trevisan e o Dr. Carlos Pinheiro, explicam a necessidade de conquistar a estabilidade financeira por meio da graduação em Direito¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Dr. Roldão Valverde explica que uma das diferenças sentidas no período da Ditadura foi a proibição de realizar reuniões na rua sob pena de a polícia reprimir considerando que poderia ser o início de um movimento contra o regime. Já o Dr. Luís Álvaro destaca que não seria a pessoa mais indicada para falar sobre a repressão do período militar para a advocacia, considerando que ele não atuava com questões políticas. Porém, o advogado esclarece que os profissionais que atuavam na esfera política sentiam cerceamento e até inibição em virtude das proibições do regime. Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013; Entrevista com o Dr. Luís Álvaro Gonçalves. Data 16 de outubro de 2013.

¹⁷⁹ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

¹⁸⁰ Dr. Osvaldo Trevisan explica em sua entrevista o amor pelas letras, mas a necessidade capitalista de abandonar a docência e partir para a área jurídica, mais especificamente os concursos públicos. Já o Dr. Carlos

A advocacia, bem como os cargos relacionados ao Judiciário, como procurador, promotor e juiz, tiveram uma ascensão em termos financeiros no decorrer nos anos de 1960, ao contrário do magistério¹⁸¹. Essa alteração pode ser percebida segundo a entrevista do Dr. Oswaldo Trevisan, advogado inscrito na cidade de Assis desde 23 de agosto de 1960.

Dr. Oswaldo Trevisan é descendente de italianos. Seu pai era Pedro Trevisan e sua mãe Olinda Longuini Trevisan. Nasceu em Assis, no dia 1º de maio de 1933¹⁸², e casou-se aos 26 anos de idade com Zaira Miguel Trevisan, com quem teve três filhos: Sílvia Helena Miguel Trevisan, Carlos Henrique Miguel Trevisan e Ana Cecília Miguel Trevisan¹⁸³.

O entrevistado narra que seu pai possuía um comércio na Vila Coelho, em Assis, mas que veio a falecer com apenas trinta e três anos de idade. Nesse caso, sua mãe conseguiu proporcionar estudo aos filhos com muito sacrifício, sendo que o advogado morou na zona rural e trabalhou como leiteiro para contribuir com o sustento da família.

Em entrevista, Dr. Oswaldo explica que, em virtude de ter se formado no colegial e no curso Normal, foi para São Paulo em busca de uma vaga junto ao SENAI, para ministrar aulas, sendo admitido com dezenove anos de idade, em 1952. Diante dessa oportunidade ele pôde cursar Letras na Universidade de São Paulo a partir de 1953 e Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 1954, justificando que o curso de Direito não foi realizado no Largo de São Francisco porque ele não poderia fazer dois cursos oficiais gratuitos. Além disso, que a PUC era próxima do SENAI, permitindo que ele frequentasse as aulas e continuasse trabalhando para manter-se em São Paulo.

Pinheiro expõe que, apesar de passar no vestibular de História na Unesp de Assis, optou por cursar Direito na Fundação de Marília pela necessidade de conseguir recursos financeiros para sustentar sua família, pois já era casado e possuía uma filha quando ingressou na graduação. Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012; Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

¹⁸¹Na entrevista datada de 05 de outubro de 2012, Dr. Oswaldo Trevisan aponta, por mais de uma vez, que acredita que a educação de base é o caminho principal para a formação do profissional e do indivíduo. Narrando sobre seus professores, o entrevistado expõe que tinham uma dedicação maior ao ensino. Intitulando-os de professores extraordinários, o entrevistado se lembra que os ensinamentos por eles transmitidos lhe proporcionaram capacidade de igualar-se àqueles que possuíam maior renda. Um dos fatores apontados em sua entrevista se refere à remuneração desses professores, que era considerada elevada. Enfatizando esse dado o entrevistado ainda comenta que aquele que se casava com uma professora do primário era considerado “chupim”, pois teria uma vida econômica tranquila devido à alta remuneração dos professores.

¹⁸²O advogado conta que nasceu em 26 de abril de 1933, mas seu pai o registrou posteriormente, para evitar o pagamento de uma multa, declarando como dia de seu nascimento 01 de maio de 1933. Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

¹⁸³Seu filho Carlos Henrique Miguel Trevisan é desembargador do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e sua filha Sílvia Helena Miguel Trevisan é advogada. A filha mais nova, Ana Cecília Miguel Trevisan, é arquiteta e casada com advogado e procurador. Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012.

Em determinado momento o entrevistado teve que optar por apenas uma graduação e escolhe o Direito. Concorreu-se como oficial de justiça para garantir financeiramente a continuidade de seus estudos e, após a finalização, retornou para a cidade de Assis, onde passou a atuar como professor do ginásio e advogado, a partir de 1960¹⁸⁴.

Apesar de não ter concorrido ao cargo de presidente da Subseção da ordem dos advogados, Dr. Oswaldo envolveu-se na política da cidade. Foi sócio de um dos advogados mais atuantes no poder executivo e legislativo durante a segunda metade do século XX, Dr. Tufi Jubran, e foi também procurador do Estado.

Percebemos que o Dr. Oswaldo teve a possibilidade de cursar Direito em uma faculdade de São Paulo, como os antecessores da categoria. Entretanto, sua narrativa demonstra as dificuldades enfrentadas para conseguir completar seus estudos. Apesar de ser filho de comerciante, a origem humilde do advogado é apresentada em vários momentos de sua fala. Além disso, o fato de seu pai ter falecido com apenas 33 anos de idade contribuiu para que o prosseguimento de seus estudos fosse dificultado pela necessidade de participar do sustento da família, bem como de trabalhar para se manter na capital.

Após a conclusão de seus estudos percebemos que o profissional se destacou na cidade de Assis. Ingressou em uma das carreiras jurídicas (como Procurador do Estado) tendo a possibilidade, segundo sua narrativa, de construir um patrimônio para sobreviver orgulhosamente. O advogado demonstra o início da alteração do perfil da categoria dos advogados, que passa a receber profissionais de outros segmentos sociais. Sua entrevista também nos permite perceber as alterações no próprio seio das carreiras do magistério e do Judiciário.

Segundo o depoimento do Dr. Oswaldo Trevisan, no início de sua carreira efetiva como docente e advogado ele foi procurado pelo então juiz de direito da comarca de Assis, Dr. Carlos Mendes Coelho, com o objetivo de que aceitasse uma indicação para prestar um concurso para juiz. Porém, explicando que já possuía família, o advogado enfatiza que teve de recusar a proposta porque ganhava muito mais como professor do que ganharia como juiz de direito¹⁸⁵. Dr. Oswaldo explica que em 1968 participou do concurso para procurador,

¹⁸⁴ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012. O entrevistado relata que posteriormente conclui o curso de Letras na UNESP de Assis, em 1969.

¹⁸⁵ Eu tive que rejeitar o convite, eu já era casado, já era casado com a minha mulher Zaíra Miguel Trevisan, já tinha dois filhos, a Silvia Helena, que é que trabalha hoje comigo e o Carlos Henrique que hoje já é praticamente desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Eu tive que rejeitar, eu não tinha 30 anos ainda. Pura e simplesmente por razões financeiras, eu com 36 aulas ganhava mais do que um juiz, era isso que fazia com que o ensino público fosse de alto nível, com professor bem remunerado. Entrevista com Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

em virtude de o magistério iniciar um processo de decadência, necessitando de um novo emprego para garantir seu padrão de vida.

Ressaltamos novamente que no período elencado por Trevisan o país adentrou o regime da Ditadura Militar. Neste, os cargos públicos do magistério foram rechaçados, com interferência direta na educação brasileira. Assim, nos anos 1960 a educação passou por um processo de incentivo, com padrão de ensino seletivo, o que foi se alterando no decorrer da mesma década.

Sobre o assunto, Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar expõem em seu trabalho sobre a Ditadura Militar e a proletarização dos professores que durante o regime houve impacto na política educacional sobre os professores públicos estaduais, destacando “[...] dois aspectos que, interligados, determinaram uma transformação radical na sua trajetória e composição: a) o seu crescimento numérico; b) o arrocho salarial a que foi submetida durante toda a vigência da ditadura”¹⁸⁶.

A ampliação do sistema de ensino no ano de 1967 em decorrência da Constituição Federal¹⁸⁷, tornando obrigatório o ensino de oito anos – 1º grau, com a junção de mais três anos do 2º grau, implementados pela Lei 5.692/71, fez com que a carga de ensino aumentasse, sem acompanhamento de sua qualidade. Em decorrência da falta de investimentos no setor houve a desvalorização da categoria dos professores, somada por alterações no sistema de ensino que visavam o tecnicismo. Neste aspecto,

A política educacional do Regime Militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior. Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação,

¹⁸⁶ FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso: 28 fev 2012.

¹⁸⁷Constituição Federal do Brasil de 1967 – Art. 168, § 3º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas: I - o ensino primário somente será ministrado na língua nacional; II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior; IV - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio; V - o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial; VI - é garantida a liberdade de cátedra.

tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o Regime Militar.¹⁸⁸

Por meio de algumas reportagens que circularam no jornal local durante os anos de 1962 e 1963 já visualizamos a discussão sobre as necessidades de reforma do ensino, em contraponto com o prestígio dos cargos jurídicos. No ano de 1962¹⁸⁹, durante o Governo de João Goulart, os jornais anunciam a equiparação salarial dos Promotores e Juizes do estado de São Paulo elevando os salários dos membros do Ministério Público aos vencimentos dos integrantes da Magistratura. Em 1963¹⁹⁰ nova reportagem expõe a assinatura do projeto que regula o aumento do salário dos juizes no montante de 60% dos vencimentos então vigentes, o que é reforçado, por outros interesses, pelo presidente Castelo Branco em 1964, quando em mensagem ao Congresso Nacional propõe o aumento dos vencimentos para a magistratura, membros do Ministério Público e dos serviços jurídicos da União¹⁹¹.

A matéria publicada pelo jornal *A Gazeta de Assis*, datada de 19 de outubro de 1963¹⁹², elenca o professor como um soldado da pátria e faz uma comparação com as diferenças profissionais e salariais entre professores primários, soldados, ferroviários e funcionários públicos, destacando a importância do professorado para a educação do país e o descaso com a profissão, que inicia o debate sobre as reformas necessárias no setor educacional. Tais questões levantadas no governo democrático de Goulart são, infelizmente, afastadas em período posterior pelo Regime Militar, que, conforme exposto, contribui para a desvalorização da categoria dos professores.

Com a alteração do cenário relacionado ao magistério em razão da interferência direta do Regime Militar, a profissão antes valorizada iniciou seu declínio no final dos anos 1960. Neste caso, como também deve ter ocorrido com outras pessoas em situações similares, a questão financeira interferiu significativamente na vida profissional do Dr. Oswaldo Trevisan¹⁹³. Apaixonado pelas letras, acreditamos que ele se manteria como

¹⁸⁸ FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Op. cit., p. 1161.

¹⁸⁹ Constitucional a equiparação salarial entre juizes e promotores. *A Gazeta de Assis*. Assis, 13 jul 1962, p. 1.

¹⁹⁰ Juizes vão receber mais 60%. *A Gazeta de Assis*. Assis, 28 nov 1963, p. 1.

¹⁹¹ Aumento para a magistratura. *A Gazeta de Assis*. Assis, 26 ago 1964, p. 1.

¹⁹² M.L. Porque a greve do professor? *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 out 1963, p. 1.

¹⁹³ Em sua entrevista o advogado explica: “[...] eu era apaixonado pelo magistério. Eu nasci professor, tive sucesso maior do que esperava na advocacia, mas nasci professor e fui obrigado pelas circunstâncias a deixar o magistério, porque eu precisava criar três filhos, precisava ganhar dinheiro, nós vivemos num mundo capitalista”. Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

professor se a condição de remuneração desta profissão tivesse acompanhado os altos salários ofertados ao Poder Judiciário.

Fica evidente que a situação do professorado é de decadência dos serviços e das políticas salariais, e, ao contrário, os membros do Poder Judiciário, pelo menos do alto escalão¹⁹⁴, continuaram com incentivos financeiros provocando cada vez mais o interesse dos futuros profissionais pelas carreiras jurídicas. Isso porque, com o advento da Ditadura, os professores foram rebatidos e, ao contrário, os cargos jurídicos dos quais os militares precisavam do apoio foram incentivados.

Sobre os honorários advocatícios notamos que com o aumento de profissionais os valores cobrados para a atuação dos advogados passaram por alterações que modificaram, inclusive, o perfil da categoria. Na narrativa dos advogados entrevistados, percebemos que principalmente durante as décadas de 60 e 70 do século XX a profissão da advocacia era muito bem remunerada. Dr. Oswaldo Trevisan, por exemplo, como advogado e posteriormente procurador, demonstra em sua entrevista que conseguiu construir um capital financeiro suficiente para lhe garantir “sobreviver orgulhosamente”¹⁹⁵.

O causídico ainda explica sua opinião sobre a dificuldade da advocacia atual em comparação com o período inicial de sua atuação, indicando que ele pode manter o valor ético profissional, pois a profissão lhe deu condições financeiras para isso. No entanto, o advogado coloca em xeque as atitudes comprometedoras de alguns profissionais, fazendo uma reflexão sobre as condições atuais da advocacia, que não garantem a toda a categoria uma situação financeira tranquila e que, por isso, talvez expliquem algumas atitudes desviantes¹⁹⁶.

Para compreendermos um pouco mais as diferenças financeiras da remuneração da advocacia do início da segunda metade do século XX, cabe aqui destacar a narrativa do Dr. Carlos Pinheiro, sobre sua primeira atuação profissional. Nascido na cidade de Sertaneja, no estado do Paraná, no dia 03 de setembro de 1944, é filho de Belmiro Pinheiro e Irene Fonseca Pinheiro, ele comerciante e ela dedicada às prendas do lar. Formado em Direito pela Fundação Eurípides Soares da Rocha em Marília/SP, no ano de 1974, Dr. Carlos

¹⁹⁴Os serventuários da justiça também enfrentaram movimentos de greve durante o ano de 1963 com a reivindicação de melhores condições de trabalho e aumentos salariais. Percebemos que aos membros do alto escalão do Poder Judiciário competiam situações de equiparação salarial e aumento de vencimentos promovidos pela Presidência do período, o que demonstra que no âmbito do Judiciário as mudanças já estavam ocorrendo, no governo de João Goulart.

¹⁹⁵Entrevista com Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

¹⁹⁶Primeiro o causídico contesta a atuação profissional com atitudes desviantes. Porém, como brilhante letrado, coloca em questão a situação atual da advocacia e faz uma indagação para si próprio, refletindo: “Eu tenho minhas dúvidas se eu manteria esse nível de altíssimo vigor se eu estivesse numa situação financeira deplorável, que exigisse de mim um ganho no final do mês para poder sustentar a minha família. Então é problemático”. Entrevista com Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

Pinheiro está inscrito na entidade de classe desde 09 de março de 1976. Casou-se com Maria Heloísa Affonso Pinheiro, com quem teve três filhos¹⁹⁷.

Na entrevista o advogado explica que teve na figura de um fazendeiro ludibriado por um agrônomo o seu primeiro cliente na área cível, o qual o procurou não por indicação, mas apenas porque na frente de seu escritório recém-locado existia uma placa com a indicação “advogado”¹⁹⁸.

O entrevistado conta que estava limpando seu escritório quando o cliente entrou na sala procurando por um advogado. Percebendo a situação constrangedora, respondeu: “Não parece, mas sou eu!”. Após ouvir o cliente, Dr. Carlos Pinheiro buscou orientação de seu amigo e também advogado, Dr. Hélio Saldanha, profissional que já militava e que foi lembrado por Dr. Carlos como um professor no início de sua carreira. Ambos partiram para São Paulo para tentar resolver a questão solicitada pelo cliente de nome Francisco.

Conseguindo solucionar o entrave e recuperando a maior parte do dinheiro de seu cliente, Pinheiro narra sua preocupação em quanto e como cobrar. Em conversa com Dr. Hélio Saldanha ambos concluíram que a cobrança justa seria de 10%. O cliente, devido à felicidade da reconquista de um patrimônio dado por perdido, optou por pagar mais do que o solicitado pelo causídico. E para compreender o valor dos honorários em uma primeira ação Dr. Carlos Pinheiro expõe que:

Para você ter uma ideia, só para uma avaliação, eu fiz uma casa com aquele dinheiro, comprei um terreno por 10 milhões e fiz uma casa próximo da “D. Pascoal”, a primeira casa que eu morei não pagando aluguel [...] Então aquilo motivou¹⁹⁹.

Não deixando de lado a sorte, que contribuiu para que um cliente que não o conhecesse batesse em sua porta e lhe entregasse como primeira ação uma demanda de alto valor financeiro, destacamos que quando o advogado entrevistado se esforça em demonstrar o que conseguiu adquirir de bens com a remuneração de apenas uma ação, quer apontar uma situação que não considera mais como comum para a advocacia atual. Prosseguindo na narrativa, Dr. Carlos Pinheiro comenta ainda a realização de júris na atualidade:

¹⁹⁷ Seus filhos são: Fabiane Affonso Pinheiro, Carlos Henrique Affonso Pinheiro e Marcelo Affonso Pinheiro. Seu filho Carlos Henrique Pinheiro é advogado atuante na cidade de Assis. Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

¹⁹⁸ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

¹⁹⁹ Idem.

E hoje, agora não estamos fazendo muito até porque hoje o Júri ficou meio banalizado. Não que eu seja um advogado que cobre caro, mas eu gosto de cobrar preço justo. Hoje eu me valorizo porque eu sei o quanto foi difícil eu chegar até aqui, ou eu faço de graça ou eu cobro um preço justo. Isso tem dificultado um pouco você pegar o serviço²⁰⁰.

Percebemos pelas entrevistas aos advogados atuantes a partir dos anos de 1960 que a advocacia era uma profissão distinta em nível social e econômico. Nesse caso, esses profissionais continuavam representando a elite da sociedade, mesmo que suas origens fossem diversas. E os altos ganhos proporcionavam uma condição financeira diferenciada, possível de gerar para parte da categoria condições para construir um patrimônio significativo no decorrer da profissão.

Entretanto, reforçamos que as características da categoria, bem como da própria profissão, alteraram-se gradualmente. Analisando os profissionais da primeira metade do século XX, bem como a categoria após os anos de 1960, percebemos algumas alterações. Um advogado que aponta a guinada do perfil da advocacia pela sua biografia e que também indica a preocupação dos advogados em se organizarem enquanto categoria é o Dr. Carlos Pinheiro.

O advogado conta em entrevista que antes de ingressar na carreira jurídica trabalhou em diversas atividades. Na sua infância foi cobrador, pois seu pai possuía uma pequena linha de ônibus de Assis a Paraguaçu. Quando o pai vendeu a linha de ônibus Carlos Pinheiro foi trabalhar em um ferro velho e em uma borracharia, sendo também ascensorista do primeiro prédio de Assis, o edifício Vieira Dias. Segundo o entrevistado, “[...] na verdade eu não era ascensorista, eu trabalhava de ascensorista nas horas de folga, porque eu era faxineiro (risos), eu trabalhava na faxina do hotel”²⁰¹. Com a experiência adquirida no ferro velho, e após completar 18 (dezoito) anos, Dr. Carlos passou a trabalhar como caminhoneiro²⁰².

Após seu casamento, frequentou o curso “Madureza”, que no período era comum para obtenção da conclusão dos estudos, funcionando segundo o entrevistado como um tipo de supletivo. Prestou vestibular na Unesp de Assis, com a opção em História, tendo entretanto desistido de ingressar no curso e optado por frequentar a faculdade de Direito na cidade de Marília/SP. Sobre o assunto, o entrevistado explica:

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Dr. Carlos possui um andar do prédio em que trabalhou como faxineiro/ascensorista.

²⁰² O entrevistado conta que se envolveu com o Direito por meio de apostilas. Segundo suas memórias, ele possuía um amigo que era responsável pelas apostilas do curso de Direito da cidade de Presidente Prudente e que lhe fornecia os materiais que sobravam. A leitura foi agradável e interessante, a ponto de incentivá-lo a optar pela graduação em Direito.

No meio do ano eu fiz vestibular para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Assis. A minha opção primeira era História. Passei em décimo sétimo lugar e, posteriormente, eu vi que a História não ia [...] eu ia ter que contar muita história para poder ganhar dinheiro e casado com possibilidade de filhos para o futuro. Eu me senti na necessidade de optar por outra profissão, por outro curso que me possibilitasse ganhar um pouco mais, até em virtude da responsabilidade de casado. Minha mulher era professora, tinha o seu salário, mas eu sempre fui meio machista (risos), eu sempre quis manter a casa, e fazia isso numa luta danada, mas sempre mantive. Evidentemente a mulher ajudava [...] Mas a manutenção da casa e as despesas primordiais mais importantes eu acho que eu tinha essa obrigação de fazer. E fazia, mesmo com muita dificuldade. E daí eu era caminhoneiro, fui frequentar uma faculdade de Direito. Eu fui, passei, fiz vestibular de Direito em Marília e passei em 34º lugar, 37º, algo assim, e comecei em 1971 a faculdade de Direito em Marília²⁰³.

Carlos Pinheiro representa um novo profissional atuante na categoria. Formando-se com 30 anos de idade e depois de ocupar vários outros cargos durante sua trajetória, o advogado reflete características do novo perfil da categoria, formada por pessoas que tinham experiência anterior em outras profissões, que cursaram a graduação nas cidades próximas a Assis, já com família constituída no momento do curso, e que estavam interessados em uma profissão que lhes garantisse “ganhar um pouco mais”.

As mudanças na estrutura da instituição da advocacia na cidade de Assis podem ser representadas por meio deste sujeito, que demonstra com a sua trajetória de vida que a categoria, em virtude de questões de cunho político em nível nacional e local, sofreu no mínimo duas significativas alterações: uma voltada ao fato de que apenas os membros das elites poderiam cursar a faculdade de Direito, e, a segunda, relacionada ao envolvimento políticos dos advogados da cidade que deixa de ser mais relacionado ao âmbito geral para dedicar-se às questões de cunho institucional. Esta última característica é observada no papel estratégico do Dr. Carlos Pinheiro para a continuidade da constituição da Ordem dos Advogados em Assis.

Abranger uma Subseção implicava a necessidade de sua instalação física, bem como de eleições para nomear os representantes dos advogados vinculados, iniciando-se assim a organização política da categoria. Em Assis, o local físico da sede da Subseção por muito tempo funcionou efetivamente no escritório do presidente de cada gestão. Sem instalações próprias, competia ao presidente da Subseção receber as solicitações em seu escritório profissional.

²⁰³ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

O Fórum, porém, passou a disponibilizar uma sala para os advogados, que também foi considerada como a sede da Subseção. Este local era um espaço designado para que os advogados pudessem aguardar por suas audiências, bem como realizar reuniões e receber solicitações. Conforme reportagem abaixo apresentada (imagem 06) esse espaço era intitulado de “Sala dos Advogados” e serviu também para a realização das eleições da categoria.

**Ordem dos
Advogados do
Brasil**
Secção do Estado de
São Paulo

27.a SUB-SECÇÃO

De ordem do sr. Presidente sub-seccional, Dr. José Roselli, convoco todos os advogados inscritos na sub-seccção, no gozo de seus direitos, para, no dia 19 de novembro próximo vindouro, das 9 às 15 horas, comparecerem á sede da sub-seccção da Ordem nesta comarca, instalada à Rua Luiz Piza, no Forum local, na «Sala dos advogados», a fim de elegerem os membros da Diretoria da Sub-Secção, cujos mandatos, na forma do Regulamento, deverão terminar em 31 de março p. futuro de 1961.

Assis, 14-Outubro-1960

Luiz Ralpho Milhomens Costa
Secretário

IMAGEM 06 – Comunicado da 27ª Subseção (eleições). Fonte: Ordem dos Advogados do Brasil Secção do Estado de São Paulo. 27ª Sub-Secção. *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 out 1960, p. 3.

Dr. Carlos Pinheiro²⁰⁴ explica que foi solicitada ao juiz da Comarca a troca da sala dos advogados, uma sala pequena e sem condições de atender adequadamente os profissionais, por uma sala maior, onde era o Salão do Júri no segundo Fórum. Considerando que os advogados contribuíram efetivamente com a reforma do local, a troca foi aceita e os advogados puderam contar com um ambiente mais amplo e adequado no Fórum de Assis, já na década de 1970.

Em 1980, nas vésperas da eleição para a Subseção de Assis, o então candidato ao cargo de presidente, Dr. Carlos Pinheiro, afirma ao jornal *A Gazeta de Assis*²⁰⁵ que uma das metas principais de sua chapa era o pedido de doação de um terreno para a construção da “tão sonhada Casa do Advogado de Assis”. O candidato, que nesta eleição segundo a reportagem, era o único a concorrer a presidente da Subseção, demonstra em sua entrevista ao jornal que os advogados já vinham requisitando o estabelecimento para o melhor exercício da advocacia.

Durante seu mandato, no ano de 1982, Dr. Carlos Pinheiro anuncia à sociedade por meio do jornal *A Gazeta de Assis* que a seccional de São Paulo autorizou a implantação da Casa do Advogado na cidade e que as reformas do local se iniciariam. Destacamos esta conquista como um marco para a categoria, pois a partir da sua instalação os advogados tiveram um local específico para desenvolver suas atividades profissionais e demais necessidades forenses. Segundo Dr. Carlos Pinheiro, falando ao jornal local,

A casa do advogado não será destinada somente aos advogados, mas também a toda a família forense. Oferecerá diversas opções em diferenciadas atividades como: uma biblioteca para estudos e pesquisas dos advogados e estagiários; um apartamento destinado aos advogados que eventualmente venham a Assis e tenham que pernoitar; uma sala destinada aos estagiários; um bar onde os advogados terão condições de ter seus encontros de classe habituais; uma área de lazer com jogos e uma sala para conferências²⁰⁶.

Em nossa entrevista, Dr. Carlos Pinheiro narra que uma das questões mais relevantes de sua gestão foi a criação da Casa dos Advogados, justamente pelo marco de importância para a categoria, que até 1982 tinha como local de encontro a sala do Fórum. O causídico comenta que a medida inicial de escolha do local e a locação da casa foram realizadas por sua própria iniciativa, sendo que por algum tempo não houve dinheiro para

²⁰⁴ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

²⁰⁵ Hoje eleições na OAB – Seção Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 7 nov 1980, p. 1.

²⁰⁶ Brevemente Assis contará com a “Casa do Advogado”. *A Gazeta de Assis*. Assis, 6 mar 1982, p. 1.

pagar o aluguel do imóvel e que, posteriormente, a OAB seccional de São Paulo acatou a locação e passou a custear seus gastos.

Sobre a sala do advogado reservada no Fórum da cidade destacamos, ainda, sua insuficiência para atender especificamente as advogadas. Em entrevista, Dra. Edna Maria de Carvalho²⁰⁷ expõe que o local não possuía um banheiro reservado às advogadas, que recorriam aos vizinhos quando precisavam, causando uma situação desconfortável.

Essa falta de estrutura reservada ao feminino colaborou para que a Casa do Advogado fosse um marco do alinhamento entre homens e mulheres dedicados à advocacia, possibilitando um local que contribuía com a profissão e, também, com a sociabilidade da categoria. Um ambiente comum dedicado a ambos os gêneros foi essencial para estreitar os laços entre advogados e advogadas. A própria Dra. Edna Maria de Carvalho esclarece em sua entrevista que uma das questões mais importantes para a advocacia no período foi a implantação da Casa do Advogado, na gestão do Dr. Carlos Pinheiro.

Em 21 de maio de 1982²⁰⁸ ocorreram palestras na inauguração da Casa do Advogado, instalada na Rua São Paulo, nº 97, próximo ao local onde seria estabelecido em 1983 o novo Fórum da cidade. No dia seguinte, um sábado, houve um churrasco no Centro Social Urbano, que marcou as festividades desta conquista para a advocacia²⁰⁹. O presidente da Subseção, Dr. Carlos Pinheiro, recebeu do Dr. Edmundo Dugaich um cartão de prata em agradecimento a esta conquista.

²⁰⁷ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

²⁰⁸ As palestras promovidas na solenidade para inauguração da “Casa do Advogado” foram: Os deveres do advogado com o palestrante Dr. Mauro Lacerda de Ávila; Ética através dos tempos com o palestrante Dr. Marcelo Guimarães da Rocha e Silva; e Procedimento Ético do Advogado Criminal com a palestrante Dra. Zulaiê Cobra Ribeiro. In: Casa do Advogado, de Assis. Hoje, Palestra – Amanhã, Inauguração. *A Gazeta de Assis*. Assis, 21 mai 1982, p. 1.

²⁰⁹ Inaugurada a Casa do Advogado em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 25 mai 1982, p. 1.

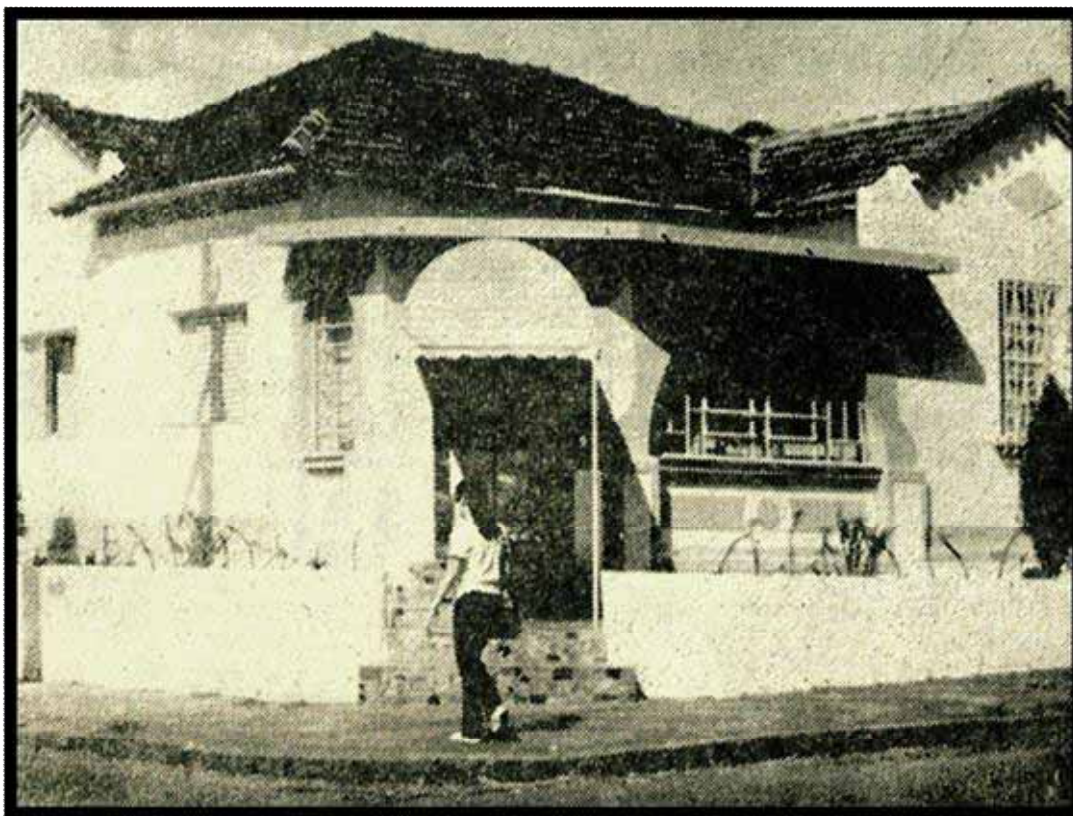


IMAGEM 07 – Casa dos Advogados (1982). Fonte: Inaugurada a Casa do Advogado em Assis. *A Gazeta de Assis*, 25 mai 1982, p. 1.

As solenidades realizadas e sua divulgação no jornal da cidade não apenas confirmam a importância do evento para a categoria, mas também denotam que as Gestões preocupavam-se em anunciar seus feitos para a sociedade, já com objetivos tipicamente políticos de elencar os benefícios conquistados em prol da categoria e da população.

Nesse sentido, visualizamos no ano de 1983 que o periódico *A Gazeta de Assis* passou a encartar o jornal “O Advogado”. Segundo reportagem, a gestão 83/85 explica que o jornal “O Advogado” estava em seu terceiro ano, e, como medida de aprimorá-lo, optou-se por:

[...]fazer circular não somente entre os advogados e pessoas ligadas à Justiça, mas também que o nosso jornal chegasse até as mãos do grande público, a fim de que a comunidade tomasse conhecimento da atuação dos advogados de um modo geral, em especial os de Assis, Cândido Mota e Palmital, cujas comarcas integram a 27ª sub-seção da OAB. Cremos que, da maneira como foi idealizado, encartando nosso jornal ao da “A Gazeta de Assis”, que é de grande circulação, conseguimos atingir nosso objetivo²¹⁰.

²¹⁰ Definir alternativas. *O advogado*. Órgão de divulgação da 27ª sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. Fonte: *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun 1983, p. 5.

Trazendo matérias que tratavam das metas da gestão, do envolvimento da OAB na luta pela implantação da terceira vara na cidade de Assis, além de informações de interesse da categoria e da sociedade, o jornal citado reforça o posicionamento das gestões de enunciar seus feitos e seus objetivos, nesse caso destacando, ainda, os advogados à frente da Subseção, o que quando divulgado para toda a sociedade pode ser considerado como um forte ato publicitário, conforme imagem 08 apresentada, em que vemos os cargos e os nomes dos representantes da Subseção da OAB em Assis.

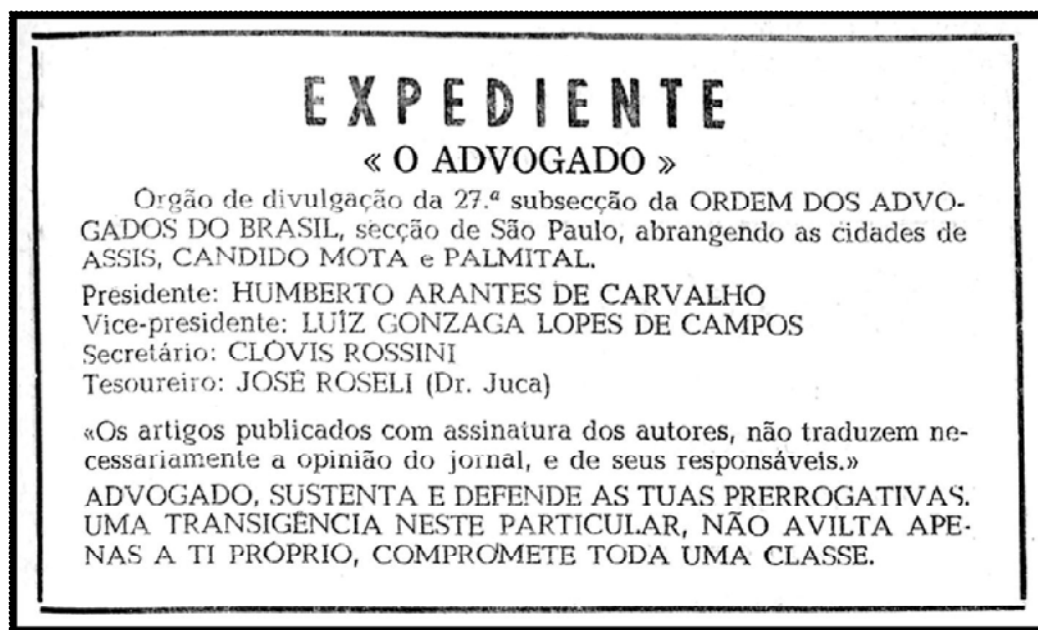


IMAGEM 08 – Expediente “O ADVOGADO”. Fonte: O ADVOGADO. Órgão de divulgação da 27^a sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. In: *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun 1983, p. 5.

A Gestão de 83/85 expõe no periódico mencionado que seu plano de trabalho visava abandonar a posição cômoda de crítico para passar à posição de participante, de apresentadora de defeitos para o de soluções dos problemas, sendo destacado, entretanto, que seguiriam muitos detalhes da diretoria anterior²¹¹. Neste caso, ao mesmo tempo em que a nova gestão parece questionar os representantes de outrora, a narrativa volta-se à cordialidade, posicionando-se inclusive a favor de feitos da diretoria antecedente²¹².

²¹¹ Uma diretoria atuante, a meta. *O advogado*. Órgão de divulgação da 27^a sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. In: *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun 1983, p.5. Frisamos que o jornal *A Gazeta de Assis* nesse período já possuía como sócio o fotógrafo jornalista Kiko Roselli, filho de José Roselli, tesoureiro da Subseção da Ordem dos Advogados de Assis na gestão da publicação do jornal.

²¹² Pelo menos um membro da Gestão de 83/85 era representante também da gestão de 81/83, demonstrando a vinculação desses profissionais com os cargos eletivos.

Isso demonstra que mesmo em oposição, ou mesmo desejando enfatizar os diferenciais de cada representante, a categoria procurava, pelo menos publicamente, manter o respeito entre os seus membros. A reportagem ainda elenca metas consideradas prioritárias, das quais a diretoria destaca: “Dinamizar a Casa do Advogado, transformando-a numa extensão do lar do advogado, num ponto de encontro de estudos, mas também de lazer e de integração social”²¹³.

O discurso das metas aponta novamente a Casa do Advogado como um local essencial para a categoria, o qual a nova Gestão propõe aperfeiçoar. Devido a essas iniciativas, o recinto foi deslocado para um local mais próximo ao Fórum, onde os advogados tiveram maior facilidade de locomoção e receberam uma estrutura melhor²¹⁴.

Nos anos de 1990 a Subseção conseguiu iniciar a construção da nova “Casa do Advogado”, em frente ao atual Fórum – este, instalado desde 1983. Segundo Dr. Carlos Pinheiro, aproveitando um terreno que a Subseção obteve de doação nos anos anteriores, a construção do novo prédio foi iniciada e concluída durante seu mandato de 1991-1995, sendo inaugurada em junho de 1995²¹⁵. Com este estabelecimento as próximas gestões conseguiram, ainda, implantar convênios de assistência aos advogados, a ESA – Escola Superior e Advocacia, entre outros benefícios que atualmente a categoria recebe em virtude do esforço dos advogados que estiveram à frente da entidade, como representantes dos advogados da 27ª Subseção junto à Seccional e OAB Nacional.

Em sua entrevista, Dr. Carlos Pinheiro demonstra que a representatividade da Ordem dos Advogados é para ele um orgulho e que pode trazer prestígio profissional e pessoal. O advogado expõe que fizera bodas de prata apenas contando os anos em que esteve envolvido nos cargos representativos, como presidente por seis mandatos, vice-presidente por dois mandatos, e Conselheiro da Seccional de São Paulo por três mandatos.

Sobre seu primeiro ingresso como presidente da Subseção de Assis, Dr. Carlos Pinheiro conta que era necessário 5 (cinco) anos de exercício da advocacia para a

²¹³ UMA DIRETORIA ATUANTE, A META. *O Advogado*. Órgão de divulgação da 27ª sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. In: *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun 1983, p. 5.

²¹⁴ Dr. Carlos Pinheiro relembra em nossa entrevista que a OAB conseguiu a instalação de uma clínica dentária neste segundo momento, quando a casa do advogado deslocou-se para a Rua Dr. Clybas Pinto Ferraz. Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

²¹⁵ No ano da inauguração da Casa do Advogado, que recebeu o nome de “Waldomiro Galvão de Camargo”, Dr. Carlos Pinheiro era Conselheiro Seccional da OAB/SP e a diretoria da Subseção de Assis era composta por: Marcos Domingos Somma (presidente), Osvaldo N. Custódio Vencio (vice), Francisco Maldonado Junior (secretário-geral), Ari Barbosa (secretário adjunto) e João Carlos Gonçalves Filho (tesoureiro). A Caixa de Assistência aos Advogados (CAASP) foi instalada no ano de 2004 quando a gestão era composta, na mesma ordem de cargos, por: Carlos Pinheiro, Roldão Valverde, Maria de Fátima Dalbem Ferreira, Ricardo Perini Ferreira e Maurício Dorácio Mendes. Fonte: Arquivo da Ordem dos Advogados Subseção de Assis.

candidatura, o que ocorreu para ele no ano da sua primeira eleição. Após ter conhecimento de que o advogado que ele apoiava não iria mais concorrer, Dr. Carlos anunciou sua candidatura. O entrevistado declara:

E assim sendo eu disse: Se o senhor não for eu sou! E aí até virou um pouquinho de gozação né, mais ou menos como aquela história do Juruna, aquele índio que foi candidato a deputado e ganhou [...] Lá atrás né! (risos) Então eu saí candidato e aquele tempo havia um bairrismo aqui em Assis, todos os candidatos da Subseção eram geralmente de Assis, embora nós tivéssemos Paraguaçu, Palmital, Cândido Mota e Assis [...] Então todas as cidades pertenciam à Subseção de Assis. E eu saí candidato. Ao invés de pegar todos os candidatos daqui de Assis eu fui buscar em Cândido Mota o Francisco de Assis Pereira para ser meu vice. Fui buscar em Palmital Paulo Celso Gonzalez Galhardo, para ser meu secretário geral. Naquele tempo eram quatro cargos: tesoureiro, secretário geral, vice-presidente e presidente. E consegui o apoio fantástico de um advogado igualmente fantástico, “Dr. Juca Roselli”. Dr. José Roselli que foi meu tesoureiro nesse meu primeiro mandato. Em Paraguaçu Paulista eu propus a eles o seguinte: “Me apoiem que eu trago para Paraguaçu Paulista a instalação da Subseção.” E assim foi feito. Se não me falha a memória eu fui presidente de 81 a 83, a eleição foi em 80, assumi em 81, naquele tempo começava 1º de fevereiro e terminava 31 de janeiro. Então começamos em 1º de fevereiro de 81 terminamos em 31 de janeiro de 83. E propus a Paraguaçu isso. Paraguaçu votou maciçamente em mim, Palmital idem, Cândido Mota idem e eu ganhei a eleição. Nós ganhamos a eleição! Aí eu comecei. Foi o primeiro namoro com a OAB. Como diz a minha mulher, eu sou casado duas vezes, com ela e com a OAB (risos)!

A narrativa transcrita demonstra diversas características percebidas e incorporadas pelo advogado sobre os cargos representativos da categoria. Primeiro destacamos que aparentemente existia respeito entre os profissionais para a escolha daquele que iria se candidatar. Ao lembrar-se que apoiaria um advogado, mas que quando soube que esse não mais se candidataria optou por candidatar-se, Dr. Carlos Pinheiro demonstra que antes da efetivação da escolha das chapas os advogados se comunicavam buscando formar alianças. Também indica o respeito ao colega que previamente informou sua candidatura, sendo sua opção realizada tão somente após a desistência do outro profissional.

Ademais, considerando que sua inscrição na OAB se deu em março de 1976, e que sua primeira candidatura ocorreu em 1980 (Gestão de 1981/1983), com apenas 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira, suas memórias demonstram que essa situação causou estranheza para parte da categoria, acostumada a ter como representantes advogados tradicionais da cidade de Assis.

Nesse caso, a comparação de sua candidatura com a eleição de Mário Juruna – que em 1983 foi eleito como deputado federal pelo PDT, sendo o primeiro a representar a etnia indígena no país – destaca a compreensão do Dr. Carlos Pinheiro de que parte da categoria não o considerava apto, ou achava estranho ele ser candidato ao cargo de presidente da Subseção de Assis, sendo que seu êxito pode ser compreendido como um pioneirismo para a tradição existente²¹⁶.

Outra característica apresentada em sua narrativa se refere ao perfil dos candidatos da Subseção de Assis, intitulado pelo entrevistado como “bairrismo”. Ao optar por preencher os cargos de sua chapa com advogados também das outras duas cidades pertencentes à região²¹⁷ de Assis, e, por isso, também votantes, Dr. Carlos demonstra tino para realizar uma abertura política dentro dos cargos representativos da categoria que possibilitaria a sua vitória. Além disso, optou por preservar o tradicional, conseguindo o apoio de um dos advogados mais expoentes da cidade, Dr. José Roselli, que manteria os votos daqueles mais conservadores.

Observamos que, segundo a compreensão do entrevistado, os cargos representativos da Subseção da Ordem dos Advogados na cidade de Assis eram ocupados por profissionais com maior destaque perante a categoria, profissionais tradicionais, não sendo comum a entrada daqueles que se formaram há pouco tempo ou, ainda, que não pertenciam ao grupo da cidade de Assis, motivo pelo qual sua chapa sinalizou uma renovação em termos de representatividade para a categoria. E essa primeira relação com a OAB fez com que o advogado adquirisse paixão pela profissão e pelos cargos eletivos, motivo pelo qual ele se nomeia como “casado com a OAB”.

Percebemos que os cargos representativos da Subseção da Ordem dos Advogados eram almejados. A concorrência, que em algumas impressões “era pior que uma eleição municipal”²¹⁸, definia aqueles que representariam a categoria e, mais ainda, delimitava

²¹⁶ No subtítulo que segue este capítulo observamos um resumo biográfico do Dr. Carlos Pinheiro, que elucida peculiaridades em comparação com alguns antecessores da categoria.

²¹⁷ Nesse caso as cidades são intituladas como pertencentes à região de Assis em termos de Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo.

²¹⁸ Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013. A entrevistada comenta um episódio que explica como eram as disputas políticas dentro da categoria: “Eu me lembro uma vez (meu filho já fez bodas de prata há uns cinco anos, o meu filho mais velho iria se casar), o meu irmão mais velho, que era advogado também, ele ficou em Assis e não pôde ir porque era dia de eleição. Eu votei cedo e fui para São Paulo, porque ele casou lá. Ele não foi para o casamento [...] porque ele precisava trabalhar na eleição, ajudar o candidato dele. Você já pensou? Como é que o negócio era. Fervia, mas fervia mesmo, precisa ver!”. Em outras entrevistas observamos impressões de que algumas eleições já eram acordadas e que, por isso, em alguns casos não havia concorrência. Também apresentam a percepção de que com o aumento da quantidade de advogados iniciou a disputa pela falta de concordância para formação dos cargos representativos. Entrevista com a Dra.

o grupo de advogados que assumiria o controle de uma instituição com poder político e capacidade para gerar redes de relações sociais com interferência estadual e até mesmo nacional, em virtude de a entidade representar os advogados de todo o país.

Nessa conjuntura, o advogado Carlos Pinheiro aponta a necessidade da criação de uma rede de relações em âmbito geral para adquirir a representatividade perante a categoria. Sua vinculação política e participação em atividades públicas fizeram com ele fosse conhecido junto aos advogados e na sociedade assisense. Visualizando algumas publicações em periódicos locais percebemos que o advogado estava envolvido com a carreira política, conforme a imagem 09, publicada no jornal *A Gazeta de Assis* no ano de 1980, às vésperas da eleição para sua primeira gestão junto à OAB. Essas vinculações e a divulgação por meio dos periódicos demonstram algumas das intenções almejadas pelo representante da categoria, dentre elas a de se envolver politicamente nas questões relativas aos advogados e de legitimar sua capacidade representativa.

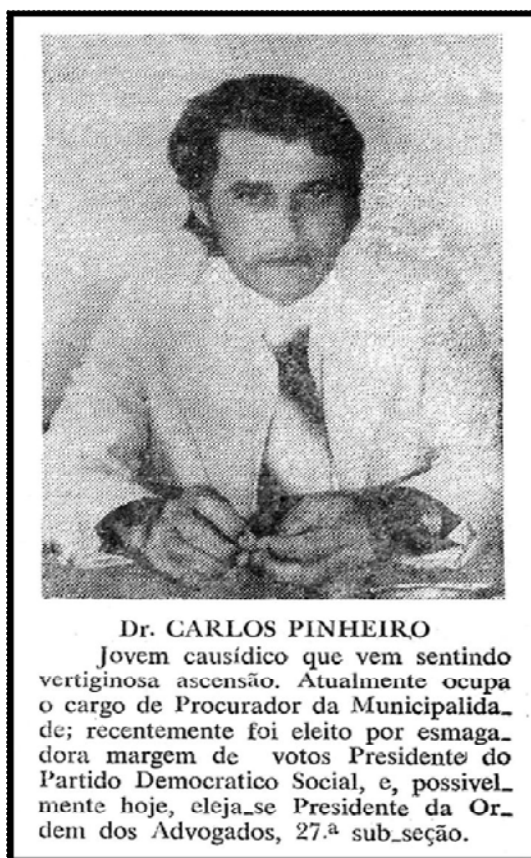


IMAGEM 09 – Candidato à presidência da Subseção de Assis. Fonte: Hoje eleições na OAB-Secção Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 7 nov. 1980, p. 1.

Ressaltamos que, mesmo havendo ocasiões políticas que dividiam a categoria, como no caso das eleições da Subseção da Ordem dos Advogados, ou até mesmo nas eleições municipais, observamos eventos que demonstram a união dos advogados para proteção de seus integrantes, mesmo em momentos de crise política. Exemplo desta afirmação está na ocorrência do ano de 1981, quando o presidente da Subseção de Assis, Carlos Pinheiro, foi preso pela polícia federal por “desacato a autoridade”²¹⁹. Na imagem 10 visualizamos Carlos Pinheiro dirigindo-se à delegacia, cercado por advogados que visavam assegurar seus direitos.



IMAGEM 10 – Pinheiro cercado de Advogados dirige-se à delegacia. Fonte: Preso presidente da OAB. *Voz da Terra*. Assis, 28 de fevereiro de 1981, p. 1.

A reportagem citada explicou que a coerção durou pouco mais de uma hora e mobilizou a maioria dos advogados, os dois juízes e dois promotores em exercício, sendo o advogado liberado antes mesmo que “[...] o juiz Irineu Antônio Pedroti despachasse o *habeas corpus* impetrado por mais de 10 advogados em seu favor”. A ocorrência nomeada como “mal entendido” teria se originado em virtude de o advogado não portar seus documentos quando abordado por um agente da polícia federal. “Uma vez na delegacia, o presidente da OAB desentendeu-se uma vez mais, e recusou-se a reconhecer a ordem de prisão de um delegado

²¹⁹ Preso presidente da OAB. *Voz da Terra*. Assis, 28 de fevereiro de 1981, p.1.

que queria levá-lo para Bauru, detido”. Segundo a reportagem, a intervenção do delegado João Queiroz Neto “[...] evitou um desfecho mais dramático, e só a presença dos dois juízes de Direito e promotores públicos é que terminou o impasse”. Em declaração ao jornal, Pinheiro esclareceu que:

Isto é apenas mais uma arbitrariedade da Polícia Federal que costuma agir dessa forma. Se prenderam o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Esquivel, prender Carlos Pinheiro não significa nada. Posso até ser linchado, depois de ter sido vítima de um crime²²⁰.

A notícia também informou que a regional da OAB em São Paulo entrou em contato com o presidente afirmando que estavam tomando todas as medidas necessárias para a libertação de Carlos Pinheiro junto com a chefia paulista da polícia federal. Além disso, “[...] todas as Seccionais da OAB na região foram mobilizadas, especialmente depois que os policiais disseram que Pinheiro seria conduzido à sede da Polícia Federal em Bauru”. A reportagem ainda finaliza com a informação de que a polícia federal deixou a cidade de Assis e foi para Bauru conduzindo duas pessoas acusadas de possuírem produtos importados sem nota fiscal de compra.

Ocorrências como essa demonstram que a categoria se unia em eventos que infringiam os direitos de seus integrantes. Mesmo em situações críticas e arriscadas, pois no presente caso a discórdia se dava com a polícia federal no final do Regime Militar, os advogados utilizaram da força da categoria, somada ainda aos magistrados, promotores e delegados locais, para evitar a injusta ameaça sofrida pelo presidente da Subseção da Ordem dos Advogados de Assis. Frisa-se, também, que em outras oportunidades visualizamos a união da categoria para a defesa de interesses dos colegas de profissão, mesmo não tratando do presidente da Subseção²²¹.

²²⁰ Idem, p. 3. Segundo o jornal: “Depois de conduzido à delegacia permaneceu por alguns instantes e foi liberado para atender a um chamado do fórum, com o compromisso de retornar em seguida, pois encontrava-se preso. Momentos depois Carlos Pinheiro voltou à delegacia, acompanhado de pelo menos outros 15 advogados, todos nomeados seus defensores [...] O delegado da polícia federal que chefiava a operação concordou em libertar o presidente da OAB, que por sua vez recusou-se a pedir desculpas, conforme lhe sugeriu o promotor público, Edgar Pereira Lima. *Não peço desculpas porque não fiz nada*”.

²²¹ Em 1976 a Ordem dos Advogados de Assis também se manifesta em favor do advogado Valdo Antunes Ribeiro, irmão de Walmir Antunes Ribeiro, presidente da Subseção de 1965/1967, que foi preso em virtude de atrito com o juiz da Comarca. Fonte: Atrito entre juiz e advogado movimenta Ordem dos Advogados. *A Gazeta de Assis*. Assis, 14 mai 1976, p. 1 e Atrito entre Advogado e Juiz. Advogados fazem reunião. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 mai 1976, p. 1; No mesmo sentido, reportagem datada de janeiro de 1963 (Imagem 05 utilizada nesta tese) apresenta manifestação de solidariedade da categoria ao advogado Manoel Tucunduva, que fora ferido em evento não descrito no comunicado. Os advogados reforçaram a insatisfação com a política, que aparentemente não tomou providências sobre o evento. Fonte: Comunicado da 27ª Subseção. Fonte: Comunicado. *A Gazeta de Assis*, 04 jan 1963, p. 1.

Em meio à conjuntura de transformações em nível nacional, e com fortes reflexos locais, percebemos alterações no quadro da categoria dos advogados. Esta passou a compreender outros segmentos da sociedade, além de receber profissionais de outras áreas, distinguindo-se da tradicional concepção estritamente elitista.

Envolvido nessas questões, o advogado Dr. Carlos Pinheiro, quebrando uma tradição constante no seio da categoria, conquistou seu espaço e sua representatividade perante o grupo, principalmente envolvendo-se em questões de cunho político na esfera institucional. Foi eleito 6 (seis) vezes como presidente da Subseção de Assis – o segundo profissional com maior quantidade de representações como presidente da Subseção referida (ver gráfico 01); além de ter sido procurador do município e conselheiro da OAB em nível estadual. Sua presença reforça a entrada na categoria de profissionais que, mesmo não pertencendo às famílias tradicionais e elitistas da sociedade, conseguiram ocupar espaço significativo e respeito entre os pares. A advocacia passa a abarcar novas estruturas, mas continua enraizada nas questões políticas da cidade, mesmo que em patamares diferenciados.

Por meio dessa análise, concluímos que a categoria dos advogados sofreu alterações em seu perfil exclusivamente elitista, passando por um processo de inclusão de novos valores e segmentos. A política, entretanto, sempre esteve arraigada com parte da categoria, sendo que o meio institucional passou a ser mais explorado a partir do momento em que a quantidade de integrantes aumenta, e, com eles, as necessidades de melhores estruturas para o exercício da profissão.

É interessante ressaltar, entretanto, que as representações lançadas sobre a categoria dos advogados, bem como sobre os membros do Poder Judiciário, continuaram preservando alguns de seus valores tradicionais. Tal fato implica em dizer que, mesmo passando por alterações significativas no decorrer da segunda metade do século XX, a manutenção de uma representação tradicional visa enaltecer os princípios elitistas da categoria, que colaboram para a construção do prestígio e do poder de seus membros.

CAPÍTULO 2 – O ADVOGADO E A SOCIEDADE: representações sociais e representações de si

A figura da deusa Têmis denota com perfeição a representação da Justiça²²². Visando à verdade e à equidade, a deusa busca proteger a humanidade acima de qualquer paixão humana. Segurando em sua mão esquerda a balança, símbolo da equivalência, a deusa demonstra a capacidade de medir adequadamente cada caso e cada punição. Além disso, a balança também apresenta a possibilidade de buscar a equidade por meio da diferença, ou seja, analisando igualmente os iguais e com critérios de desigualdade os desiguais.

Empunhando em sua mão direita a espada, a figura ainda reflete sua função de defesa, proteção e poder. Por fim, a venda nos olhos demonstra a sua total imparcialidade, o julgamento independente da pessoa ou da situação, sem a possibilidade de privilégios de uns sobre outros. Nesse sentido, essa representação pretende enaltecer sua sabedoria, expondo que o Judiciário deve ser capaz de aplicar as melhores medidas independente do mundo exterior, com base naquilo que é correto, imparcial e justo.



IMAGEM 11 – Deusa TÊMIS. Fonte: Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaSimboloJustica&pagina=temis>. Acesso: 28 nov 2013.

²²²A figura da Justiça exposta na entrada do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário, demonstra os princípios elementares dos profissionais que representam o Poder Judiciário.

A representação da figura da Justiça, entretanto, não é naturalmente aceita pela sociedade. Os questionamentos à sonhada imparcialidade são comuns e demonstram o descontentamento com o Poder Judiciário, o que reflete na categoria dos advogados. Em reportagem datada de 6 de abril de 1967 o jornal *A Gazeta de Assis* traz matéria com o título “A Justiça é Cega”. O trocadilho aponta a característica da cegueira não como uma qualidade da imparcialidade, mas como um real defeito.

Colocando em questão julgamentos demorados que demandam despesas, incômodos e atuação de várias pessoas para resolver questões de menor relevância social²²³, o autor, assinado como IBRASA, aponta com indicação de ironia que:

Representa-se a Justiça como os olhos vendados para significar que ela não pode distinguir entre uns e outros e, portanto, é igual para todos. Não vamos discutir essa concepção, que nos levaria longe. O que desejamos é contar um caso em que se demonstra que a justiça é demasiada cega em muitas oportunidades. Tão cega, às vezes, que não vê os caminhos por onde anda e, assim, retarda-se em atalhos e desvios que levam longe²²⁴.

Mesmo utilizando um exemplo ocorrido na Itália – o que também pode demonstrar o medo da sociedade para com o Poder Judiciário a ponto de utilizar fatos de outros países para a realização de críticas –, a abordagem demonstra claramente os questionamentos e as insatisfações da sociedade para com o Judiciário.

Dentro dessa concepção de Justiça encontra-se o advogado, atuando nas diversas áreas do Direito. Observamos em nossa análise que no período abordado os advogados não exerciam apenas uma área do conhecimento jurídico²²⁵. Segundo nossos entrevistados²²⁶, isto se deve pela quantidade reduzida de advogados inscritos, que fazia com que a procura dos advogados fosse limitada à quantidade de profissionais existentes, exigindo desses a dedicação a vários tipos de assuntos, fosse civil, criminal ou trabalhista. Outro fator

²²³ A matéria questiona um processo movido em virtude de uma molecagem de garotos que pegaram uma galinha e soltaram após o granjeiro correr atrás dos rapazes. O processo teria ocorrido na Itália, sendo que foi levado o caso à justiça e após um ano de trabalho o juiz absolveu os garotos. In: *A Justiça é Cega. A Gazeta de Assis*. Assis, 6 abr. 1967, p. 1.

²²⁴ Idem.

²²⁵ As grandes áreas da advocacia são civil, criminal e trabalhista. Com o decorrer dos anos foi necessário o aperfeiçoamento dos advogados em áreas cada vez mais específicas, desdobrando-se em previdenciária, tributária, administrativa e empresarial, entre outras. Tais desdobramentos acompanham as necessidades da sociedade e o aumento das demandas em diferentes matérias do Direito, sendo atualmente apreciado especialista em áreas específicas.

²²⁶ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012; Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

era o de que no início da carreira era necessário atuar em várias áreas, até mesmo para identificar-se posteriormente com um ramo específico.

Em entrevista, Dr. Oswaldo Trevisan explica que era uma obrigação advogar em todas as áreas e, com o decorrer dos anos, foi possível dedicar-se mais à área cível. No mesmo aspecto narra Dr. Carlos Pinheiro que, apesar de atuar inicialmente mais na área criminal, seu primeiro caso como advogado foi na área cível²²⁷.

Percebemos que a dedicação às várias áreas do Direito no início da profissão estava também relacionada à obrigatoriedade imposta pela sociedade à figura do advogado em saber sobre todas as questões do Direito, e, ainda, às condições iniciais que fazem com o advogado precise aceitar os clientes que estejam à sua procura, independente da matéria em discussão. Assim, talvez o advogado construa mais a sua área de especialidade segundo os primeiros rumos de seu trabalho do que em virtude de sua proximidade com uma matéria específica durante os anos de graduação.

Seguindo estes princípios, no presente capítulo analisamos o ponto de vista de determinados profissionais sobre o que é “ser advogado”, a construção da identidade formada por meio dos diversos tipos de documentos selecionados, incluindo as entrevistas contendo história de vida, bem como observamos a representação de parte da sociedade para com a categoria.

2.1 Visões da Sociedade sobre a Advocacia

No decorrer da segunda metade do século XX, a advocacia – e também os demais cargos voltados ao alto escalão do Poder Judiciário – era considerada pela sociedade como uma categoria de *status* diferenciado. Talvez pelo fato de que parte dos representantes da sociedade em nível executivo e legislativo eram advogados, tal característica aumentou o prestígio dos membros do Judiciário. Além disso, o costumeiro tratamento de “doutor” para os advogados e promotores, bem como de excelência para os juízes, contribuiu para distanciar esses sujeitos dos demais membros da sociedade, construindo uma identidade própria. Esse tratamento é historicamente arquitetado em virtude da aproximação da categoria com a elite da sociedade desde o período imperial²²⁸ e permanece durante a segunda metade do século XX.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Conforme abordado no primeiro capítulo ver: CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1996.

Por meio de algumas reportagens divulgadas na cidade de Assis durante os anos 1960 visualizamos a compreensão que parte da sociedade tinha para com os membros do Poder Judiciário. Em 23 de março de 1967, em decorrência da vinda, para a cidade de Assis, do juiz de Direito Dr. Orlando Cordeiro, e em virtude da comemoração de seu aniversário, o jornal *A Gazeta de Assis* publica reportagem que expõe:

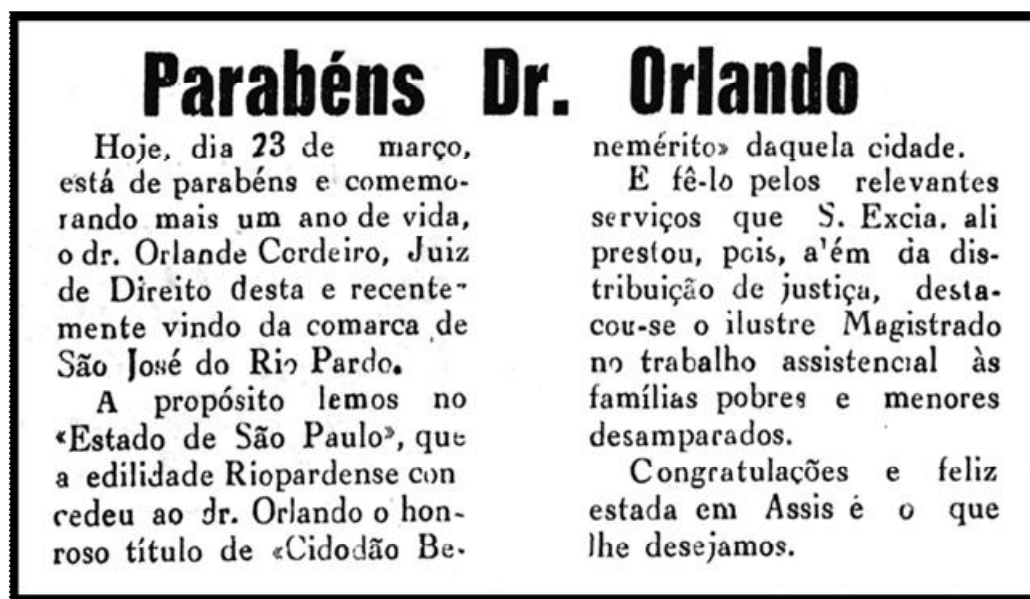


IMAGEM 12 – Homenagem ao aniversário do juiz Dr. Orlando. Fonte: Parabéns Dr. Orlando. *A Gazeta de Assis*. Assis, 23 mar1967, p. 1.

A matéria (imagem 12), que recebe destaque na primeira página do periódico referido, demonstra o tratamento diferenciado utilizado pelo redator para parabenizar o juiz recém nomeado para a Comarca de Assis. Fazendo referência ao título de “Cidadão Benemérito”, recebido na cidade de Rio Pardo, a redação enfatiza as qualidades positivas do “Excelentíssimo”, demonstrando o respeito e também a necessidade de agrado à figura, novo responsável pelos julgamentos na cidade.

Homenagens realizadas em datas natalícias para membros do Judiciário eram comuns nos jornais de circulação local. Algumas com textos curtos, como a anteriormente exposta, mas sempre carregadas de fortes signos. Nesse aspecto, muitas são as significações do texto dedicado ao Dr. Newton de Calazans, promotor da cidade nos anos 1960, publicado no jornal *A Gazeta de Assis*, no dia 1 de março 1967, o qual destacamos a seguir (imagem 13):

Janela para a vida -

A ponte de prata

(Urbano Cordeiro - da
Tribuna dos Municípios)

(Especial para «A GA-
ZETA DE ASSIS»)

(Dedicado ao amigo
NEWTON DE CALA-
SANS, promotor pú-
blico de ASSIS)

Cícero, o famoso tri-
buno romano (o autor
das *Catlinárias*), mu-
ito falou e escreveu sô-
bre a amizade. Muitos
outros e entre eles
Aristoteles, o fabuloso
grego e Voltaire, o gi-
gante de Ferney, tam-
bém dedicaram mu-
tas páginas sôbre o fe-
ma em foco e filosofica-
mente disse o sarcás-
tico francês que a ami-
zade é a mais bela de-
monstração de nobreza
da alma humana.

Como a mais meri-
tória e bela das con-
tribuições para o de-
cantado desarmamento
dos espíritos, a ami-
zade, como ponte de pra-
ta a ligar as almas, é
ainda o esteio basilar
da própria felicidade.

E a felicidade, co-
mo sabemos, para ser
multiplicada deve ser
dividida como nossos
semelhantes na mais
humana e paradoxal
das ciências matemá-
ticas. Por isso, se m
adagiar, poderemos a-
firmar que a amizade
é mais importante
que a justiça, pois
quando os homens são
prêso por élos amigos
a própria justiça é dis-
pensável.

Embora seja mais fá-
cil ser bom do que jus-
to, uma criatura que
sabe ser amiga, conse-

gue dosar a bondade
de acôrdo com os cân-
ones sociais. Também
há um tipo de amigo
cuja bondade, por ser
unilateral, prejudica
prejudicando também
ao amigo que deseja
salvar, como no caso
daquele cidadão que,
por amizade, ajudou o
amigo a encobrir algo
errado.

Aristoteles disse que
a amizade significa a
existência de uma só
alma habitando dois
corpos. Todavia, é pre-
ciso que se diga nestas
verdades duras que o
cidadão que tem mu-
tos amigos não possui
nenhum. Expliquemos
— muitas vèzes pen-
samos que temos mu-
tos amigos quando
possuimos muitas pes-
soas que são nossas
conhecidas. E, conhe-
cidos, poderemos en-
contrar 3 em cada bar,
3 em cada esquina e
dezenas em sessões ci-
nematográficas. Sabe-
mos também que é
quase impossível um

indivíduo ser amigo
perfeito de muitos ci-
dadãos. E, a amizade
lídima — sem pindari-
zar o tema — requer
mais duração que in-
tensidade e isso exigé
estabilidade do caracte-
r, pois é a éle que
devemos o inconsciên-
te caleidoscópico da
amizade. Ora, como a
felicidade é um prazer

espiritual, o homem
encontra na amizade
leal, a recreação da
própria alma, essa sa-
tisfação interior que
nos proporciona mo-
mentos de euforia.

Mas... existe o ami-
go leal? Poderá ser en-
contrado na ababelada
paisagem humana o
MILESIMO HOMEM
que KIPLING reatra-
tou maravilhosamente
exato?

ENCERRANDO, va-
mos reproduzir um tre-
cho do poema inesque-
cível que KIPLING es-
creveu sôbre a amiza-
de e que tem por títu-
lo «O MILESIMO HO-
MEM»

«Um homem entre mil homens, disse Salomão,
mais ousado suster-nos-á do que um irmão.
Vinte anos procuraremos lo, é pouco o trabalho,
e muito pouco ainda se o acharmos ao talho.
Novecentos e noventa e nove indecisos,
divisam sempre em nós o que o mundo divide.
Mas, o milésimo homem os seus amigos ama,
té quando o povo todo à sua porta clama,
Presentes, promessas, serviços, prazeres,
assim o não prendemos, esperança ilusória!
Novecentos e noventa e nove dos sêres,
pelas riquezas julgamos ou pela glória.
Porém, éle... meu filho! se o achaste já,
poderás sem temor nadar longe da praia,
pois o milésimo homem é o único atalaia
que se atoga contigo se não te salvar!

xox

N R. — Embora tardiamente enviamos nosso abraço de
felicitações ao Dr. Newton de Calasans pela passagem de mais
um aniversário natalício, ocorrido ontem.

IMAGEM 13 – Homenagem ao promotor Dr. Newton de Calazans. Fonte: Janela para a vida – A ponte de prata. *A Gazeta de Assis*. Assis, 1º mar 1967, p. 1.

A matéria assinada por Urbano Cordeiro²²⁹, como uma encomenda especial para o jornal em dedicação ao aniversário do Dr. Newton Calazans, descreveu calorosamente e com termos filosóficos a figura de um “amigo”. Percebemos que as palavras utilizadas demonstram a necessidade de realizar um texto de cunho intelectual que unisse a ideia de justiça e amizade. Alguns pontos do texto, entretanto, apontam características ímpares que parecem narrar, de maneira indireta, a figura do promotor da cidade.

O tema da amizade guia todo o discurso. Nesse caso, observamos a importância não apenas em dedicar ao Dr. Newton seu atributo de amigo, mas também de demonstrar para a sociedade que, quem escreve, seja a Tribuna dos Municípios ou os representantes do jornal local, tem como amigo a figura do promotor público. Esta rede de relações sociais torna-se importante para distinguir pessoas e criar círculos de poder dentro da sociedade sobre os quais a matéria sugere que “[...] sem adagiar, poderemos afirmar que a amizade é mais importante que a justiça, pois quando os homens são presos por elos amigos a própria justiça é dispensável”²³⁰.

O discurso de homenagem ainda coloca em pauta a necessidade dos membros do Poder Judiciário, principalmente aqueles que possuem poder de julgamento ou denúncia, de saberem distanciar os laços de amizade do exercício da profissão. Assim, a citação destaca a medida saudável das relações de amizade, podendo indicar que, no caso do promotor público, seu afeto era comedido na proporção adequada, a ponto de destacá-lo como o milésimo homem, aquele que se sobressai entre os demais e ajuda àqueles que estão à sua volta. Nesse sentido, a matéria descreve que o homem que sabe ser amigo:

[...] consegue dosar a bondade de acordo com os cânones sociais, somada ao questionamento daquele [...] cuja bondade, por ser unilateral, prejudica prejudicando também o amigo que deseja salvar, como no caso daquele cidadão que, por amizade, ajudou o amigo a encobrir algo errado²³¹.

Mesmo sendo um artigo aparentemente escrito por um ente da família, percebemos que a narrativa, elaborada e dedicada ao promotor como felicitação por seu aniversário, demonstra a necessidade da sociedade, e mais especificamente dos membros

²²⁹ A vinculação do periódico com membros do Judiciário se evidencia com as reportagens de homenagem dedicadas a juízes e promotores. Uma dessas relações está no sogro do promotor Newton Calazans, autor do texto abordado e que era considerado como colaborador do jornal. Urbano Cordeiro era pai da advogada Dra. Deisy de Cordeiro Calazans. Possuía vínculos com os responsáveis pelo jornal *A Gazeta de Assis*, pois em outras oportunidades foi denominado pelo periódico como “confrade”. Fonte: *A Gazeta de Assis*. Assis, 10 ago. 1977, p. 1.

²³⁰ Janela para vida – A ponte de prata. *A Gazeta de Assis*. Assis, 01 mar1967, p. 1.

²³¹ Idem.

relacionados ao periódico, de demonstrar seu vínculo de amizade e até mesmo de agradecimento ao promotor, considerado uma figura de grande importância na sociedade assisense.

Dr. Newton de Calazans foi Promotor Público da cidade de Assis nos anos de 1960 e 1970. Casou-se com Deisy Cordeiro de Calazans, que cursou Direito na faculdade de Bauru e trabalhou como advogada por um período em Assis. O filho caçula do casal, Newton de Calazans Júnior, também recebia do jornal mencionado felicitações por seu aniversário, o que ocorreu, inclusive, nas comemorações de sua maioridade civil²³².

No ano de 1967 a cidade de Assis recebeu mais um promotor público. Sua chegada também é anunciada no jornal *A Gazeta de Assis*²³³, que em breve relato aponta que o Dr. Roberto Cirilo foi Tenente da Força Pública, “[...] onde deixou larga folha de bons serviços, mercê de sua intelectualidade, capacidade de trabalho e amor à corporação”. Mais uma vez observamos a frequência dos anúncios citados e dos votos de felicitações por parte do jornal local, o que expressa os interesses dos dirigentes do periódico para com os membros do Poder Judiciário²³⁴.

Outras matérias descrevem homenagens aos delegados de polícia que trabalharam na cidade de Assis demonstrando que esta figura também recebeu prestígio da sociedade devido ao cargo ocupado. Esse é o caso da reportagem datada de 31 de agosto de 1963²³⁵, na qual o jornal expressa a vinda do Dr. Paulo Egler Pinto como delegado adjunto na cidade de Assis, utilizando-se de adjetivos para enaltecer sua figura profissional “[...] decidido, justo e de reconhecida capacidade nas suas funções”. Além disso, o texto esclarece que “[...] a recepção à digna autoridade foi dada pelo Rotary Club, com um jantar”, fator que aponta o relacionamento de instituições da cidade com os profissionais representantes de cargos de comando e gestão.

Ainda com relação às homenagens veiculadas nos periódicos locais destacamos a matéria datada de 5 de março de 1978²³⁶, na qual o advogado e também vereador de Assis na ocasião, Roldão Valverde, publica a moção feita ao delegado de polícia Clomar Tristão de Souza. Nesta, o delegado é lembrado como:

²³² *A Gazeta de Assis*. Assis, 9 ago. 1967, p. 1; *A Gazeta de Assis*. Assis, 10 ago. 1977, p. 1.

²³³ Novo Promotor Público no Fórum local. *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 jul. 1967, p. 1.

²³⁴ O diretor do jornal *A Gazeta de Assis* era o jornalista Nelson de Souza que tinha como sócio Eliseu Boquembo. O jornal era vinculado à família Silva, representantes da ARENA em Assis. Fonte: Barrero, Marcos. 2008. Op. cit.

²³⁵ Novo Delegado de Polícia Adjunto. *A Gazeta de Assis*. Assis, 31 ago. 1963, p.1.

²³⁶ Valverde: Homenagem ao Delegado. *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 mar. 1978, p.1.

[...] homem preparado e portador de títulos culturais em várias direções, que registra na sua vida pregressa experiências de competente advogado e de alto servidor de renomados bancos chegou ao posto que ora ocupa através de pesado concurso no qual conseguiu classificar-se entre apenas 10% dos 2.500 candidatos inscritos²³⁷.

No discurso aludido o advogado e vereador apresenta características pessoais do delegado homenageado, as quais buscam enaltecer o personagem e ressaltá-lo em meio à categoria. Os títulos culturais, a competência como advogado e o êxito em um concurso público considerado como concorrido para a época em questão buscam demonstrar o diferencial de Tristão, que se conclui “[...] pelo valoroso trabalho junto a nossa coletividade, tornando-se credor desta manifestação de nossa Edilidade”²³⁸.

Cada vereador propõe moções que também são relacionadas aos seus interesses pessoais. Nesse caso, um advogado criminalista como o Dr. Roldão Valverde teria vinculações suficientes com os delegados da cidade para conhecê-los pessoalmente e, inclusive, utilizando sua função de vereador, propor-lhes moções. Percebemos que a homenagem de “bom trabalho prestado” se dá em razão das funções do homenageado, mas também pelo vínculo do advogado e vereador, o qual com esse ato também reforça a construção de sua rede de relações.

Sobre a categoria dos advogados ressaltamos que a opção pela graduação em Direito era compreendida por parte da sociedade como uma posição de prestígio, percepção que faz parte da cultura nacional. Por meio dessa graduação, era possível que os estudantes se tornassem membros do Poder Judiciário em suas várias esferas: como advogado, promotor, juiz, delegado, procurador, etc. Talvez por tal conjuntura os alunos do curso de Direito receberam tratamento diferenciado em algumas situações.

No caso de Assis, por exemplo, visualizamos no ano de 1979 uma publicação no periódico local²³⁹ que nomeia todos os formandos da cidade que concluíram o curso na Faculdade de Direito de Marília naquele ano, enviando-lhes votos de felicitações e, ainda, enfatizando que “[...] neste mês, mais precisamente, dia 16, Assis estará – com orgulho – contando com o aprimoramento cultural de uma grande parcela da comunidade, que irá colar grau na Faculdade de Direito de Marília”.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Acadêmicos de Assis colam grau em Direito. *A Gazeta de Assis*. Assis, 13 mar. 1979, p. 1. Os alunos nomeados foram: Anna Zibordi de Oliveira, Antônio Arlindo Nastulevitie, Carlos Sciarini, Francisco Pedro Longo, Francisco Pereira de Souza, Ivo Almeida Moraes, Ivo Silva, Maria de Lourdes de Oliveira Cyrino, Maria Tereza Ferreira, Osni Narciso, Pedro de Almeida Nogueira, Reinaldo Pinheiro da Silveira, Renato Martins Mimesi.

A narrativa indica que o curso de Direito era compreendido como uma graduação que não traria apenas o aprimoramento educacional, mas também cultural do cidadão. Mesmo que a matéria tenha sido encomendada ela aponta a representação existente de que os advogados e membros do Judiciário possuíam uma diferenciação em comparação com outras categorias da sociedade e que tal característica trazia à comunidade o seu enunciado “orgulho”. Além disso, o fato de nomear todos os recém-formados demonstra indícios de que se quer divulgar em sociedade quem eram os mais novos representantes da elite cultural da cidade de Assis.

A indicação dos advogados como profissionais de prestígio em sociedade já era uma prática comum durante a primeira metade do século XX, principalmente devido às suas vinculações políticas. Neste caso, considerando o menor número de profissionais, a advocacia recebia uma representação ainda mais diferenciada. Alguns nomes receberam prestígio na sociedade assisense por serem lembrados não apenas como primeiros advogados, mas como cânones da categoria. É o que podemos observar nas duas publicações referentes ao Dr. Waldomiro Galvão de Camargo, uma feita em 1939 e outra em 1967; bem como reportagem de 1975 sobre o Dr. José Roselli.

Com relação ao Dr. Waldomiro Galvão de Camargo, no dia 18 de novembro de 1939 o periódico *Jornal de Assis Folha Imparcial* apresentou uma reportagem que ocupou toda a sua primeira página, da qual elucida a indicação do Dr. Waldomiro ao prêmio “Rodrigues Alves” oferecido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, bem como a transcrição completa de seu discurso de agradecimento.

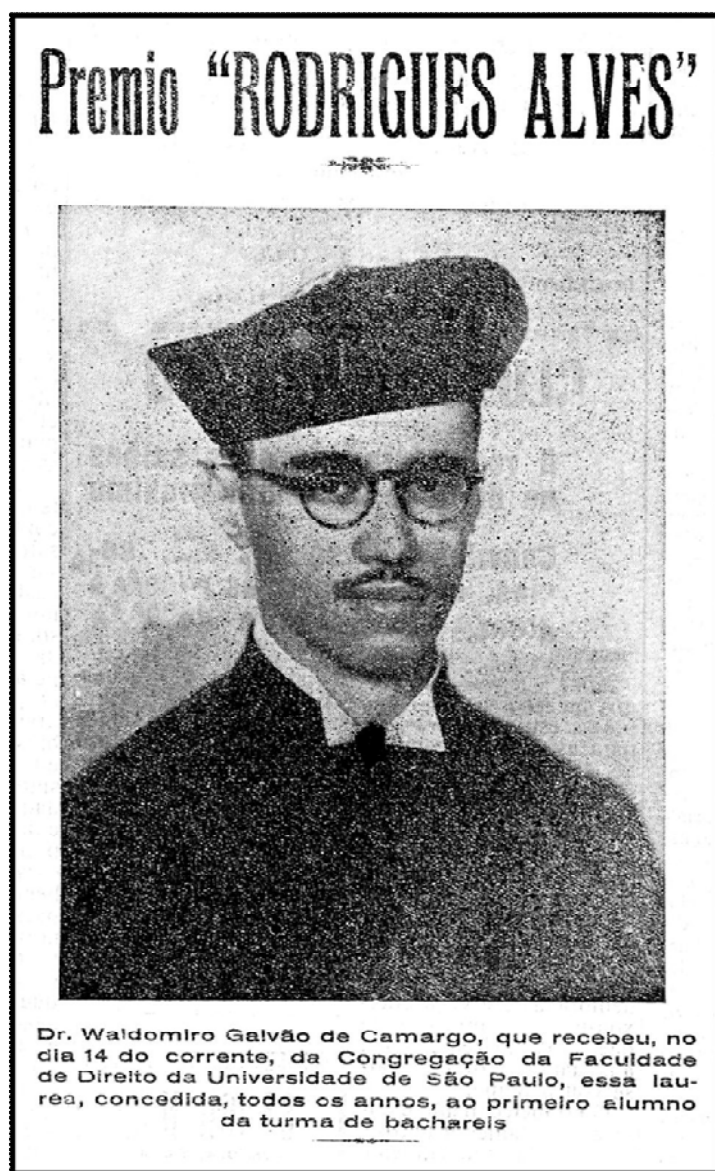


IMAGEM 14 – Homenagem ao advogado Dr. Waldomiro Galvão de Camargo. Fonte: Prêmio Rodrigo Alves. *Jornal de Assis Folha Imparcial*. Assis, 18 nov. 1939, p. 1.

A publicação de página completa com a foto do homenageado ao centro demonstra a importância que se quer passar sobre a matéria divulgada. A fotografia escolhida (imagem 14) ilustra o advogado trajado de beca, em pose austera, com a indicação logo abaixo de seu nome, já acompanhado do predicado “Dr.” e da significação do prêmio como sendo concedido ao primeiro aluno da turma de bacharéis – aquele que teria destaque durante o curso. Tais características podem ser consideradas como uma forma de apresentação do advogado à sociedade assisense, já com a indicação de suas atribuições que serviriam para diferenciá-lo entre os pares. A matéria ainda expõe que:

A cerimônia se revestiu, como sempre, de brilhantismo, com a presença de professores, alunos e destacados elementos da sociedade paulistana, tendo o novel e talentoso cultor do Direito pronunciado substancial discurso de agradecimento, que publicamos na íntegra, graças à gentileza do autor, que nos deixou uma cópia. E com prazer o fazemos porque, além de advogado, o brilhante intelectual é também jornalista, secretário da redação da nossa colega *A Notícia*, trabalhando ao lado de seu pai, nas colunas daquele periódico, pelo progresso de Assis, sua terra adotiva e que elegeu para campo de suas atividades, nos domínios do Direito, do magistério secundário e da imprensa²⁴⁰.

Uma das imagens que o jornal transmite com essa publicação é de que o curso de Direito, especialmente da Faculdade de São Paulo, possui particularidades que demonstram o brilhantismo da categoria, que também é representada por pessoas de proeminência da sociedade paulista. Além disso, os adjetivos utilizados para retratar o advogado homenageado indicam que ele se tornou figura de evidência na sociedade assisense, a qual todos passariam a conhecer, contribuindo para construir uma identidade para si e para a categoria.

Nesse contexto, observamos a importância do indivíduo para a sociedade. Os sujeitos que recebem relevo na imprensa possuem tal *status* em virtude do poder econômico, social e político: seja por meio de matérias que foram encomendadas e, por isso, possuem interesses específicos, ou porque a sociedade demonstra interesse em acompanhar a vida pessoal e profissional desses sujeitos, a qual passa a ser pública. Este reflexo, inclusive, legitima o trabalho com a memória individual, pois “[...] os argumentos que sustentam as novas práticas derivam tanto da assertiva sociológica de que todo o indivíduo é social, quanto do reconhecimento da radical singularidade de cada um”²⁴¹.

Assim, compreender as particularidades dos sujeitos em sociedade é, ao mesmo tempo, compreender a sociedade que o circunda. E no caso da advocacia, retratada pelas publicações ora apontadas, muitos de seus integrantes demonstram as vinculações políticas e sociais que os lançam para um perfil cultural elitista. E as representações sociais expressas nessas matérias destacam o que se quer compreender sobre a categoria: com profissionais brilhantes, intelectuais, “decanos da comarca”²⁴².

No mesmo sentido, o jornal *A Gazeta de Assis* publica matéria no dia 20 de setembro de 1975²⁴³ abordando a homenagem que a Câmara Municipal de Assis (de autoria

²⁴⁰ Prêmio Rodrigues Alves. *Jornal de Assis Folha Imparcial*. Assis, 18 nov.1939, p. 1.

²⁴¹ GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

²⁴² Prêmio Rodrigo Alves. *Jornal de Assis Folha Imparcial*. Assis, 18 nov.1939, p.1; Entrevista com Dr. Waldomiro Galvão de Camargo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 mar. 1973, p. 1.

²⁴³ Mercida Homenagem. *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 set. 1975, p. 1.

do vereador Feliciano Barbosa de Carvalho e aprovada por todos os vereadores) prestou ao Dr. José Roselli, concedendo-lhe o título de “Cidadão Assisense”. A reportagem, que tem como título “Merecida Homenagem”, demonstra a aprovação da sociedade, ou pelo menos dos diretores do periódico, do título a ser concedido ao advogado, que na ocasião contava com 64 (sessenta e quatro) anos de idade e 40 (quarenta) de advocacia na cidade de Assis.

A matéria ainda aponta que o salão da câmara “[...] por certo estará literalmente tomado, pois José Roselli, nos quase 40 anos aqui vividos, não só granjeou a amizade e estima de seus colegas como da população, que sempre viu nessa figura ímpar o amigo, o homem e o profissional de todas as horas”. A reportagem também traz a fotografia do advogado (imagem 15) trajado socialmente, e com a indicação de seu nome, antecedido do predicado “Dr.”.

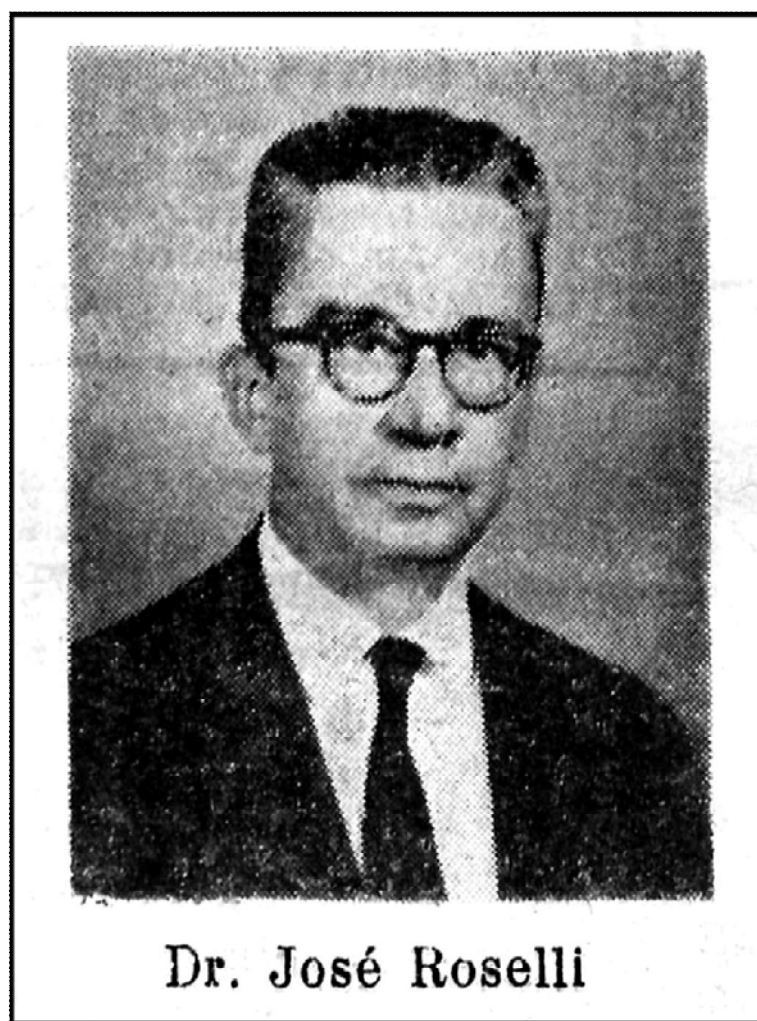


IMAGEM 15 – Homenagem ao advogado Dr. José Roselli. Fonte: Merecida Homenagem. *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 set. 1975, p. 1.

Mais uma vez percebemos a importância atribuída a determinados membros da categoria dos advogados, nesse caso ao primeiro advogado inscrito na cidade de Assis, demonstrando que a rede de relações desses sujeitos era ampla, pois supostamente comportaria encher o salão da câmara municipal para prestigiar a homenagem comentada. E no caso de José Roselli, lembramos que seu pai, Francisco Roselli, foi um dos principais comerciantes da cidade de Assis, primeiro representante da companhia Ford de automóveis e primeiro agente bancário da cidade, colaborador da criação de várias instituições locais a partir dos anos de 1920, como Santa Casa, Igreja Matriz, Clube Recreativo, entre outros²⁴⁴. A forte influência social e política de Francisco aponta as raízes elitistas e de poder representativo da família Roselli.

Percebemos que em alguns casos o jornal expõe explicitamente seu nome nas publicações de felicitações, como na matéria ora comentada em que aparece a indicação de que: “Nós da ‘*A Gazeta de Assis*’ sentimos a vontade para dizer ao ilustre homenageado que a alegria reinante no dia de hoje em seu coração e de seus familiares também é nossa”.

Essa indicação demonstra a necessidade da sociedade em se manter vinculada a determinados sujeitos que, devido à posição política, social e profissional ocupada poderiam trazer benefícios. E em meio aos inúmeros profissionais autônomos existentes na cidade de Assis, observamos que os advogados e os membros do Poder Judiciário receberam atenção especial da imprensa, apontando a compreensão de sua significação ímpar e, ainda, da vinculação com os meios de comunicação.

A ocorrência de homenagens em favor dos profissionais relacionados ao Poder Judiciário não era atividade restrita apenas a um jornal. Ao contrário, tais atos foram observados nos três periódicos pesquisados. No caso do *Voz da Terra*, no ano de 16 de abril de 1969 foi realizada matéria sobre a transferência do juiz Dr. Orlando Cordeiro da Comarca de Assis para a Comarca de São Miguel Paulista. Na reportagem, o juiz é lembrado como pessoa que “[...] semeou a amizade e simpatia, granjeando um enorme círculo de amigos que muito o admiram. É uma autoridade irrestritamente imparcial. Marca sua personalidade sua constante preocupação com a promoção humana, com a assistência social e principalmente com o progresso da cidade onde trabalha”²⁴⁵. Na mesma oportunidade, o juiz é citado como rotariano e colaborador da construção da escola para excepcionais.

²⁴⁴ Consta também que foi de Francisco Roselli o primeiro automóvel a transitar na cidade de Assis. Ele estava também envolvido com as questões políticas, sendo vereador da cidade e presidente da Câmara. Fonte: Francisco Roselli. Pioneiro em automóveis em Assis. In: BARROS, Luiz Carlos de. *1905-2005 Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*. Assis, s/d.

²⁴⁵ Dr. Orlando foi embora de Assis. *Voz da Terra*. Assis, 16 abr 1969, p.1.

As narrativas apresentadas por esse jornal reforçam a compreensão de que os meios de comunicação estavam vinculados com os membros do Poder Judiciário, seja em virtude de relações de compadrio, seja pela necessidade de ter a aprovação daqueles que representam o poder de decisão e gestão da sociedade. Além disso, notamos que alguns representantes do Judiciário em nível local estavam envolvidos com instituições sociais que colaboravam para a criação da rede de relações desses sujeitos²⁴⁶.

O interesse de parte da sociedade para com a categoria também pode ser percebido por meio de publicações que tratam de suas características pessoais, conforme observamos na matéria do dia 11 de novembro de 1967 denominada “Recado”²⁴⁷, assinada por Maria Silvia, que dizia-se ser amiga da esposa do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo, Sra. Celeste Campos Camargo. Na publicação, a autora comenta que em meio à sua indiferença à vida que a cercava, a simpatia de um casal em um belo carro despertou sua atenção. Eram:

Celeste e Waldomiro. Esqueci-me das agruras da vida, do século, da avenida colorida, das palavras cruzadas para abrir-me num amplo sorriso que brotou lá de dentro. Afinal, depois de muitos meses voltava a sentir de mais perto minha amiga Celeste e meu ilustre professor. Vinham de Santa Bárbara. O carro cheio de malas e de tudo e o semblante de cada um era o maior atestado de sol puro, água boa e descanso. Depois a promessa de uma visita, a partida do carro e mil pensamentos numa reviravolta desenfreada num cérebro que ainda se ressentia do calor e num coração que vibrava pela surpresa. Naquele instante nasceu este recado. Um recado simples como devem ser todos os recados, mas com a finalidade de homenageá-los com esta frase: Gostamos de vocês²⁴⁸.

Por meio da narrativa transcrita percebemos que a figura do casal se destacava em meio à sociedade assisense. A descrição do reencontro com os amigos, recém chegados de um passeio, simpáticos e em um belo carro, entoa a ideia de diferenciação dos demais membros da sociedade. A autora do recado busca destacar a sua admiração pelo casal e, ainda, parece desejar expor à comunidade seu afeto e sua vinculação com as figuras citadas, o que indica, mais uma vez, a importância desses sujeitos em meio à sociedade assisense.

Nesse caso, alguns pontos aqui anotados evidenciam que a categoria dos advogados estava inserida no universo elitista e possuía vínculos sociais, devido à atuação profissional, mas também à relação com a política, que os lançava em um patamar

²⁴⁶ O tema dedicado aos espaços de sociabilidade está abordado no quarto capítulo desta tese.

²⁴⁷ Recado. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 nov. 1967, p. 2.

²⁴⁸ Idem.

diferenciado. Por tais motivos, a admiração muitas vezes externada em gestos de homenagens ou até mesmo presenciada nas narrativas que abordavam tais personagens é compreendida como demonstração das representações sociais sobre a advocacia e parte dos membros do Poder Judiciário. No mesmo sentido é a narrativa sobre o advogado Edgard Benozatti, publicada no jornal *A Gazeta de Assis* quando de sua nomeação para ocupar o cargo de presidente do Lions Clube de Assis:

[...] foi escolhido para presidente o nome respeitável de Edgard Benozatti. Sobre ser um moço inteligente e culto, aureolando a sua personalidade aparece espontaneamente traços definidos de seu idealismo para as coisas que dizem respeito ao interesse da comunidade assisense. Em qualquer diálogo que se trave com ele, percebe-se nos seus princípios, nas suas ideias, nos seus sentimentos, um desejo agressivo de ver as coisas certas nos lugares certos. Às vezes – ou quase sempre – é agressivo no modo de julgar ou equacionar problemas humanos. Isso porque, não tolera a falta de dignidade e o comodismo que andam grassando por aí afora. Por isso chega a ser até altivo demais ou impertinente no dizer de alguns. Nele não mora o princípio ou a atitude inferior. Não! Se às vezes a sua fala é cortante, brandindo verdades amargas, isso se deve ao seu temperamento vigilante e intransigente. É um moço fiel ao seu modo de ver as coisas. É o que é. Em Assis e região o seu nome de advogado granjeou conceito. No Fórum é respeitado pela ação brilhante que vem desenvolvendo na sua área profissional²⁴⁹.

A explicação das qualidades do advogado e a justificativa da posição austera em virtude de seus ideais reforça a representação peculiar a profissionais da advocacia, principalmente com relação aos advogados já em militância há mais tempo, chamados de cânones da sociedade.

Muitas vezes, entretanto, o próprio profissional buscava construir uma imagem de si e lançá-la à sociedade, o que faz parte das estratégias de construção do poder. E cada profissional, em sua área de atuação, apresenta situações particulares que passaremos a analisar.

2.2 Representações do Criminalista: inocente ou culpado?

Em reportagem do jornal *A Gazeta de Assis*, datada de 3 de fevereiro de 1966²⁵⁰, o autor, fazendo uma crítica às atitudes de um vereador do município, alegando seu

²⁴⁹ Comentando... Advogado Presidente do Lions. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 mai 1963, p. 1.

²⁵⁰ “Advogado” do Diabo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 fev. 1966, p.1.

envolvimento com práticas corruptas, compara o representante público com um “advogado do diabo”. A expressão, elencada no título da reportagem e utilizada como fechamento do artigo, demonstra que mesmo não se tratando em específico de nenhum advogado, parte da sociedade concebia a figura desse profissional como um defensor, em alguns casos, das irregularidades e ilegalidades.

Consideramos que as representações negativas da sociedade para com a advocacia são mais comuns quando tratamos da área criminal. Isto porque, quando da divulgação de um determinado delito, principalmente de comoção social, a presença de um defensor muitas vezes causa estranheza.

Entretanto, tal situação, evocada pela Constituição Federal²⁵¹ como o princípio da ampla defesa, implica a necessidade de que todos, irrestritamente, possuam o direito de serem defendidos e, com isso, de impedir que um inocente seja considerado como culpado. A legislação preocupa-se com a prática de injustiças. A defesa dos réus em processos crime e a necessidade imperiosa de que todo acusado seja acompanhado por um advogado indica o desejo de que ninguém seja injustamente penalizado por um ato que não cometeu.

Essa área específica do Direito não é praticada por todos os advogados e, ainda, é considerada por alguns como uma tarefa difícil, pois, conforme explicado pelo Dr. Roldão Valverde em nosso diálogo, “[...] é muito mais fácil ser estilingue do que ser vidraça”²⁵². Porém, no ato da advocacia criminal, maximizado na atuação perante o Tribunal do Júri, todo acusado tem a figura do advogado para defender seus direitos. Trata-se de uma atuação profissional específica que poucos têm interesse – ou por que não dizer, coragem – de enfrentar.

Para o Dr. Oswaldo Trevisan, por exemplo, a advocacia criminal somente fez parte de sua carreira mediante prévio julgamento das questões. Como uma característica pessoal, este causídico optou, segundo sua informação, por não defender aquele em quem não acreditava, cumprindo um ensinamento moral que aprendeu e que optou por seguir como mandamento de vida. Segundo o advogado:

²⁵¹Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso LV. Fonte: *Constituição da República Federativa do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

²⁵² Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013. O advogado Roldão Valverde nasceu na cidade de Assis no dia 29 de agosto de 1934, filho de Luiz Valverde e Joana Pedro Longo, ele lavrador e ela doméstica. Casou-se com Arlete Bechelli Valverde, professora. Possui cinco filhos: José Antônio Valverde (advogado), Roldão Valverde Junior (advogado e empresário), Luiz Fernando Valverde *in memoriam* (advogado e empresário), Luciana Cristina Valverde (professora) e Soledad Sandra Valverde (professora). É espírita, maçom e frequentou a Faculdade de Direito de Marília. Antes de exercer a advocacia foi bancário desde os dezessete anos de idade e também empresário (possuía uma loja de máquinas de escrever).

Eu nunca defendi bandido, é uma conduta pessoal minha no direito penal. Primeiro eu analisava os fatos. Eu tive um exemplo do professor Vicente Rao que eu trabalhei em São Paulo. O professor Vicente Rao foi procurado uma vez por uma grande indústria farmacêutica que falsificava remédio, principalmente um antibiótico que estava começando na época. E o sujeito ofereceu um mundo de dinheiro para ele defender. Ele disse: “Eu não defendo o senhor por dinheiro nenhum no mundo. Porque quando eu imagino que um netinho meu possa estar tomando um antibiótico e ele não vai fazer efeito porque está falsificado, eu me recuso a defender”. O homem foi embora com o cheque na mão. Entendeu? Eu acredito que essa conduta que ele teve a gente ensina muito mais com exemplos do que com palavras²⁵³.

Sua narrativa enaltece, inicialmente, pessoas consideradas como professores em sua carreira. Nomeando um profissional importante na política do estado de São Paulo, como Vicente Rao, ele indica que os princípios que foram adquiridos em sua trajetória foram possíveis de formar um profissional que se distanciaria de algumas situações consideradas como imorais. Além disso, o causídico constrói neste discurso a imagem que deseja sobre si, de um advogado ético que apenas prestou serviços na área criminal quando acreditava na inocência do réu.

Entretanto, consideramos que se todos os advogados optassem por defender apenas aqueles que, por prévia análise, são inocentes, a maioria dos acusados não conseguiria ser representada por um advogado. Por isso, o criminalista, aquele que opta por esta linha como área principal de sua carreira, geralmente não escolhe quem defender, salvo por eventuais características ou afinidades.

Na figura a seguir (imagem 16) observamos o julgamento de “Mané Preto”. A fotografia estava enquadrada no escritório do Dr. Roldão Valverde, o que demonstra a relevância que o profissional deu a essa atuação, sendo que no momento em que perguntamos sobre um caso que destacou sua carreira ele aponta para sua parede e responde: “Foi, aquela foto. Tá vendo? Aquela foto é o seguinte [...]”²⁵⁴.

²⁵³ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012.

²⁵⁴ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013.



IMAGEM 16 – Júri do andarilho Mané Preto. Fonte: Arquivo Pessoal do Dr. Roldão Valverde.

Roldão Valverde explica que teve grande repercussão na cidade o crime cometido por Luiz Manoel, vulgo Mané Preto, contra o Sr. Vasco V. F.. Várias reportagens datadas do ano de 1983²⁵⁵ indicam o crime que ocorreu no Horto Florestal, nas proximidades da cidade de Assis. Segundo as reportagens, o Sr. Vasco foi encontrado morto no local onde o mesmo costumava fazer *cooper*. O acusado, desde a primeira divulgação sobre o crime, foi Mané Preto, um andarilho que aparentemente sofria de problemas mentais e que morava no local onde a vítima foi encontrada.

Por meio das reportagens analisadas, percebemos que a comunidade desejava a condenação do acusado, posto ser o Sr. Vasco um homem conhecido da sociedade assisense, representante de instituições sociais como *Lions* e *Rotary*, além de Inspetor de

²⁵⁵ Vasco assassinado: Polícia suspeita que demente praticou o crime. *A Gazeta de Assis*. Assis, 27 abr 1983, p. 1; Polícia ainda não descobriu o assassino de Vasco Fagioli. *A Gazeta de Assis*. Assis, 28 abr 1983, p. 1; Assassino ainda solto. *A Gazeta de Assis*. Assis, 29 abr 1983, p.1; Mané Preto nega ter assassinado Vasco Fagioli. *A Gazeta de Assis*. Assis, 30 abr 1983, p. 1; Resultados das análises confirmam: Mané Preto matou Vasco Fagioli. *A Gazeta de Assis*. Assis, 16 jun 1983, p. 1; Reinterrogado Mané Preto negou o homicídio e afirmou que resultados das análises são falsos. *A Gazeta de Assis*. Assis, 23 jun 1983, p. 1; Na quarta sessão periódica do Júri cinco réus foram condenados. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 dez 1983, p. 1.

Rendas²⁵⁶. Dr. Roldão explica que aceitou o caso porque quando Mané Preto foi interrogado o juiz convocou uma advogada para acompanhá-lo, tendo esta presenciado as condições precárias em que o réu estava submetido, com os braços sangrando em decorrência das algemas. Segundo o advogado,

A Isa chegou lá. A doutora Isa chegou lá e viu assim algemas, umas feridas, ele deitado no chão, no mármore, aquele sangue que espirrava no chão. “Roldão do céu, eu estou com dó do homem”. Vai o Valverde lá [...] “Manoel, você matou o Vasco?” “Não, o Vasco me deu a camisa, dava torrada, dava pão pra mim, Vasco era bonzinho.” Menina, quando souberam que o Roldão [...] No dia seguinte deu no jornal, meus filhos telefonaram [...] E chegou o grande Júri. Edmundo ficou o tempo inteirinho pisando no Roldão: “Que ele era formado na Mackenzie, na São Francisco; Roldão era formado em Marília, na Fundação”. Ele era do *Lions*, do Rotary, o chefe geral da fiscalização de renda, muito importante [...] o julgamento estava cheio de gente que não tinha nem jeito de entrar²⁵⁷.

Prosseguindo na entrevista, o advogado conta que no momento de sua atuação neste Júri ele expôs uma situação que presenciou durante seus anos de estágio. O entrevistado explica que, para cumprir as condições necessárias para ser advogado, fez estágio obrigatório na cidade de Marília, aos sábados. No percurso sempre se deparava com um andante que por aquela estrada caminhava, até que um dia o encontrou em uma bica de água do percurso e perguntou: “De onde vens? O andante respondeu: de onde as águas vêm, senhor; e para onde vais? Para onde as águas vão, senhor”²⁵⁸. Depois desse dia passou a ajudar o andante dando-lhe comida quando o encontrava, até que um dia se deparou com o peregrino morto na estrada.

A fala apontada demonstra algumas características delimitadas pelo profissional, que foram por ele escolhidas para mapear o seu perfil enquanto advogado criminalista. Sua entrevista nos induz a compreender que sua aceitação em defender o réu se deu pelo fato de que ele acreditou na possível inocência deste sujeito, além de ter se comovido com uma história de desamparo social, similar à do andarilho de Marília.

Dr. Roldão demonstra, assim, a percepção de que alguns casos são aceitos pelos advogados criminalistas em virtude de acreditarem na inocência do acusado. E mesmo

²⁵⁶ Na entrevista Dr. Roldão explica que Vasco se formou em sua turma de Direito.

²⁵⁷ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013.

²⁵⁸ Além de citar esse ocorrido no momento da entrevista, a mesma referência está presente no livro de autoria do Dr. Roldão Valverde, denominado *Cinzas do passado e prisões no Brasil*. No livro, o mendigo foi interrogado pela figura principal do conto, senhor José Calixto: “Dondes vindes? O mesmo respondeu de cabeça baixa: De onde as águas vêm [...]; Perguntou em seguida: E para onde pretendes ir? Sem pestanejar, respondeu com um sinal afirmativo baixando a cabeça: para onde as águas vão [...]!”. Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013.

que esse não fosse o motivo em todas as circunstâncias, a justificativa é plausível para aqueles que querem responder para a sociedade os ensejos que os levaram a aceitar a defesa de um suposto criminoso.

A narrativa também aponta que a sua atuação neste Júri foi questionada pela sociedade e por seus próprios familiares, uma das razões pela qual a repercussão do caso foi citada pelo advogado quando indagamos sobre ações que tiveram destaque em sua carreira. A decisão de defender um acusado que supostamente teria matado um homem conhecido na cidade de Assis por sua influência local²⁵⁹ repercutiu de forma negativa, segundo exposto por Valverde, sendo que a demonstração de sua comoção, enfatizando inclusive a situação precária na qual o acusado se encontrava “[...] algemas dele, umas feridas, ele deitado no chão, no mármore, aquele sangue que espirrava no chão”, formam a convicção da importância da defesa do acusado, somada à percepção de que ele ajudou aquele que ninguém mais queria ajudar, e “[...] vai o Valverde lá”.

Neste caso, percebemos que para o advogado criminalista algumas questões profissionais são mais acentuadas e podem definir o que a sociedade compreende sobre si, sobre suas atitudes, sobre seu interesse em defender aqueles que todos querem ver condenados. Sua função de advogado é, neste caso, interpretada pela sociedade como desviante das condutas de moral e ética, e o “advogado do diabo” nasce para a sociedade sem as necessárias averiguações sobre a vital importância da advocacia criminal. Nesse sentido, quando perguntamos para Roldão sua opinião sobre a atuação como criminalista ele reflete:

O promotor quando ele entra no Tribunal do Júri o réu tem 75% para ser condenado e o advogado tem 25%, isso é para todo advogado do Brasil, é verdade! Se alguém falar ao contrário é mentira, porque eles chegam e falam: Não é mesmo, Dr. Roldão, quando o réu é inocente eu peço a absolvição, não é verdade? É verdade, mas também quando não tem prova nenhuma para condenação vai condenar um inocente?²⁶⁰.

²⁵⁹ Vasco Vitório Fagioli era Inspetor de Rendas na cidade de Assis. Participou dos locais de sociabilidade elitistas como o Clube Recreativo, no qual foi presidente em uma das gestões consideradas como mais atuantes, quando o salão foi reformado, no ano de 1964. Na ocasião de seu velório, a Associação Comercial de Assis solicitou que os comerciantes fechassem as portas em respeito ao falecimento. Matéria do jornal *A Gazeta de Assis* esclarece que no seu velório fizeram uso da palavra Feliciano Barbosa, o advogado Mufid Dugaich, Romeu Bibo Marchetti, um dos trabalhadores do Horto Florestal, além de vereadores. Ainda segundo o periódico: “[...] multidão igual à de ontem por ocasião do acompanhamento do corpo de Vasco, somente tivemos há longos anos, quando dos falecimentos de Antônio Viana Silva e Antônio Vieira Dias, que como o saudoso Vasco também souberam conquistar a simpatia e a amizade da família assisense”. Fonte: Polícia ainda não descobriu assassino de Vasco Fagioli. *A Gazeta de Assis*. Assis, 28 abr 1963, p. 1; O caso de “Mané Preto”. Do crime ao julgamento. *Voz da Terra*. Assis, 6 dez 1983, p. 4. Clube Recreativo de Assis: 84 anos de pioneirismo e muita história. In: Barros, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*, s/d;

²⁶⁰ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 08 de novembro de 2013.

Percebemos que a grande questão que envolve a advocacia criminal está na delimitação da inocência ou culpabilidade dos acusados. E segundo a reflexão do advogado, a falta de provas deve ser suficiente para que se julgue pela inocência. Assim, o profissional aponta a primazia da advocacia criminal: a ampla defesa para evitar a condenação de inocentes. Seguindo essa afirmação, e para que fique nítida a importância desta advocacia, o causídico aponta outro caso igualmente significativo em que o mesmo atuou: do homicídio do Sr. Chico.

Segundo o entrevistado, um veículo foi roubado na cidade de Cândido Mota e levado até Palmital para venda. O carro estava no meio de uma plantação e os policiais, Sr. Chico e Sr. Oswaldo, foram para o local tentar prender os delinquentes. Nessa ocasião, o Sr. Chico foi morto com tiros disparados pelos bandidos. Três pessoas encontradas no local foram presas. A comunidade de Palmital pedia justiça, sendo que o Dr. Roldão explica que era um Júri em que os três seriam condenados independentemente de qualquer esforço, pois todas as provas iam contra eles e a sociedade clamava a condenação.

Continuando em sua argumentação, o entrevistado narra que um colega contou para ele que descobriu quem matou Chico; que estava na cidade de Ibirarema em um bar e um sujeito disse que matou Chico e que havia “três bestas presos”. O dono do bar chamou a polícia, que foi atrás do sujeito, porém o mesmo cometeu suicídio antes de ser encontrado. A polícia realizou buscas em cidades em que o sujeito morou e descobriu que ele confessou em outras oportunidades que foi o autor do crime contra Chico.

Com certa indignação Dr. Roldão expressa que essas importantes informações apenas foram trazidas ao Júri dos três acusados porque ele soube do ocorrido e foi atrás do inquérito de suicídio, tirou sete cópias e entregou para cada um dos jurados no dia do julgamento, fazendo com que os três réus fossem absolvidos.

Não desejando aqui discutir quem é inocente ou quem é culpado em cada uma das narrativas acima expostas, a fala do Dr. Roldão transparece o que é para ele a essência do advogado criminalista: não deixar um inocente ser condenado por crime que não cometeu. E com isso, visualizamos a representação de si deste profissional, que destaca sua importância para a sociedade em busca de defender aqueles que são pré-julgados. Nesse sentido, o mais puro sentimento de justiça estaria nas mãos do advogado criminalista,

evitando que “injustiças” fossem cometidas nos julgamentos dos processos crimes, os quais envolvem um bem precioso do indivíduo: a liberdade²⁶¹.

É comum que a narrativa dos entrevistados traga sua compreensão de si, em nosso caso específico, a compreensão de sua importância para com a sociedade e de sua posição em meio à categoria e aos demais membros do Poder Judiciário, reafirmando seu valor enquanto profissional e buscando o reconhecimento entre os pares. E para os criminalistas, o melhor reconhecimento, devido ao apelo social, ocorre nas atuações perante o Tribunal do Júri, principalmente quando há absolvição do acusado.

A fotografia cedida do arquivo pessoal do Dr. Roldão Valverde (imagem 16) demonstra parte do salão do Júri, especificamente o local onde ficam o advogado de defesa e o acusado, este cercado pelos policiais que fazem a sua escolta, evitando fuga ou qualquer tipo de ação. O salão do júri, revestido das formalidades do Poder Judiciário, expressa um ambiente com várias significações. O juiz ao centro como intermediador do júri, tendo do seu lado direito o conselho composto pelos 7 (sete) jurados, escolhidos entre as pessoas intituladas idôneas para representar o todo, cidadãos de merecido respeito segundo a apreciação do Judiciário. Nesse caso, percebemos nas publicações das convocações de jurados que parte dos advogados da cidade era chamada para compor a lista de jurados da Comarca, demonstrando que eram classificados pelo Judiciário como pessoas idôneas. Publicações dos periódicos locais apontavam os jurados como pessoas entre “[...] as mais representativas da sociedade”²⁶².

Do mesmo lado se posiciona o promotor que tem o papel de acusação, o qual poderá estar acompanhado de um advogado que, nesta ocasião, é denominado de assistente de acusação. Ao lado esquerdo do juiz se encontra o acusado, o advogado de defesa, seus assistentes e a escolta. A sessão é aberta ao público. Todos aqueles que têm interesse podem assistir ao julgamento, no qual o acusado é exposto para toda a população e acusação e defesa se embatem em discursos incisivos com o intuito de formar a convicção dos jurados, que vão decidir pela inocência ou culpa do réu. Após, o juiz faz a dosagem da pena, segundo as decisões dos jurados²⁶³.

²⁶¹ As condenações criminais podem gerar penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. A aplicação de prisão fora das questões criminais se dá, atualmente, nos casos do não pagamento de pensão alimentícia, sendo a conhecida prisão civil.

²⁶² Tribunal do Júri reúne-se este mês. Dois homicídios em julgamento. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 set. 1974, p. 1.

²⁶³ *Constituição Federal de 1967*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 3 de outubro de 2013; Constituição da República Federativa do Brasil. 19 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Devido à relevância dos crimes que são levados ao Júri – todos os crimes dolosos contra a vida – a imprensa tende a divulgar e acompanhar as sessões de julgamento. Neste caso, e considerando serem mais comuns as condenações do que as absolvições, os resultados indicam uma importante forma de publicidade da competência dos advogados na área criminal, conforme observamos nas matérias sobre os Júris de 23 e 24 de setembro de 1974, que decidiram sobre os crimes de homicídios, um praticado contra Jurandir S. e outro contra Farid H.

Em setembro de 1974 o jornal *A Gazeta de Assis* divulgou a ocorrência de dois júris na cidade de Assis. Um tinha como acusado Almiro P., que teria disparado dois tiros contra Jurandir, informando o jornal que o motivo seria provavelmente passional. No outro caso, a senhora Yolanda N. era acusada de matar o companheiro com um disparo de arma de fogo no momento em que ambos disputavam a arma. O jornal ainda indica a ocorrência de um crime na cidade de Marília, cometido por um médico e sua equipe, que teriam “[...] enterrado um recém-nascido com vida, logo após provar aborto da mãe”²⁶⁴. Os advogados assisenses Dr. Tufi Jubran²⁶⁵ e Dr. Francisco Maldonado Jr. eram apontados como advogados de defesa em todos esses processos.

Já em 21 de setembro de 1974, o mesmo periódico indica as datas dos dois júris na cidade de Assis, enfatizando que os casos “[...] vêm despertando grande interesse na opinião pública” e, mais uma vez, destacando os advogados de defesa, bem como a figura do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo como assistente de acusação²⁶⁶.

Por meio dessas indicações percebemos a importância que a sociedade dava ao julgamento de crimes perante o Tribunal do Júri, pois, apesar de uma quantidade significativa de tantos outros crimes ser decidida todos os dias, a atuação no Júri e os tipos de crime ali presenciados demonstram comoção social. Além disso, são os únicos julgados pela população e não pela convicção exclusiva dos magistrados. Por tais motivos a atenção de parte da sociedade se volta para esses julgamentos.

Em 26 de setembro de 1974, *A Gazeta de Assis* publicou o resultado dos Júris com a notícia intitulada: “Júri termina com duas absolvições”²⁶⁷. Na descrição, o

²⁶⁴ Tribunal do Júri reúne-se este mês. Dois homicídios em julgamento. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 set. 1974, p. 1.

²⁶⁵ Tufi Jubran foi prefeito da cidade de Assis do ano de 1969 a 1973.

²⁶⁶ Tribunal do Júri reúne-se segunda-feira. Dois homicídios serão julgados em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 21 set. 1974, p. 1.

²⁶⁷ Júri termina com duas absolvições. *A Gazeta de Assis*. Assis, 26 set. 1974, p. 1.

periódico indica os êxitos dos advogados invocando a competência dos profissionais refletida nas absolvições e apontando, ainda, as teses utilizadas, conforme exposto:

Os membros do conselho de sentença que funcionaram em ambos os casos, acolheram a tese da defesa: no primeiro caso, da legítima defesa e no segundo, da acidentalidade do disparo sendo réu e ré absolvidos, saindo do plenário na companhia de seus familiares e advogados. A defesa de ambos casos em julgamento esteve a cargo dos advogados Tufi Jubran e Francisco Maldonado Junior, que se portaram com brilhantismo, logrando as absolvições de seus constituintes... sobre o julgamento do júri popular de Marília... temos a informar que apenas uma absolvição os advogados de defesa conseguiram. Esta absolvição foi conquistada pelos advogados assisenses Francisco Maldonado Jr. e Tufi Jubran, sendo os demais réus condenados. Os conhecidos advogados de Assis em oito dias defenderam três réus, conseguindo em todas as oportunidades a absolvição de seus clientes²⁶⁸.

A descrição do jornal, que em outras oportunidades anunciava o Júri, mas não aborda a qualidade dos profissionais que nele atuariam, considera o julgamento de absolvição como êxito dos advogados de defesa ressaltando o brilhantismo da sua atuação no Júri. Tais adjetivos empregados constroem a imagem de que os bons advogados na área criminal são aqueles que logram êxito nos julgamentos, ou seja, que convencem o corpo de jurados da inocência dos acusados em virtude de algumas das teses de defesa, que no caso em questão foram a legítima defesa e acidentalidade do caso, respectivamente.

Por outro lado, percebemos também publicações que divulgam a condenação dos acusados e, então, o êxito do assistente de acusação, como no caso do julgamento ocorrido na cidade de Palmital no ano de 1975, em que o advogado assisense Dr. Waldomiro Galvão de Camargo funcionou como assistente da acusação, sendo os réus condenados e, por isso, elencada a figura do advogado como sendo “[...] muito cumprimentado, e além dos honorários recebeu um grande presente da viúva e mãe dos assassinados”²⁶⁹. O jornal também indicou que a sessão estava cheia, “[...] inclusive com a melhor sociedade local”, demonstrando o interesse sobre o julgamento dos atos do Júri, bem como a melhor propaganda do advogado: sua atuação e seu êxito.

Essas notícias ajudavam a construir a imagem dos advogados perante a sociedade, funcionando como propagandas da competência desses profissionais. Assim, a categoria passa a ser analisada segundo a atuação divulgada: bons advogados conquistam o êxito em sua atuação fazendo com que as pessoas interessadas procurem aqueles que

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Importante Sessão do Júri em Palmital. *A Gazeta de Assis*, Assis, 6 set. 1975, p.1.

obtiveram o sucesso mencionado, seja absolvendo o acusado ou condenaram o réu considerado pela população como culpado.

Neste sentido é a narrativa de Dr. Carlos Pinheiro sobre uma de suas primeiras atuações no Tribunal do Júri, na defesa de um sujeito acusado de assassinar a esposa de um advogado, na cidade de Santa Mariana, no estado do Paraná. Em entrevista, Dr. Carlos conta que a companheira do acusado assistiu ao seu primeiro Júri e, após a finalização, chamou-o para atuar no crime em que seu companheiro era acusado. O advogado explica que estava iniciando sua atuação profissional, o que o fez aceitar pela vontade que tinha de fazer Júri e participar da advocacia criminal²⁷⁰.

Contextualizando o crime, o advogado conta que o réu era açougueiro e era acusado de matar uma mulher. Apesar de sempre negar a prática do homicídio, a profissão de açougueiro ajudou a reforçar a ideia de culpa, mesmo o crime tendo sido cometido com uso de arma de fogo, e não de arma branca. No Júri, segundo a narrativa do Dr. Carlos, o Promotor acusou o réu de ser acostumado a matar, de ser um assassino frio e calculista, um carniceiro²⁷¹.

Pinheiro prossegue a entrevista explicando que no momento da atuação no Júri iniciou cumprimentando todos e, depois, passou a acusar o réu de “dedo em riste”, de carniceiro. Em seguida, Dr. Carlos explicou ao Júri e ao próprio réu: “[...] És carniceiro sim, porque retalhas a carne que dá de comer a essa população, porque tens como profissão a de açougueiro”²⁷². O entrevistado expôs que o acusado foi absolvido e ele passou a atuar como criminalista.

Em sua fala também percebemos o realce sobre a importância na atuação pela defesa de um réu que estaria, injustamente, sendo acusado. Mais uma vez notamos a retomada das questões que envolvem a culpa ou a inocência e a primazia de se conseguir a absolvição. Além disso, na entrevista o advogado demonstra seu desejo em participar do Tribunal do Júri, uma área específica a que nem mesmo todos os advogados criminalistas se dedicam.

Podemos comparar o Júri a um teatro da vida real. Ambas as partes, defesa e acusação, utilizam suas artimanhas para convencer os jurados. E mesmo que o réu seja culpado, o advogado poderá tentar a redução de sua pena comprovando situações atenuantes

²⁷⁰ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Ibidem.

ou outras causas passíveis de interferir na dosagem da pena a ser acolhida pelo Júri e aplicada pelo juiz.

Consideramos que os atuantes do Tribunal do Júri possuem características específicas que não são encontradas em todos os membros da categoria. Maior capacidade de comunicação com o público em geral, desinibição, facilidade de articular pensamentos e teorias, capacidade de se comunicar com todos, sejam criminosos, inocentes, jurados ou membros do Judiciário, e, por fim, uma característica ímpar: a oralidade.

Advogados entrevistados e aqui apontados como criminalistas durante os anos de 1970 e 1980, como o Dr. Roldão e Dr. Carlos, demonstram em suas narrativas a facilidade de se comunicarem, bem como de descrever determinados atos da vida por meio de contos, poemas ou parábolas. Tal característica, não apenas intrínseca da advocacia criminal, mas também necessária, busca facilitar a compreensão daquilo que se quer falar.

Em seu livro intitulado *Cinzas do passado e prisões no Brasil*²⁷³ Dr. Roldão Valverde descreve um conto sobre um senhor de nome José Calixto, que, amargurado pelo abandono de Angélica (que foi entregue a outro homem por seu pai), e atordoado com a dor da traição, mata seis pessoas que residiam na casa de Angélica, incluindo a amada, que estava grávida, sendo posteriormente julgado e condenado à morte pelo crime que tem como local da trama a cidade de Madri, Espanha.

No conto ele demonstra todos os passos que levaram um sujeito de boa índole a se corromper e perder a razão a ponto de cometer um crime bárbaro e cruel. Também expõe os perigos das condenações injustas, quando narra que antes de José Calixto confessar o crime outro sujeito fora preso em seu lugar, e que devido à grande submissão à tortura chegou a confessar crime que não cometera. O conto descreve:

Sabe José, que um burro calado é um sábio. Pelos comentários dos súditos do palácio, além de você, há outros suspeitos, inclusive já há um preso acorrentado nas masmorras, sofrendo toda espécie de pancadaria, tendo já confessado os seis assassinatos, pois suas unhas foram arrancadas, seus pés queimados na brasa e seus bens sequestrados pela coroa²⁷⁴.

Interessante notar que a escrita desse livro representa a construção de sentido para as questões que envolvem o cotidiano do advogado. Ao escolher uma história relacionada a um assassinato, e mesclar personagens de sua vivência, o autor aponta uma maneira de expor para a sociedade e seus pares qual é o sentimento de um advogado

²⁷³ VALVERDE, Roldão. *Cinzas do passado e prisões no Brasil*. São Paulo: All Print, 2010.

²⁷⁴ Idem, p. 42-43.

criminalista, que costumeiramente se vê cercado pelas práticas consideradas como corruptoras pela sociedade. Nesse aspecto, inclusive a indicação de várias circunstâncias que levaram seu personagem a cometer o crime – como justificativas de seu comportamento agressivo – demonstram a costumeira tese de violenta emoção que fora, provavelmente, muitas vezes utilizada pelo criminalista.

Narrando todo o contexto que levou Calixto a sentir-se traído em sua confiança e em seu amor, o advogado, experiente criminalista, narra cuidadosamente as justificativas dos atos praticados pelo acusado. A demonstração de como um homem íntegro se torna, de um momento para outro, um animal, incentivado pelo ódio e pela bebida, nos parece explicar e justificar tudo o que o entrevistado presenciou durante anos de atuação profissional²⁷⁵. Ademais, a passagem do conto transcrito remete à impressão do advogado de que há possibilidade de que se cometam injustiças com pessoas inocentes. Mais uma vez sua narrativa transparece a função social do criminalista: a defesa dos inocentes.

Outra questão exposta pelo Dr. Roldão em entrevista, e também presenciada em seu conto, se refere à justiça divina. Na história o advogado narra que seu personagem, apegado a Deus, espera por seu arrependimento não pagar duas vezes pelo mesmo crime: Justiça dos homens e Justiça de Deus. No conto, o acusado expõe, antes de ser levado à forca, que:

Cada um recebe suas graças de acordo com suas obras, assim como as oprimendas, pois todo aquele que semeia o vento acaba colhendo a tempestade, mas assim mesmo embora tenha pecado e tirado a vida de sete pessoas, ainda estou agarrado em Deus, pois é a única alavanca que posso apoiar²⁷⁶.

Em alguns momentos da entrevista Dr. Roldão também cita a justiça divina. Talvez, vinculado extremamente à sua profissão e à área de atuação em que optou inserir-se, o causídico se veja cercado de desvios sociais, de pessoas inescrupulosas e de justiças mal resolvidas, o que o leva a confiar, como seu personagem, que independente das punições humanas Deus irá conceder a todos uma justiça realmente íntegra, imune de qualquer mentira, de qualquer omissão ou interferência dos homens.

²⁷⁵ Interessante notar que durante a leitura do conto o receptor, mesmo que não perdoe a atitude de Calixto, consegue por um ligeiro momento assimilar seu sofrimento, seus desejos e sua explosão de ódio e amor. Tal situação denota a grande artimanha do advogado criminalista: fazer com que o jurado se coloque no lugar do acusado e, por uma fração de tempo, compreenda, mesmo que sem aceitar, algumas razões que levam alguém a cometer um crime embutido de violenta emoção.

²⁷⁶Valverde, Roldão. Op. Cit. 2010, p. 58.

Segundo esse sentimento a advocacia criminal apontaria a conclusão de que enfrentar este ramo do direito requer coragem, em alguns casos certa malevolência, mas talvez também seja necessária a fé em que as atitudes humanas terão uma Justiça superior, na certeza de que nem sempre o Poder Judiciário concede as penas adequadas aos acusados, podendo punir inocentes e libertar culpados.

Desta maneira, a representação de si pôde ser percebida nas narrativas dos entrevistados, nas reportagens que podem ter sido encomendadas, mas principalmente percebemos essa forte referência no livro do advogado, gentilmente cedido para nossa pesquisa. Essa fonte apresenta muito da produção do entrevistado sobre suas experiências e, conforme assinalado por Ângela de Castro Gomes,

Em todos esses exemplos do que se pode considerar como atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas²⁷⁷.

Por meio das narrativas dispersas nas diversas fontes pudemos compreender os significados que se quer expressar sobre o advogado e sobre o grupo que os circunda. E no caso da advocacia criminal, mormente durante a segunda metade do século XX, a categoria apresenta como objetivo de suas funções a justificativa de buscar proteger possíveis inocentes. O advogado é, assim, o protetor dos inocentes e não o defensor dos culpados!

2.3 Outras questões, outras representações

Por meio das entrevistas com parte das advogadas atuantes na cidade de Assis durante a década de 70 do século XX, percebemos que a advocacia criminal não era comum para as mulheres, sendo uma função desempenhada em casos de nomeação judicial para partes que não possuíam condições financeiras para arcar com as custas do processo e dos honorários advocatícios, ou em situações peculiares. Assim, as mulheres dedicavam-se mais à área cível e administrativa, característica também presente para a maioria dos advogados.

²⁷⁷GOMES, Ângela de Castro, 2004. Op. cit., p. 11.

Nas indicações dos periódicos, por exemplo, encontramos poucos casos em que advogadas foram mencionadas na realização de júris para crimes de homicídio. Citamos dois processos em que a advogada Marlene Cardoso Mirisola trabalhou: um na defesa de uma mulher, em reportagem datada de 24 de março de 1979²⁷⁸, e outro participando em conjunto com seu sócio, Francisco de Assis Pereira, para a defesa do réu Francisco C. C., foto de cujo júri é apresentada a seguir (imagem 17)²⁷⁹.



IMAGEM 17 – Júri de Carlos. Fonte: 12 anos para Lobisomem. Advogado quer anular julgamento. *Voz da Terra*. Assis, 27 mar 1982, p. 1.

Na fotografia exposta (imagem 17), visualizamos o réu de cadeira de rodas, o advogado Francisco de Assis Pereira de pé, trajado com a toga, e a advogada Marlene Mirisola ao fundo, sentada na mesa destinada aos advogados de defesa. Neste processo o acusado foi condenado à prisão domiciliar por ter praticado o crime de homicídio que, segundo a tese da defesa, ocorrera em virtude de legítima defesa putativa²⁸⁰. A advogada prestou entrevista ao jornal *Voz da Terra* esclarecendo que:

²⁷⁸ O Tribunal do Júri julgará a partir de segunda-feira três homicídios ocorridos em Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 24 mar. 1979, p. 1.

²⁷⁹ Lobisomem está morrendo. *Voz da Terra*. Assis, 24 jul 1982, p. 3.

²⁸⁰ Na legítima defesa putativa o indivíduo acredita por fortes razões que corre risco de vida e, por isso, age em legítima defesa.

Em vinte anos de profissão, nunca pude observar um fato tão deprimente como este, que está causando a morte lenta e progressiva de Carlão [...] A condenação influenciou em sua parte psicossomática de uma maneira arrasadora – argumentou a advogada –, acrescentando que após a sentença dada pelo Tribunal do Júri de Assis Carlão entrou em estado de depressão lamentável, negando-se a conversar, a tomar remédios e até a comer, fechando-se em completa apatia [...] Diante de situação tão desumana em que se encontra esse jovem de apenas vinte anos [...] Convido a população de Assis, e principalmente os jurados que o condenaram, para que lhe façam uma visita à rua [...] a fim de transmitir-lhe algum conforto e estímulo para viver. Seria interessante que o povo de Assis conhecesse Carlão e, constatassem que ele não é o bandido que o rotulam²⁸¹.

Levantaremos algumas peculiaridades do caso em questão. Inicialmente, a narrativa da advogada em favor do réu, apresentada em um jornal de circulação local, demonstra a preocupação da causídica com a situação em que se encontrava o condenado. Aparentando que acreditava na inocência do réu, a advogada chama a sociedade para conhecê-lo pessoalmente e, inclusive, incentivar a sua sobrevivência, mostrando seu interesse sobre esse julgamento e realizando uma atitude incomum entre os advogados: defesa pública do cliente mesmo após sua condenação.

Outra questão está no trabalho em conjunto entre advogado e advogada²⁸². Apesar de constarmos na fala de parte das entrevistadas dificuldades no exercício da advocacia por ser mulher, casos como o da sociedade entre Francisco de Assis Pereira e Marlene Mirisola demonstram que parte da categoria aprovava a participação feminina no mercado de trabalho jurídico. Em propaganda publicada no ano de 1976, por meio do jornal *Voz da Terra*, em comemoração ao aniversário da cidade de Assis, o advogado, com escritório na cidade vizinha de Cândido Mota, Francisco de Assis Pereira, apresenta sua equipe de advogados composta por seis mulheres, conforme observamos na imagem 18.

²⁸¹ Lobisomem está morrendo. *Voz da Terra*. Assis, 24 jul 1982, p. 3.

²⁸² Também o advogado Roldão Valverde em entrevista narra que a advogada Aldaisa Emilia Bernardino Carlos, chamada por ele carinhosamente de doutora Isa, iniciou os trabalhos em seu escritório, militando na parte cível. Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 08 de novembro de 2013.

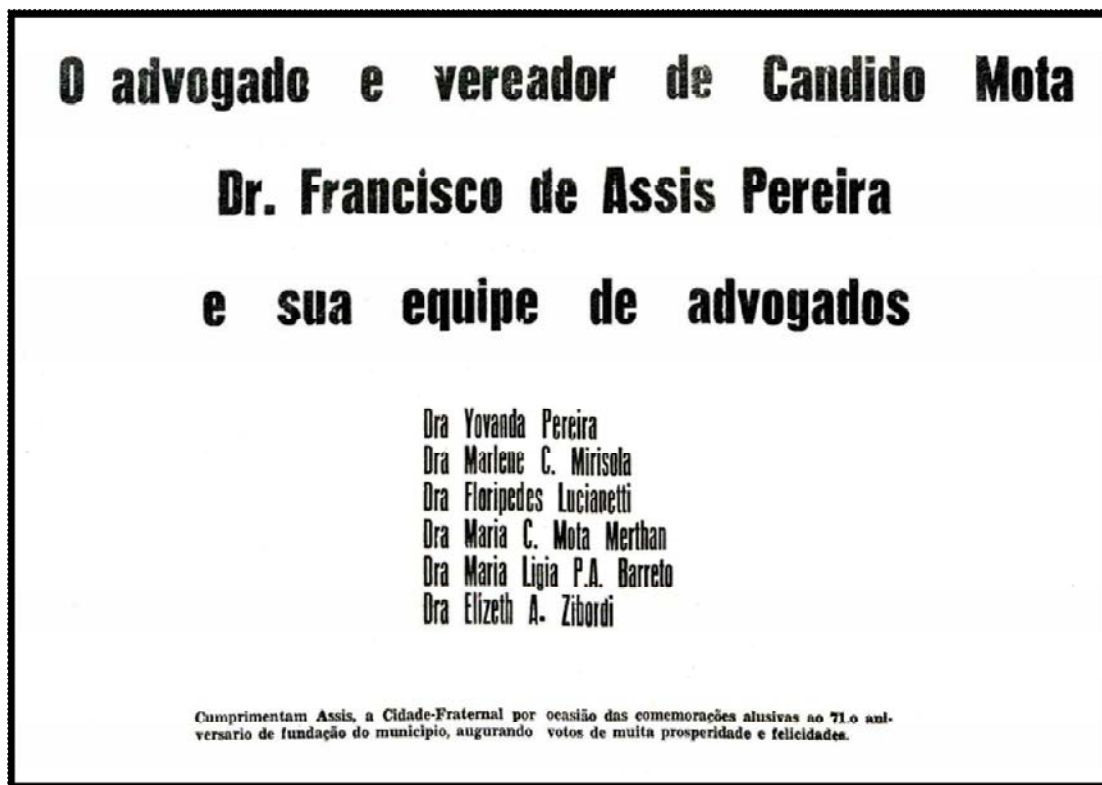


IMAGEM 18 – Equipe do advogado Dr. Francisco de Assis Pereira. Fonte: *Voz da Terra*. Assis, 01 jul 1976, p. 3.

A advocacia cível compreendia a maioria dos profissionais do Direito. Às mulheres era reservada uma parcela pequena desse universo. Fator que vai ao encontro desta afirmação é a análise de algumas publicações do Judiciário de Assis. Durante o ano de 1981, os despachos processuais – atos dos juízes que solicitam o movimento processual – foram realizados por meio do jornal da cidade. A maioria dessas publicações correspondia a arrolamentos, inventários, separações, divórcios e execuções.

O número de processos em que as mulheres advogadas atuavam era pequeno. No período analisado algumas advogadas se destacam pela presença em processos, como a Dra. Edna Maria de Carvalho, Dra. Marlene C. Mirisola, seguindo pela atuação também observada nas publicações para a Dra. Aldaisa E. B. Carlos e a Dra. Maria Conceição da Motta Merthan. A maior presença feminina estava nos casos de família, como separação, divórcio e alimentos.

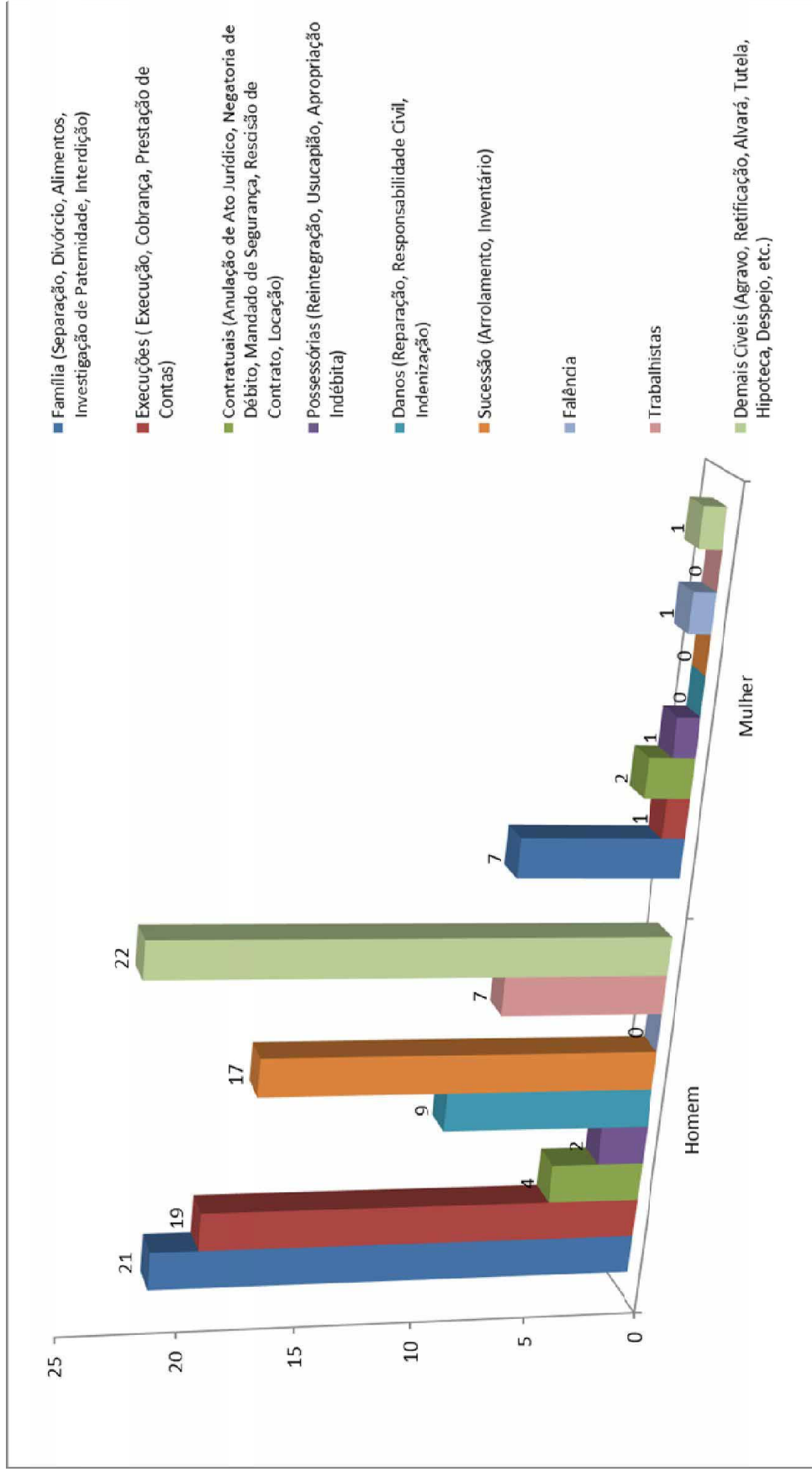
O gráfico exposto a seguir (Gráfico 05), baseado em 120 (cento e vinte) despachos de processos publicados durante os meses de outubro e novembro de 1981, demonstram questões inerentes à advocacia durante o período, como os processos comuns para a advocacia feminina, bem como o tipo de demanda judicial que era costumeira.

Percebemos que às mulheres era reservada uma pequena parcela dos processos judiciais que tramitavam na Comarca de Assis. Das cento e vinte publicações/processos em análise, apenas em treze casos houve a atuação de uma advogada, ou seja, em 10,8%. Neste aspecto, algumas informações devem ser levantadas para que compreendamos melhor os dados apresentados.

Até 1979 existiam apenas cinco advogadas inscritas na 27ª Subseção da OAB. Considerando que a primeira causídica a atuar na cidade faleceu no ano de 1963, o grupo de advogadas da cidade era pequeno e, apesar da entrada de mais trinta e duas profissionais durante a década de 1980, até o período das publicações menos de dez advogadas passaram a compreender o pequeno grupo já existente²⁸³. Observando que o número de publicações/processos para as primeiras advogadas não era tão significativo em comparação às visualizações para alguns advogados, concluímos que as advogadas recém-formadas possuíam poucos clientes.

²⁸³ Dados extraídos do arquivo da 27ª Subseção da OAB, cidade de Assis/SP e da OAB Seccional de São Paulo.

GRÁFICO 05 - Número de Despachos/Processos por Advogados e Advogadas – 1981 (amostragem de 120 processos)



Fonte: Jornal *A Gazeta de Assis*. Assis, out/nov. 1981.

A constatação de que pouco mais de 10% das publicações estavam destinadas às mulheres indica que o mercado de trabalho da advocacia para o feminino não era muito expressivo no início dos anos de 1980²⁸⁴. Ressaltamos, porém, que a mesma porcentagem, quando analisada em conjunto com a quantidade de homens inscritos como advogados em comparação às mulheres²⁸⁵, também demonstra que as advogadas, mesmo que em menor número, conseguiram abarcar uma fatia desse mercado de trabalho, sendo que algumas delas apresentam mais publicações no recorte abordado do que advogados também atuantes no período. Mesmo em uma disputa de espaço com várias barreiras que deveriam ser motivo de desincentivo profissional, as primeiras advogadas atuantes na cidade de Assis conseguiram atingir prestígio profissional no período em questão, mormente nos anos 1980.

Outro fator que observamos no gráfico 05 se refere à confirmação de que alguns casos específicos eram mais comuns para a atuação feminina, como os casos de família. Processos de separação, divórcio e alimentos foram os que as mulheres advogadas estiveram mais presentes. Podemos associar esta tendência ao fato de a sociedade do período deduzir que as advogadas teriam melhores condições de trabalhar em casos voltados às questões familiares. Vale destacar que as mulheres também apareceram em processos diversos, mesmo que com uma presença menor, como nas execuções, reintegração de posse, mandado de segurança e em uma anulação de ato jurídico, processo que teve duas advogadas atuando.

Em virtude do leque de tipos de processos elencados em um curto período notamos que a advocacia cível demandava conhecimento sobre vários temas, o que requer do causídico dedicação. Mais extensa que a advocacia criminal, a cível abarca todos os eventos em que os sujeitos estão submetidos, podendo gerar uma grande variedade de situações. Essa característica pode explicar porque a maioria dos advogados opta por militar na área cível, devido à maior quantidade de demandas e, por consequência, de clientes interessados nesta área. Além disso, a própria graduação em Direito preparava melhor o estudante para a área cível do que qualquer outra. As matérias mais extensas do curso de Direito eram justamente o Direito Civil e Processual Civil (imagem 19), que abarcavam uma variedade de questões e demandavam uma dedicação maior do aluno e, posteriormente, do advogado.

²⁸⁴ Destacamos que a observação tem como base os depoimentos das advogadas e os dados levantados nas publicações de despachos durante dois meses do ano de 1981. Nesse caso, apesar da participação feminina não ser expressiva, não podemos descartar a participação das mulheres em outras ações e de outras profissionais que não tiveram movimentação processual no período abordado.

²⁸⁵ No terceiro capítulo oferecemos um gráfico com a quantidade de inscritos na Subseção de Assis, por sexo. Homens – 1960 (14); 1970 (33), 1980 (109); Mulheres – 1960 (1), 1970 (5), 1980 (32).

FACULDADE DE DIREITO DE BAURU

Nome		DADP DE DIREITO		M	793	Echarelado	1 9 5 5
		Bairro	Matrícula	Curso	Ano		
9-2-1934		Pai	Estado	Mês			
ASSIS		Lugar	Solteiro	Assis			
E.N.G. Estadual de Assis		Curso sec. (1.º ciclo)	C.E.-Normal de Assis	2a. cat. 151.405	Reservista		
Aristeu Franco de Souza		1950	1954	Diploma	Matriculado		
		Data	Data	Diploma	Resultado		
		Inscrição	Regist. Dipl.	Médias	Classif.		
		1955	1955	7,5	7,4		
		1956	1956	7,7	7,2		
		1957	1957	8,5	8,5		
		1958	1958	7,5	7,5		
		1959	1959	8,5	8,5		

CONCURSO DE HABILITAÇÃO		ECONOMIA POLITICA		DIREITO ROMANO		TEORIA G. DO ESTADO	
Série	Nota	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.
1.ª	6.0	3.5	5.0	6.9	7.5	6.9	3.6
2.ª	3.0	1.5	8.5	3.45	3.7	7.5	7.2
3.ª	8.9	8.5	6.0	8.9	8.5	9.85	8.8
4.ª	8.8	8.0	6.7	5.6	5.7	5.8	6.5
5.ª	8.8	8.5	6.0	6.6	6.4	6.5	5.5

CONCURSO DE HABILITAÇÃO		DIREITO CONSTITUCIONAL		DIREITO COMERCIAL		DIREITO INTERN. PUBLICO	
Série	Nota	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.
1.ª	6.0	3.5	5.0	6.9	7.5	6.9	3.6
2.ª	3.0	1.5	8.5	3.45	3.7	7.5	7.2
3.ª	8.9	8.5	6.0	8.9	8.5	9.85	8.8
4.ª	8.8	8.0	6.7	5.6	5.7	5.8	6.5
5.ª	8.8	8.5	6.0	6.6	6.4	6.5	5.5

CONCURSO DE HABILITAÇÃO		DIREITO PENAL		DIREITO PENAL		MEDICINA LEGAL	
Série	Nota	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.
1.ª	6.0	3.5	5.0	6.9	7.5	6.9	3.6
2.ª	3.0	1.5	8.5	3.45	3.7	7.5	7.2
3.ª	8.9	8.5	6.0	8.9	8.5	9.85	8.8
4.ª	8.8	8.0	6.7	5.6	5.7	5.8	6.5
5.ª	8.8	8.5	6.0	6.6	6.4	6.5	5.5

OBSERVAÇÕES: Dep. D. Rem 56. Aprever dep. D. R. (7.5) em 56.

R. Maria 127 ca. P. 22 cad. 5. P.

1.º ANO		2.º ANO		3.º ANO		4.º ANO		5.º ANO	
DC	DF	DC	DF	DC	DF	DC	DF	DC	DF
50	57	56	67	69	72	85	60	85	88
MÉDIA		MÉDIA		MÉDIA		MÉDIA		MÉDIA	
65		72		85		65		70	

DIPLOMADO		COL. DE GRAD.		REG. DO DIPLOMA	
D.A.	EM	PP.	Es/Oc.	PP.	Es/Oc.
1960	26-3-1960	58	65	58	65
MÉDIA		MÉDIA		MÉDIA	
65		55		65	

IMAGEM 19 – Histórico Escolar do Curso de Direito (Faculdade de Bauru – 1955). Fonte: Arquivo pessoal de entrevistado.

Conforme observamos no histórico escolar de graduação em Direito do ano de 1955 (imagem 18), a matéria de Direito Civil era ministrada no segundo, terceiro, quarto e quinto ano, sendo que a matéria de Processo Civil, no período denominado Direito Judiciário Civil, era ministrada no quarto e no quinto ano. Comparando com a próxima matéria mais abarcada, o Direito Penal, este foi ministrado apenas no segundo e no terceiro ano, sendo o Direito Judiciário Penal presente apenas no quinto ano.

Relacionado com um conflito entre as partes, na área cível o requerente e o requerido são representados por advogados, cada qual militando em favor de um dos lados da demanda. Por isso, diferentemente dos processos criminais em que, na maioria dos casos, o advogado se confronta com o Promotor de Justiça, a advocacia cível coloca dois advogados em lados opostos, o que pode gerar, em alguns casos, certa rivalidade em busca do êxito profissional.

Essa rivalidade pode ser incentivada pela própria sociedade. As partes envolvidas em um determinado processo cível representam lados opostos, com interesses diversos. A disputa das partes pode refletir nos advogados, cada qual que, visando defender os interesses de seu cliente, e objetivando o êxito da demanda, ficam, mesmo que momentaneamente, também em lados opostos.

As demandas cíveis também podem envolver situações de conflito delicadas, muitas delas passíveis de refletirem em crimes. Atos em que a índole de integrantes da sociedade é constantemente colocada em “xeque” são analisados nos processos cíveis. Isso pode ser observado nas ações de cobrança, quando uma das partes não cumpre com a obrigação de quitar uma dívida, ou nas ações de alimentos, quando os pais não querem cumprir com sua função patriarcal de manutenção dos filhos, nas situações de divórcio que tateiam questões íntimas do casal e da família, todas situações particulares que podem comprometer a reputação dos sujeitos envolvidos e que são confiadas aos advogados.

Nesse caso, além de realizar a defesa de seu cliente o advogado deve manter sigilo sobre a maioria dessas questões. Diferentemente dos processos-crime que são de interesse da sociedade, os processos cíveis são restritos às partes e, por isso, requerem o compromisso de sigilo por parte do advogado. Tal fato é ressaltado pelo Dr. Oswaldo Trevisan.

Quando questionamos o entrevistado sobre um caso importante no qual atuou, o causídico explicou que trabalhou em vários casos relevantes, mas voltados a questões familiares que tramitaram sobre segredo de justiça e que, por isso, não poderiam ser

comentados. Prosseguindo, explica que em alguns processos são analisadas as questões que “[...] motivavam a pleitear a separação, as traições, as más condutas dos cônjuges, de um lado ou do outro, e por isso que nós não podemos comentar, infelizmente ou felizmente. Eu acredito que felizmente, porque certas coisas são irreveláveis mesmo”²⁸⁶.

Percebemos pelas explicações que o advogado representa o papel de confiança que a categoria deve transparecer para a sociedade, respeitando a ética profissional. Mesmo conhecedor de diversos fatos comprometedores da índole ou lisura de parte da sociedade, voltados ao direito de família, seu dever de ética faz com que ele não possa comentá-los.

Sobre as questões voltadas ao sigilo profissional, uma reportagem datada do ano de 1967 abordou o tema explicando que a Ordem dos Advogados impetrou *habeas corpus* em favor de advogado que foi denunciado ao Ministério Público pelo crime de favorecimento pessoal, com alegação de que o causídico ocultou o paradeiro de homens acusados de homicídio, os quais eram seus clientes²⁸⁷. Esclarecendo a decisão do Tribunal, a matéria delineia que,

A solução do problema proposto foi construída através de análise do alcance exato do conceito de sigilo profissional e do seu alcance. O relator do pedido o Min. Bonfim Pontes, bem salientou que o sigilo profissional, se por um lado é um direito, por outro é um dever. Realmente, é um direito, no que concerne ao profissional, que deve invocá-lo para eximir-se de revelações que julgue inconvenientes, sem ficar sujeito por isso a sanções de qualquer espécie. Mas também é um dever, ainda com referência ao mesmo profissional, encarado nas suas relações com os seus clientes, que por seu turno são titulares do direito de terem mantidos em segredo as revelações que fizeram ao profissional, em razão do exercício da atividade²⁸⁸.

Por meio da decisão do Tribunal descrita no jornal da cidade (transcrito da Folha de São Paulo de 28 de maio de 1965) compreendemos que aos advogados eram atribuídos o dever e o direito do sigilo profissional, motivo pelo qual as questões que tomaram conhecimento em virtude da parceria cliente/advogado não poderiam ser divulgadas.

Nesse aspecto, a explicação do Dr. Oswaldo Trevisan, de que não era possível apresentar fatos que vivenciou durante sua carreira em razão do sigilo profissional,

²⁸⁶ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

²⁸⁷ Os fatos ocorreram na cidade de Ribeirão Preto. A reportagem foi transcrita da folha de São Paulo de 28 de maio de 1965, do redator Teófilo Cavalcanti Filho, formado em Direito pelo largo de São Francisco e livre-docente em Introdução à Ciência do Direito. Fonte: Advogado deve denunciar cliente? *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 jun. 1967, p.1 e 4; Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiteofilo.html. Acesso: 20 set 2014.

²⁸⁸ Advogado deve denunciar cliente? *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 jun. 1967, p. 1 e 4.

aponta a impressão de ética e de cumprimento de dever que este profissional tem de si e busca expressar para a sociedade, pois, diferentemente das matérias criminais que são de conhecimento público, as questões cíveis envolvem muitas vezes a intimidade, e, por isso, possuem caráter sigiloso. Reforçando tal impressão, a reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* ainda descreve:

O advogado [...] necessita conhecer, em seus mínimos detalhes, a questão que o cliente lhe confia. Este, por seu turno, pode confiar no advogado porque sabe que ele está preso a uma obrigação de segredo. O advogado tem muito do sacerdote quando ouve a confissão de um criminoso, os fatos da intimidade de um lar, os meandros de um negócio, as desavenças e os ódios. O cliente que conta as suas fraquezas, que relata a sua vida íntima, que divulga os seus negócios, vê no advogado, como no padre no confessionário, o profissional íntegro e probo, preso a uma obrigação legal, qual seja a do sigilo²⁸⁹.

Ao comparar o advogado com um sacerdote, os representantes da categoria (redator da matéria e membros do Tribunal) demonstram a percepção que têm de si sobre a relação com o cliente e justificam, inclusive, o silêncio dos advogados com relação ao paradeiro de clientes perseguidos.

As reportagens apresentadas nos jornais sobre os advogados ou a advocacia demonstram as impressões que se pretendem lançar sobre a categoria, e as matérias que trazem anúncios das demandas executadas são fortes propagandas profissionais. Se para os processos criminais o anúncio da absolvição ou condenação do réu faz o papel de elencar a capacidade do advogado, nos casos cíveis a variedade de ações e o empenho do profissional cumpre a mesma função.

Por meio de reportagens datadas do ano de 1981, visualizamos que o advogado Francisco de Assis Pereira demonstrou sua dedicação sobre demandas judiciais diversificada das tradicionais e que, com isso, o profissional buscou diferenciar-se da categoria. Em uma das reportagens apresentadas no jornal *Voz da Terra*, o advogado explicou que ingressou com ação que pretendia o reconhecimento do direito de alimentos de nascituro. Nesse caso, a mulher que fora abandonada grávida deveria receber pensão alimentícia para sustentar o filho, ainda em seu útero.

A ação elencada pelo periódico como inédita no Brasil foi negada pelo juiz da Comarca de Cândido Mota, mas o advogado afirmou que iria recorrer pois a sentença foi “quase favorável”. Segundo explicação do advogado, exposta pelo jornal, “[...] em futuras

²⁸⁹ Idem.

oportunidades, quando houver casos semelhantes, vai tentar novamente que a justiça reconheça, pois mesmo antes de nascer a criança tem direito a alimentar-se (através da mãe, que é a única forma) e alguém precisa responsabilizar-se por isso”²⁹⁰.

Em outra matéria, o mesmo advogado explica que ingressaria com uma ação de correção monetária de valor que fora retirado de uma órfã e depositado na Caixa Econômica Estadual por vinte e nove anos e que, devolvidos para a cliente apenas “17 centavos”, sem correção, daquilo que era “17.80 contos de réis”, apresentava uma situação de injustiça. Prossegue esclarecendo que:

O Estado é responsável por esta situação... ela não é a única; são milhares de órfãos em todo o Estado e, no país, que foram compelidos pela Justiça a deixar seu dinheiro depositado nessas condições, sem preservar o valor desses bens... Existe uma infinidade de casos de pessoas que desconhecem o que fez o inventariante e ficam descapitalizados, por ter seus depósitos sem correção. Esse dinheiro foi gerido pelo Estado, e portanto por ele deve responder, sobretudo porque aferiu lucros com a sua aplicação. Por isso a ele compete reparar os danos e perdas sofridos pelos favorecidos, que têm o direito de receber o seu dinheiro com o valor corrigido²⁹¹.

Em ambos os casos visualizamos a divulgação de ações que aparentemente não eram comuns de serem ajuizadas, sendo inclusive apontado no primeiro caso como inédita. A publicidade dessas demandas indica que o advogado desejava demonstrar trabalhos inovadores. Tal manifestação pode ser originária da necessidade de ser reconhecido como um profissional com qualidades distintas, objetivando angariar uma quantidade maior de clientes, pois em ambos os artigos visualizamos o chamado de que há outras pessoas em situações semelhantes e que merecem o mesmo amparo.

Por outro lado, considerando o ano da publicação das matérias, em que a cidade de Assis já apresentava uma quantidade maior de profissionais da advocacia, a divulgação também pode ser percebida em virtude da necessidade de se destacar em meio à quantidade cada vez mais elevada de advogados. Em qualquer das situações ora levantadas o profissional demonstrou por meio do periódico as diversas possibilidades da advocacia cível e sua capacidade de discutir questões que não são corriqueiras nos Tribunais, mas são no dia a dia da sociedade. Tais características apresentam como esse advogado queria ser percebido em sociedade: como um profissional individualizado!

²⁹⁰ O direito de uma criança não nascida, a alimentar-se. *Voz da Terra*. Assis, 25 mar 1981, p. 3.

²⁹¹ Advogado pede que Estado pague correção a menor órfã. *Voz da Terra*. Assis, 29 out 1981, p. 4.

Percebemos que parte dos advogados ainda atuantes nos anos de 1960 e 1970 são considerados como uma categoria diferenciada. Seja pelas características sociais ou econômicas, ou em virtude do número reduzido, esses profissionais possuíam e representavam um perfil diverso e específico. Sobre alguns membros do Judiciário militantes na cidade de Assis, Oswaldo Trevisan comenta:

Nós tivemos muitos notáveis na promotoria, aqui em Assis. Você quer falar em história do Direito? Nós tivemos o doutor Otto de Souza Lima, que foi juiz de Direito, foi um dos primeiros professores de Direito Civil da Faculdade de Direito de São Paulo, Largo de São Francisco, foi juiz em Assis. Nós tivemos em Cândido Mota um rapaz extraordinário, promotor público, que tem uma obra dele aqui comigo até hoje, um dos poucos que comentaram a constituição outorgada pelo governo militar de [19]69. Não foi feita pelo povo, foi outorgada pelos militares. Dr. José Celso de Mello Filho, que hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal, um Ministro notável do Tribunal Federal. Então, houve na advocacia de Assis homens extraordinários como o Dr. Edgard Benozatti, Dr. Waldomiro Galvão, que foi o meu professor de Sociologia no curso Normal. E nós, eu, naquela época fui professor da Unesp também, antes de ir pra São Paulo em [19]79²⁹².

A leitura de Trevisan era a de que durante os anos de 1960 e 1970 a categoria dos advogados e membros do Judiciário atuantes na cidade de Assis e suas proximidades era composta por profissionais de excelência. Ressaltando os cargos conquistados por alguns, como o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, por José Celso de Mello Filho, o advogado demonstra que a cidade e a região formaram ou fizeram parte da formação de importantes juristas.

Ainda em âmbito local, no cerne da categoria dos advogados, relembrar de “[...] homens extraordinários como Edgard Benozatti e Waldomiro Galvão de Camargo”²⁹³ nos remete à representação que parte da categoria possuía para com os colegas atuantes na

²⁹² Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

²⁹³ **Edgard Benozatti** nasceu no ano de 1923, filho de Paschoal Benozatti e Isabel Hidalgo Benozatti e formado em direito no largo de São Francisco. Foi presidente da Subseção da Ordem dos Advogados da cidade de Assis por três gestões (1961/1963; 1967/1969; 1969/1971), o que demonstra sua representatividade perante a categoria. Sua família era tradicional e reconhecida na cidade. No ano do falecimento de seu irmão Waldemar, contador na Secretaria de Educação, o político e deputado Hélio Rosa registrou requerimento de pesar em que descreve que Waldemar “[...] deixa ainda dois irmãos, os doutores Ulisses e Edgard, respectivamente dentista e advogado, ambos, como o falecido, herdeiros do patrimônio moral de uma família de ilibada formação e rígidos princípios”. Fonte: Waldemar Benozatti. *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 mar 1978, p. 3; **Waldomiro Galvão de Camargo** nasceu no ano de 1915 e formou-se em Direito na USP, sendo o segundo advogado inscrito na Ordem dos Advogados, Subseção de Assis, no ano de 1939. Foi eleito presidente da Subseção de Assis por quatro mandatos consecutivos (1971/1973; 1973/1975; 1975/1977; 1977/1979), o que aponta não apenas a representatividade do profissional, mas também a permanência de seu poder perante a categoria por quase dez anos. Envolveu-se nas questões políticas apoiando o partido da situação durante parte do Regime Militar. Fonte: Entrevista com Waldomiro Galvão de Camargo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 17 mar 1973, p. 1, Arquivo da 27ª Subseção da OAB/SP. Os dois profissionais frequentavam espaços de sociabilidade que representavam a elite assisense.

cidade, principalmente os advogados mais experientes: uma categoria de profissionais de nível intelectual, cultural e econômico que se sobressaía.

O fato de ressaltar aqueles que ministravam aulas, seja no curso de ensino superior ou no ensino fundamental, também nos remete a uma impressão de que a intelectualidade desses profissionais era expressiva a ponto de que fossem convidados para a docência, atividade considerada por Trevisan como um dos marcos para a cultura da sociedade até o início da segunda metade do século XX.

Prosseguindo com a entrevista, Dr. Oswaldo Trevisan ainda aponta sua percepção de alguns motivos que poderiam ser causadores da inversão de valores para a advocacia. Em sua narrativa, percebemos a divisão entre aquilo que o advogado “deve ser”, com o objetivo de preservar os ideais de defesa ao cliente. Por outro lado, também notamos sua repulsa àquilo que parte dos advogados podem se tornar em virtude da exposição do desejo financeiro à frente dos princípios da advocacia. Sobre a advocacia Trevisan declara:

[...] depende muito da pessoa. Aliás, tudo depende. Se a pessoa tem afinidades com o Direito, se a pessoa não quer ganhar dinheiro apenas com o Direito, se a pessoa quiser ganhar dinheiro com o Direito ela começa a [...] fazer média com as partes, ela perde a autenticidade [...] Eu procurei um advogado porque eu quis fazer um acordo, porque ele está prejudicando o cliente dele. Mas ele não quer porque ele está sonhando nos honorários advocatícios. Ele não está pensando em beneficiar o cliente. Então, se a pessoa tem caráter, e se a pessoa se afeiçoa à profissão, não importa a escola. Não fica pensando que a FEMA não pode proporcionar um grande curso de Direito, que a UNIP não pode [...] podem sim! Na medida em que a pessoa queira ser um bom profissional²⁹⁴.

Expondo um exemplo de sua prática enquanto advogado, mas sem elencar nomes, preservando a ética que esse profissional busca transparecer, Trevisan esclarece que o advogado deveria pensar apenas nos direitos e no benefício de seu cliente. Entretanto, o desejo pelos ganhos financeiros podem fazer com que a advocacia se corrompa.

Segundo a fala do entrevistado, essas características fazem parte do caráter do indivíduo, que não necessariamente precisa cursar faculdades tradicionais para constituir um bom advogado. Ao contrário, Trevisan reflete que, ser um bom profissional está mais na pessoa do que na instituição em que ele cursou.

De qualquer maneira, seu desabafo consagra uma representação daquilo que os advogados deveriam almejar e que foi, outrora, comum aos “homens extraordinários”

²⁹⁴ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

existentes na cidade de Assis, pois percebemos que o verbo utilizado no presente para o exemplo que foi aplicado (“ele está prejudicando”) se dirige à advocacia atual, enquanto o verbo no passado, da primeira narrativa (“houve na advocacia de Assis”), induz à lembrança de companheiros de categoria durante os anos iniciais de sua atuação enquanto advogado e procurador. Tal fato, entretanto, não indica que o advogado despreza os bons profissionais da atualidade; ao contrário, apenas demonstra que em seu passado suas lembranças o remeteram apenas a homens “notáveis”.

Demonstrando a mesma impressão de que os advogados existentes em Assis até os anos 1970 representavam uma categoria diferenciada, Carlos Pinheiro explica em entrevista as dificuldades de ingressar na advocacia na cidade, no início de sua carreira, por ser um local em que todos os profissionais eram bem qualificados e expoentes em sua atividade. Segundo Pinheiro,

A gente coletava umas inferioridades aqui em Assis, principalmente nos primeiros (citando os primeiros anos de trabalho como advogado que ocorreram em 1976), porque os advogados que existiam aqui em Assis eram verdadeiros expoentes da advocacia, não é? O mínimo aqui era Bauru, Toledo de Bauru. Advogados todos com uma formação brilhante, então pra você entrar num determinado momento, nesse momento onde tinha sessenta advogados em Assis, aproximadamente, era muito difícil, porque angariar clientela não é fácil²⁹⁵.

Mais uma vez percebemos que a própria categoria atuante em Assis considerava seus pares – aqueles advogados tradicionais da cidade – como profissionais diferenciados por sua formação acadêmica e, também, por suas características sociais. Dizer que a entrada no mercado de trabalho em Assis foi difícil em virtude de a cidade possuir expoentes na advocacia aponta a representação dos advogados de que a categoria era composta por profissionais considerados possuidores de características ímpares e, ao mesmo tempo, demonstra que a presença de novos advogados forçou a reorganização do grupo.

A menção às faculdades (“o mínimo aqui era Bauru”) também evidencia a tradicional impressão da superioridade de algumas instituições de ensino superior de Direito, como a USP, PUC, Mackenzie e Toledo de Bauru, formadoras da grande maioria dos advogados que trabalharam em Assis até os anos de 1960, quando então a faculdade de

²⁹⁵ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

Presidente Prudente ainda formava suas primeiras turmas e Marília ainda não possuía graduação para esse curso²⁹⁶.

Percebemos que aparentemente houve a necessidade de se romper uma barreira causada pelos advogados tradicionais da cidade, a qual se salientava em virtude de sua graduação em instituições clássicas de ensino. Conforme lembrado por Roldão Valverde, quando questionamos sobre a relação entre os advogados no início de sua atuação profissional,

[...] sempre tivemos boa relação com os advogados, havia um caso, por exemplo, que todo mundo vai [...] Quando você fazia sombra para os advogados, então você sofre uma crítica dele, mas os cães ladram e a caravana passa, ninguém dá pelota. No Tribunal do Júri tinha um advogado famoso, aí começou: “Roldão é formado na faculdade de Marília, eu sou da São Francisco, e bibibibi”. Eu voltei e “Os cães ladram e a caravana passa, quando eu estou pescando meu pai falava, mosquito a gente mata assim, e se tem uma filosofia, a Vossa Excelência é uma diarreia jurídica”. Então tinha essa facilidade sim, mas tinha concorrência sim né. Nós temos advogados brilhantes, por exemplo, Carlos Pinheiro [...] Nós fazíamos acordo por telefone, pessoas extraordinárias, porque advocacia é uma profissão difícil, muito difícil. O presidente da república, quem vai defender ele? O advogado. O desembargador em São Paulo, se matar, quem vai defender? O advogado²⁹⁷.

A explicação do causídico aponta sua percepção de que houve em alguns momentos a apresentação de certa superioridade por parte de alguns advogados tradicionais da cidade, formados em faculdades como a USP. Entretanto, demonstrando que o discurso desses profissionais não atrapalhou a “caravana” que continuou a seguir, Roldão apresenta como se deu o ingresso, nos anos 1970, de novos advogados atuantes na cidade, os quais alteraram o perfil rígido da advocacia e souberam inserir-se na categoria.

Ao mesmo tempo, notamos a presença não apenas do respeito, mas também da admiração aos profissionais que já atuavam na cidade. É o que percebemos na fala de Trevisan quando cita os “homens extraordinários”, na narrativa de Carlos Pinheiro quando se refere aos colegas como “verdadeiros expoentes da advocacia” e no caso de Valverde, que, apesar de perceber e apontar atos de revelia, relata a existência de “advogados brilhantes”.

²⁹⁶ A primeira turma de Direito formada na Toledo de Presidente Prudente foi no ano de 1965 e na Fundação de Marília foi em 1973. Fonte: Arquivo do setor de diplomas e secretaria das faculdades TOLEDO de Presidente Prudente e UNIVEM de Marília.

²⁹⁷ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 08 de novembro de 2013.

Ser comparado aos profissionais tradicionais era motivo de orgulho, conforme notamos no discurso de Edna Maria de Carvalho, ao equiparar seu perfil ao do Dr. Oswaldo Trevisan, discorrendo que:

[...] eu tenho muito do Oswaldo Trevisan, porque como eu estudei na Unesp, trabalhei na Unesp, eu convivi. Quem me preparou para o vestibular foi o Onozor Fonseca [...] e o professor Rolando Morel Pinto [...] Todos os professores que estão na USP [...] e até que já morreram²⁹⁸.

Em contrapartida, percebemos também por meio das entrevistas a compreensão de parte dos advogados de que a categoria passou por novo processo de alteração com a entrada significativa de profissionais e, ainda, com o aumento exacerbado de cursos de Direito. Nesse caso, parte dos entrevistados se posiciona sobre as alterações apresentando suas representações a respeito da advocacia atual em trechos dos seus discursos.

No caso da advogada Marlene Mirisolla quando questionamos sobre a relação existente entre os advogados ela responde: “[...] não tem nada, a gente luta, escreve sempre dentro da linha, ninguém ofende o outro. Pode ver esses advogados antigos, nenhum usa uma palavra para ofender os outros”²⁹⁹. Ao expor uma relação amigável a causídica cita como exemplo os “advogados antigos”, aparentando que não pode fazer a mesma observação com relação a toda a categoria.

Já a Dra. Edna Maria de Carvalho, quando questionada sobre os eventos realizados para unir as advogadas atuantes em Assis, e a permanência desses acontecimentos, explica que se deu “[...] no início, depois não. Depois aumentou muito, você convida ninguém participa, ninguém quer saber, elas não olham na tua cara, não sei o que elas querem. Mudou. Então, só às vezes a gente faz uma reunião o pessoal mais velho”³⁰⁰. Por meio da narrativa percebemos que mais uma vez o “pessoal mais velho” é exposto como um grupo diferenciado que possuía vínculos de amizade e características que sobressaem, aos olhos dos entrevistados.

Por fim, seguindo a mesma linha de interpretação, Oswaldo Trevisan, quando questionado sobre o exame de ordem atualmente aplicado para a inscrição dos bacharéis em Direito como advogados, expõe:

²⁹⁸ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

²⁹⁹ Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisolla. Data 21 de agosto de 2013.

³⁰⁰ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

Eu sou o mais velho advogado de Assis hoje. Minha inscrição é 11.051. Sou o mais velho advogado. Para você ter uma ideia, hoje o número de advogados está em trezentos mil. Então, na época eu não fui favorável ao exame de Ordem, mas hoje eu sou, pela inflação de advogados, porque [...] qualquer cidade do interior tem uma faculdade de Direito, e [...] não estão produzindo advogados de alto nível, então não tem professores de alto nível para ensinar esses advogados. Entende? Então não é como os cursos oficiais, como nós temos nas nossas faculdades de Letras, por exemplo, de História, que os professores são catedráticos, que vêm de alto nível. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis é de altíssimo nível³⁰¹.

Percebemos que as alterações da categoria foram percebidas por esses profissionais que, mesmo de forma sutil, apresentam em alguns momentos de seu discurso a representação de que os advogados “tradicionais” possuíam características culturais, sociais e até mesmo econômicas que elevavam a categoria³⁰². Fosse em virtude do menor número de advogados, fosse em virtude do alto nível da faculdade, ou em face das características individuais, as alterações foram sentidas – primeiro pelos profissionais ingressantes a partir dos anos 1960, posteriormente por esses mesmos profissionais sobre a nova remessa de advogados a partir de 1980.

Percebemos que a categoria dos advogados demonstra várias representações em suas entrevistas, reportagens, arquivos pessoais, entre outros, que apresentam para a sociedade como eles querem ser reconhecidos. Seja como protetores de injustiças ou como membros éticos que buscam resolver conflitos sem divulgar os fatos, todas são características que se querem impor, justificando a categoria enquanto profissionais, mas também construindo por meio delas uma forma de poder, de demonstração da importância e da significação do grupo para a sociedade.

Dentro dessa união do todo para a construção de suas representações, frisamos, entretanto, que a trajetória das primeiras mulheres inscritas como advogadas na cidade de Assis apresenta particularidades que, em alguns casos, apontam que mesmo sendo da categoria elas não foram aceitas de maneira pacífica por todos os membros do grupo, fazendo com que as advogadas criassem suas próprias estratégias, conforme passaremos a abordar.

³⁰¹ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012.

³⁰² Ora as representações se referem aos advogados já atuantes antes da segunda metade do século XX, ora se referem aos advogados do período trabalhado, que também são considerados como profissionais diferenciados pelos entrevistados.

CAPÍTULO 3 – ADVOGADAS: desafios do gênero em uma categoria

Não imagina! Pode até pensar: será que foi tudo isso? É muito mais. Tá no olhar, tá no modo de falar, tá na malícia, sabe? Só quem sofreu na pele, só quem sofreu na pele. (Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013).

Propulsoras de um novo perfil para a categoria, as primeiras advogadas a atuarem na cidade de Assis demonstraram em sua trajetória um pouco do que todas as precursoras, cada uma em sua atividade, tiveram de enfrentar para atingir a igualdade fática de direitos.

Durante a primeira metade do século XX, com o incentivo do processo de modernização nacional e das lutas femininas, as mulheres conquistaram vários direitos essenciais que outrora lhes foram negados. O direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino, a aceitação, mesmo que a contragosto, de algumas profissionais em categorias geralmente reservadas aos homens³⁰³ são exemplos de conquistas que contribuíram para alterar gradualmente a imagem sobre o feminino na sociedade brasileira, o que fomentou a partir dos anos 1960 uma reviravolta sobre os papéis sexuais.

Entretanto, em virtude das representações tradicionais que preservavam ao feminino o ambiente privado, com dedicação exclusiva ao lar, ao marido e aos filhos, algumas mulheres continuaram a enfrentar barreiras sociais e culturais com relação à sua educação e profissionalização.

Na cidade de Assis, durante a segunda metade do século XX, as primeiras advogadas a atuarem sentiram as restrições de parte da categoria com relação à capacidade feminina para o exercício da advocacia. Tal posicionamento, que não estava presente em todo

³⁰³Referências tratadas na obra: HANER, June E. *A mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Com relação à aceitação da categoria destacamos a participação da advogada Mirtes de Campos, a primeira a conseguir inscrever-se na Ordem dos Advogados do Brasil. Formada em 1898 pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Mirtes enfrentou a reprovação de sua família e da sociedade para cursar a graduação em Direito. Apenas conseguiu ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil em 1906, pois as restrições da categoria impediram sua imediata inscrição. Mesmo com essas barreiras a advogada militou em questões criminais, foi ativista nos movimentos feministas, mormente relativos ao direito ao voto feminino, e assumiu em 1924 o cargo de encarregada da jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, no qual se aposentou em 1944. Ressaltamos que outras mulheres graduaram-se antes de Mirtes, mas esta foi a primeira a conseguir inscrever-se na OAB para exercer a advocacia. Fonte: SCHUMACHER, Maria Aparecida; VITAL, Érico Teixeira. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Biográfico e Ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.431-432.

o corpo jurídico, demonstrava o desejo tradicional das elites em manter a divisão dos papéis sexuais acentuada.

Além disso, apesar de os anos 1960 serem considerados como divisores de águas nas relações de gênero, as clivagens valorativas de parte destes profissionais ainda são percebidas em alguns momentos do período de nossa análise demonstrando a tradição cultural em que estavam inseridos. Tânia Navarro Swain, ao analisar a representação contida em reportagens de revistas femininas nos anos de 1999 e perceber o posicionamento ainda conservador dos homens, expõe:

Esses homens, que assim se expressam, são jovens entre 25 e 35 anos, nos anos 90, nascidos já em meio ao debate engendrado pelo feminismo; suas representações sociais, entretanto, continuam presas aos esquemas binários do mundo, de dupla moral e do binarismo implícito nas práticas sociais, sejam elas econômicas, morais, relacionais, sexuais, instituidoras de um mundo cindido “naturalmente”, em masculino e feminino³⁰⁴.

Seguindo o posicionamento da autora, compreendemos parte da categoria dos advogados como mantenedora de uma tradição que demonstra em suas representações sociais o desejo pela continuidade de um modelo que dividia os papéis sexuais entre feminino e masculino, colocando em questão a capacidade das mulheres para atuarem em determinadas áreas profissionais, como a advocacia.

Algumas atitudes austeras demonstravam a visão binária de mundo que parte da categoria ainda trazia consigo, visão esta pertencente às elites que permaneciam incentivadoras da divisão tradicional dos papéis sexuais, apesar de os anos 1960 já demonstrarem o afrouxamento dessa valoração. No caso específico da advocacia, soma-se à tradição machista e conservadora o estranhamento de parte dos profissionais, acostumados com a presença exclusivamente masculina de advogados na cidade de Assis, pelo menos em grande parte dos anos 1960 e início de 1970.

Por essas questões, as primeiras advogadas a atuarem na cidade, apesar de demonstrarem a participação ativa não apenas na carreira jurídica, mas parte delas em áreas políticas e em outras atividades profissionais, ainda vivenciaram a tradição conservadora de alguns colegas de profissão sobre as distinções dos papéis sexuais, mormente na categoria dos advogados.

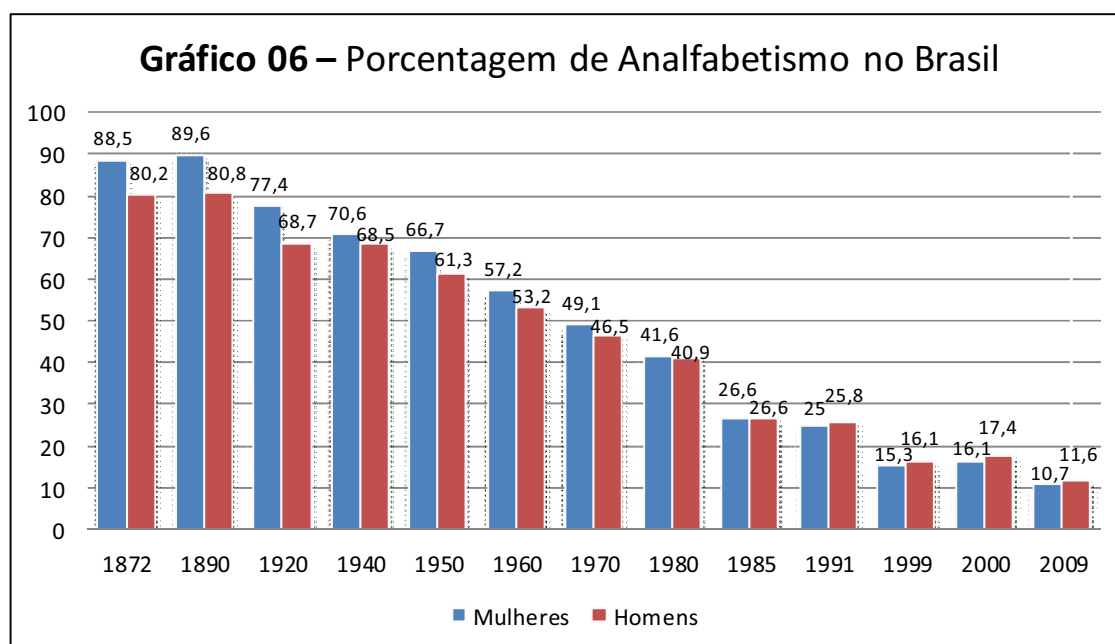
³⁰⁴ SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e Recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. In: *São Paulo em Perspectiva*. 15 (3), 2001, p. 75.

3.1 As advogadas assisenses perante a categoria na segunda metade do século XX: perfil, alterações e permanências

As primeiras advogadas a atuarem em Assis apresentam características em comum que denotam o perfil das mulheres que ingressaram no curso universitário em Direito, principalmente nas regiões interioranas. A falta desta graduação na cidade de Assis fez com que essas jovens tivessem que sair do resguardo do lar, sendo por isso demonstrada em suas famílias a presença de um posicionamento moderno e condizente com as novas práticas sociais e culturais almeçadas para o feminino durante a segunda metade do século XX.

O período em análise demonstra um aumento da escolarização das mulheres. Até o início do século XX a educação feminina ainda era compreendida por parte da sociedade como motivadora da corrupção dos valores tradicionais, o que contribuía para que o analfabetismo das mulheres fosse superior ao dos homens.

Observando os dados relativos à porcentagem do analfabetismo no Brasil por sexo (gráfico 06), percebemos que o número de mulheres sem instrução educacional foi maior que o número de homens até os anos de 1980, quando uma alteração no cenário inverteu a situação. Nesse aspecto, percebemos a intensificação da procura dos estudos por parte das mulheres, principalmente após 1970, quando as transformações sociais permitem o acesso da mulher, com menos empecilhos, também ao ensino superior.



Fonte: Censos Demográficos. Apud Rosemberg (2012).

As informações do gráfico 06 apresentam com clareza o crescimento da alfabetização no país, principalmente após a segunda metade do século XX. O acesso facilitado às escolas públicas a ambos os sexos, bem como o aumento do número de faculdades disponibilizando o ensino superior, fosse gratuito ou por meio das instituições particulares, fizeram com que o cenário educacional do país se alterasse e, com ele, o perfil profissional feminino³⁰⁵.

Em 1965 observamos uma notícia publicada pelo jornal *A Gazeta de Assis* que dispõe sobre o crescimento da alfabetização no Brasil. A reportagem descreve como apreciável o crescimento da alfabetização no decênio de 1950/1960, demonstrando que 61% da população com mais de dez anos foi considerada alfabetizada, enquanto no ano de 1950 o percentual era de apenas 48% e no ano de 1940, de 43%. A reportagem ainda descreve a região sul como a que registrou a maior predominância da população alfabetizada, com 75% do total, contra 60% de alfabetizados na região leste. Ao citar o índice da região nordeste, a reportagem ainda enfatiza que “[...] para configurar a influência das condições sócio-econômicas regionais, nos índices de alfabetização, os resultados colhidos no Nordeste brasileiro indicam um percentual de 39% de habitantes de 10 anos a mais que sabiam ler e escrever”³⁰⁶.

Essa observação é importante para indicar que, quando analisamos a entrada no mercado de trabalho e no ensino superior das mulheres, especialmente das advogadas na cidade de Assis, estamos tratando de uma das regiões de maior desenvolvimento urbano, industrial e educacional do Brasil: o estado de São Paulo. Evidente que para as jovens de outras regiões do país as dificuldades de acesso à educação de ensino superior, e talvez de ensino fundamental, enfrentavam outras barreiras que, a cada caso, devem ser analisadas.

Outra característica comum às primeiras advogadas atuantes nos anos 1960 e 1970 na cidade de Assis se refere à condição social e financeira, pois essas jovens advinham de famílias de elite ou classe média. Por meio das entrevistas realizadas com três advogadas em exercício na década de 1970, bem como por meio de reportagens relacionadas à Dra. Ana Barbosa – primeira advogada inscrita na cidade de Assis, percebemos que todas essas jovens precursoras na profissão pertenciam a famílias tradicionais, o que incentivou a obtenção do diploma de graduação em Direito.

³⁰⁵ Ressaltamos que entre os anos de 1960 e 1980 o governo Militar rechaçou o ensino público desvalorizando os professores e privatizando o ensino no país. Assim, apesar do crescimento da alfabetização e da escolaridade da população a qualidade do ensino reduziu nesses anos, o que também é observado na fala de entrevistados que ministravam aulas até os anos 1960.

³⁰⁶ Cresce a Alfabetização no Brasil. *A Gazeta de Assis*. Assis, 22 set. 1965, p. 1.

Se considerarmos que no período em análise as faculdades de Direito próximas à cidade de Assis eram todas particulares e, ainda, considerando o alto custo para a manutenção do curso, com a necessidade de vestimentas apropriadas, diversidade de livros e códigos, custo com viagens ou manutenção outra cidade, entre outros, a característica social definida como de elite ou participante da classe média³⁰⁷ era praticamente obrigatória para a graduação.

Porém, não apenas pelos custos da graduação³⁰⁸, mas também em virtude de fatores culturais, as mulheres formadas em Direito pertenciam às classes mais favorecidas. Se para os homens nos anos 1970 já era comum o trabalho durante o período diurno e a frequência de faculdades noturnas, acreditamos que para as mulheres ainda existiam barreiras culturais que fizeram com que uma minoria ingressasse nas carreiras jurídicas no período.

A posição social da família dessas advogadas foi fator decisivo não apenas para sua formação superior, mas também para sua participação no mercado de trabalho. O reconhecimento da sociedade por meio de suas famílias garantia-lhes o mínimo necessário para o início da atividade no ramo da advocacia, afinal, quem iria contrariar, por exemplo, a esposa do promotor da cidade, do colega advogado, do amigo empresário, ou a filha do comerciante?

Essas características exigiam dos demais membros da categoria e da sociedade um mínimo de tolerância, mesmo para aqueles mais conservadores. Evidente, porém, que essa tolerância era relativa, pois por meio das entrevistas algumas advogadas relatam que sofreram discriminação da sociedade e dos próprios colegas de profissão no início de sua atuação profissional, o que será abordado a seguir.

Interessante notar o incentivo dos familiares das advogadas pela continuidade de seus estudos até a formação no ensino superior. Nas entrevistas percebemos que os pais das jovens impulsionavam o estudo das filhas, não exigindo apenas o matrimônio, mas possibilitando que elas tivessem uma oportunidade além da vivência do lar.

³⁰⁷ O pai da Dra. Edna Maria de Carvalho foi farmacêutico, prefeito da cidade de Maracá e proprietário de uma imobiliária em Assis. O pai da Dra. Marlene Mirisola era empresário rural, cafeicultor. O pai da Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti era engenheiro agrônomo e a mãe, professora. Também por meio dos jornais e entrevistas com advogados pudemos constatar que a família da Dra. Ana Barbosa possuía bens na cidade de Assis, sendo família tradicional. No mesmo sentido, uma advogada que apareceu nos jornais e que atuou, mesmo que por um período curto na cidade, foi a Dra. Dayse Calazans, esposa do Promotor de Justiça da cidade, Dr. Newton Calazans.

³⁰⁸ Consideramos que as condições financeiras eram necessárias, porém, no caso dos homens percebemos que alguns não eram de famílias tradicionais e elitistas, o que não impediu a formação na graduação em Direito. Já para as mulheres, até o início dos anos de 1970 percebemos a predominância de representantes da elite.

Mesmo durante a segunda metade do século XX, parte das mulheres, muitas delas ainda sob o pátrio poder, não conseguiriam cursar o ensino superior sem o incentivo e auxílio do seu genitor. Todo o aparato necessário para cursar a graduação em Direito limitava o ensino superior a um número reduzido de alunos.

Em entrevista, Dra. Marlene Cardoso Mirisola³⁰⁹ explica que cursou Direito na Mackenzie, em São Paulo, em virtude da chance que seu pai lhe ofereceu. Por meio de sua fala, percebemos que aparentemente seu genitor era um homem culto e de mentalidade esclarecida, o qual não apenas aceitou que sua filha cursasse a graduação em Direito em uma das melhores faculdades de São Paulo, como também incentivou sua decisão. Sobre o assunto, Dra. Marlene comenta:

[...] como a família do meu pai era de São Paulo eu tinha facilidade de ir para São Paulo. Porque aqui perto não tinha faculdade e meu pai era uma pessoa abertíssima de São Paulo, arejado. Tinha muitas moças que queriam estudar em São Paulo na minha época, mas não conseguiram, porque os pais não deixavam, mas eu consegui [...] Papai era bem aberto³¹⁰.

Observamos por meio desse diálogo a importância da autorização e incentivo do genitor para que as jovens pudessem cursar o ensino superior e, ainda mais, em uma das faculdades da cidade de São Paulo, que, apesar de serem conhecidas como as melhores do período, para as jovens do interior cursarem essas universidades era necessária a saída do monitoramento familiar próximo e constante, o que ainda não era aceito por toda a sociedade.

O pai da Dra. Marlene apresenta um perfil diverso do tradicional, pois, segundo os relatos da advogada, ele incentivou seus estudos. Talvez por ser uma pessoa que morou na capital e recebeu valores modernos se tornou aberto às possibilidades de incentivo à educação e ao trabalho feminino.

No mesmo sentido, Dra. Edna Maria de Carvalho³¹¹ explica que seu pai não apenas a incentivou a fazer a graduação em Direito como também era ele quem a buscava na faculdade em dias de prova, quando não era possível retornar de ônibus. Cursando a

³⁰⁹ Marlene Cardoso Mirisola nasceu na cidade de Assis no dia 2 de setembro de 1938. É divorciada e seu ex-marido era administrador de empresas. Possui duas filhas, Patrícia Mirisola Celli Laudísio (publicitária) e Sílvia Mirisola Celli Amodeo (advogada). Fonte: Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

³¹⁰ Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

³¹¹ Dra. Edna Maria de Carvalho nasceu na cidade de Maracá/SP, em 24 de novembro de 1944. É divorciada e seu ex-marido era empresário. Possui dois filhos: João Batista Pereira Júnior (advogado) e Cibele Carvalho Baldo (hotelaria). Fonte: Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

graduação na cidade de Presidente Prudente, a advogada explica em sua entrevista que ia e voltava da faculdade de ônibus, sendo que nos dias em que não era possível retornar com esse meio de transporte o caminho de trem era feito em cinco horas, motivo pelo qual, principalmente em dias de provas, seu pai lhe buscava de carro.

É importante destacar que o incentivo ou a colaboração dos genitores dessas profissionais demonstra que a participação da mulher no ensino superior não era algo vetado, e, nesse caso, a necessidade exclusiva da dedicação aos trabalhos domésticos não era uma obrigação imposta a todas as jovens de elite. Ao contrário, a abertura do cenário educacional às mulheres enfatiza a alteração da orientação tradicional com a aceitação cada vez mais efetiva da participação feminina em todos os ambientes sociais, mesmo em uma cidade interiorana.

Tais modificações puderam ser percebidas não apenas nos genitores, mas também nos maridos dessas profissionais. No caso da Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti³¹², sua formação em Direito se deu após o seu matrimônio, bem como após a maternidade. A advogada, que já era formada em letras pela UNESP de Assis, optou por cursar Direito e Pedagogia, além de ocupar o cargo de diretora de escola. Sobre seu interesse em cursar Direito ela comenta:

Isso foi uma história muito engraçada. O meu marido, quando me casei com ele, eu terminei o curso de Letras e ele não tinha faculdade, então falei para ele fazer a faculdade de Direito, porque os amigos dele que terminaram o curso de comércio iam fazer. E eles me pediram para dar aula, para prepará-los para o vestibular. Falei: “Você aproveita, eu vou dar aula para os rapazes, você faz o curso com eles, preparo você para o vestibular também, você faz o curso de Direito”. Daí ele falou assim: “Ah, eu só faço se você fizer comigo”. Aí eu falei: “Vamos embora!” Só que nós dois nos formamos e ele não quis advogar [...] Eu que fiquei advogando, você vê como que é engraçado!³¹³

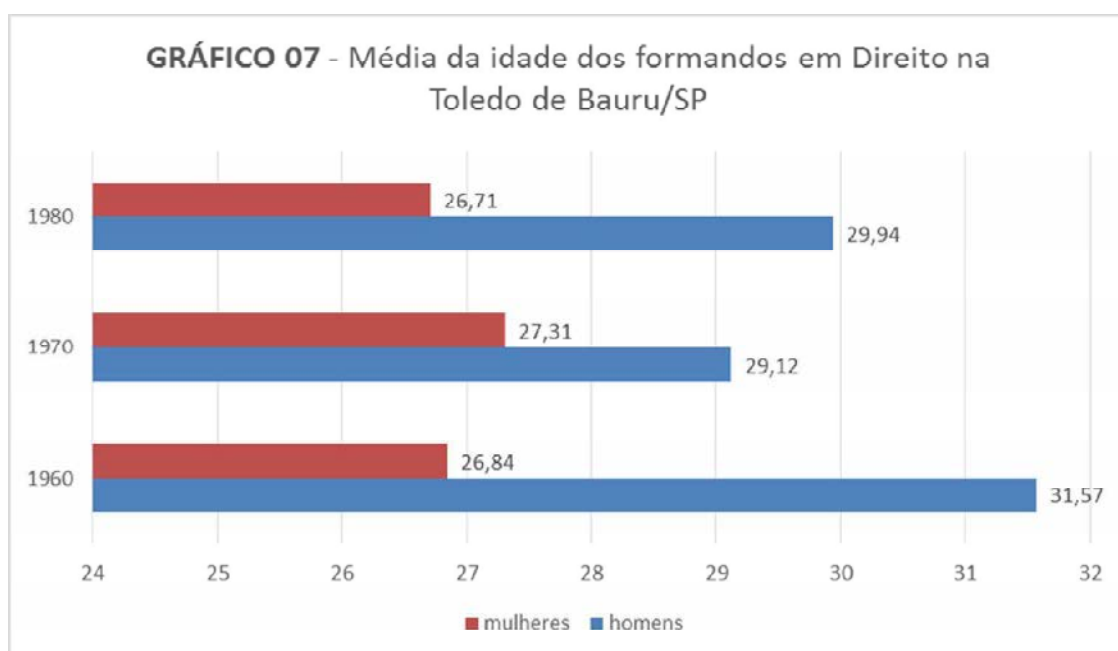
O discurso da advogada demonstra aspectos peculiares. Primeiro, a procura pelo ensino superior era algo comum às pessoas já empregadas, as quais também buscavam esta graduação para prosperar no serviço atual e para conseguir melhores oportunidades. A própria advogada continua seu diálogo reforçando que a sua turma era “de adulto”, de

³¹² A Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti nasceu na cidade de Passa Quatro/MG, em 13 de setembro de 1940. É casada com Carlos Modotti, agropecuarista e advogado. Possui seis filhos: Carlos Alberto (agrônomo e advogado), Valmir (engenheiro civil e advogado), Valdir (médico), Cássio (engenheiro civil), Myrian (administradora de empresa) e Luciana (engenheira civil). Fonte: Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013.

³¹³ Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013.

profissionais já estabilizados no mercado, muitos já com formação superior e que optaram por cursar Direito para obter melhores oportunidades nos empregos atuais. Sobre a procura pela graduação em Direito, a causídica explica que “[...] naquela época procuravam, mas com a intenção de se promover no mercado de trabalho, na profissão onde estavam, não tanto para advogar, tanto que, acho que da minha turma, uns 20% só advogaram”³¹⁴.

Nesse sentido, o gráfico 07 explica a média da idade dos formandos em Direito na primeira faculdade da região, a Toledo de Bauru. Nessa análise, coletamos informações sobre a data de nascimento dos alunos das turmas de 1960, 1970 e 1980 e, assim, concluímos a média da idade em que esses estudantes se formaram. Visualizamos que a turma de 1960 apresenta a maior média entre os homens, com 31,78 anos de idade no momento da formatura, e, para as mulheres, a turma de 1970 com 28,77 anos. Na análise geral dos dados, observamos que a maior idade entre os homens no ano de 1960 foi de 48 anos, em 1970 de 55 anos, e em 1980 de 55 anos de idade. Para as mulheres a maior idade em 1960 foi de 34 anos, em 1970 de 44 anos e em 1980 foi de 44 anos de idade.



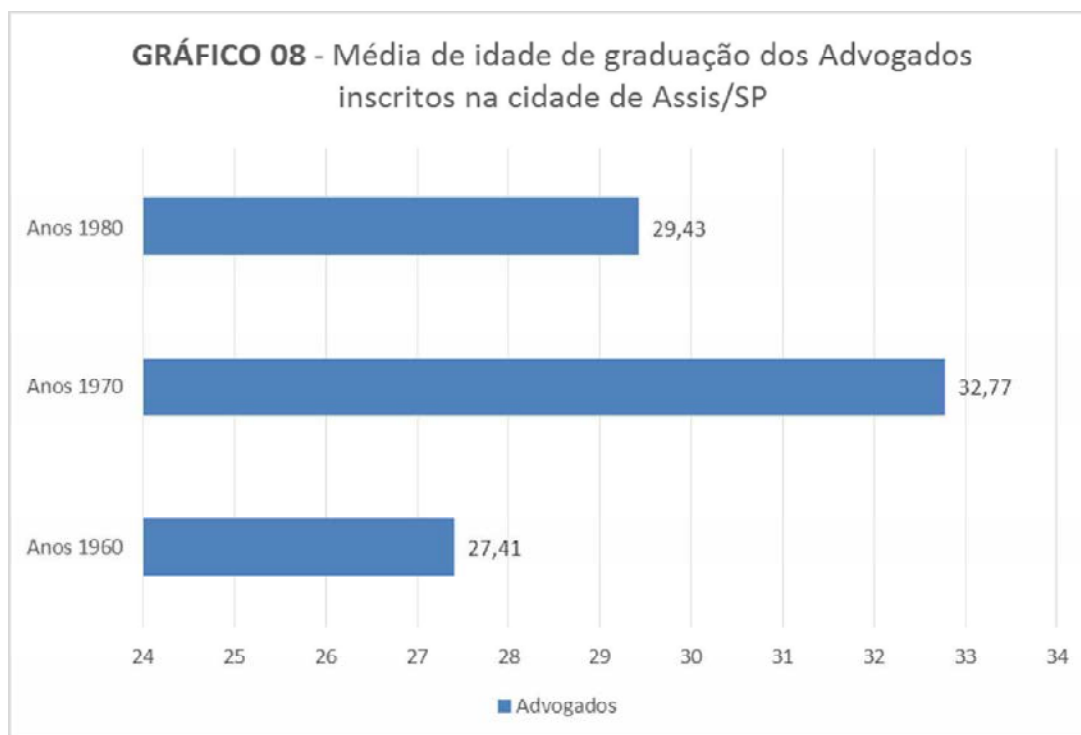
Fonte: Arquivo da Faculdade Toledo de Bauru

Por meio da narrativa da Dra. Myrian Modotti percebemos que a graduação em Direito ganha, em alguns casos, um caráter complementar. Não apenas para execução como função principal, mas de complemento ao cargo já desempenhado, como se o Direito

³¹⁴ Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013.

possibilitasse aos profissionais adquirirem um leque de conhecimento oportuno para várias áreas. Além disso, talvez como incentivo e divulgação do curso, já que a Dra. Myrian formou-se na primeira turma da Fundação Eurípides Soares da Rocha de Marília, a advogada explica que naquele ano as matrículas foram diretas, sem vestibular, para todas as pessoas que já possuíam curso superior, o que aumentou o número de inscritos já estabilizados no mercado profissional, ou pelo menos graduados em outro curso superior.

Analisando alguns dados sobre os advogados inscritos na Subseção da OAB de Assis percebemos que a média de idade de formação dos advogados também se encontra entre os 27 e 32 anos de idade. Nesse caso, conforme observamos no gráfico 08, na cidade de Assis temos uma média de 27,41 anos para os advogados formandos na década de 1960; 32,77 anos para a década de 70 e 29,43 anos de idade para os advogados inscritos na cidade de Assis e formados nos anos 1980. Considerando que a idade média de formação dos bacharéis em Direito quando adentram no curso logo após a conclusão do ensino médio é de 22 a 23 anos de idade, nas décadas analisadas visualizamos a idade maior dos formandos.



Fonte: Arquivo da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP³¹⁵.

³¹⁵ A média foi realizada com base nos dados de inscritos do arquivo da 27ª Subseção. Entretanto, o arquivo citado possui apenas os inscritos ainda ativos, motivo pelo qual alguns profissionais com inscrição cancelada não aparecem nos dados fornecidos.

Com relação ao suporte familiar já comentado, percebemos que após o casamento algumas mulheres também receberam incentivo dos maridos para o prosseguimento dos estudos. Mesmo que essa característica não fosse predominante³¹⁶, o apoio do marido foi percebido em algumas situações, como no caso da Dra. Myrian. Porém, cabe ressaltar que a formação em Direito desta profissional após o casamento se deu, também, em virtude de o seu marido acompanhá-la nas aulas, legitimando a frequência de uma mulher casada nos espaços públicos universitários. Ressaltamos, ainda, o fato de que Myrian era irmã do advogado Francisco de Assis Pereira, demonstrando sua relação pré-existente com a advocacia.

Apesar do incentivo que algumas jovens receberam de seus pais e maridos, tal situação não indicava que elas estavam livres da tradicional função cultural da mulher: o casamento. As advogadas entrevistadas, no momento da graduação em Direito, já eram casadas, algumas já com filhos. Tal característica indica como o planejamento familiar ainda era fator essencial na vida das mulheres de elite durante os primeiros anos da segunda metade do século XX. Mesmo com incentivo dos pais para a formação profissional, o casamento e a constituição de uma família ainda eram fatores imprescindíveis na vida dessas mulheres, a ponto de a formação no ensino superior dar-se após a constituição da família, ou o exercício da profissão após o divórcio com consentimento dos filhos.

No diálogo, Dra. Edna Maria de Carvalho comenta o apoio que recebeu de seu pai para sua formação acadêmica, conforme já destacamos, lembrando que as mulheres não possuíam esse tipo de incentivo. A advogada explica que fez o curso Normal e, posteriormente, ingressou no curso de Direito, frisando que para a sociedade do período:

[...] a mulher tinha que ser professora e casar! Você tinha que ter um diploma de professora [...] Toda mulher tinha que ser professora. Daí que surgiram algumas médicas, algumas advogadas, muito pouco, filha. E tem uma: mulher não ia em médica, porque não confiava, não ia em advogada, porque não confiava. As médicas também foram discriminadas, muito! Agora, pelo contrário, a gente prefere ir em médica³¹⁷.

³¹⁶ Em entrevista a advogada Dra. Edna conta que seu marido desejava que ela não trabalhasse. Já Dra. Marlene, apesar de não comentar sobre a relação com seu cônjuge, explica que depois de formada não exerceu a profissão devido ao casamento e nascimento de suas filhas, sendo que passou a advogar posteriormente ao seu divórcio e vinda para a cidade de Assis.

³¹⁷ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

A narrativa da Dra. Edna demonstra que ela assume em seu discurso a representação tradicional com relação aos papéis sexuais, que está disseminada na sociedade, construindo delimitações valorativas à mulher. A advogada demonstra a construção social daquilo que é “permitido” para as mulheres, bem como da própria percepção de incapacidade feminina lançada em sociedade. Nesse aspecto, com relação às representações sobre o feminino, Swain descreve que:

Assim, seja no rumor das conversas que fundamentam o senso comum, na literatura, no discurso científico, ou em tudo o que é impresso ou falado, podemos encontrar representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição do social³¹⁸.

As representações sociais indicam como um dado grupo dominante quer que a sociedade seja compreendida, constituindo práticas que representam aquilo que se quer entender como modelos. Assim, as representações são delimitadas segundo interesses de grupos que desejam impor seus valores como padrões sociais³¹⁹. A percepção da advogada demonstra que ela vivenciou essa imposição de valores que, mesmo estando presente com menor intensidade nos anos 1970 na cidade de Assis, ainda permanecia no imaginário e nas práticas daquela sociedade.

A percepção da advogada de que as mulheres eram obrigadas a se casarem, e, quando formadas, possuírem o diploma de professora, denota a representação social sentida pela entrevistada e enfatiza que durante a segunda metade do século XX as representações tradicionais sobre o feminino persistiam ou ganhavam nova roupagem. Pois se os anos de 1960 foram um marco para a alteração dos costumes sociais, impulsionado pelas lutas feministas que trouxeram a abertura sexual e cultural, também o mesmo período ainda enfrenta situações de permanência com relação à capacidade das mulheres, conforme observado pelo discurso de nossas entrevistadas.

Ainda sobre a década de 1960, Carla Bassanezi, ao tratar da divisão dos papéis sexuais, descreve que o período traz à tona modelos mais flexíveis com relação aos comportamentos femininos, permitindo e até mesmo incentivando o trabalho fora do lar. Entretanto, o trabalho doméstico não foi descartado das atividades das mulheres. Sobre o assunto, a autora comenta que:

³¹⁸ SWAIN, Tânia Navarro. 2001. Op. cit., p. 68.

³¹⁹ CHARTIER, Roger. 1990. Op. cit.

A partir dos anos de 1960, o modelo da dona de casa que não exerce uma ocupação remunerada, dedicando-se às funções domésticas com exclusividade, começou a ser lentamente desvalorizado em função do outro, que representaria melhor a modernidade: a mulher “profissional”. Não que ser dona de casa acabasse descartado, as mulheres deveriam agora ser polivalentes³²⁰.

Percebemos que o período aponta a troca do modelo da mulher como dona de casa para a mulher profissional, dedicada ao trabalho fora do âmbito doméstico. Nesse aspecto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho passa não apenas a ser aceita, mas também valorizada. Assim, apesar de parte da categoria dos advogados e da sociedade ainda insistir nos princípios valorativos excludentes das mulheres, estas adentraram o mercado de trabalho da advocacia e demonstraram que estavam aptas não apenas a iniciar na profissão, mas a adquirir cada vez mais espaço.

Outra característica percebida no diálogo com a Dra. Edna está no fato de que as próprias mulheres do período em questão também possuíam atitudes machistas e conservadoras. Quando a advogada ressalta que mulheres não se consultavam com médicas e não procuravam o auxílio de advogadas, preterindo as profissionais mulheres aos homens, a entrevistada demonstra sua representação de que a sociedade possuía predominância de atitudes machistas também entre as mulheres. Neste caso, trata-se da disseminação de uma representação aceita e difundida na sociedade e apropriada pela depoente.

Acreditamos que em virtude das representações tradicionais parte da sociedade aderiu aos valores lançados fazendo com que o “mito” se tornasse “realidade” a ponto de as mulheres passarem a ser subjugadas como profissionais, o que é demonstrado por vários aspectos sociais que vão desde a procura pelo profissional do sexo masculino, até as delimitações para o trabalho feminino.

Por meio de alguns indícios pesquisados, acreditamos que a incerteza da capacidade da mulher frente ao mercado de trabalho é colocada ainda mais em xeque quando as mulheres já eram casadas e com filhos. Sustenta-se que a fragilidade do gênero, descrita tradicionalmente pela sociedade, disseminou uma concepção de que o trabalho feminino era incompatível quando as mulheres já possuíam obrigações para com a família. Tal presunção é afirmada pelas restrições que alguns cargos impunham às mulheres.

No ano de 1966 o jornal *A Gazeta de Assis* publicou anúncios do concurso para polícia feminina da capital. Na descrição dos requisitos mínimos necessários notamos

³²⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 513-543.

diversas restrições que parecem selecionar um perfil de mulher que estaria apto a trabalhar. Os requisitos eram:

I) Ser brasileira, II) Ser solteira, viúva ou desquitada, sem encargos de família, III) ter idade superior a 21 anos e inferior a 35, IV) ter altura mínima de 1,56 m, V) estar no gozo de seus direitos políticos, VI) ter bons antecedentes, e VII) possuir diploma de curso secundário (2º ciclo) expedido por estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido (Normal, colegial, científico ou técnico em contabilidade)³²¹.

Apesar de algumas delimitações serem comuns aos concursos públicos, como a de altura, idoneidade e diploma, o anúncio também aponta características peculiares que denotam o sentimento de parte da sociedade para com a competência feminina.

Além de limitar uma idade para a capacidade das mulheres ao início de uma profissão (de 21 a 35 anos de idade), a solicitação de que a candidata não possuía encargos de família, ou seja, ser solteira, viúva ou desquitada, demonstra claramente que para parte da sociedade do período as mulheres, quando optassem pelo serviço fora do ambiente doméstico, não poderiam se vincular a qualquer tipo de atividade familiar, como se para o cargo pleiteado as responsabilidades para com a família fossem incompatíveis com as atividades a serem exercidas.

Talvez pela periculosidade do serviço, mas principalmente pelas restrições de uma mulher de família dentro do mercado de trabalho, alguns concursos como o apresentado anteriormente preferiam deixar claras as condições a serem preenchidas: ou o público, ou o privado. Essa ressalva aponta a tentativa de preservação das representações tradicionais sobre o feminino, pois excluir as mulheres casadas e com os denominados “encargos de família” da possibilidade de prestarem um concurso público afirma a compreensão de qual era o lugar da mulher de família. Aliás, o descritivo parece justamente dividir a mulher de família da mulher “sem encargos”, como se a dona de casa com marido e filhos não possuísse capacidade para se estabelecer em um serviço público.

Ressaltamos que a publicação trata de um concurso público para ocupação do cargo de polícia feminina na cidade de São Paulo, ou seja, tais delimitações partiram não apenas de uma categoria social e local, mas sim de uma valoração pública estatal, demonstrando que a delimitação da incapacidade das mulheres dedicadas ao lar para o

³²¹ Delegacia Regional de Polícia de Assis. Polícia Feminina. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 jun. 1966, p. 1.

trabalho – no exemplo no cargo de polícia feminina – partiu de uma representação do poder público estadual, ainda presente nos anos 1960.

Entretanto, conforme exposto, a década de 60 do século XX trouxe à tona, com maior veemência, a questão do trabalho feminino. Por tempos considerado como fator que proporcionava a destruição das famílias, que não teriam a exclusividade das mulheres para educar seus filhos e cuidar dos seus maridos, o trabalho feminino passou a ser aceito e, até mesmo, incentivado.

Em reportagem datada de 8 de fevereiro de 1961 o jornal *A Gazeta de Assis* apresenta que a revista científica *Medical Press* de Londres esclarece que, em contraposição aos comentários de que as mulheres que trabalhavam possuíam famílias desestruturadas, o trabalho feminino é fator essencial para a melhor convivência familiar e saúde física e psicológica das mulheres. Segundo a reportagem:

O artigo responde a todos que – médicos e não médicos – vêm sustentando, ultimamente, que o trabalho torna as mulheres irresponsáveis, que ajuda a destruir a família, que os filhos das mulheres que trabalham crescem neuróticos e até delinquentes, que são jovens que não conseguem ambientar-se à sociedade. Pelo contrário, afirma o artigo. Pode-se dizer, segundo esse editorial, que uma mulher obrigada a renunciar ao trabalho por causa do matrimônio se torna emocionalmente instável, psicologicamente insatisfeita e suas relações com o marido são difíceis. Para essas mulheres, sobretudo agora que o lar pode ser abastecido de instrumentos eletrodomésticos que fazem tudo, o trabalho externo é providencial: as vantagens refletem-se não apenas na vida da mulher, em sua estrutura psicológica e até física, como na de toda a família. O trabalho, portanto, só pode fazer bem às mulheres³²².

Por meio deste artigo, veiculado no início dos anos de 1960, compreendemos o debate que ainda paira o trabalho feminino. Se de um lado as mulheres que se ocupam de atividades remuneradas são consideradas por parte da sociedade como corruptoras da ordem e saúde social, pois são capazes de destruir seus lares, filhos e maridos ao não lhes dedicar a atenção e educação necessárias, de outra banda conhecemos os posicionamentos que passam não apenas a aceitar, mas também a incentivar o trabalho feminino como função importante para a autoestima da mulher e, conseqüentemente, para a boa convivência familiar.

Certo é que nos anos 60 do século XX travou-se um dos maiores debates sobre os comportamentos femininos. Se a restrição já não era mais tamanha a ponto de impedir os incentivos e os comentários abertos a favor da ocupação do mercado de trabalho

³²² Revista diz que trabalho faz bem às mulheres. *A Gazeta de Assis*. Assis, 8 fev. 1961, p. 3.

pelas mulheres, também não havia liberdade suficiente para que esta nova ocupação de espaço por parte das mulheres fosse pacificamente aceita sem maiores questionamentos.

As atividades femininas foram liberadas, mas continuavam constantemente monitoradas, e parte da sociedade ainda se apresentava contra a inserção da mulher no mercado de trabalho, perpetuando a tradição machista de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente à família.

Especificamente na linha dos cargos jurídicos, ou voltados às áreas mais tradicionais, observamos que a insistência pela permanência da antiga ordem social era grande. Apesar de visualizarmos, também, os dois lados do jogo, as próprias leis brasileiras foram responsáveis por permitir que a submissão da mulher ao homem fosse perpetuada por tanto tempo.

O Código Civil Brasileiro vigente nos anos de 1960³²³ demonstrava claramente que a sociedade compreendia que a mulher casada estava totalmente submetida ao marido e, por isso, era considerada relativamente incapaz de exercer determinados atos da vida civil sem a sua autorização, como na celebração de um contrato, em que o ato jurídico ali realizado poderia ser anulado em virtude da incapacidade parcial da mulher casada. Isto é o que dispunha o artigo 6º, inciso II do Código citado ao trazer em seu texto que: “Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos. II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal. III. Os pródigos. IV. Os silvícolas.”

Essa incapacidade definida pela união conjugal determinava que a mulher quando casada perdia parte de seus direitos civis para o seu companheiro, sendo determinado ao marido o domínio das ações de sua esposa, como o chefe de família. Essa teoria era reforçada na mesma legislação, em seu artigo 333³²⁴, o qual descrevia:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV).

³²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm. Acesso: 22 out 2013. Lembramos que a incapacidade referida foi revogada pela Lei 4.121 de 27 de agosto de 1962, legislação que regulou a situação da mulher casada. Entretanto, esta mesma legislação continuou delimitando atividades das mulheres casadas que precisavam de autorização do marido.

³²⁴ Idem.

- IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).
- V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

Mais uma vez a legislação reforça o domínio do marido sobre a esposa, determinando situações específicas, como o poder de autorização do trabalho das mulheres casadas pelo cônjuge. Esta disposição legal ainda permite reforçar o posicionamento do marido como o provedor da manutenção da família e, nesse caso, responsável pelo sustento financeiro do lar. Por tal característica, o trabalho feminino foi compreendido por tempos como fator que envergonhava a honra do homem, pois demonstrava sua incapacidade de manter, sozinho, sua família. Mas, esse postulado somente prevaleceu para os segmentos médios e de elite da sociedade, pois a mulher das classes populares sempre esteve vinculada ao mercado de trabalho³²⁵.

A legislação vigente delimitava que o marido tinha o direito de autorizar ou não o trabalho da mulher casada. Assim, mesmo que uma mulher casada quisesse inscrever-se em determinada profissão, tal atividade somente seria possível se o cônjuge não se opusesse. O casamento, nesse sentido, significava a perda de liberdade da mulher, talvez maior do que enquanto estava sob o pátrio poder.

A modificação deste cenário foi impulsionada nos anos 1960. Com a alteração dos comportamentos e dos padrões sociais relativos ao feminino, as restrições da legislação civil passaram a ser cada vez mais debatidas e questionadas. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.121/1962, flexibiliza a retrógrada legislação³²⁶, retirando a incapacidade parcial da mulher casada, a necessidade de autorização do marido para que a mulher trabalhe e regulando os bens em comunhão por regime de casamento adotado, além de dar à mulher o direito de exercer o pátrio poder sobre os filhos, de exercer profissão lucrativa e de dispor dos proventos que recebera com seu trabalho, salvo algumas restrições relacionadas à alienação de bens³²⁷.

³²⁵ SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008; VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 207-228; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Unicamp, 1998.

³²⁶ Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm#art1. Acesso: 22 out 2013.

³²⁷ Ver artigo 246 do Estatuto da Mulher Casada – Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Vejamos que tais alterações deram-se apenas no ano de 1962, ou seja, depois de quase meio século de vigência da legislação civil discriminatória. E mesmo assim, as alterações introduzidas pelo Estatuto em prol da mulher casada não foram aceitas de maneira pacífica pela comunidade legislativa.

Em reportagem datada de 15 de julho de 1962, o jornal *A Gazeta de Assis* traz um artigo publicado em Brasília sobre a aprovação da supressão do inciso IV do artigo 233 do Código Civil Brasileiro, o qual regulava o direito do marido de autorizar a profissão da mulher. A revogação foi realizada pela Comissão de Justiça da Câmara Federal, por um voto de desempate, o voto do deputado gaúcho Joaquim Durval. A matéria demonstra a discussão sobre os direitos civis da mulher e as opiniões contrárias, como a emitida pelo relator, Deputado Arruda Câmara³²⁸, o qual:

[...] declarou que se a decisão ora adotada pela Comissão de Justiça, for aprovada pelo plenário, a medida importará na desagregação da família brasileira, pois a mulher casada poderá escolher livremente profissão até mesmo desprimorosa, e voltar para o lar quando lhe aprouver³²⁹.

A opinião do deputado indica a visão de parte tradicional da sociedade que ainda concebia a independência feminina como um perigo para a corrupção social. Sua argumentação e postura contrária sobre o artigo da legislação elenca que a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho não fora uma conquista pacífica. Ao contrário, a aprovação por apenas um voto de desempate e a crítica do deputado elucidam o cenário vivenciado pelas mulheres que optaram por participar do mercado de trabalho até o início da segunda metade do século XX, quando essas questões ainda traziam preocupação social.

Apesar das leis trabalhistas aprovadas durante o governo de Vargas beneficiarem, pelo menos na teoria, os direitos femininos consagrando a igualdade de salários independente de sexo, a possibilidade de a mulher trabalhar no período noturno em casos específicos³³⁰, direitos reservados à maternidade, entre outros, na prática parte das mulheres

³²⁸ O deputado Arruda Câmara foi professor, filósofo e padre. Na relação das obras publicadas expostas no site da Câmara dos Deputados constam livros que visam a preservação das tradições familiares como: *A Família e as Imagens; Em Defesa da Família; A Família e o Divórcio; Preservação da Família e das Tradições; A Batalha do Divórcio; O Direito da Família e o Projeto de Código Civil, 1968*. Fonte: Arruda Câmara. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122374&tipo=0. Acesso em 06 fev 2014.

³²⁹ Mulher casada pode ter a profissão que quiser. *A Gazeta de Assis*. Assis, 15 jul. 1962, p. 1.

³³⁰ Segundo a CLT de 1943, o trabalho noturno era vedado às mulheres, salvo algumas hipóteses explicitamente elencadas no artigo 379. “Art. 379. É vedado à mulher o trabalho noturno, considerado este o que for executado entre as vinte e duas (22) e as cinco (5) horas do dia seguinte. Parágrafo único. Estão excluídas da proibição deste artigo, além das que trabalham nas atividades enumeradas no parágrafo único do art. 372: a) as mulheres

continuaram sendo discriminadas, recebendo salários menores e se submetendo ao marido, que poderia impedir seu trabalho pelo direito que lhe era civilmente garantido.

Tanto quanto o anúncio para o concurso público de polícia feminina, a reportagem exposta que narra a opinião do deputado Câmara sobre a possibilidade de a mulher decidir livremente sobre seu trabalho, somado ao fato de que a alteração da legislação somente fora aprovada por apenas um voto de desempate, reforça que o poder público, em esferas estaduais e até mesmo federais, ainda era conservador com relação aos direitos femininos nos anos 1960.

Dizer que a mulher poderia escolher uma profissão “desprimorosa” e “voltar para o lar quando lhe aprouver” indica claramente a posição machista e conservadora de alguns dos políticos responsáveis pela delimitação de valores que culminam em nossas legislações e nas regras sociais. Além disso, a narrativa do legislador descreve a concepção da mulher como irresponsável e imatura, como se as mulheres que não possuíssem o direcionamento masculino obrigatório fossem incapazes de optar por um trabalho considerado como “honesto”, ou ainda deixassem suas responsabilidades com a família de lado, optando por voltar para o lar apenas quando lhe “aprouver”.

Tais sentimentos explicam o cenário que as mulheres tiveram de enfrentar durante parte da segunda metade do século XX para ultrapassar posicionamentos retrógrados ainda existentes e insistentes em nossa sociedade. Nesse sentido, as alterações dos costumes sociais não foram vivenciadas de maneira pacífica e homogênea pela sociedade. No caso específico dos poderes públicos, bem como do Poder Judiciário, percebemos permanências com relação às representações tradicionais sobre os papéis sexuais e os comportamentos sociais.

Em 1971 o jornal *A Gazeta de Assis* publicou em sua primeira página uma matéria com o título “Quem corrompe a juventude?”³³¹. A reportagem traz uma reflexão que teria sido realizada pelo desembargador Acácio R. em seu voto proferido em virtude de uma apelação de processo-crime da comarca de Leme. Na oportunidade, como justificativa de seu voto, o desembargador responde à questão: Quem corrompe a juventude? Na resposta, o juiz de segunda instância descreveu:

maiores de dezoito (18) anos, empregadas em empresas de telefonia, rádio-telefonia ou radiotelegrafia; b) as mulheres maiores de dezoito (18) anos, empregadas em serviços de enfermagem; c) as mulheres maiores de vinte e um (21) anos, empregadas em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres; d) as mulheres que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção.” Fonte: CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452compilado.htm. Acesso: 25 out 2013.

³³¹ Quem corrompe a juventude? *A Gazeta de Assis*. Assis, 23 jun. 1971, p. 1.

Vive-se uma época em que a corrupção anda por toda a parte e nem mesmo respeita o recesso dos lares, que invade irrefreável através de todos os meios de comunicação. São jornais sensacionalistas, são as revistas eróticas, são os livros pornográficos, são os programas licenciosos de rádio e de televisão, tudo a gritar “sexo”, numa desbragada vaga de luxúria e desvergonha. Não há recanto, não há ambiente, por modesto ou precatado que não sofra o impacto dessa “onda” que, a pretexto de um anseio de autoafirmação, prega, aberta e impudicamente, a relação dos costumes, buscando ridicularizar todas as forças de resistência e defesa em que a sociedade até agora se manteve. Os jovens já não refletem a educação da família, nem suportam as restrições que ela lhes impõe. Não querem pensar, nem agir como os pais lhes ensinaram, mas como aprendem nas fotonovelas, nos auditórios onde a tônica é a superação de toda a disciplina ético-jurídica; nos periódicos que ostentam cenas degradantes de fêmeas quase nuas, encavaladas aos pescoços dos machos que as carregam pelos salões de clubes burgueses, entre sorrisos gerais... São livros pornográficos, outrora zelosamente segregados, hoje até pelas mocinhas manuseados, sem nenhum constrangimento e até mesmo recomendados à leitura por mestres “pra frente”, na fingida ingenuidade de quem não vê obscenidade na arte e se empenha em divulgá-la em nome da cultura... Tais são os tempos que correm. Quem corrompe a juventude? (Apelação Crime nº 108.847, da Comarca de Leme)³³².

Inicialmente, destacamos que a reportagem apenas descreveu o voto do desembargador citado, mas não lançou nenhum parecer valorativo sobre seu discurso. O fato de apenas destacar e não comentar, nem apoiando e nem contestando o que fora exposto, pode indicar que a redação desejava apenas lançar à sociedade sua posição sobre o assunto. Descrever a matéria na primeira página do jornal, e a primeira matéria da página mencionada, demonstra a importância que a imprensa deu para o evento, sendo que o próprio silêncio sobre o ocorrido nos parece falar mais do que qualquer manifestação que pudesse ser atribuída ao discurso referido.

Com relação à narrativa do desembargador, muitos são os pontos que ali exprimem a indignação de parte do Poder Judiciário sobre as alterações dos costumes sociais que vão influenciar, diretamente, nas práticas sobre o feminino. Importante frisar, entretanto, que estamos tratando da década de 1970, ou seja, período em que as contestações sobre os comportamentos sociais já ocorreram e contribuíram para alterar padrões sociais. Além disso, como apontado pelo próprio desembargador, vários são os meios de comunicação que passaram a transmitir cada vez mais os novos valores sociais, rebatendo posicionamentos conservadores.

Nomeando as tendências modernas de “onda”, o desembargador questiona a corrupção aos jovens que não mais seguiam as tradições familiares, sendo influenciados pela

³³² Idem.

publicidade das novas relações de costumes, baseadas em sexo, luxúria e desvergonha. Para ele, as alterações dos comportamentos invadiram os lares – incentivados pelos meios de comunicação – e passaram a enfrentar abertamente as forças de resistência que até então buscavam preservar a sociedade.

Ao enfatizar que os jovens preferem aprender “nas fotonovelas, nas telenovelas, nos auditórios onde a tônica é a superação de toda a disciplina ético-jurídica”, sua fala reforça a ideia de que o ordenamento jurídico deveria preservar os padrões sociais tradicionais e que o movimento social estava contra esses padrões. Seu parecer de indignação ainda remete às elites, pois deixa claro a insatisfação com os comportamentos das “fêmeas” e dos “machos” nos salões burgueses. Isso demonstra que sua contestação ainda é mais veemente porque está tratando das elites, as quais deveriam, segundo seu padrão social, preservar e manter os comportamentos tradicionais que demandavam o recato e a pureza, a citada dignidade elitista.

Para fechar seu discurso de descontentamento, o membro do Poder Judiciário ainda questiona os professores que, intitulando-se de “pra frente”, liberam leituras obscenas em prol da cultura, demonstrando que para ele alguns livros ainda não poderiam ser liberados para os jovens e, principalmente, para as mulheres, sob pena de cooperar com a corrupção da juventude.

Todo esse relato demonstra algumas características da sociedade no início da segunda metade do século XX, com relação aos comportamentos sociais. Se por um lado encontramos posicionamentos tradicionais que combatem com veemência a alteração dos costumes, por outro percebemos que essa orientação não passava de um desejo das elites, posto que o próprio questionamento do desembargador demonstra que as práticas sociais se alteraram no decorrer dos anos e que os comportamentos dos jovens, incluindo as mulheres, não seguiam mais os padrões sociais que a elite desejava impor.

Ressaltamos, ainda, que se por um lado algumas reportagens demonstravam posicionamentos tradicionais de parte da sociedade sobre os comportamentos, principalmente femininos, também existiam notícias que buscavam apoiar as alterações. No dia 20 de abril de 1968 o jornal *A Gazeta de Assis* trouxe uma reportagem com o título “Terão as mulheres menos pudor hoje em dia?”³³³, na página número três, nomeada como “Página da Mulher”. Nesta seção o periódico apresenta matérias sobre cuidados com o lar, com os filhos, além do trabalho e do comportamento feminino. Apesar de manter vários temas que são comuns às

³³³ Terão as mulheres menos pudor hoje em dia? *A Gazeta de Assis*. Assis, 20 abr. 1968, p. 3.

donas de casa, a reportagem demonstra a opinião de Will Rogers, intitulado como famoso “*cow-boy e humorista americano*”, sobre o pudor feminino.

A narração inicia a reflexão questionando que nunca se pensou que as mulheres pudessem deixar-se queimar pelo sol nos lugares onde deixam atualmente e continua afirmando que essa característica não sugere que as mulheres tenham menos pudor que em outros tempos. A explicação, que prossegue justificando que tudo depende de regras e leis sociais de certo local ou de certa época, parece demonstrar a evolução dos comportamentos femininos sem que isso implique a alteração do pudor das mulheres.

Exemplos como os citados apontam que os embates relacionados às práticas femininas são comuns no período de nossa análise, demonstrando que a sociedade passava por fortes alterações de valores que vão incentivar as discussões sobre as novas práticas sociais. Apesar de a legislação não acompanhar essas alterações, o Poder Judiciário foi forçado a gradualmente alterar sua compreensão ou aceitação sobre as práticas citadas.

No âmbito específico da cidade de Assis, ao analisar as representações sociais do Poder Judiciário sobre os comportamentos femininos de jovens das classes populares envolvidas em crimes de estupro, sedução e rapto, durante os anos de 1950 a 1979³³⁴, foi possível perceber que o processo de modernização nacional seguia em contraponto aos valores que o judiciário buscava preservar em sociedade. Apenas após o final dos anos 1960 percebemos a alteração gradual dos discursos sobre os comportamentos femininos, passando se não a aceitar, pelo menos a não mais desprezar a modificação dos costumes e os novos padrões sociais. No estudo em pauta foi possível perceber que,

Passando por períodos em que os membros do Poder Judiciário demonstravam uma rigidez maior com relação às práticas femininas, os últimos anos de nossa análise denotam que alguns valores tiveram de ser incorporados nos discursos do Judiciário. Os passeios em locais públicos, a necessidade do trabalho, os relacionamentos amorosos foram incorporados como necessidades das jovens, o que não poderia fazer delas corruptoras da ordem social. Aliás, mesmo reprimindo os comportamentos femininos e buscando perpetuar a representação de mulher honesta, virgem e recatada, os discursos dos membros do Poder Judiciário demonstraram que o país passava por mudanças relacionadas aos costumes e que as práticas femininas, longe de apresentarem a homogeneização desejada, se contrapunham, cada vez mais, às imposições tradicionais.³³⁵

³³⁴ DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2009.

³³⁵ Idem, p. 172.

Nesse caso, o trabalho feminino não era uma realidade inexistente, pois muitas mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho já na primeira metade do século XX, mormente as mulheres das classes populares. Entretanto, alguns membros do Poder Judiciário e da categoria dos advogados insistiram em perpetuar valores tradicionais sobre os comportamentos femininos e a divisão dos papéis sexuais, o que foi percebido por algumas advogadas atuantes na cidade de Assis. Entretanto, elas conseguiram impor-se e possibilitaram a alteração, mesmo que gradual, da visão conservadora ainda existente em parte da categoria.

3.2 Representações das advogadas sobre sua participação na categoria

Por meio das entrevistas³³⁶, percebemos a representação de parte das advogadas sobre sua entrada no mercado de trabalho. Para elas, a barreira entre os sexos impunha a necessidade de que cada uma possuísse força de vontade para o prosseguimento na carreira escolhida, pois a tentativa de menosprezo às primeiras advogadas parecia corriqueira entre alguns colegas de profissão. Nesse aspecto é a narrativa da Dra. Edna Maria de Carvalho, que aponta:

É, eles te ignoravam [...] Contavam piada dentro da sala da ordem para me constranger, que naquele tempo era pior ainda a mulher [...] E eu fazia de conta que não ligava, falava: “Não, não tem problema, advogado não tem sexo!” E chegava na minha casa e chorava, e dava murro na parede e falava: “Não vou voltar mais”. Daí, no outro dia acordava e falava: “Não, eu estudei, eles não são mais bonitos do que eu, eu sou eu, eu vou vencer, eu vou lutar pela justiça e eu acreditei, eu gostei do curso”. E daí eu comecei a advogar³³⁷.

Na entrevista, a advogada demonstra algumas características percebidas por ela como inerentes ao período de sua atuação inicial na cidade de Assis, nos anos de 1970. O machismo de parte dos colegas de profissão foi apontado como recorrente e, até mesmo, ameaçador. Sua fala reflete o sofrimento de uma jovem que, tentando adentrar os meandros do exercício da advocacia, se viu injustiçada pelos colegas de profissão. No anseio por justiça, a advogada demonstra que primeiro teve de acreditar em si mesma, em que era igual a todos

³³⁶ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013; Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013; Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013.

³³⁷ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

os demais advogados e em que poderia exercer a profissão escolhida apesar do constrangimento e da restrição encontrada no seio da própria categoria.

Demonstrando que ignorava as “piadas” para parecer superior, mas confessando que no íntimo de sua residência as palavras que lhe tinham sido proferidas vinham à tona e faziam com que ela pensasse inclusive em desistir da profissão, a advogada confessa que, para ela, iniciar na profissão da advocacia na cidade de Assis em um período em que não existiam profissionais mulheres³³⁸ foi uma grande superação pessoal e profissional.

Considerando os padrões sociais do período em análise concluímos que, pelo menos nas regiões interioranas, a percepção das advogadas entrevistadas era de que os comportamentos machistas ainda eram existentes na categoria. Apesar de os anos 1960 se apresentarem como divisores de águas nas distinções dos papéis sexuais, muitas jovens sofreram uma rígida restrição à sua participação neste mercado de trabalho, ambiente ainda percebido por parcela da sociedade como predominantemente masculino.

Mesmo com a intensificação dos processos de urbanização e industrialização da modernidade, que permitiram maior acesso das mulheres aos ambientes públicos, ainda se exigia da mulher certo resguardo para enfrentar a modernidade. Carla Bassanezi, ao tratar das representações sobre o feminino até a metade do século XX, descreve o esforço despendido para buscar manter a ordem socialmente imposta às mulheres, explicando que:

Um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos dessa mulher, a “mulher ideal” do novo século³³⁹.

Parte da sociedade desejava manter rígida a distinção dos papéis sexuais e das representações tradicionais sobre o feminino. Quando fatores externos sugeriam alterações desta ordem social – como a sociedade capitalista, que impulsiona a mulher ao

³³⁸ Lembrando que a Dra. Ana Barbosa foi a primeira advogada a atuar na cidade de Assis, porém faleceu no ano de 1963. No início dos anos 1970 as advogadas Dra. Edna Maria de Carvalho e Dra. Marlene Cardoso Mirisolla adentraram o mercado de trabalho da advocacia, sem que existissem outras mulheres efetivamente atuantes no período.

³³⁹ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-512.

mercado de trabalho e ao consumo – parte da sociedade ainda desejava manter a rigidez tradicional. Nesse caso, transformações são contrapostas a permanências, trazendo à tona tabus como os do casamento, virgindade e trabalho.

Vale frisar que parte da sociedade não poderia cumprir as delimitações sociais reservadas ao feminino. As mulheres das classes populares, por exemplo, colaboravam com o sustento do lar desde jovens, não cabendo a elas a possibilidade de se dedicar apenas ao ambiente privado. As fábricas foram as grandes propulsoras do trabalho dessas mulheres já no início do século XX³⁴⁰. Nesse caso, apesar de serem julgadas por suas atitudes, que rompiam as tradições predominantes, essas jovens estavam desde cedo inseridas no mercado de trabalho e sofreram com a exploração social e, muitas vezes, até mesmo sexual, sem poderem defender-se.

Sobre o tema, na cidade de Assis, percebemos a presença de jovens das classes populares nos espaços de sociabilidade e no ambiente de trabalho, e a repreensão que elas sofriam da sociedade e do Poder Judiciário quando se envolviam em delitos de estupro, sedução ou rapto, durante as três primeiras décadas da segunda metade do século XX. Muitas vítimas foram consideradas culpadas dos crimes cometidos contra si, em virtude de suas atitudes, consideradas como promíscuas e propulsoras dos desejos masculinos, como se uma vestimenta, um andar, ou a entrega sexual antes do casamento fossem motivos para justificar atrocidades cometidas contra essas jovens³⁴¹.

Neste cenário de tentativa de manutenção das representações tradicionais sobre o feminino, jovens advogadas, precursoras na cidade de Assis, demonstraram em seus discursos que tiveram de enfrentar várias barreiras para serem aceitas pelos demais colegas de trabalho e pela própria sociedade.

Entretanto, mesmo quando participaram da advocacia o local destinado às advogadas era diverso dos homens, pois a maior quantidade de demandas judiciais por elas executadas era na área cível e administrativa, principalmente em casos de família (ver gráfico 05, capítulo 2). Além disso, os cargos de representatividade não foram compartilhados com as advogadas durante os anos de nossa análise, demonstrando a exclusão das mulheres de parte das relações de poder da categoria.

Observando o gráfico 09, percebemos que o número de mulheres bachareladas no curso de Direito nas cidades de Bauru/SP – Toledo; Presidente Prudente/SP

³⁴⁰ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁴¹ DAVID, Priscila. Op. cit.

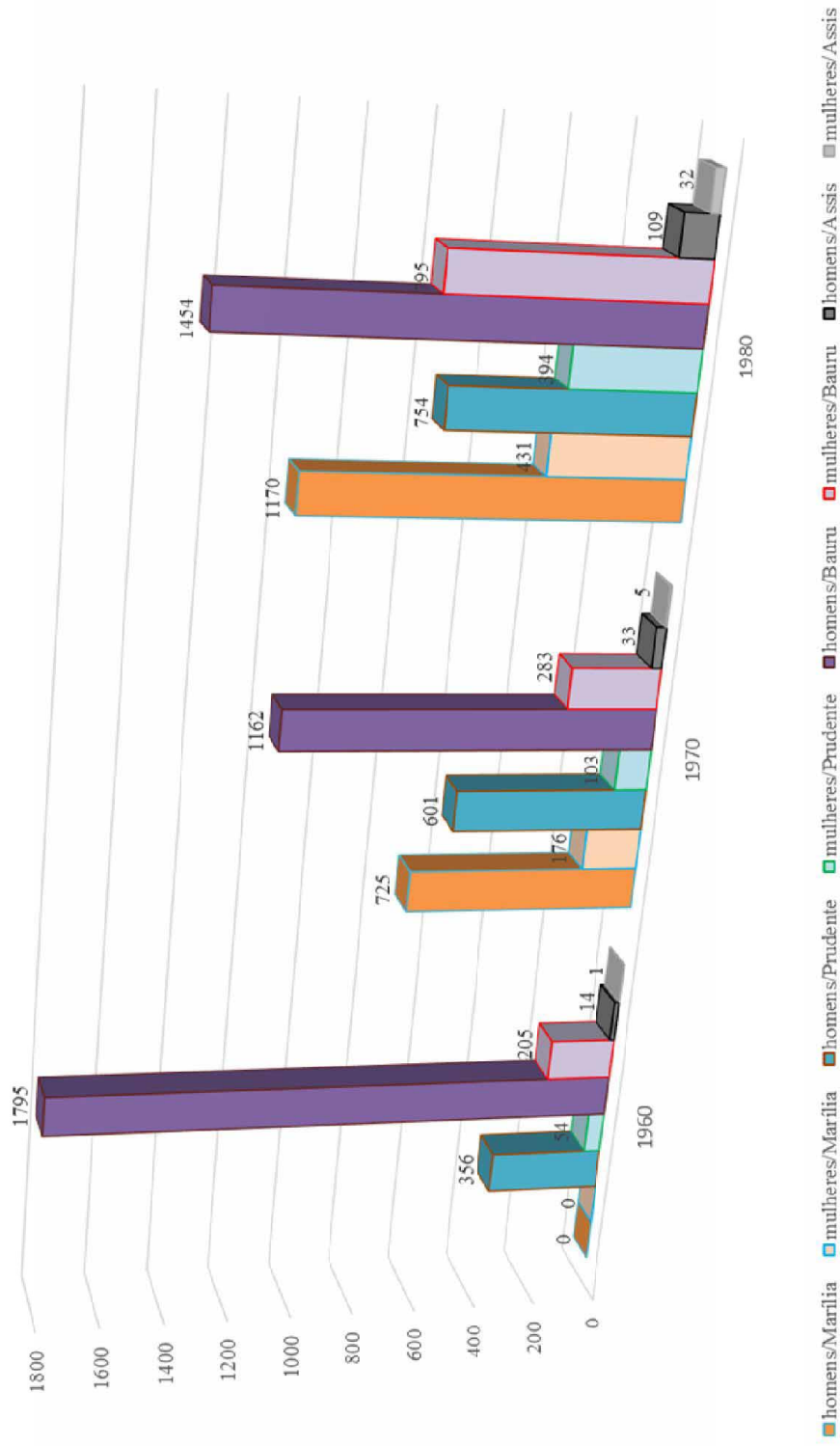
– Toledo e Marília/SP – UNIVEM era consideravelmente menor do que o de homens. Tal situação persistiu por grande parte do período analisado, sendo que apenas nos anos 1980 percebemos a aproximação cada vez maior do número de mulheres em comparação aos homens inscritos nas faculdades citadas no curso de Direito³⁴².

O gráfico 09 aponta que nos anos de 1960 a faculdade de Bauru teve seu maior número de formandos em Direito das três décadas analisadas. A redução nos anos posteriores, principalmente na década de 1970, pode ser interpretada em virtude da abertura de faculdades na região.

Ao comparar o número de formandos com o número de advogados inscritos na cidade de Assis, percebemos que as mulheres representam um percentual pequeno em comparação aos formandos do sexo masculino, mapeando o meio universitário do curso de Direito durante os anos de 1960-1989, o que contribui para acentuar a concepção machista para os cargos relacionados ao Poder Judiciário.

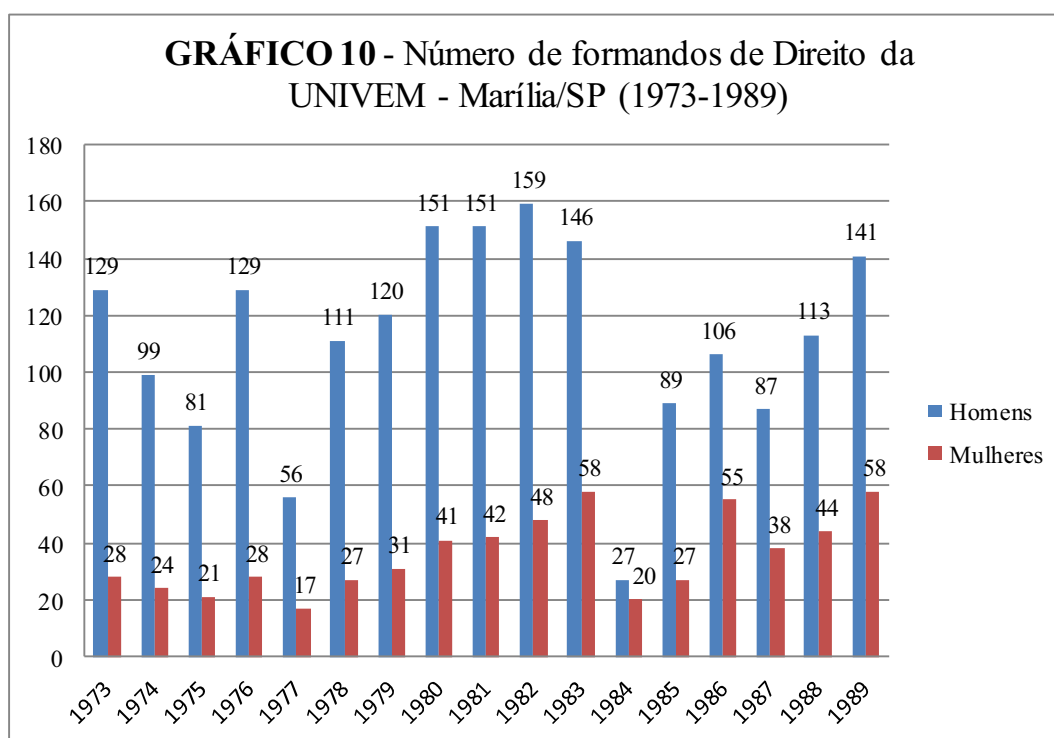
³⁴² O UNIVEM de Marília e a Toledo de Presidente Prudente enviaram os dados da quantidade de alunos. A Toledo de Bauru permitiu a pesquisa em seus livros de formandos em virtude dos dados não estarem compilados. Nesse caso salientamos que a faculdade possuía formaturas em datas variadas motivo pelo qual utilizamos como critério para a somatória das turmas a colação de grau durante todo o ano analisado, desprezando as colações semestrais e considerando-as como anuais.

GRÁFICO 09 - Comparativo do número de advogados inscritos na cidade de Assis e os formandos em Direito nas faculdades da região



Fonte: Faculdade TOLEDO – Bauru/SP; Faculdade TOLEDO – Presidente Prudente/SP; Faculdade UNIVEM – Marília/SP e Arquivo da OAB de São Paulo.

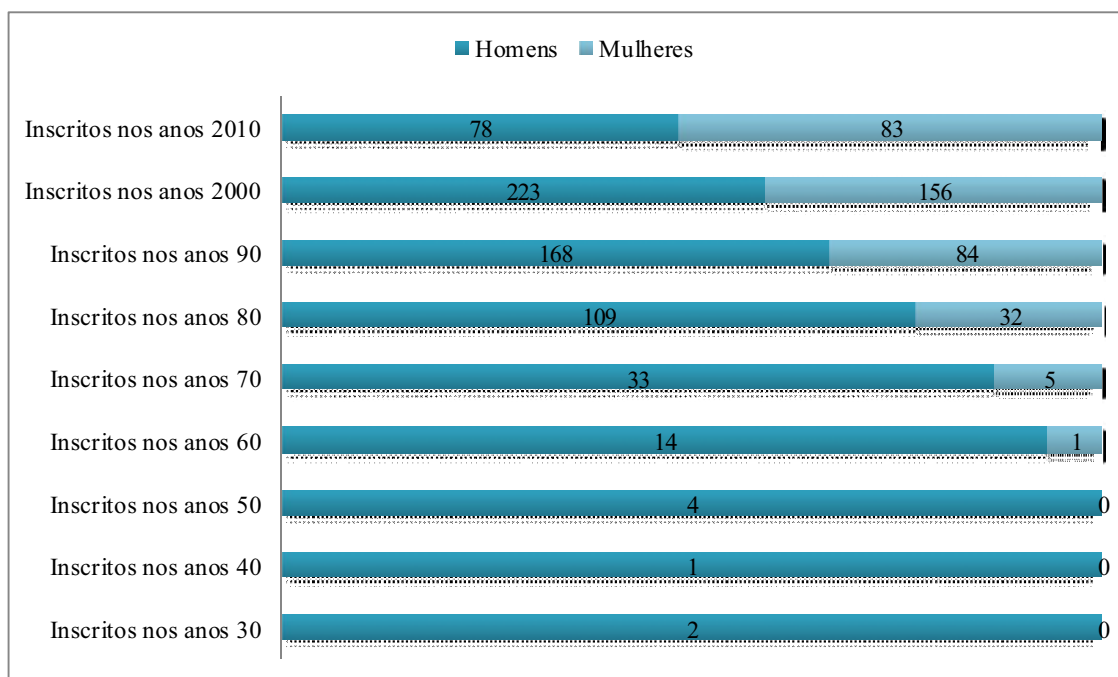
No caso da faculdade de Marília (gráfico 10), responsável pela formação da maioria de profissionais atuantes em Assis após os anos de 1970, o maior número de mulheres formadas em uma turma da citada faculdade, durante os anos de nossa análise, foi de 58 (cinquenta e oito) mulheres, nos anos de 1983 e 1989. Em termos de proporcionalidade, apenas em 1984 observamos uma quantidade de mulheres praticamente similar à quantidade de homens, num total de 27 (vinte e sete) homens e 20 (vinte) mulheres, ano consideravelmente atípico se analisarmos as demais turmas.



Fonte: Faculdade UNIVEM – Marília/SP.

No caso específico de Assis observamos que a entrada maior da mulher na advocacia também ocorreu nas últimas décadas da segunda metade do século XX. O gráfico a seguir (gráfico 11) demonstra a quantidade de advogados inscritos na Subseção de Assis, divididos pelas décadas de nossa análise. Consideramos como inscritos os bacharéis em Direito que realizaram o exame admissional da OAB e se inscreveram na Subseção para exercer a advocacia, ou, quando da ausência de exame³⁴³, inscreveram-se na Instituição. Observamos que o número de mulheres advogadas passou a ser significativo a partir dos anos de 1990, sendo que em 2010 notamos que a quantidade de mulheres ultrapassa a de homens em Assis.

³⁴³ O exame da Ordem dos Advogados do Brasil foi criado pela Lei 4.215/63, porém passou a ser regulamentado pela Lei 8.906/94, quando o exame passou a ser de competência da OAB. Neste caso, cada estado realizava uma prova admissional. Apenas em 2006 o exame foi unificado.

GRÁFICO 11 – Quantidade de Homens e Mulheres Inscritos na OAB de Assis/SP

Fonte: Arquivo da OAB de São Paulo.

O período correspondente à delimitação desta pesquisa (anos 60, 70 e 80 do século XX) ainda demonstra barreiras com relação aos comportamentos femininos e à inserção da mulher no mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito às advogadas na cidade de Assis.

Apesar de ser considerado o período de maior intensificação da participação feminina no cenário público, em consequência da necessidade do trabalho feminino, da sociedade de consumo, dos movimentos feministas e das constantes manifestações que surtiram o afrouxamento de algumas barreiras, percebemos que na cidade de Assis o número de mulheres inscritas como advogadas ainda era pequeno em comparação ao número de homens (gráfico 11), sendo que em nossas entrevistas as mulheres destacaram suas representações de que parte da categoria ainda não refletia a igualdade entre homens e mulheres na advocacia.

Nos anos 60 do século passado tivemos registro de apenas uma mulher inscrita na Subseção da ordem dos advogados de Assis, a Dra. Ana Barbosa, primeira advogada da cidade, e nos anos 1970 temos a inscrição de apenas cinco advogadas. A situação vai se alterando nos anos 1980, quando as mulheres passam a representar 23% do total de

inscritos na década, porcentagem baixa, mas que já denota a entrada mais significativa da mulher neste mercado de trabalho.

Se compararmos o percentual de advogadas inscritas na Subseção de Assis com o de mulheres cursando a graduação em Direito na faculdade de Marília – faculdade que foi responsável pela formação da maior quantidade de profissionais inscritos em Assis até os anos de 1980 – perceberemos a semelhança da situação (Gráficos 10 e 11). As turmas formadas em Marília entre os anos de 1975 e 1979 compreendem 725 (setecentos e vinte e cinco) homens e 176 (cento e setenta e seis) mulheres do montante de 901 (novecentos e um) formandos, o que corresponde a uma média de 80% e 20% para homens e mulheres, respectivamente. As turmas relativas aos anos de 1980 apresentam 1170 (mil cento e setenta) homens e 431 (quatrocentos e trinta e uma) mulheres do total de 1601 (mil seiscentos e um) formandos, o que em percentual representa 73% de homens e 27% de mulheres. Em Assis, os anos 1970 trazem do total de inscritos uma média de 87% de homens e 13% de mulheres. Já na década de 1980, temos o aumento da representação feminina para 23%.

Os dados enfatizam que apesar de a advocacia ser uma profissão predominantemente masculina até os anos 1980, as mulheres estavam cada vez mais presentes, principalmente se compararmos sua participação dos anos 1970 para os anos 1980 (ver gráfico 11). Esse salto da presença feminina é possível por diversos fatores, dos quais apontamos a flexibilização nos padrões de comportamento, o processo de modernização nacional e o incentivo da sociedade capitalista de consumo, que impulsionou o trabalho feminino, as conquistas dos movimentos feministas e a maior presença e popularização das faculdades também em regiões interioranas do estado de São Paulo.

Percebemos que o cenário voltado aos cursos jurídicos vai se remodelando e, gradualmente, tende a alterar seus padrões iniciais. No cadastro nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (quadro 06) é possível perceber que em 2014 o número total de advogados do sexo masculino é de 440.768, e do sexo feminino, de 374.253, ou seja, uma diferença de apenas 15%. No estado de São Paulo, o número total de mulheres é de 118.204 contra a quantidade de 131.843 homens, completando uma diferença de apenas 10,34% entre mulheres e homens inscritos na Ordem dos Advogados do estado de São Paulo até maio de 2014.

QUADRO 06 – Quantidade de Advogados por Estado/Gênero (2014)

SECCIONAL	Advogados		Estagiários		Suplementares		TOTAL
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
TOTAL	374.253	440.768	22.246	19.957	9.189	21.131	887.544
AC	869	1.380	10	26	60	154	2.499
AL	2.958	4.084	68	80	102	251	7.543
AM	2.792	3.271	23	55	133	313	6.587
AP	696	891	83	84	75	201	2.030
BA	13.890	15.598	889	921	504	1.079	32.881
CE	7.399	9.928	176	137	103	310	18.053
DF	12.088	13.880	870	1.025	890	2.143	30.896
ES	5.825	7.138	115	123	200	483	13.884
GO	9.958	13.040	613	824	370	984	25.789
MA	3.291	4.705	31	74	177	494	8.772
MG	36.421	46.236	4.577	3.961	623	1.556	93.374
MS	4.237	5.556	89	141	208	544	10.775
MT	5.158	6.071	624	483	253	806	13.395
PA	5.904	6.376	322	363	197	448	13.610
PB	3.728	5.359	91	194	84	224	9.680
PE	9.558	11.461	540	629	214	518	22.920
PI	3.016	4.262	131	142	68	208	7.827
PR	20.136	26.087	67	126	540	1.217	48.173
RJ	60.628	64.941	4.909	3.507	1.245	2.365	137.595
RN	3.359	4.368	53	100	107	294	8.281
RO	2.088	2.384	64	70	112	295	5.013
RR	445	569	52	51	62	112	1.291
RS	27.391	31.967	1.630	1.384	314	624	63.310
SC	10.539	14.668	96	136	536	1.319	27.294
SE	2.246	2.700	56	100	103	241	5.446
SP	118.204	131.843	6.022	5.126	1.775	3.581	266.551
TO	1.429	2.005	45	95	134	367	4.075
Quadro de Advogados regulares e recadastrados							

Fonte: Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Disponível em: <http://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>. Acesso: 13 maio 2014.

Considerando a diferença inicial entre homens e mulheres inscritos como advogados, concluímos que essa aproximação em nível nacional e também estadual se deve pelo fato de que as mulheres passaram a representar, no decorrer dos anos, uma maior quantidade de inscritos em comparação aos homens, fazendo a lacuna diluir-se. Isso pode ser percebido na cidade de Assis, a partir de 2010, ano em que a quantidade de mulheres ultrapassa a de homens, quando o número de mulheres passa a ser de 83 (oitenta e três) contra 78 (setenta e oito) homens inscritos na Ordem dos Advogados na Subseção de Assis/SP³⁴⁴.

Todo esse cenário comprova que as mulheres estavam presentes nos cursos jurídicos e na atuação profissional da advocacia durante a segunda metade do século, sendo em Assis a constatação desde os anos de 1960. Entretanto, a quantidade de advogadas foi por muito tempo significativamente inferior à de advogados.

Esses números indicam que a categoria dos advogados estava representada em sua grande maioria por homens e, por essa situação, encontramos nos discursos das entrevistadas a percepção de que houve barreiras para o exercício da profissão por parte das mulheres. Desde a primeira inscrição de um advogado na cidade nos anos 1930 a categoria foi sempre ocupada por homens. Apenas em 1960 recebeu uma mulher, a qual se ocupou da carreira política e faleceu em 1963. Depois, nos anos 1970 houve a entrada de cinco advogadas. O estranhamento daqueles que foram educados em uma tradição conservadora e em um ambiente masculino refletiu nas relações entre a categoria, o que foi se modelando no decorrer dos anos com a participação cada vez mais comum e efetiva das mulheres no Judiciário, principalmente na advocacia.

Tal situação ainda demonstra um dos motivos pelos quais as estruturas do Judiciário não atendiam ao público feminino: em virtude da tradicional presença predominantemente masculina. Esse processo explica algumas dificuldades encontradas pelas primeiras advogadas. A narrativa da falta de banheiro feminino no Fórum, por exemplo, indica as dificuldades que passaram essas profissionais, que precisaram, muitas vezes, solicitar aos vizinhos ao Fórum de Assis ou demais locais por onde elas atuavam, a permissão

³⁴⁴ Lembramos que o Exame de Ordem surgiu nos anos de 1970. Entretanto, sua regulamentação se deu com a Lei nº 8.906/94 – Estatuto dos Advogados que obrigou a realização do exame de Ordem para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Fonte: Disponível em <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/palavra-do-presidente/2014-1/206>. Acesso: 22 dez. 2014. A aplicação da prova para ingresso nos quadros da Ordem dos Advogados restringiu a quantidade de profissionais inscritos. A partir de então não bastava a graduação em Direito para ser considerado como advogado. Ressaltamos, ainda, que a avaliação foi se aprimorando ao longo dos anos.

para utilizar seus banheiros em virtude da falta de estrutura do Poder Judiciário para atender as mulheres³⁴⁵.

Em contrapartida, mesmo que as mulheres na cidade de Assis adentraram na advocacia apenas a partir de 1960, a narrativa da falta de banheiro feminino demonstra certo descaso do Judiciário para com as mulheres, posto que já existiam outras profissionais atuando no estado de São Paulo que poderiam necessitar frequentar o Fórum de Assis. Essa ausência de estrutura física para atender as advogadas ressalta que o ambiente reservado ao Judiciário tinha como representação a exclusividade masculina. A reflexão da Dra. Marlene em nossa entrevista reforça que, mesmo com a participação efetiva das mulheres nos meandros do judiciário, as estruturas do local demoraram para adequar-se: “[...] Interessante, né? E custou para ter, viu? Custou!”³⁴⁶.

Convém ainda lembrar que a primeira mulher a ingressar na carreira da magistratura no estado de São Paulo foi a Dra. Zélia Maria Antunes Alves, e apenas no ano de 1981. Em entrevista com a Dra. Zélia, disponível no programa “Frente a Frente com a Justiça”, coordenado pela Associação Paulista de Magistrados³⁴⁷, a atual desembargadora do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, quando questionada se conviveu com situações de retração dentro da magistratura, responde: “[...] veladamente existia e até hoje existe um pouco [...] Porque muitos homens não aceitam, ainda, que as mulheres estejam exercendo a mesma função deles e ganhando a mesma coisa, isso é uma realidade, não só na magistratura. É uma competitividade”. Continuando a entrevista e citando a ocupação de cargo da primeira Ministra do STF pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, a desembargadora Zélia ainda comenta:

E se viu que uma mulher pode estar nesse posto e mesmo assim nada de excepcional acontecer, porque era o que os homens sempre esperavam quando começaram a entrar mulheres na magistratura e no ministério público, que elas não teriam condições intelectuais, psíquicas, etc., eu não sei que tipo de condição, para exercer aquele cargo. E se viu justamente ao contrário³⁴⁸.

A narrativa da desembargadora do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo revela que também na magistratura houve demonstrações, mesmo que veladas, de

³⁴⁵ Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013. Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

³⁴⁶ Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

³⁴⁷ Entrevista com a Dra. Zélia Maria Antunes Alves, Associação Paulista de Magistrados. A Justiça e a Mulher. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/apamagisvideo/videos>; <https://www.youtube.com/watch?v=Iyq3qKROYwo>; https://www.youtube.com/watch?v=SLlme3_eOkQ. Acesso: 13 maio 2014.

³⁴⁸ Idem.

atitudes que apontam posições machistas. A citação de que os homens teriam receio sobre a capacidade das mulheres vai ao encontro da representação percebida pelas nossas entrevistadas, de que dentro do Judiciário, independente de a legislação ditar a igualdade entre homens e mulheres, houve situações de demonstração de insatisfação com a presença feminina no ambiente que era predominantemente masculino.

Ainda sobre as representações tradicionais de parte da categoria dos advogados, Dra. Edna Maria de Carvalho comenta em nossa entrevista que, ao receber sua carteira profissional de advogada, documento oficial que identificava o profissional, um colega de profissão lhe entregou o documento dizendo: “Eu espero que você não envergonhe os advogados!”³⁴⁹.

Prosseguindo em sua fala, a causídica chegou nos questionar se tínhamos escutado o que ela acabara de falar, demonstrando a gravidade da discriminação que ela sofreu naquele momento. Após nossa afirmação, a advogada prosseguiu a narrativa dizendo que chorou, mas que considerou aquela fala como um negativo bom, que ficou magoada e nunca esqueceu, mas que foi para ela um incentivo, demonstrando que as negativas lhe ajudaram a criar força para prosseguir na profissão³⁵⁰.

Assim, a fala que nos parece rude e que marcou a vida da entrevistada reflete um discurso com intenções de manutenção de uma ordem que ali foi imposta com ideais de poder. Parte da categoria desejava continuar sendo exclusivamente masculina, parte da categoria foi educada segundo os padrões elitistas de comportamentos da primeira metade do século XX e, também, parte desta mesma categoria, de uma forma ou de outra, se sentiu ameaçada pelas novas profissionais que alterariam as estruturas ainda vigentes.

Destacamos que, apesar da representação incorporada por parte das advogadas de que profissionais da categoria as trataram com diferenciação e, até mesmo, certo desprezo, os discursos também demonstram que alguns advogados eram mais flexíveis e, inclusive, as incentivavam. Nesse sentido, Dra. Edna Maria de Carvalho explica:

Eu penso hoje, como que eu consegui, como eu fui forte, como eu fui firme, sabe? [...] O sacrifício que eu fiz, e depois, quando eu comecei a advogar eu não era ninguém perto dos meus colegas. Porque eles não me respeitavam, eram poucos, o Oswaldo Trevisan era um que me respeitava porque era amigo do meu pai, porque meu pai era prefeito lá de Maracá e ele dava aula lá e ele sempre foi um homem muito correto. Dr. Valmir me abraçou, que era advogado do meu pai, Valmir Antunes Ribeiro, que é um dos primeiros

³⁴⁹ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

³⁵⁰ Idem.

advogados de Assis, o Dr. Ari. Eles me ensinaram. Mas eu sofri bastante uma discriminação. O primeiro cliente que eu tive foi meu pai, porque ninguém dava causas para mim, eu era uma menina, tinha 23 anos, uma mulher, ninguém confiava!³⁵¹

Nessa explicação, Dra. Edna demonstra que sua compreensão era de que alguns profissionais a acolheram e serviram de seus professores, dando-lhe apoio e ensinamentos no início da carreira. Alguns dos advogados citados eram também conhecidos de seu pai, o que colaborava para o tratamento cordial e compunha sua rede de relações sociais. Ela aponta esses advogados como homens corretos, pessoas que compreendiam e respeitavam a entrada da mulher no mercado de trabalho, motivo pelo qual não é possível fazer uma generalização sobre o machismo dentro da categoria da advocacia, pois, apesar de algumas advogadas narrarem as dificuldades encontradas, todas as entrevistadas denotam a existência de profissionais que não as questionavam e, pelo contrário, as respeitavam.

Entretanto, mesmo em entrevistas em que elas diziam ser bem tratadas pelos demais advogados houve intervenções que denotam as lembranças de eventos de discriminação com relação ao seu trabalho, apenas por serem mulheres. Na entrevista com a Dra. Marlene, por exemplo, a causídica explica que sempre foi tratada com muito respeito e carinho pelos colegas de profissão. Prosseguindo em sua fala, a advogada comenta:

[...] agora, claro que os advogados olhavam para a gente com uma cara estranha, né? Eles não acreditavam, não acreditavam que uma mulher pudesse fazer uma coisa. Foi assim meio difícil, tanto é que eu tenho a voz alta assim porque eu tive que aprender a falar firme, alto para não ser engolida, se começasse com muito “nha, nha, nha” não daria³⁵².

A narrativa da entrevistada demonstra que a profissão exigia um mútuo respeito entre os colegas. Muito deste respeito era gerado pelas relações familiares em uma sociedade pequena, como era o caso da cidade de Assis durante os primeiros anos da segunda metade do século XX. Entretanto, fica claro que a advogada percebeu entre alguns colegas de profissão atitudes que colocavam em questionamento a capacidade feminina para o exercício da advocacia.

O sentimento da profissional era de que parte da sociedade não acreditava que as mulheres poderiam exercer a advocacia, como se lhes faltasse capacidade para conseguir prestígio nas profissões relacionadas ao Poder Judiciário. Aliás, se pensarmos que a

³⁵¹ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

³⁵² Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

Dra. Esther de Figueiredo Ferraz foi a primeira mulher a ocupar um cargo junto ao Conselho da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo, e apenas em 1949³⁵³, perceberemos que a advocacia reservou seus principais cargos, por um longo período, exclusivamente para os homens, demonstrando a tradição conservadora da entidade.

Sobre a percepção machista de parte da sociedade de que as mulheres não poderiam exercer a advocacia, Dra. Marlene ainda comenta que elas, as primeiras advogadas a atuarem na cidade de Assis, foram desbravadoras e responsáveis pela abertura deste mercado de trabalho para o feminino, pois foram responsáveis por impulsionar a alteração do cenário social com relação às advogadas. Segundo a entrevistada, quando questionada sobre as discriminações ou diferenciações sentidas por ser mulher, explica:

É, eles achavam que a gente não ia saber desenvolver bem, que o desempenho não seria tão bom. Depois com o tempo nós fomos nos firmando. E eles foram aceitando, mas francamente nós fomos desbravadoras [...] Nós desbravamos, nós fomos as primeiras, nós abrimos terreno para você, viu! Porque, olha, não existia toaleta no Fórum, nenhum. Às vezes o Promotor emprestava a chave, ou então você pedia [...] Às vezes a gente tinha que ir no vizinho, pedia para ir, batia na porta [...] “Eu sou advogada, mas não tem toaleta para mulher no Fórum”. Interessante, né? E custou para ter, viu? Custou!³⁵⁴

Novamente a compreensão das experiências vivenciadas pela profissional demonstra seu sentimento de que as advogadas foram subjugadas por parte da categoria. O discurso apresentado também denota o sentimento da causídica de que todos os obstáculos por elas enfrentados surtiram o efeito positivo de abrir as portas da advocacia para as demais profissionais que posterior e gradualmente se inseriram neste mercado de trabalho. A narrativa aponta o orgulho de ter enfrentado tantos entraves e de prosseguir na profissão, dando oportunidade para que os comportamentos fossem flexibilizados a ponto de “abrir terreno” para as demais profissionais da área.

Nesse caso, a representação de si apresentada por essas profissionais denota a característica de que a sociedade ainda era conservadora com relação ao trabalho feminino na área da advocacia, mas que elas foram responsáveis por afrouxar os padrões enfrentando atitudes ofensivas e possibilitando a aceitação das mulheres por mérito de seu trabalho.

Interessante que suas narrativas enfocam que as mulheres demonstraram que poderiam executar um bom trabalho na área da advocacia, o que possibilitou a aceitação por

³⁵³ Revista do Advogado. Homenagem à professora Esther de Figueiredo Ferraz. AASP – Associação dos Advogados de São Paulo. Ano XXXIX, Julho 2009, nº 104, p. 9.

³⁵⁴ Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

parte daqueles que ainda eram receosos com a competência feminina. Assim, elas demonstram sua percepção de que não tinham que ser apenas as primeiras, mas também tinham que ser boas no exercício da advocacia para conseguir espaço em meio a este ambiente que, em Assis, ainda era predominantemente masculino.

3.3 A Participação das advogadas na categoria e na sociedade

Ingressando em um mercado de trabalho em que as relações de gênero ainda eram pautadas em questionamentos para com o labor feminino, as primeiras advogadas foram responsáveis pela abertura de parte do espaço público às mulheres. Para concretizar seus ideais, algumas profissionais marcaram presença na comunidade assisense, participando de cargos e funções que fizeram com que as mulheres fossem, cada vez mais, reconhecidas e aceitas nesta sociedade.

A primeira advogada inscrita na cidade de Assis foi a Dra. Ana Barbosa. Nascida em 1919, ela cursou a faculdade de Direito de Bauru, formando-se na segunda turma, no ano de 1958³⁵⁵. Ana Barbosa também era professora e atuou como vereadora na cidade, de 1960 até 1963³⁵⁶. Em nossas entrevistas pudemos levantar que ela pertencia a família tradicional da cidade de Assis, além de possuir uma escola de datilografia na qual ministrava aulas para homens e mulheres, nos anos 1950.

A vereadora ainda se lançou ao cargo de Deputado Estadual pelo PTB no ano de 1962, porém neste mesmo período as reportagens deixaram de trazer seu nome e, em 1963, ocorre o anúncio de seu falecimento na cidade de São Paulo, após uma grave enfermidade que o jornal não descreve.

Pouco depois de sua graduação em Direito Dra. Ana Babosa anunciou sua candidatura para o cargo de vereadora do município. No ano de 1959 visualizamos nos periódicos locais propagandas da candidata, as quais ressaltam suas características de professora e advogada, trazendo imagens que buscam destacar seu perfil profissional. Já em

³⁵⁵ Arquivo de formandos da Faculdade Toledo de Ensino de Bauru/SP.

³⁵⁶ O jornal *A Gazeta de Assis* descreve na edição, de 9 de abril de 1963 o falecimento da Dra. Ana Barbosa, que encontrava-se internada no Hospital das Clínicas de São Paulo. Segundo as informações ali transmitidas, o corpo da vereadora foi velado na Câmara Municipal, tendo ali recebido visitas “[...] de centenas de pessoas, de todas as classes sociais”. O vereador Feliciano Barbosa de Carvalho e o advogado Manoel Araújo Tucunduva fizeram homenagens à falecida em nome da Câmara e da categoria dos advogados. Fonte: Nota de Falecimento. *A Gazeta de Assis*. Assis, 9 abr. 1963, p. 1.

1962 observamos novas imagens, agora da candidatura a Deputado Estadual, que também trazem distinções relevantes para o cargo pleiteado.

Por meio das imagens expostas a seguir visualizamos duas propagandas da candidatura da advogada. Em um primeiro momento, para vereadora de Assis, em publicação datada de 1959 (imagem 20), e, posteriormente, em sua candidatura para o cargo de Deputado Estadual pelo PTB, em publicação de 1962 (imagem 21).



IMAGEM 20 – Para Vereador Ana Barbosa. Fonte: Jornal de Assis. Assis, 19 set. 1959, p. 2.



IMAGEM 21 – Para Deputado Estadual Ana Barbosa. Fonte: Jornal de Assis. Assis, 14 jul. 1962, p. 2.

Com relação às imagens, primeiro cumpre destacar que por se tratar de uma propaganda para a candidatura política a fotografia foi escolhida pela profissional para representar sua imagem perante a sociedade assisense, no primeiro caso (imagem 20), bem como para os eleitores em nível estadual, no segundo recorte (imagem 21).

Na primeira imagem, destinada à publicidade de sua candidatura como vereadora de Assis, percebemos a importância dada à sua formação acadêmica superior. A fotografia escolhida para a propaganda reforça o anúncio de “professora e advogada”, ao trazer a profissional trajada de toga, vestimenta comum para a comemoração da solenidade de colação de grau nos cursos superiores, além de ser uma indumentária utilizada pelos profissionais de Direito na realização de audiências, principalmente perante o Tribunal do Júri.

Nesse caso, a construção da imagem de si exposta pela fotografia escolhida para acompanhar a propaganda de sua candidatura nos permite interpretar que a visualização da profissional como professora e advogada – talvez mais advogada do que professora pela fotografia em questão – é fator relevante para considerar essa mulher como apta a ingressar na carreira política da cidade.

Com um sorriso no semblante, cabelos curtos, batom em destaque, mantendo a postura ereta e com os trajes típicos de alguns membros do Poder Judiciário, a candidata expõe uma figura feminina com habilidades comuns às mulheres, como o magistério, mas somada a uma profissional até então inexistente na cidade de Assis: a advogada. Explorando as representações positivas que a sociedade tem para com a categoria dos advogados, a candidata procura reforçar sua competência profissional.

A continuidade do anúncio com a afirmativa “Para os bons serviços a Assis prestar, Para os pobres ajudar” ainda reforça o ideal de sua candidatura e o público principal que busca atingir: as classes populares.

A partir dessa análise, compreendemos parte das representações que estavam vinculadas à categoria dos advogados, estes como membros de uma elite letrada que assumiam na sociedade um papel de protetores das injustiças sociais, e, por isso, capazes de “os pobres ajudar”. Essa é a representação lançada pela profissional, amparada por seu partido, que é de representação popular, pelo fotógrafo ou pelo editor do periódico.

Concluimos ainda que a recepção de parte da população sobre a categoria dos advogados era positiva, pois a candidata conseguiu eleger-se ao cargo pleiteado demonstrando o acolhimento da figura lançada, sendo a única mulher da gestão, bem como a única por um longo período na cidade de Assis³⁵⁷.

Seguindo o mesmo preceito de utilização de uma imagem para a candidatura, mas agora como Deputada Estadual, Dra. Ana Barbosa aparece em fotografia publicada em 14 de julho de 1962 (imagem 21), com características diversas da anteriormente abordada. Deixando de lado o traje que demonstra sua formação profissional de nível

³⁵⁷ Segundo levantado por Janete Leiko Tanno a Sra. Irene Ribeiro Salotti foi eleita em 1936 ao cargo de suplente de vereador, candidatura que fora solicitada pelo Dr. Lycurgo de Castro Santos, chefe do PRP. Fonte: TANNO, Janete Leiko. Op. cit. Em pesquisa realizada no site oficial da Câmara Municipal da cidade de Assis conseguimos levantar as legislaturas de 1948 até 2014, sendo neste período visualizadas apenas seis mulheres como vereadoras: a Dra. Ana Barbosa nos anos de 1960-1963; Irene Ribeiro Salotti nos anos de 1989-1992; Isabel Cristina Moreli Bertogna nos anos de 1993-1996 e 2001-2004; Maria Esmeralda Nascimento Martins e Mary Lucia Camargo nos anos de 1997-2000; Ana Santa Ferreira Alves nos anos de 2009-2012. Disponível em <http://www.assis.sp.leg.br/vereadores>. Acesso: 14 maio 2014.

superior, a nova fotografia apresenta uma mulher bem produzida, com cabelos curtos, sorriso no rosto, mas agora com uma blusa clara, com um blazer social, reforçando sua elegância.

Esta nova fotografia reforça a necessidade de buscar um novo público, pois a candidatura para Deputado Estadual³⁵⁸ saía do âmbito local para um nível diferenciado, para o qual a visão de uma recém formada poderia prejudicar e não ressaltar suas qualidades. O anúncio “Renovar é a Solução” explora a ideia de uma mulher como Deputada ser uma solução para a política estadual, almejando a renovação dos candidatos. Além disso, destacamos que a adesão da candidata ao PTB, partido de apelo popular e do presidente João Goulart, demonstra a força de seus vínculos políticos e de sua rede de relações.

Ressaltando a importância dada para a formação superior em sua candidatura “professora e advogada”, a qual foi aceita pela sociedade com sua eleição, Dra. Ana Barbosa conseguiu vincular-se a grupos políticos e sociais de influência não apenas local. Observando as notícias dos jornais da cidade, percebemos que a vereadora possuía vínculos políticos como, por exemplo, com a deputada federal Ivete Vargas, que enviou carta à vereadora assisense no ano de 1962, comunicando a autorização da implantação do SAMDU³⁵⁹ em Assis, a pedido da então vereadora. Na correspondência, a deputada ainda enfatiza que encontrou apoio do Presidente João Goulart, “[...] desejoso em corresponder à confiança que o povo de Assis tem lhe reiterado em várias oportunidades”³⁶⁰.

Tal publicação corrobora as redes de relações políticas e sociais da advogada. A relação direta com uma deputada federal, bem como a indicação de que os assuntos por ela solicitados tiveram apoio direto do presidente da República João Goulart, demonstram as vinculações políticas desta profissional, destacando-se em meio aos colegas de câmara e, até mesmo, da categoria dos advogados.

A advogada era pertencente a uma família tradicional da cidade, possuía formação para a licenciatura e para o exercício da advocacia. Ana Barbosa era uma representante feminina na política, que trazia a bandeira de defesa das classes populares, mas era uma mulher que possuía vínculos de amizade e de profissão que a ligavam às elites da cidade.

Apesar do curto espaço de tempo em que atuou como vereadora em Assis, Dra. Ana Barbosa se mostrou ativa quanto à participação na política local. Várias foram as reportagens trazidas pelos periódicos demonstrando os projetos em que a vereadora estava

³⁵⁸ Em virtude de seu falecimento não participou do processo eletivo.

³⁵⁹ Posto de Sistema de Atendimento Médico.

³⁶⁰ Carta de Ivete à Vereadora Ana Barbosa. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 jul. 1962, p. 1.

envolvida, bem como as discussões que ela levantava com relação à política da cidade³⁶¹. Em pesquisa ao arquivo da Câmara Municipal de Assis também foi possível levantar vários requerimentos da vereadora voltados ao reajuste de salários e benefícios para os servidores públicos municipais, extensão de rede de água, esgoto e iluminação pública da cidade de Assis, bem como projetos relacionados aos lavradores, como a instituição do dia do lavrador³⁶².

No discurso de posse da gestão de 1960, a Dra. Ana Barbosa salientou que sua atuação seria pautada no respeito aos cidadãos assisenses e que, como forma de agradecimento, dedicaria seus esforços a efetivar medidas de melhorias das condições econômicas e sociais, principalmente voltadas às classes menos favorecidas. Demonstrando desejar elevar o conceito de administração e respeito às normas, e requerendo mudanças dentro das atribuições que lhes eram permitidas, a vereadora promoveu um discurso incisivo e que demonstra seu conhecimento legal, advindo também de sua formação acadêmica em Direito, pautando a crença da imparcialidade dos atos a serem praticados, bandeira de sua candidatura. Segundo a vereadora,

No metucioso desempenho das atribuições legislativas, no exame consciente e justo dos atos e fatos administrativos, conservando com dignidade e clarividência a isenção de ânimo, a imparcialidade, o critério de justiça no julgamento dos feitos da fazenda municipal e mantendo, dentro dos mais sãos princípios do regime democrático a harmonia e a independência dos poderes, de modo a assegurar a capacidade de aquilatar do mérito da administração sem influências estranhas ao poder legislativo, daremos combate sem tréguas, em guerra sem quartel, à malversação, representada pelo empreguismo, à inexecução das obras públicas nos prazos, preços e técnica contratuais; procuraremos com o maior desvelo, estimular as iniciativas quer públicas, quer particulares que resultem em benefício comum, em progresso e bem estar; tentando, de quantos modos se tornem possíveis e necessários, atrair e conseguir ajuda dos poderes públicos nas órbitas estadual e federal, desde que, redundem no aumento das possibilidades de melhoria e assistência no plano municipal³⁶³.

³⁶¹ Em reportagem datada de 02 de setembro de 1960, o jornal *A Gazeta de Assis* traz a visita realizada pela vereadora ao bairro Santa Cecília na cidade de Assis, e sua constatação de problemas derivados da falta de ligação da rede de esgoto, sugerindo a tomada de providências por parte da administração. Em 3 de março de 1961 o mesmo periódico destaca os questionamentos da vereadora sobre a doação de terreno à empresa Pedutti em detrimento da resolução de questões mais importantes, que envolvem a saúde da população local. Outras reportagens traziam as visitas que a vereadora fazia nos bairros locais, além de seus questionamentos com relação ao poder público. Fonte: Visita da vereadora Ana Barbosa à Vila Santa Cecília. *A Gazeta de Assis*. Assis, 2 set. 1960, p. 1; Discurso proferido pela vereadora Ana Barbosa na última reunião. *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 mar 1960, p. 1; Vereadora Ana Barbosa combate veementemente a doação de terreno da prefeitura, na praça Arlindo Luz, à empresa Pedutti. *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 mar 1961, p. 1.

³⁶² Disponível em <http://www.assis.sp.leg.br/vereadores>. Acesso: 14 maio 2014.

³⁶³ Discurso Pronunciado pela Vereadora Ana Barbosa na ocasião da posse de Prefeito e Vereadores. *A Gazeta de Assis*. Assis, 16 jan. 1960, p. 1.

O discurso apresentado como sendo de autoria da causídica demonstra sua percepção de que o poder público enfrentava situações que poderiam gerar a confusão das funções em detrimento de poucos, sendo requerido nesta fala a defesa da maioria, a imparcialidade das decisões e o afastamento de todas as “influências estranhas ao poder legislativo”, destacando que seus esforços não seriam para benefício de alguns, mas sim para a coletividade.

Sendo a única mulher a representar a sociedade na câmara no período em questão, e, ainda, sendo escolhida para pronunciar o discurso de posse da gestão que se iniciou em 1960, Dra. Ana Barbosa destaca a importância da presença feminina para representar os novos rumos da sociedade assisense, bem como demonstra sua capacidade intelectual e cultural para se posicionar em situação de vital evidência para a cidade.

Percebemos a influência da vereadora e de sua família quando constatamos que uma mulher, no início dos anos 1960, além de candidatar-se ao cargo de Vereador ainda é eleita e tem seu discurso de posse divulgado pelo jornal de circulação local. Considerando que percebemos por meio das entrevistas com as causídicas que atuaram nos anos de 1970 restrições à participação feminina nos cargos jurídicos, mormente com relação às advogadas, a participação da Dra. Ana Barbosa em um cargo público e outro privado, vereadora e advogada, respectivamente, sendo ambos costumeiramente destinados aos homens, representa a importância desta profissional para a concretização das novas práticas femininas já reivindicadas na segunda metade do século XX.

Seu discurso de posse ainda indica que, preparada para atuar no cargo que acabara de ocupar, a vereadora demonstrou conhecimento sobre questões de ordem pública e sobre os perigos de corrupção dos objetivos públicos em detrimento dos interesses particulares. Desejar “[...] assegurar a capacidade de aquilatar do mérito da administração sem influências estranhas ao poder legislativo”³⁶⁴ e, ainda, apresentar esse interesse em um discurso público divulgado na primeira página do jornal local indica a coragem desta profissional em enfrentar a política.

Tal posição ainda é reforçada em outras reportagens do jornal *A Gazeta de Assis*, como na divulgada em fevereiro de 1960, que discorre sobre a independência da Dra. Ana Barbosa em seus atos denominando-a como “franco atiradora independente”, que não atua em função de grupos, mas seguindo os interesses públicos³⁶⁵. Entretanto, o termo “independência” deve ser relativizado, pois sua filiação ao PTB, um partido de forte

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Ana Barbosa: Franco Atiradora. *A Gazeta de Assis*. Assis, 26 fev. 1960, p. 1.

expressão nacional, demonstra a representatividade da vereadora. Nesse caso, ela não estava sozinha em suas proposições, ao contrário, contava com o apoio de um dos partidos mais significativos do período.

Um dos questionamentos da vereadora que deve ter gerado maior polêmica na política local e que foi objeto, inclusive, de repto público por meio do *Jornal de Assis*, foi sua suposta alegação de que os vereadores de outras gestões teriam recebido dinheiro de “maneira oculta”. O episódio veio à tona por meio de uma publicação datada de 9 de julho de 1960, assinada pelo também advogado, vereador e futuro prefeito da cidade de Assis, Dr. Tufi Jubran, que se utilizou do *Jornal de Assis*, do qual o mesmo era diretor, para demonstrar sua indignação contra a suposta acusação da Dra. Ana Barbosa.

Tal fato ocorrera porque, em uma sessão da Câmara Municipal, que discutia o aumento salarial dos vereadores, Dra. Ana Barbosa teria dito que: “[...] não vê nenhuma desonra em se tomar essa medida, pois é muito mais elogiável receber alguma coisa publicamente do que de maneira oculta como na legislatura anterior, quando havia roubos a olhos vistos”³⁶⁶. O então vereador Dr. Tufi Jubran solicitou retratação da vereadora ou indicação dos nomes dos supostos corruptores, demonstrando-se lesado pela afirmação da Dra. Ana Barbosa. Tufi explicou:

[...] já ouvi falar em Interpelação Judicial, creio mesmo ser intenção dos ex-vereadores recorrer a medida judicial. Nós, todavia, usamos esta tribuna de onde combatemos e defendemos as más e as boas causas, para reptá-la a pronunciar-se sobre o infeliz pronunciamento³⁶⁷.

A dúvida lançada pela vereadora atingiu os ex-vereadores da cidade de Assis, que se sentiram, em virtude da falta de nomes no pronunciamento, lesados pelas dúvidas que o discurso poderia causar na sociedade. Tal impressão demonstra-se na fala do vereador Tufi Jubran, que declara:

Como vereador da legislatura passada, encontro-me na obrigação inadiável, improrrogável e imperativa de vir a público lançar um repto à vereadora Ana Barbosa, para que desfaça a dúvida que por ventura criou no espírito da população assisense. Vereadora Ana Barbosa: lembre-se que às vezes as palavras ferem mais que as próprias armas³⁶⁸.

³⁶⁶ A fala de Dra. Ana Barbosa nessa reportagem é relatada pelo Dr. Tufi Jubran, autor do artigo publicado no periódico. Fonte: Repto à Vereadora Ana Barbosa. *Jornal de Assis*. Assis, 9 jul. 1960, p. 1.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Repto à Vereadora Ana Barbosa. *Jornal de Assis*. Assis, 9 jul. 1960, p. 1. Não visualizamos nos jornais locais pesquisados qualquer tipo de retratação da vereadora, motivo pelo qual não podemos afirmar a conclusão das solicitações do vereador Dr. Tufi Jubran.

Dra. Ana Barbosa não demonstrava receio de adentrar a política. Sua participação como vereadora de Assis e as questões levantadas, ou supostamente levantadas, demonstram seu interesse pelos assuntos públicos, bem como sua audácia em se envolver em questões que poderiam gerar dúvidas. Seja visitando bairros e coletando os problemas da cidade, seja realizando questionamentos sobre os demais políticos que podiam atingir colegas de categoria, a vereadora demonstrou sua capacidade de participar da política local e da advocacia da cidade de Assis.

A nota de falecimento da Dra. Ana, disposta na primeira página do jornal *A Gazeta de Assis* no dia 9 de abril de 1963, reforça sua importância para a cidade, pois apresenta a comoção da população de Assis, ressaltando que as estações de rádio interromperam sua programação para transmitir a notícia de seu falecimento e que uma multidão compareceu à estação sorocabana para receber seu corpo.

O velório ocorreu na Câmara Municipal, sendo permitida a visitação que, segundo o periódico, abrangeu centenas de pessoas de todas as classes sociais. O vereador Feliciano Barbosa de Carvalho e o advogado Manoel Araújo Tucunduva discursaram em nome da Câmara e dos advogados. A publicação termina com os sentimentos de profundo pesar aos familiares por parte do jornal *A Gazeta de Assis*³⁶⁹.

Após o falecimento da Dra. Ana Barbosa, a cidade permaneceu por um período sem a presença de uma mulher na categoria da advocacia³⁷⁰. Alguns registros dos periódicos indicam que Dayse Calazans, esposa do promotor da cidade de Assis durante os anos de 1960, Dr. Newton Calazans, atuou como advogada nesta cidade, sendo observadas, inclusive, algumas propagandas de seus serviços, conforme apresentamos a seguir, no anúncio publicado em 5 de outubro de 1967 por meio do jornal *A Gazeta de Assis*:

³⁶⁹ Nota de Falecimento. *A Gazeta de Assis*. Assis, 9 abr. 1963, p.1. Conseguimos visualizar a indicação nos periódicos das missas de aniversário de falecimento da advogada, sempre com a indicação de Dra. Ana Babosa e com a fotografia utilizada na eleição para vereadora da cidade, por mais de 5 anos após seu falecimento.

³⁷⁰ Essa afirmação se baseia nos dados levantados da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo – Subseção de Assis e Ordem dos Advogados do estado de São Paulo. Porém, não podemos excluir a presença de outras advogadas na cidade, que não estavam cadastradas na Subseção de Assis.



IMAGEM 22 – Anúncio da Dra. Daisy Cordeiro de Calazans. Fonte: *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 out. 1967, p. 2.

A participação da Dra. Daisy Cordeiro de Calazans na categoria da advocacia estava restrita à atuação de seu marido na cidade de Assis, pois, além de ser impedida de militar em processos crime devido à interferência do promotor, Dr. Newton Calazans, o que geraria possíveis questionamentos, a advogada estava sujeita a fixar-se em outra localidade caso seu marido se transferisse da Comarca de Assis, o que era comum entre os juízes e promotores em virtude das promoções dos cargos. Assim, sua participação ficaria comprometida nesta cidade.

Segundo fontes obtidas da 27ª Subseção de Assis, a próxima mulher inscrita como advogada na cidade de Assis foi a Dra. Edna Maria de Carvalho, com inscrição definitiva datada de 2 de julho de 1970, concomitantemente seguida pela Dra. Marlene Cardoso Mirisola, inscrita em 27 de maio de 1971³⁷¹. Ambas as causídicas foram essenciais para iniciar uma discussão mais efetiva sobre a presença feminina no setor jurídico, na cidade de Assis, principalmente em virtude da participação ativa na advocacia local.

Dra. Edna Maria de Carvalho conta que, após graduar-se em Direito, foi convidada pelo Prefeito e também advogado Dr. Tufi Jubran para coordenar o setor de merenda escolar municipal, tendo trabalhado com cerca de treze municípios da região, conscientizando as prefeituras da importância da merenda para as crianças. A advogada ainda narra que foi considerada a melhor chefe do setor no estado de São Paulo³⁷².

³⁷¹ Dra. Edna Maria de Carvalho cursou a graduação de Direito em Presidente Prudente, na faculdade Toledo de Ensino, durante os anos de 1964-68. Dra. Marlene Cardoso Mirisola graduou-se pela Mackenzie de São Paulo, no ano de 1961, porém, sua inscrição definitiva como advogada na cidade de Assis se deu no ano de 1971. Informações da 27ª Subseção demonstram inscrição anterior dessa profissional, no ano de 1964, o que é confirmado em sua entrevista.

³⁷² Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data da entrevista 14 de agosto de 2013.

Em abril de 1973³⁷³ o jornal *A Gazeta de Assis* publica um ofício escrito pela Dra. Edna, dispondo seu afastamento do setor regional de Assis da alimentação Escolar, o qual recebeu evidência na primeira página do periódico. Por meio da reportagem, a advogada expõe que aprendeu com o cargo e que sua saída demonstra uma nova etapa de sua vida profissional, um recomeço. Em nossa entrevista a advogada ainda comenta que trabalhou posteriormente na Coordenadoria da Educação e Cultura e que foi responsável por montar o primeiro museu de pintura primitiva da cidade de Assis.

Todas essas funções denotam seu envolvimento nas atividades relacionadas à administração pública, o que foi impulsionado devido à sua formação acadêmica como advogada. Dra. Edna esclarece em nossa entrevista que ser advogada possibilitou sua entrada no universo das políticas públicas, contribuindo inclusive para a regulamentação de algumas matérias de âmbito local³⁷⁴. E mesmo após sua opção por sair de Assis e advogar na cidade de São Paulo ela continuou envolvida nas questões relativas às mulheres advogadas em Assis, estando presente em importantes momentos da advocacia feminina nesta cidade.

Apesar de a presença feminina na advocacia estadual existir desde os anos de 1932, com a inscrição de Maria Immaculada Xavier da Silveira³⁷⁵, foi apenas na década de 80 do século XX que a Ordem dos Advogados criou, com o incentivo das mulheres, a OAB Mulher, que foi implantada em algumas cidades do estado de São Paulo. Em Assis a OAB Mulher foi inaugurada em 1989, na gestão do Presidente Mufid Edmundo, sob coordenação

³⁷³ Dra. Edna deixou o Setor Regional da Alimentação Escolar. *A Gazeta de Assis*. Assis, 3 abr. 1973, p. 1. A reportagem, após uma breve introdução que esclarece que o afastamento se deu por livre e espontânea vontade da Dra. Edna, descreve o ofício por ela encaminhado ao Ministério da Educação, setor regional de Assis. O ofício narra: “Estou emocionada. Afinal, este é o último ofício como chefe do setor regional de Assis. A gente nesta vida, sem piedade, precisa disfarçar quando se inflama, mas o meu maior prazer, é de saber que me despeço dos que colaboram com a merenda, consciente de haver cumprido o meu dever. Dei tudo de mim, desde 1969 pelos escolares e agora [...] me retiro. Aceito as provas que a vida me reserva, com naturalidade, porque aprendi que a gente nesta vida, está aqui somente de passagem, e como viver é um eterno recomeçar, eu deixo o cargo de chefe do setor. Afinal, não nasci chefe de setor. Que haja sempre cooperação, colaboração, maior entendimento, pelo menos com relação à merenda escolar, é o que mais desejo. Agradeço tudo o que recebi, as coisas boas, com um sorriso, e as más, também, porque me deram pelo menos, a experiência de conviver com as pessoas, e esta experiência já me serviu para alguma coisa. Há certas horas em que as palavras nada significam, esta é uma delas [...] Obrigada por tudo que fizeram e que ainda farão pela merenda, para completar a alimentação de alguns e matar a fome de muitos [...] Edna Maria de Carvalho Pessoa Pereira. Chefe do Setor”.

³⁷⁴ Dra. Edna Maria de Carvalho nos forneceu de seu arquivo pessoal o regimento interno por ela elaborado à prefeitura municipal de Assis, no ano de 1990, que dispunha sobre o SAIM – Serviço de Assistência ao Imigrante.

³⁷⁵ Hoje a OAB mulher possui um prêmio com o nome de “Maria Immaculada”. O prêmio homenageia a primeira mulher bacharel em Direito inscrita na OAB/SP, Maria Immaculada Xavier da Silveira, sob o registro 615, de 26 de janeiro de 1932, de acordo com a folha 11 do Livro número 1 de Atos dos Trabalhos da Diretoria da Seccional. Maria Immaculada nasceu em 9 de setembro de 1.900, em Piracicaba, no interior de São Paulo. Ela ingressou no dia 29 de janeiro no curso de graduação da Faculdade de Direito de São Paulo, mais tarde incorporada pela USP (Universidade de São Paulo), e colou grau em 23 de dezembro de 1925. O prêmio foi instituído por decisão da Diretoria da OAB/SP, por sugestão do Departamento de Cultura e Eventos, na gestão Luiz Flávio D'Urso. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/noticias/2013/11/26/9141/>. Acesso: 14 maio 2014.

da Dra. Edna, neste período atuante em São Paulo, mas prestando alguns serviços também na cidade de Assis. Segundo reportagem datada de 15 de setembro de 1989, surge com a OAB Mulher:

[...] a oportunidade de uma aproximação maior entre a classe advocatícia e o dever de caminhar lado a lado com os colegas, numa perfeita interação do trabalho conjunto podendo assim, assistir mais de perto, a mulher em seus anseios, mas principalmente nos casos específicos e exclusivos, que tantas vezes trazem constrangimentos³⁷⁶.

Percebemos que o objetivo que se pretende alcançar com a criação da OAB Mulher na cidade de Assis, segundo narrado pelo periódico, era justamente o de diminuir a distância ou a barreira existente na categoria. Essa narrativa evidencia que ainda no final dos anos de 1980 algumas advogadas sentiam dificuldades com relação à sua participação em meio à categoria.

A criação da OAB Mulher em Assis se deu em 22 de julho de 1989, contando com a participação, segundo reportagem do jornal *Voz da Terra* datada de 26 de julho de 1989, de trinta e oito profissionais atuantes nas cidades de Assis, Palmital e Paraguaçu Paulista. A notícia enfatiza mais uma vez o objetivo da valorização e igualdade da mulher advogada, trazendo parte das disposições transcritas no regimento Interno da OAB Mulher. Segundo o regimento transcrito no periódico:

Do Regimento Interno, pinçou-se alguns de seus objetivos, pelos quais, fundamentar-se-á, a seguinte atuação:

- 1) Valorizar a mulher advogada, especialmente no exercício profissional, buscando ampliar o mercado de trabalho com remuneração condigna.
- 2) Pugnar para eliminar as formas de discriminação da mulher no acesso às carreiras jurídicas.
- 3) Buscar mecanismos de conscientização da mulher, especialmente da advogada, de forma a favorecer sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural.
- 4) Lutar pelo respeito do princípio de igualdade entre a mulher e o homem, incentivando a advogada a assumir posição inovadora frente ao Direito, de forma a adequar a técnica à realidade profissional.
- 5) Acompanhar e discutir as propostas para elaboração da Lei Orgânica dos municípios e Legislação Complementar e Ordinária³⁷⁷.

³⁷⁶ OAB-Mulher: uma novidade para Assis. *Voz da Terra*. Assis, 15 set 1989. Arquivo Pessoal Dra. Edna Maria de Carvalho.

³⁷⁷ OAB-Mulher em Assis. *Voz da Terra*. Assis, 26 jul 1989. Arquivo Pessoal Dra. Edna Maria de Carvalho. A matéria traz o nome das advogadas envolvidas na entidade, sendo: Edna Maria de Carvalho – presidenta e representante de Assis em São Paulo; Conceição da Mota – coordenadora da Subseção de Assis; Maria Aparecida Mucke da Silva – secretária da Subseção de Assis; Tânia Maria Pereira – representante da Subseção de Paraguaçu Paulista e Palmital; Magda Maldonado, Aldaísa E. B. de Carlos, Conceição da Mota, Marcia

Dos cinco objetivos destacados na reportagem observamos que quatro dispõem sobre os direitos das mulheres advogadas na busca pela igualdade junto à categoria. Os escopos retratam um cenário que aparenta continuar demonstrando empecilhos para as mulheres no âmbito das carreiras jurídicas.

Os princípios ali pautados ainda demonstram que as advogadas sofriam com a diferença salarial, discriminação na inserção de carreiras jurídicas e na vida política e cultural. Tais levantamentos, bem como a própria iniciativa da criação da OAB Mulher em Assis, elucidam que as advogadas que atuaram na cidade³⁷⁸ até os anos 80 do século XX ainda sentiam distinções entre ser homem e ser mulher na profissão da advocacia, o que levou ao estímulo da união das mulheres em busca da defesa de seus direitos e de sua ascensão profissional.

Incentivadas pelo início dos trabalhos da OAB Mulher, no mês de setembro foi realizado o “I Encontro das Advogadas de Assis”, o qual visou abordar temas voltados ao direito das mulheres, principalmente relacionados à Constituição Federal de 1988 que igualou os direitos das mulheres e dos homens, eliminando legalmente qualquer tipo de diferenciação ou discriminação que pudesse ainda existir, legalizando uma situação já reivindicada há tempos pelos movimentos feministas e, com isso, implicando a sociedade à sua alteração cultural.

O Encontro, que ocorreu no dia 23 de setembro de 1989, contou com a presença de vários profissionais da área, sendo apontado pela coordenadora Edna Maria de Carvalho que lhe causou espanto a baixa mobilização das advogadas de Assis. Segundo Carvalho: “[...] das 37 que atuam nessa área, apenas 15 se interessaram e trabalharam pelo encontro. As outras ficaram omissas”³⁷⁹.

A reflexão de Edna Maria de Carvalho ressalta que nem todas as advogadas do período em questão se interessaram em participar e se envolver nos debates relacionados à OAB Mulher, gerando o desconforto da advogada que viu no evento um marco para a advocacia feminina da cidade de Assis, e que segundo sua percepção, deveria ser apoiado e vivenciado por todas as advogadas da Subseção.

Fátima de Oliveira, Edna Carvalho, Mirley de Lourdes S. Abreu Souza, Fátima Dalbén e Celina Cruz – Sub-Comissão de legislação e jurisprudência; Aldaísa Emília Bernardino Carlos, Maria Aparecida Mucke Silva, Sílvia Helena Carlos, Maria Luíza F. de S. Gonçalves, Neiva Maria Rodrigues, Marcia Fátima de Oliveira e Mirley de Lourdes S. Abreu Souza – Sub-Comissão de Cultura, Divulgação e Assessoria.

³⁷⁸ Idem. Segundo a reportagem, no estado de São Paulo existiam poucas cidades com a presença da OAB Mulher, a saber: Jales, Pederneiras, Sorocaba, Batatais, Itapetininga, Pinheiros, Descalvado, Bauru, Birigui, Guaratinguetá, Campinas, Araçatuba, Santo Amaro e Cotia.

³⁷⁹ Advogadas se reúnem hoje. *Voz da Terra*. Assis, 23 set. 1989. Arquivo Pessoal Dra. Edna Maria de Carvalho.

O movimento da OAB Mulher, como outros criados no período, recebeu o impulso dos movimentos feministas e de proteção aos direitos das mulheres, que atingiram seu ápice com o processo de redemocratização do país na década de 80 do século XX, mais precisamente com a Constituição Federal de 1988, que marca a retomada da democracia nacional. Nesse âmbito, questões voltadas à discussão da igualdade feminina são incentivadas em vários setores, como ocorreu na advocacia com a criação da OAB Mulher.

Na fotografia apresentada a seguir (imagem 23), que acompanhou a reportagem de divulgação da criação da OAB Mulher na cidade de Assis, percebemos sinais que indicam as representações que as mulheres dessa nova instituição gostariam de lançar em sociedade. Na imagem visualizamos dez advogadas, a maioria com um semblante de felicidade, todas muito bem vestidas, algumas de calça comprida outras de saia, em torno da placa indicativa da “Casa do Advogado”.

A presença exclusivamente feminina, bem como o local onde a fotografia foi tirada e, da maneira como foi, reforça que as mulheres estavam presentes na advocacia de Assis e que, com a OAB Mulher, elas não poderiam ser ignoradas perante a categoria e a sociedade.



IMAGEM 23 – OAB Mulher: uma novidade para Assis. Fonte: *Voz da Terra*. Assis, 15 set. 1989, p. 4. Arquivo pessoal da Dra. Edna Maria de Carvalho.

A disposição das advogadas em torno da placa “Casa do Advogado” ressalta a união das mulheres para adentrarem na advocacia assisense, bem como demonstra que aquele ambiente não era apenas masculino e que as mulheres divulgavam e reconheciam sua igualdade e sua presença perante a categoria³⁸⁰.

Essas manifestações coordenadas pelas advogadas, bem como sua presença no cenário público, seja na política, na gestão pública, em instituições de ensino, entre outras, demonstram que a categoria, também em sua parcela feminina, era ativa na sociedade. Mesmo que a presença masculina tenha sido percebida com maior frequência durante os anos de nossa análise, as mulheres não estavam de fora de toda a rede de relações e de poder que envolvia a cidade de Assis.

Justamente por esse envolvimento que algumas atitudes ainda conservadoras foram tornando-se retrógradas. Apesar de a sociedade ainda presenciar, até os dias atuais, posicionamentos que insistem em questionar a capacidade feminina para as áreas jurídicas, foi a partir do momento que essas representações tradicionais passaram a ser consideradas como abusos aos princípios de igualdade que foi possível participar das carreiras jurídicas e, de qualquer outra em sociedade, simplesmente ignorando aqueles que não puderam acompanhar o processo de alteração dos costumes sociais.

Muitas foram as mulheres que não apenas ignoraram, mas também demonstraram que poderiam ser profissionais reconhecidas e diferenciadas em meio à categoria. Nesse caso, destacamos no estado de São Paulo a Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher a ocupar um cargo junto ao Conselho da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo, em 1949, e a ocupar uma vaga no Conselho deliberativo do Instituto dos Advogados de São Paulo, em 1968. Também se diferencia por ser a primeira mulher a ocupar um cargo nos Ministérios, como Ministra da Educação entre os anos de 1982 e 1985³⁸¹, ainda durante a ditadura militar no governo de João Batista Figueiredo³⁸².

Esther de Figueiredo Ferraz cursou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco graduando-se no ano de 1945. Foi professora de Direito Penal na Faculdade de

³⁸⁰ A OAB Mulher prosseguiu patrocinando eventos na cidade e coordenou a visita das advogadas aos Tribunais do estado de São Paulo em 1990. Alguns eventos ainda são realizados pelas advogadas (Comissão da Mulher Advogada de Assis) em decorrência do Dia Internacional da Mulher; entretanto, a formação inicial não prossegue nos dias atuais. Dra. Edna Maria de Carvalho conta em sua entrevista que conseguiu unir as advogadas por uns 10 a 15 anos, mas que com o aumento das mulheres ficou difícil, sendo que não há mais mobilização e muitas não se interessam pela união das mulheres na advocacia. Fonte: Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data da entrevista 14 de agosto de 2013.

³⁸¹ Revista do Advogado. Homenagem à professora Esther de Figueiredo Ferraz. 2009. Op. cit.,p.58-59.

³⁸² Figueiredo governou o país de 04 de dezembro de 1979 a 14 de março de 1985.

Direito da USP e de Processo Penal na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie³⁸³. Uma de nossas entrevistadas, a Dr. Marlene Mirisola, faz duas menções à advogada referida demonstrando em ambos os casos o pioneirismo e o grau de representatividade da Dra. Esther de Figueiredo perante a categoria.

Quando perguntamos se a Dra. Marlene chegou a participar da entidade de classe ou de cargo representativo ela discorre que no período de sua atuação profissional as mulheres não podiam prestar determinados concursos, citando que o estado de São Paulo teria sido um dos últimos a admitir mulher como juíza. Nesse momento, ela menciona sua lembrança de que a Dra. Esther de Figueiredo precisou impetrar mandado de segurança para garantir que uma mulher assumisse o cargo de juíza no estado de São Paulo³⁸⁴.

O que a Dra. Marlene Mirisola expõe em seu discurso demonstra que para ela a Dra. Esther de Figueiredo Ferraz marcou a trajetória das advogadas no estado de São Paulo, por sua atuação profissional e por sua participação ativa nas entidades representativas da categoria. Além disso, a Dra. Esther também é recordada como uma profissional que foi capaz de colaborar efetivamente para a proteção dos direitos das mulheres que ingressavam nas carreiras jurídicas, o que é apontado com a lembrança do mandado de segurança³⁸⁵.

Tanto em nível estadual quanto local, muitas advogadas demonstraram com a participação ativa em várias entidades da sociedade – tanto da categoria dos advogados quanto em outros níveis – que as advogadas participaram da política e da administração da sociedade. O número dessa participação foi reduzido em virtude das características tradicionais da sociedade brasileira, que se manteve por um longo período machista e conservadora com relação aos papéis sexuais.

Entretanto, apesar do desejo das elites em manter vigente a orientação inicial da divisão entre aquilo que compete ao homem e aquilo que compete à mulher, as advogadas demonstraram que em meio à sua categoria – tipicamente composta por homens e que, por consequência, ainda recebia vestígios de preconceito – puderam destacar-se e fazer-se perceber a ponto de exigir um tratamento igualitário e a aceitação de sua presença nos diversos espaços de sociabilidade, nas redes de construção de poder da advocacia assisense e também em outras esferas.

³⁸³ Idem, p. 47.

³⁸⁴ Entrevista com a Dra. Marlene Mirisola. Data da entrevista 21 de agosto de 2013.

³⁸⁵ Dra. Marlene Mirisola ainda narra que em sua turma de Direito da Mackenzie existia apenas uma professora mulher, a Dra. Esther de Figueiredo Ferraz. Fonte: Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

CAPÍTULO 4 – LOCAIS DE SOCIABILIDADE DA ADVOCACIA ASSISENSE

Alguns dos principais locais destinados à sociabilidade da advocacia assisense, ao menos de parte de seus membros, eram os mesmos frequentados pela elite da cidade. Esses espaços cumpriam funções específicas, como a delimitação de valores e a construção de redes sociais³⁸⁶, que geravam o poder político e cultural, além das características inerentes à sociabilidade como o lazer, mas este limitado entre os seus pares.

Muitos desses espaços foram escolhidos, construídos e delimitados com propósitos específicos, almejando estratégias de relações sociais, pois “[...] os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis”³⁸⁷. Esses benefícios são intitulados por Bourdieu³⁸⁸ como Capital Social.

Em virtude dos privilégios que se relacionam às associações formais ou informais, a sociabilidade é percebida como fator primordial de caracterização de um grupo em sociedade, bem como de delimitação de suas estratégias e vinculações para a formação de sua rede de relações sociais.

Para Georg Simmel, a interação entre os indivíduos surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos que derivam a necessidade de associar-se em grupos, sejam eles econômicos, religiosos, irmandades, entre outros. Segundo o sociólogo, o fenômeno derivado desta associação é a “sociabilidade”, sendo que:

“Sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que

³⁸⁶ Nesse caso, utilizamos o conceito de Bourdieu. Para o autor, as redes sociais são formadas por estratégias de grupos que buscam institucionalizar suas relações, com objetivo de conquistar benefícios que, por sua vez, consolidam essas redes. Fonte: BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: J. G. Richardson (Org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1985, pp. 241-258; e BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

³⁸⁷ Bourdieu, Pierre. 1985, p. 249. Apud: PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 33, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=s0873-6529200000200007&script=sci_arttext. Acesso: 14 set 2014, p. 135.

³⁸⁸ Idem.

difundem pela própria liberação destes laços. É isso precisamente o fenômeno que chamamos de sociabilidade³⁸⁹.

Ao explicar o fenômeno da sociabilidade Simmel ainda ressalta que a democratização da sociabilidade só pode ocorrer no interior de um dado estrato social. Para Simmel, a “sociação” é uma forma de interação que se dá entre os iguais. Nesse caso, “[...] a sociabilidade é um jogo no qual se faz de conta que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e fazer de conta não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade”³⁹⁰.

Sobre a temática, o historiador Jean-François Sirinelli reflete que os espaços de sociabilidade variam de acordo com o tempo e o grupo analisado. Para Sirinelli, esses espaços são construídos com base em laços afetivos e de interesses diversos que apontam microclimas, traços específicos de atividades e comportamentos que geram ideais comuns. Nesse aspecto, “[...] a palavra sociabilidade reveste-se, portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual”³⁹¹.

Demonstrando a importância dos espaços para a construção da identidade cultural de um grupo, Mônica Velloso aborda as formas de convívio e sobrevivência das mulheres negras baianas que viveram no Rio de Janeiro da *Belle Époque* demonstrando como arquitetaram redes de sociabilidade mesmo sendo marginalizadas de parte dos espaços sociais. Essas redes de relações denotam o pertencimento³⁹² e, por isso, são fatores de inclusão de um determinado grupo, mas também de exclusão daqueles que não podem participar de seu meio social: os clubes, instituições ou eventos.

No caso dos advogados, a participação em uma festividade da elite significava não apenas pertencer a esse grupo, mas também ser reconhecido como aquele que poderia receber privilégios, e ao mesmo tempo concedê-los. Nesse sentido, observamos a possibilidade da construção de suas redes de poder em torno de instituições significativas para a sociedade, como os clubes Recreativo e Assis Tênis Clube, além da participação como membros da Maçonaria, Lions Clube e Rotary Club. Mesmo em ambientes informais, a categoria demonstrou seu relevo perante a sociedade assisense por meio da presença de parte

³⁸⁹ SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. Trad. Evaristo de Moraes Filho, Carlos Alberto Pavanelli, Otto E. W. Maas e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1983, p. 168.

³⁹⁰ Idem, p. 173.

³⁹¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. (Trad. Dora Rocha). 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 253.

³⁹² VELLOSO, Mônica. 1990. Op. cit., p. 207-228.

de seus membros em eventos considerados como próprios de um estrato social específico: a elite.

4.1 Clubes e Política: Recreativo e Assis Tênis Clube

Objetivando homenagear quatro assisenses, considerados pela organização da festividade como membros de proeminência de Assis, no dia 11 de agosto de 1979 foi realizada uma noite festiva no Clube Recreativo da cidade, também chamado de “Palácio de Vidro”³⁹³. A mesa de honra foi composta por:

Dr. Tufi Jubran, secretário dos negócios extraordinários da prefeitura municipal de São Paulo e sra.; Dr. Arthur Luciano de Oliveira, superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem e sra.; Dr. João Jabur, superintende da companhia de entrepostos e armazéns gerais de São Paulo e sra.; Dr. Walter Coronado Antunes, presidente da companhia de saneamento básico do estado de São Paulo e sra.; Dom Antônio de Souza, Bispo diocesano de Assis; Reinaldo Antônio Silva, Prefeito Municipal de Assis e Dr. Edson do Amaral, diretor técnico do DER e sra.³⁹⁴.

As imagens a seguir apresentadas, que ilustram a matéria do jornal *A Gazeta de Assis*, apresentam as características formais da solenidade. A primeira fotografia (imagem 24) apresenta os quatro homenageados com o prefeito da cidade, buscando destacá-los, além de demonstrar para toda a comunidade, participante ou não do evento, quem são as pessoas de prestígio em Assis, gerando para estes um poder de representatividade. O prefeito ao centro da fotografia, como membro político de maior poder em âmbito municipal, corrobora a ideia de diferenciação que aparentemente o evento visa empregar aos participantes e à sociedade leitora do periódico.

Na imagem 25 observamos a formação da mesa dos homenageados, esses acompanhados de suas esposas. A mesa de honra com arranjos de flores avulta a beleza do evento e a preocupação em deixar o ambiente com caráter distinto, bem como a necessidade de dar maior evidência àqueles que foram o centro das atenções na ocasião.

³⁹³ A sede do Clube também era conhecida como Palácio de Vidro em virtude de sua estrutura formada por vidros na entrada do clube. Fonte: Clube Recreativo de Assis: 84 anos de pioneirismo e muita história. In: Barros, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*. s/d.

³⁹⁴ Na homenagem aos quatro assisenses Recreativo em dia festivo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 14/08/79, p. 1.



IMAGEM 24 - Os homenageados da noite. Fonte: Na homenagem aos quatro assisenses Recreativo em dia festivo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 14/08/79, p. 1.



IMAGEM 25 – Mesa dos homenageados. Fonte: Na homenagem aos quatro assisenses Recreativo em dia festivo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 14/08/79, p. 1.

Prosseguindo com a análise das imagens, percebemos que todos os homenageados se encontram trajados de forma social, com paletó, gravata e camisa – da mesma forma que a maioria dos participantes do evento, que, conforme observamos na imagem 26, foram fotografados de cima para baixo, demonstrando a presença masculina maciça, bem como a oportunidade para formar grupos de discussões de diversos interesses, pois, conforme visualizamos, há grupos de três a quatro indivíduos travando assuntos entre eles.



IMAGEM 26 - Flagrante no hall do Clube Recreativo de Assis. Fonte: Na homenagem aos quatro assisenses Recreativo em dia festivo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 14/08/79, p. 1.

Segundo a reportagem, o Dr. Luis Álvaro Gonçalves fez um breve relato de cada homenageado para que esses compusessem a mesa. O bispo Dom Antônio foi orador da noite e, o Dr. Francisco Maldonado Junior e o Dr. Oswaldo Trevisan prestaram homenagem ao “[...] jovem Antônio Vianna Silva Neto, filho do deputado Ruy Silva, pela recente nomeação para o cargo de delegado da Embratur”³⁹⁵.

³⁹⁵ Idem.

A reportagem enfatiza as autoridades que tiveram a iniciativa de realizar a homenagem, elencando: Prefeitura Municipal de Assis, Rotary Club de Assis, Rotary Clube de Assis-Norte, Lions Clube, Associação Comercial e Industrial, Loja Maçônica Ordem e Justiça, Loja Maçônica Assis Nazareth, 7ª Divisão Regional do DER, Associação Paulista de Medicina (Assis), Associação Paulista de Cirurgiões Dentista (Assis), Sindicato dos Empregados no Comércio de Assis e Instituto de Letras, História e Psicologia. A matéria ainda remete à presença no evento de autoridades como o prefeito Reynaldo Antônio Silva, deputados Ruy Silva e Sylvio Martini, Mithuo Minami,

[...] diretor da Conesp, Oliveiros Alberto de Castro, representando o Secretário da Casa Civil, Calim Eid e o Dr. Edson do Amaral Distruti, diretor técnico do D.E.R. representando o governador Paulo Salim Maluf, representantes de todas as cidades vizinhas, através de seus chefes de executivo, legislativo e representantes de todas as regionais do Departamento de Estradas de Rodagem³⁹⁶.

Ressaltamos que no dia 11 de agosto de 1979³⁹⁷ o mesmo jornal apontou a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Assis, como uma das organizadoras do evento. A matéria também apresentou um resumo da vida profissional de cada um dos homenageados, juntamente com a fotografia dos quatro envolvidos.

Por meio destas reportagens, somadas ao estudo do clube em questão³⁹⁸, concluímos que o Recreativo era um local que representava a elite da sociedade assisense e que, por sua vez, recebia eventos destinados a fortalecer seus laços de solidariedade. Além disso, visualizamos por meio dos eventos e da descrição jornalística o envolvimento direto da elite com a política na cidade de Assis e no estado de São Paulo.

A citação na matéria das pessoas relacionadas com o evento (muitos deles políticos), somada ao destaque das pessoas/cargos que prestigiaram o momento, demonstra que o clube representou, por diversas vezes, eventos da política local. Essa característica enfoca a circulação de forças que esses espaços de sociabilidade emergiam possibilitando que a elite se envolvesse em questões políticas e, por consequência, que os envolvidos com a política recebessem o apoio da elite, de forma que suas relações circulem em torno de objetivos comuns pautados no poder, seja o poder político, cultural ou econômico.

³⁹⁶ Ibidem.

³⁹⁷ Quase quinhentas pessoas hoje no Recreativo, na homenagem a Arthur, Jango, Tufi e Walter. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 ago 1979, p. 1.

³⁹⁸ Janete Leiko Tanno abordou em sua tese os espaços de sociabilidade na cidade de Assis e, dentre eles, o Clube Recreativo. Fonte: Tanno, Janete Leiko. Op. cit.

Ao observar o Anexo II, notamos que no período em pauta, em meio ao Regime Militar e ao governo de Ernesto Geisel, a maioria dos cargos políticos de deputado estadual e deputado federal eleitos pelo estado de São Paulo já faziam parte do partido da oposição – MDB. Dos cinquenta e cinco deputados federais eleitos pelo estado de São Paulo, trinta e sete representavam a oposição e dezoito eram do partido da situação, ARENA. Dos setenta e nove deputados estaduais eleitos, vinte e seis eram do partido da situação e cinquenta e três eram do MDB. Entretanto, em nível estadual, São Paulo era governado por Paulo Maluf, representando a ARENA, e em nível municipal, a cidade de Assis tinha como prefeito Reinaldo Antônio Silva, também filiado à situação (quadro 05).

Quando analisamos os homenageados e os envolvidos no evento em questão percebemos que a vinculação política desta ocasião – mesmo não podendo avaliar a vinculação partidária de todos os presentes – era situacionista.

No período citado o prefeito da cidade de Assis era partidário da ARENA, bem como seu irmão Ruy Silva, deputado federal mais votado pelos eleitores de Assis (Anexo II). Mesmo que a cidade apresente envolvimento com o MDB, posto que dois representantes do município foram eleitos em 1978 – como Deputado Estadual Hélio Rosas e como Deputado Federal Santilli Sobrinho – percebemos que a votação desses em termos locais foi menor do que em favor dos concorrentes da ARENA: Tufi Jubran foi candidato a Deputado Estadual e foi o mais votado em nível local, e Rui Silva recebeu da cidade de Assis 9.298 votos, contra 4.895 votos de seu concorrente direto do MDB, Santilli Sobrinho (Anexo II).

Outro deputado estadual mencionado no jornal como participante do evento foi Sylvio Martini, também representante da ARENA e que, mesmo não sendo originário da cidade de Assis, recebeu dos eleitores da cidade 563 votos. Também é citado Mithuo Minami, ex-prefeito da cidade de Ourinhos/SP, que foi candidato pela ARENA para o cargo de Deputado Estadual e recebeu dos eleitores de Assis 223 votos, mas não fora eleito³⁹⁹.

Um dos homenageados, Tufi Jubran⁴⁰⁰, estava nesse período filiado à ARENA e concorreu ao cargo de Deputado Estadual, recebendo dos eleitores de Assis 8.013 votos. Entretanto, o ex-prefeito não se elegeu ao cargo pleiteado. No momento da homenagem ocupava o cargo de Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura Municipal de São

³⁹⁹ Fonte: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=300523>. Acesso: 13 set. 2014; CUNHA, Fabiana Lopes da. *Histórias e Memórias ao redor dos trilhos: um relato histórico do museu de Ourinhos e do conjunto "Benedito da Silva Eloy"*. Ourinhos: Editora Unesp, 2008; Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?res=2>. Acesso: 10 set. 2014.

⁴⁰⁰ Tufi Jubran, em entrevista realizada no dia 02 de setembro de 2014, narra que venceu as eleições da cidade de Assis pelo partido MDB e que no exercício de sua gestão transferiu-se para a ARENA.

Paulo, quando então o prefeito da cidade de São Paulo era Reynaldo Egydio de Barros, indicado pelo governador do estado Paulo Maluf a ocupar a gestão entre 1979 e 1982⁴⁰¹. Os demais homenageados ocupavam cargos também de alta gestão em nível estadual e, por isso, vinculados ao governo do estado de São Paulo, que em 1979 era Arenista. Por fim, as homenagens realizadas ao filho do deputado Rui Silva finalizam as vinculações situacionistas do evento.

Todos os dados ora apontados são indícios que elucidam a vinculação política da cidade de Assis em nível estadual e federal, bem como a utilização de alguns espaços de sociabilidade para a aproximação desses atrelamentos que, na ocasião citada, estavam voltados aos representantes do partido da situação: a ARENA.

Em meio a esse emaranhado de objetivos e relações, a advocacia se via representada por parte de seus membros. Com dados extraídos das reportagens, somado às fontes pesquisadas⁴⁰², conseguimos reconhecer a presença de quatro advogados participantes desta solenidade e que são apresentados com ênfase, os quais apontamos em negrito no corpo do texto, sendo eles: Tufi Jubran, um dos homenageados; Francisco Maldonado Junior e Oswaldo Trevisan, ambos discursando em favor do filho do deputado Ruy Silva⁴⁰³; além de Luis Álvaro Gonçalves, que abriu o evento lendo um relato sobre cada um dos ovacionados.

Conforme destacamos anteriormente, Tufi Jubran foi prefeito da cidade de Assis entre 1969 e 1972, pelo partido MDB, tendo posteriormente se transferindo para a ARENA. Foi também vereador por treze anos na cidade de Assis⁴⁰⁴. Inscrito na Ordem dos Advogados desde abril de 1963, Tufi Jubran desempenhou papel político significativo na cidade, além do exercício da profissão de advogado.

Dr. Oswaldo Trevisan é cunhado de Tufi Jubran – suas esposas são irmãs. Ambos foram sócios no escritório de advocacia, sendo que Oswaldo também se envolveu, mesmo que por um curto tempo, na política local na função de vereador.

Francisco Maldonado Junior, entre outros cargos ocupados, foi advogado da Câmara Municipal de Assis e redator do *Jornal de Assis*, impresso na Tipografia Nigro

⁴⁰¹ Fonte: Morre Reynaldo de Barros, ex-prefeito de São Paulo. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral.morre-reynaldo-de-barros-ex-prefeito-de-sao-paulo,680261>. Acesso: 13 set. 2014.

⁴⁰² Neste caso, nos referimos aos jornais pesquisados, consulta à Subseção da Ordem dos Advogados da cidade de Assis e consulta de inscritos por meio do site da OAB/SP. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/consultaInscritos/consulta01.asp>. Acesso em: 10 abr. 2014.

⁴⁰³ Lembramos que Oswaldo Trevisan e Francisco Maldonado Junior eram amigos do ex-prefeito, Tufi Jubran, que venceu a eleição representando o MDB, mas que no decorrer de sua gestão transferiu-se para a ARENA, partido de Ruy Silva, pai do homenageado por Trevisan e Maldonado no evento do Recreativo.

⁴⁰⁴ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

durante os anos de 1960, quando então o diretor era Tufi Jubran (imagem 27). Também se associou a este no exercício da advocacia.

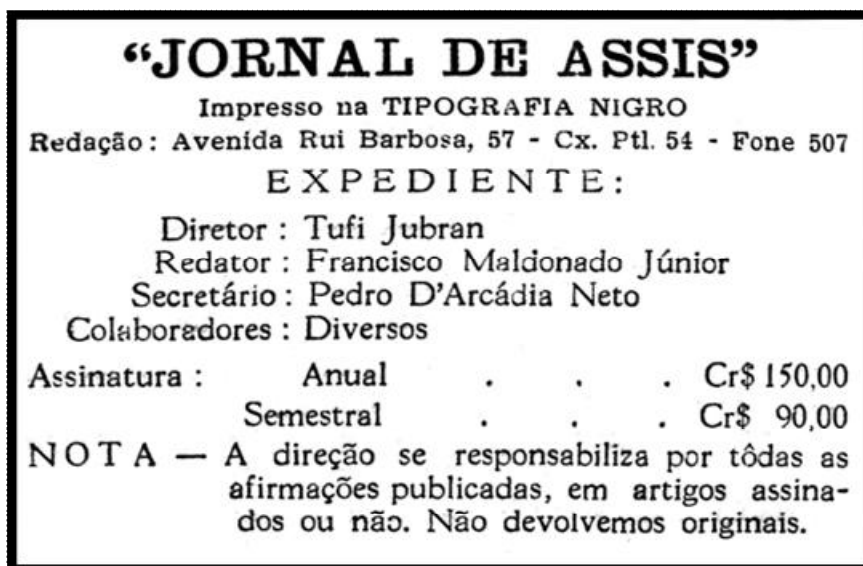


IMAGEM 27 – Expediente do Jornal de Assis. Fonte: *Jornal de Assis. Folha Imparcial*. Assis, 7 maio 1960, p. 1.

Esses três advogados estiveram relacionados com as questões políticas da cidade, sendo, entretanto, a maior participação nos cargos políticos realizada por parte de Tufi Jubran. Foram participantes das associações de cunho político e cultural que culminavam no seu frequente prestígio. Por outro lado, devido à posição ocupada nos cargos políticos, bem como em virtude de sua formação profissional, eles também poderiam fornecer benefícios às pessoas a eles vinculadas⁴⁰⁵.

A associação desses três profissionais (imagem 28), bem como a presença constante nas reportagens dos jornais locais, são indícios da influência social e profissional desses sujeitos que, com isso, apontam que a advocacia era uma profissão que possibilitava e até mesmo facilitava o envolvimento com a política.

⁴⁰⁵ Esses três advogados possuíam vínculos de amizade originários de parentesco e de exercício profissional. Observando as matérias dos jornais levantados percebemos a vinculação inicial tanto de Tufi quanto de Oswaldo ao MDB.

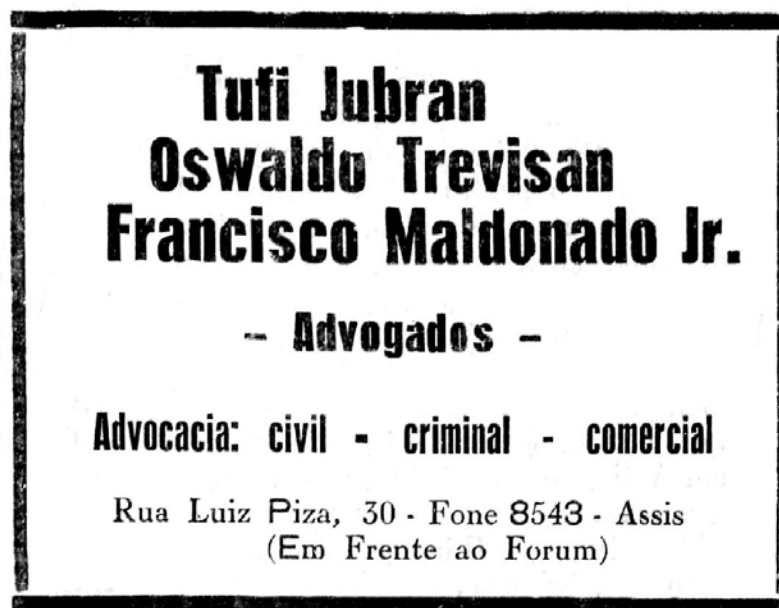


IMAGEM 28 – Propaganda dos Advogados. Fonte: *A Gazeta de Assis*. Assis, 2 mar. 1968, p. 3.

Em entrevista, Tufi Jubran⁴⁰⁶ explica que seu envolvimento com a política iniciou cedo, quando ele estava na casa dos vinte anos de idade e foi eleito vereador da cidade de Assis. Reforçando que sempre almejou o cargo de prefeito, Tufi explica que cursou a faculdade de Direito e exerceu a profissão de advogado, mas sempre voltado às questões de cunho político. A impressão que tivemos em nossa entrevista foi a de que a escolha da advocacia se deu pela percepção de que este curso traria melhores condições de obter êxito também nos cargos políticos.

Tais indicações demonstram que a categoria dos advogados continuava envolvida com as questões políticas na cidade de Assis, mesmo após a segunda metade do século XX, apresentando fortes representantes em nível executivo e legislativo. Esse envolvimento aponta as raízes da profissão, formadora de profissionais relacionados com os cargos de gestão⁴⁰⁷.

Nesse aspecto, a formação de uma rede de relações que irá manter o capital social desses sujeitos é indispensável para legitimar sua representatividade em sociedade. E os espaços de sociabilidade são essenciais para concretizar essas relações. Conforme matéria anteriormente exposta, a homenagem de alguns membros da elite assisense foi prestigiada por nomes importantes em nível local e estadual, sendo possível perceber com a presença de um

⁴⁰⁶ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

⁴⁰⁷ No primeiro capítulo visualizamos a presença de advogados nos cargos de prefeito, vereador, representantes de partidos políticos, entre outros, tanto durante a primeira metade do século XX, como durante o Regime Militar.

representante do governo do estado de São Paulo até onde os laços de afetividade, principalmente políticos, poderiam chegar.

Percebemos também que algumas associações convergem para um ideal – como no presente caso, em que várias instituições locais são intituladas como propulsoras do evento. A ênfase de seus nomes nas matérias jornalísticas demonstra a necessidade de nomeação, de demonstrar quem fez parte do momento de congratulação. No caso, observamos tanto associações filantrópicas, como Rotary e Lions Clube, como de cunho representativo, como a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Assis, Associações dos Médicos, Dentistas e Comerciantes, e educacionais, como o Instituto de Letras, História e Psicologia, além da Maçonaria e do Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.)⁴⁰⁸.

Todos esses associados, cada um por um vínculo específico, unem-se no evento para apoiar nomes importantes para a política e o comércio, mas com envolvimento que ultrapassam os limites da cidade, reforçando a importância das relações sociais e, por consequência, da participação nos ambientes públicos e privados que solidificam os laços de sociabilidade. Em Assis, no período em questão, o Clube Recreativo ainda era o local que melhor representava esse papel para os estratos sociais abordados.

O Clube Recreativo de Assis teve em seu fundador e primeiro presidente a descrição do seu envolvimento com a elite jurídica. Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos foi o primeiro juiz da cidade de Assis e incentivador da criação do Clube, o qual foi fundado em 1921. Conforme explicado por Janete Leiko Tanno, “[...] sua iniciativa de criar um clube na pequena cidade pode estar ligada a um desejo de reprodução do que ele conheceu e frequentou anteriormente, e também de distinção e projeção social juntamente com outros mais privilegiados da comunidade”⁴⁰⁹. Isto porque o juiz de Direito era descendente de família rica do Rio de Janeiro, filho dos segundos barões de Vasconcelos, e exerceu funções de relevante importância também em outras cidades⁴¹⁰.

⁴⁰⁸ A forte referência aos representantes políticos da ARENA no evento, e a indicação da participação de várias Associações nomeadas na reportagem, são indícios de que em todas elas existia a presença de personagens adeptos, ou pelo menos não opositores, do partido da situação. Não podemos generalizar a afirmação em virtude apenas desse evento, mas as fontes demonstram que não há nessas Instituições um embate assíduo ao regime nos anos de 1979, pois, caso contrário, sua participação não seria elencada pelo periódico como “autoridades que tiveram a iniciativa do evento”.

⁴⁰⁹ Tanno, Janete Leiko. Op. cit., p. 166.

⁴¹⁰ Segundo transcrito por Janete Leiko Tanno, Op. cit., p. 165-166, “Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos nasceu em 15 de junho de 1886 e faleceu em 9 de dezembro de 1967 no Rio de Janeiro, sua cidade de origem. É filho dos segundos barões de Vasconcelos, Rodolfo e Eugênia, e neto paterno dos primeiros barões de Vasconcelos e materno dos condes de São Mamede, todos titulares do Reino de Portugal, mas residentes no Brasil. Era seu irmão o barão Smith de Vasconcelos, titular da Santa Sé. Estudou no Colégio Pedro II e formou-se bacharel pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi delegado de polícia nas cidades de Uma, Sarapuí e Ubatuba, São Paulo. Exerceu o cargo de promotor público em Espírito Santo do Pinhal e a mandado do

A autora ainda comenta que a elite que comandava a política era a mesma que frequentava o clube, sendo que seus integrantes eram representantes deste estrato social ou pessoas a eles vinculadas, sempre de prestígio social, o que era demonstrado no refinamento dos gestos, na elegância das roupas e nas regras de conduta. Segundo Tanno, analisando as entrevistas com membros do Clube Recreativo durante a primeira metade do século XX,

Por esses depoimentos ficam claros os significados do Recreativo como espaço e como representação do poder e da riqueza de certas pessoas na cidade. Mais do que isso, o clube funcionava como espaço propício para a sociabilidade, onde os padrões gestuais, de comportamento e de educação podiam ser observados, possibilitando fazer distinções entre os frequentadores, e a escolha dos melhores pretendentes, tanto para os moços quanto para as moças casadoiras, num claro intento de preservação de *status* e de consciência do lugar social ocupado na sociedade⁴¹¹.

Se durante a primeira metade do século XX o Clube Recreativo representava o poder e a riqueza de seus participantes, durante a segunda metade do mesmo século, pelo menos nas primeiras décadas, o Clube continuou demarcando o espaço de sociabilidade atrativo da elite assisense, abrangendo solenidades e festividades em que figuras políticas e sociais representativas estavam presentes.

No ano de 1960, quando do anúncio da campanha de subscrição de títulos para a reforma do Clube, o jornal *A Gazeta de Assis* traz um comunicado de agradecimento da administração pela subscrição, naquele momento no valor de Cr\$ 20.000.00, em que constam nomes dos novos associados. O mesmo comunicado é apresentado no *Jornal de Assis*⁴¹². Além da presença de médicos e políticos, os advogados marcaram adesão com a anuência de José Roselli, Oswaldo Trevisan, Mufid Dugaich e Tufi Jubran. Relembramos que nesse período José Roselli era o presidente da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo – Assis.

Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, transferiu a sede da Comarca de Campos Novos do Paranapanema para Assis, onde foi o primeiro juiz, cargo que exerceu por dez anos. Em Assis fundou o Clube Recreativo, para o qual doou o terreno. Foi o principal fundador da Santa Casa de Misericórdia e seu primeiro provedor. Organizador e presidente da comissão de criação do Bispado de Assis promoveu a construção do Palácio que ele denominou de 'Santa Terezinha', a santa de sua devoção. Promovido em 1928 passou a atuar na cidade de Campinas".

⁴¹¹ Idem, p. 172-173.

⁴¹² Clube Recreativo de Assis. *A Gazeta de Assis*. Assis, 13 ago. 1960, p. 2; Clube Recreativo de Assis. *Jornal de Assis*. Assis, 13 ago. 1960, p. 2.

Mesmo que não visualizemos a participação no Clube Recreativo de Assis de todos os advogados atuantes na cidade, por meio das reportagens sobre o Clube⁴¹³, bem como pelo histórico de sua constituição – em que reconhecemos advogados ocupando cargos administrativos como José Claudino de Oliveira Dias, Edgard Benozatti, José Fadul, Paulo Botelho de Camargo, Euclides de Marins e Dias⁴¹⁴ – concluímos pela presença da categoria dos advogados, bem como de juízes e promotores nas redes de relações construídas no Clube Recreativo da cidade de Assis.

Nesse sentido, quando da reinauguração do clube em 1964 visualizamos a vinculação da diretoria com as tradições e a necessidade de trazer à tona figuras de importância para a cidade e para a história do Clube. Tal conclusão advém da descrição da carta enviada por Lycurgo de Castro Santos Filho ao advogado Edgard Benozatti, informando que recebeu o convite para a reinauguração do Clube e que se faria presente no evento em 19 de setembro de 1964.

A carta referida (imagem 29) foi publicada no dia do baile, pelo jornal *A Gazeta de Assis*, provavelmente com a intenção de demonstrar para a sociedade assisense que o evento teria a participação da figura do reconhecido filho do político que, em sua correspondência, ainda fez questão de nomear amigos que participaram do *Baile do Xadrez*, realizado no dia 23 de junho de 1936.

Relembrar os nomes e citá-los faz parte da demonstração da rede de relações em que o sujeito esteve envolvido ao longo de sua trajetória, motivo pelo qual a nomeação dos “antigos amigos” corrobora que nesse ambiente criavam-se laços de afetividade com aqueles que, mesmo não advindo da mesma profissão, faziam parte do mesmo lugar social, mantendo o *status* almejado nesses ambientes.

⁴¹³ O advogado Francisco Maldonado Junior, que também foi redator do Jornal de Assis, participou da diretoria do Clube. Exemplar a administração atual do Clube Recreativo. *Jornal de Assis. Folha Imparcial*. Assis, 6 fev. 1960, p. 1.

⁴¹⁴ Tanno, Janete Leiko. Op. cit.

Prezado amigo Edgard Benozatti.

Recebi com muita satisfação e com muita emoção o convite para - como antigo diretor - , tomar parte nas festividades de inauguração da nova sede do velho e tradicional Clube Recreativo de Assis.

Eu tinha onze anos e ainda me lembro dos primeiros tempos do clube. Nele brinquei, dancei e namorei. Frequentei - o sempre, até vir para Campinas. Guardo até hoje o convite impresso, em termos divertidos, e redigido por mim, para um «Baile Xadres» que se realizou em 23 - 6 - 1936. Assinam o convite: Dativa Lutti, Yvone Camargo, Maria Lopes, Dulcilia Almeida, Almira Bicalho, Cida Senatore, Maria Boniotti, Humberto de Oliveira, eu, Paulo de Assis, Guilherme Fiorio, Alcindo Falavigna, Serafim Duarte e José Fadul Junior.

Quantas e gratas recordações sugerem todos esses nomes de antigos amigos!

Terei o maior prazer em comparecer às festas do dia 19 de setembro. Desde já envio o meu agradecimento pelo convite.

Ao caro diretor-social, aos demais diretores e aos associados, as minhas mais

atenciosas saudações

Lycurgo de Castro Santos Filho.

Campinas, 25 de agosto de 1964.

A reinauguração do Clube ocorreu com “baile de gala ao som de Pocho e sua Orquestra”⁴¹⁵. Em 1964 a diretoria do Clube era composta pelo presidente da gestão Vasco Fagioli, além de dos advogados Edgard Benozatti, Manoel Tucunduva e Mufid Dugaich e outros participantes. A foto a seguir (imagem 30) apresenta a diretoria do Clube na gestão referida, no baile de reinauguração do Recreativo. Salientamos a presença de Hélio César Rosas⁴¹⁶ e Ruy Silva na mesma diretoria, políticos que posteriormente representariam partidos opostos durante o Regime Militar.

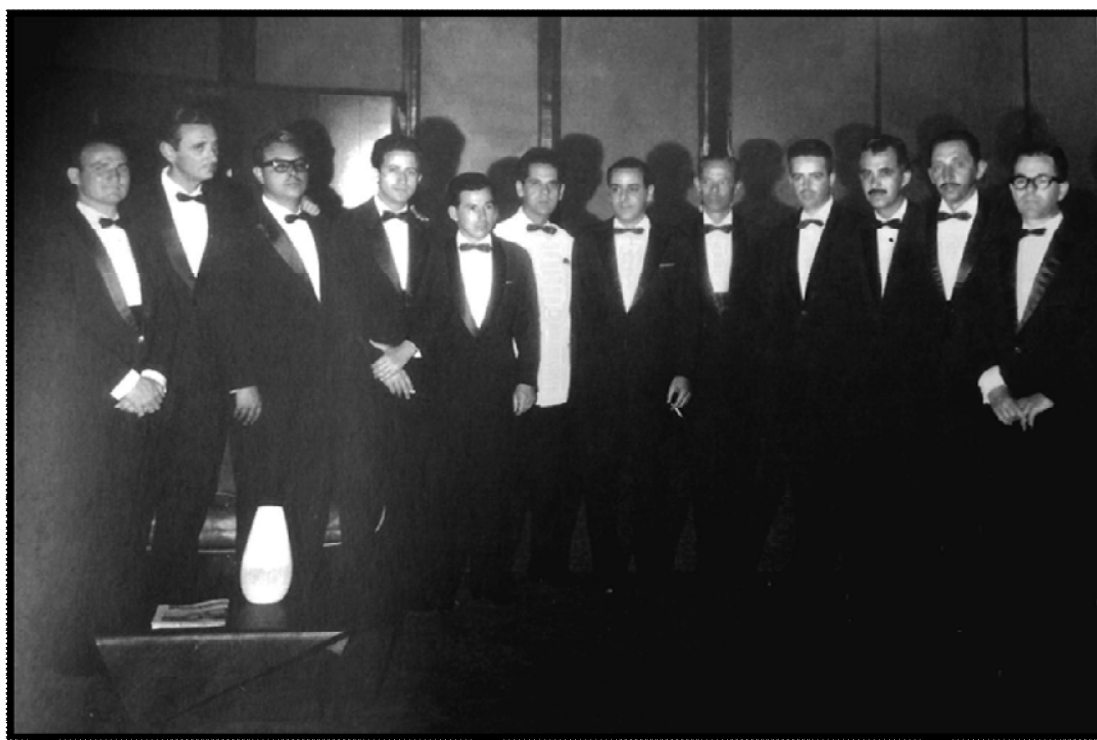


IMAGEM 30 – Reinauguração do Clube Recreativo de Assis em 1964. Fonte: Clube Recreativo de Assis: 84 anos de pioneirismo e muita história. In: Barros, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*, s/d⁴¹⁷.

A participação no Clube Recreativo pode ser entendida como a participação em uma sociedade apartada, composta por pessoas com objetivos específicos e comuns. Conforme asseverado por Bourdieu, os grupos sociais constroem um sistema próprio de ações, o qual mantém a distinção. Esses *habitus* são variados, segundo as condições diferentes

⁴¹⁵ Fonte: Clube Recreativo de Assis: 84 anos de pioneirismo e muita história. Barros, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*. s/d.

⁴¹⁶ Hélio César Rosas cursou Contabilidade durante os anos 1940 e Direito durante os anos 1970.

⁴¹⁷ A legenda da foto descreve: Inauguração da nova sede do Clube Recreativo de Assis, em 1964. Diretoria: da esquerda para a direita, Arnaldo Salgado, Edgard Benozatti, Manoel Tucunduva, Ruy Silva, Hamilton Lopes, Luiz Ralpho, Mufid Dugaich, Luiz Bellini, Hélio Cesar Rosas, Amilton Meirelles, Aduato Nunes e Vasco Fagioli.

de existência e demonstram estilos de vida, buscando preservar a diferença social⁴¹⁸. Participar de um ambiente de sociabilidade elitista, que exige a aprovação de seus membros para sua adesão, representa a aceitação do grupo ali dominante para sua inserção nesta sociedade.

Sobre esse sentimento de pertencimento, em reportagem do *Jornal de Assis* datada de 06 de fevereiro de 1960 o advogado Francisco Maldonado Junior, à época redator do jornal e ainda ingressante na faculdade de Direito, descreveu sobre a administração exemplar do Clube Recreativo, que garantiu transferir para a nova diretoria “[...] saldo de mais de meio milhão de cruzeiros em caixa”, possibilitando a implementação da reforma do local e expondo seu sentimento de que “[...] a continuar com o ritmo de trabalho desenvolvido no ano passado pelos atuais diretores, logo este sonho será realizado para gáudio de todos nós, frequentadores daquela sociedade”⁴¹⁹.

No mesmo sentido, o presidente do Clube na gestão de 1960-1961, Ulysses L. Campos, publicou no *Jornal de Assis*⁴²⁰ comunicado aos associados sobre o levantamento de cerca de dezessete milhões de cruzeiros que seriam destinados às melhorias do Clube e, em sua fala, por mais de uma vez descreve os associados como “sociedade”, destacando que deixou de dar atenção aos “afeiçoados pelo esporte”, verdadeiros “sustentáculos de nossa sociedade”, em virtude da necessidade de realizar economia para “[...] o momento anormal em que atravessa nossa sociedade”. Vezes se referindo à sociedade em âmbito geral, vezes aos membros do Clube, sua fala também aponta o reconhecimento dos integrantes do Recreativo como uma sociedade formada pelos associados, membros elevados à distinção pelos seus próprios integrantes.

Esse espaço de sociabilidade gerava, assim, uma sociedade dentro da sociedade, na qual era possível escolher aqueles que poderiam compor seu quadro de associados e, até mesmo, de visitantes. Conforme percebemos em reportagem do *Jornal de Assis*, datada de 18 de novembro de 1939, quando da reabertura do salão em sua primeira grande reforma, as festividades foram abertas aos não sócios, mas o jornal traz a especificação de que a diretoria expediu “[...] convites aos membros do seu quadro social, bem como às

⁴¹⁸ BOURDIEU, Pierre. 2007. Op. cit.

⁴¹⁹ Exemplar a administração atual do Clube Recreativo. *Jornal de Assis. Folha Imparcial*. Assis, 6 fev. 1960, p. 1.

⁴²⁰ Clube recreativo de Assis. *Jornal de Assis*. Assis, 24 dez. 1961, p. 2.

peças gradas e de representação, tanto da cidade como de fora, que, por especial deferência, serão recebidas com a máxima cordialidade, na festa inaugural das novas instalações”⁴²¹.

A restrição da participação de não sócios, permitindo apenas “peças gradas e de representação” demonstra a intenção do espaço em manter as restrições de pertença, liberando a presença apenas àqueles que eram considerados, por características específicas, como pares dentro desse espaço de sociabilidade. Nesse aspecto é a afirmação de Simmel sobre a necessidade da sociabilidade entre membros de um mesmo estrato social, o que se reflete em determinados locais, principalmente de associados, em que a escolha dos membros depende da aprovação daqueles que já pertencem ao grupo.

Esse cenário rígido com relação aos participantes no Clube Recreativo se altera gradativamente, sobretudo após a segunda metade do século XX. Já na década de 1980 observamos uma reportagem do jornal *Voz da Terra* em que o advogado, ex-diretor e membro do conselho deliberativo do Clube, Oswaldo Trevisan, descreve como preocupante a superlotação da quadra do Recreativo nos festejos de carnaval, quando se estimou cerca de dois mil foliões. A mesma matéria traz fotografia do salão que ilustra a lotação do local, bem como o estilo do carnaval do clube no ano citado.

Conforme observamos na foto a seguir (imagem 31), a quantidade de pessoas no salão quase não permitia a circulação, não sendo possível identificar os famosos blocos de carnaval. Mesmo o andar superior dos camarotes aparentemente apresenta uma quantidade exacerbada de foliões.

⁴²¹ Clube Recreativo. Reabertura dos seus salões no dia 2 de dezembro próximo. *Jornal de Assis*. Folha Imparcial. 18 nov. 1939, p. 2.



IMAGEM 31 – Baile de Carnaval do Recreativo de 1981. Fonte: Trevisan: com medo de uma tragédia. *Voz da Terra. Caderno especial de carnaval*. Assis, 4 mar. 1981, p. 3.

Se compararmos a imagem anteriormente apresentada (imagem 31) com a fotografia do salão do Clube Recreativo no baile de 1968 (imagem 32, discutida adiante), que apresenta um dos blocos dos foliões, observaremos que a proporção do festejo de carnaval no local ganha outro perfil. Sem as fantasias outrora comuns, o salão apresenta superlotação. A comparação das figuras apresenta a alteração do estilo do carnaval no decorrer da segunda metade do século XX no clube Recreativo de Assis, reflexo das mudanças também em âmbito nacional.

O salão já não mais representava a seleção restrita de seus participantes vista outrora, liberando espaço para que mais pessoas participassem do evento, o que pode ter incomodado os tradicionais sócios, acostumados com bailes imponentes e sem o risco da lotação do carnaval de 1981. Oswaldo Trevisan, na mesma reportagem, explica que:

O carnaval do recreativo chegou agora num ápice. Ele vai só tender a cair. Não tem mais o que fazer. Não tem mais o que melhorar em termos de carnaval do clube. Talvez agora tenhamos que partir para uma realidade:

incentivar que pelo menos mais dois clubes na cidade realizem seu carnaval⁴²².

Prosseguindo sua entrevista para o jornal *Voz da Terra*, o ex-presidente do Recreativo alerta que sua preocupação é pautada no perigo de uma tragédia no Clube, o qual não apresentava condições necessárias para enfrentar situações de emergência com presteza. Ao narrar sobre a superlotação, segundo o jornal, ele aponta como motivos e preocupações que:

Houve na sociedade atual, com a democratização das oportunidades, uma deselitização das camadas sociais. Não podemos mais falar numa elite. E não teria sentido mais se falar numa elite, a mesma que frequentou o Recreativo em todos esses 50 anos [...] Não tem mais cabimento sindicatar a vida de ninguém. Isso são coisas obsoletas [...] O grande problema que me é colocado não é da qualidade das pessoas que frequentam o clube, não é o acomodamento dos associados no salão [...] o que mais me preocupa como cidadão, ser humano, conselheiro do clube e como pai, é o problema da segurança do prédio⁴²³.

A narrativa do conselheiro do Recreativo descreve sua conscientização de que o processo de democratização das oportunidades da sociedade – originário da segunda metade do século XX e, principalmente, da redemocratização gradual do país nos anos de 1980 – refletiu na aproximação dos estratos sociais, ou na diminuição da lacuna existentes entre eles, proporcionando inclusive a possibilidade de que mais pessoas pudessem frequentar o Clube Recreativo, antes dedicado exclusivamente a uma parcela peculiar da sociedade.

Nessa mesma fala, o advogado ainda demonstra que era comum o processo de averiguação daqueles que pretendiam associar-se ao clube, o que é denominado por ele de sindicância, sendo que já nos anos de 1980 tal processo é tomado como obsoleto devido às novas características da sociedade.

Assim, observamos que a pertença ao Clube Recreativo foi por muito tempo controlada e monitorada a ponto de que fossem aceitos como membros, após processo de averiguação de suas características pessoais, aqueles considerados aptos a participar da “sociedade” ali tecida. Apenas nos anos 1980 os processos de aceitação de sócios passaram a ser considerados como antiquados devido às alterações nacionais que repercutem na formação da sociedade brasileira e em sua reestruturação.

⁴²² Trevisan: com medo de uma tragédia. Especial de Carnaval. *Voz da Terra*. Assis, 4 mar. 1981, p. 3.

⁴²³ Idem.

Salientamos que a mesma ressalva realizada ao Clube vai ao encontro do processo observado nas faculdades de Direito da região, já abordado nesta tese. Também nesse caso, durante a segunda metade do século XX, e mais precisamente após os anos 1970, percebemos o aumento significativo de profissionais atuantes na área do Direito, o que está diretamente relacionado ao aumento das instituições de ensino, principalmente privadas, que vão alterar o perfil do profissional da advocacia no decorrer desses anos. O aumento de profissionais também está relacionado ao fato de que mais pessoas passaram a ter condições mínimas, mas suficientes, de cursar uma graduação em instituições privadas de ensino.

Como no caso dos Clubes, as diferenças sociais ainda estão presentes, mas a influência de fatores de nível nacional que repercutem na região – como a interferência do capitalismo e da sociedade de consumo, a maior participação feminina no mercado de trabalho, o crescimento da alfabetização e da procura aos cursos superiores, agora possíveis mediante o pagamento da mensalidade e o processo de redemocratização nos anos de 1980 – impulsionam alterações dos arranjos sociais, refletidas nos associados dos Clubes, antes destinados a um grupo específico e limitado, bem como em categorias profissionais como a advocacia.

Em entrevista, Dr. Oswaldo Trevisan relembra as festas do Clube Recreativo com aparente carinho. O advogado apontou os diversos bailes e eventos que faziam do local um ponto de encontro e sociabilidade dos participantes, intitulado por ele como lugar de “congraçamento da sociedade”. Para Trevisan:

O Clube Recreativo de Assis nos anos 1950, 60, 70 até 1980, era o centro da cidade, as brincadeiras [...] Você não chegou a pegar, as brincadeiras dançantes aos domingos, orquestra, as moças muito bem vestidas, os rapazes bem arrumadinhos de gravata e paletó. E os bailes? E os bailes da primavera, os réveillons de fim de ano, os bailes de formatura. Eram lugares de congraçamento da sociedade, porque os moços iam dançar com as moças, iam levar suas namoradas, isso tudo desapareceu, isso teve uma influência muito grande na sociedade⁴²⁴.

No mesmo sentido, Dra. Edna Maria de Carvalho, ao narrar sobre os espaços de sociabilidade da advocacia assisense, relembra o Clube Recreativo e cita a rivalidade de algumas famílias e a conseqüente formação de blocos de carnaval que ressaltavam essa competitividade. A advogada ainda afirma que participou de bailes com a presença de Tufi, apontando em sua fala a figura reconhecida do advogado e político. Sobre

⁴²⁴ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 05 de outubro de 2012.

os carnavais, Dr. Carlos Pinheiro também ressalta sua participação nos “[...] famosos carnavais do Recreativo”⁴²⁵.

Sobre os blocos de carnaval, uma reportagem do jornal *Voz da Terra* do ano de 1968 confirma a presença de blocos no Clube Recreativo divididos pelos grupos de familiares e amigos. A matéria retrata a presença do Bloco do *Firifinfin*, em que Myrian Modotte e seu marido Carlos Modotte participaram em conjunto com a família Cunha e os Furlan.

No mesmo evento, o Bloco do *Bem* recebeu o título de campeão apresentando uma fantasia por noite, sendo que a reportagem aponta o custo de mais de 10 mil cruzeiros novos para compor o visual do grupo. Nesse, participaram “Tufi Jubran, Oswaldo Trevisan, os Derci Vara, os Carvalho Mota, os Carol, os Cuco, os Luiz Carlos, os Riolando e os Hélio Rosas”⁴²⁶. A formação deste bloco enfoca, novamente, as vinculações políticas dos participantes citando nesse exemplo Tufi Jubran e Hélio Rosas, ambos representantes do MDB no ano de 1968.

A fotografia a seguir (imagem 32) ilustra a reportagem do jornal *Voz da Terra* sobre o festejo de carnaval no Clube Recreativo. Trazendo um dos blocos participantes do baile, percebemos que o grupo se apresentava trajado com a mesma veste, que se complementa com o chapéu e os rostos pintados. Com cerca de dezoito participantes, o bloco reúne amigos que, fantasiados, disputam o título de melhor bloco do carnaval do Recreativo.

⁴²⁵ Entrevista com Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013; Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data 21 de agosto de 2013.

⁴²⁶ Eli Elias. Sociedade e Juventude em tópicos. *Voz da Terra*. Assis, 4 mar. 1968, p 4.



IMAGEM 32 - Bloco de carnaval do Clube Recreativo em 1968. Fonte: Eli Elias. Sociedade e Juventude em tópicos. *Voz da Terra*. Assis, 4 mar. 1968, p. 4

O baile de carnaval gerava a oportunidade para demonstrar o luxo dos associados por meio de suas fantasias. Quando a reportagem traz os custos depreendidos pelo bloco do *Bem* com a confecção de fantasias diferentes para cada dia do festejo (folia, tribo africana, bobo da corte e colecionador de máscaras), notamos que o concurso era algo almejado a ponto de que os preparativos fossem bem planejados.

Nesse caso, as fantasias e o título do bloco campeão cumpririam a função de destacar um grupo dentro daquela sociedade, podendo inclusive demonstrar a rivalidade entre os participantes, conforme lembrado por Edna Maria de Carvalho.

Discutindo os bailes de carnaval de rua e dos clubes na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, Zélia Lopes da Silva demonstra que as classes populares disputaram com as elites os espaços destinados aos festejos de carnaval, estes que inicialmente foram destinados às camadas endinheiradas. Segundo a autora, os espaços públicos,

[...] por longas décadas, destinavam-se ao curso das famílias endinheiradas e aos desfiles das sociedades carnavalescas, também da elite. Cabia às classes populares, nessa perspectiva, o papel de espectador desse carnaval ou então colocar seu bloco nas ruas marginais a esses espaços cenográficos. Segundo essa compreensão, os espaços públicos não passavam de desdobramentos dos espaços privados, o que nos sugere que o acesso livre à rua era um sonho de carnaval. Para chegar ao palco principal desses festejos, os segmentos populares precisaram disputar e barganhar o direito de exibir as suas propostas, ora desobedecendo ao já consagrado, ora negociando essa aparência⁴²⁷.

Os carnavais no Clube Recreativo delimitavam ainda mais a participação da sociedade. Se os carnavais de rua foram disputados entre as classes populares e a elite, os festejos de alguns Clubes eliminavam a possibilidade de divisão do espaço com as pessoas que não pertenciam ao mesmo estrato social, fosse como associado ou como convidado.

Mesmo passando por um processo de alteração do perfil dos participantes, seja pela redução da rigidez das regras de aceitação dos associados, seja em virtude do aumento de pessoas com condições financeiras para participarem desse tipo de festividade, grande parte da sociedade não frequentou os bailes do Recreativo, que se manteve ativo até os anos 1980, quando então entrou em processo de declínio até culminar no encerramento de suas atividades associativas⁴²⁸.

Entretanto, por cerca de cinquenta anos o Clube Recreativo de Assis se manteve como o espaço de sociabilidade mais distinto da sociedade assisense, preservando enquanto pôde a diferenciação de seus membros e proporcionando festejos que sustentavam os costumes da elite e encantavam o imaginário da cidade e da região.

O Clube ficou conhecido por seus bailes e atrações. Muitos artistas de nível nacional apresentaram-se no Clube Recreativo, como Chico Buarque de Holanda e Ary Toledo em 1968, Elis Regina e Jair Rodrigues em 1974, Pepita Rodrigues em 1978, Dercy Gonçalves em 1982, entre outros⁴²⁹. Os festejos como o “Baile de Aniversário”, que teve a presença de Pepita Rodrigues, eram divulgados nos jornais locais, principalmente após o evento, quando fotos acompanhavam os comentários sobre os participantes demonstrando a diferenciação e elegância da ocasião.

⁴²⁷ SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo. Metamorfose de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Unesp, 2008, p. 243.

⁴²⁸ Atualmente (2014), no espaço do Clube encontra-se aberto um restaurante.

⁴²⁹ Reportagens do jornal *A Gazeta de Assis* e do jornal *Voz da Terra*. Assis, 1960-1989. Ainda constam a presença de Roberto Carlos e Wanderléia em bailes do Clube. Fonte: Clube Recreativo de Assis: 84 anos de pioneirismo e muita história. Barros, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos*. Centenário da Fraternidade, s/d.

Nesses eventos notamos a presença de advogados e membros do Judiciário, como na foto apresentada a seguir (imagem 33), em que a legenda confirma a participação, em local de destaque, do advogado Francisco Maldonado Junior, com o microfone às mãos, ao lado da artista Pepita Rodrigues, bem como Oswaldo Trevisan, que também compõe a mesa de apresentação.



IMAGEM 33 – Pepita Rodrigues no Clube Recreativo. Fonte: Rowal Acontece... *A Gazeta de Assis*. Assis, 25 set. 1978, p. 3.

Frisamos que durante o período em que o Clube se manteve ativo, principalmente nos anos de nossa análise, os eventos ali realizados demonstravam a distinção dos seus associados. Na já referida coluna escrita por Eli Elias para o jornal *Voz da Terra*, em que o redator registrava os eventos da cidade de Assis e a participação de membros considerados pelo periódico como de evidência na sociedade, percebemos a presença de verbetes sobre os advogados e, até mesmo, juízes e promotores da cidade de Assis que participavam das festividades do Clube Recreativo.

Tais questões são tratadas em reportagem datada de 1967⁴³⁰, quando o jornalista faz comentários sobre a festa do *Musical Tape no Recreativo*, em que o advogado Edmundo Dugaich é tratado como “[...] proeminente personalidade do mundo social assisense”, e outra tira comenta que “[...] acontecia ainda na ocasião, o Dr. Tufi Jubran (de gravata preta) e sua sra.”. Esta coluna, no dia 3 de fevereiro de 1968, comentou a *Noite da Liberdade*, também no Clube Recreativo, narrando: “[...] outro destaque anotado pelo cronista: Carlos Pinheiro, moço de proa na sociedade local”⁴³¹.

A vestimenta dos associados era motivo de comentários nas reportagens locais. Isso porque, a roupa utilizada nos bailes, bem como no dia a dia dos profissionais, era motivo também de diferenciação social. Evidente que apenas parte da sociedade possuía condições de se vestir com ternos e gravatas, ou usar o vestido da última estação.

Para os advogados, a questão do uso da roupa social era comum e, até mesmo, obrigatório. Sobre o assunto, Edna Maria de Carvalho comenta sua impressão de que a categoria dos advogados compunha as pessoas mais bem vestidas da cidade. Segundo a entrevistada, “[...] as pessoas mais bem arrumadas que já existiram em Assis foram os advogados e as advogadas. Eu só tenho uma calça jeans, eu só tenho uma calça jeans”⁴³². A narrativa da Dra. Edna aponta que o uso constante de roupas sociais fez com que as vestimentas despojadas fossem retiradas de seu costume. A lembrança de ter apenas uma calça jeans reforça a tradição do uso de vestido e roupas sociais para a categoria.

Na imagem 34 apresentada a seguir visualizamos uma coluna do jornal *A Gazeta de Assis*, na qual são eleitos os dez homens mais elegantes do Clube Recreativo. Parece-nos que a seleção considera os associados que participaram dos eventos do Clube. Entretanto, acreditamos que muitas escolhas foram também embasadas nas consequências que essa nomeação traria em sociedade: ser eleito como um dos dez mais elegantes em um Clube que representava a elite e a política da cidade poderia indicar quem eram os dez homens de maior prestígio da cidade no momento.

⁴³⁰ Eli Elias. Sociedade e Juventude em tópicos. *Voz da Terra*. Assis, 11 nov. 1967, p. 2.

⁴³¹ Eli Elias. Sociedade e Juventude em tópicos. *Voz da Terra*. Assis, 3 fev. 1968, p.2. Outras reportagens também apontam a presença de outros advogados, geralmente tratados com destaque, como Dr. Sérgio Lourenço, visto com sua esposa na noite da apresentação de Chico Buarque de Holanda, e destacado pelo colunista “[...]como um dos insígnies causídicos da excelente plêiade ostentada por Assis”. Eli Elias. Sociedade e Juventude em tópicos. *Voz da Terra*. Assis, 4 mai. 1968, p. 4.

⁴³² Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.



IMAGEM 34 - Os dez mais elegantes do Clube recreativo. Fonte: Os dez mais elegantes. *A Gazeta de Assis*. Assis, 24 set. 1965, p. 1.

Visualizamos que na lista dos dez mais elegantes de setembro de 1965 temos a participação de três advogados. Assim, segundo a representação trazida pelo periódico, a advocacia contemplaria parte da elite de prestígio da sociedade assisense⁴³³.

Eventos de homenagem apresentavam uma prática comum no Clube Recreativo. O ato de eleger e homenagear indicava a exaltação de determinados indivíduos dentro do grupo ali delimitado. Seguindo esta linha, o Recreativo promoveu o prêmio denominado *Troféu Honra ao Mérito*⁴³⁴ e era realizado evento no salão do Clube, procurando:

[...]sempre premiar pessoas nascidas ou que exercem atividades em nossa cidade e que realmente merecem ser distinguidas”. Em alguns casos os escolhidos deveriam pagar uma taxa para receber o troféu, a qual era convertida para contribuir com instituições da cidade demonstrando o caráter, também, beneficente do evento. Em outras situações, como no ano de 1978, a premiação não precisou ser taxada e o evento recebeu “apenas caráter social”⁴³⁵.

⁴³³ Nesse caso reconhecemos os advogados Edgard Benozatti, Edmundo M. Dugaich e Oswaldo Trevisan. Como não conseguimos levantar a profissão de todos as pessoas ali elencadas não podemos excluir a possibilidade de que outros também tenham a formação jurídica.

⁴³⁴ Definidos os nomes para receberem Troféu Honra ao Mérito do Clube Recreativo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 28 jun. 1978, p. 1.

⁴³⁵ Idem.

No ano de 1978 foram selecionadas vinte e duas pessoas para participarem do prêmio. A reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* comentou a premiação e nomeou os eleitos em sua primeira página, dando ênfase, ainda, ao troféu de mármore gravado em material cromado, o qual fora produzido por empresa da cidade de São Paulo. Sobre os motivos que levariam à escolha dos nomes indicados a matéria explica que:

Este troféu simboliza o reconhecimento da sociedade assisense a todos aqueles que se destacam na comunidade pelo seu exemplo, pelo seu trabalho, pelo seu desprendimento, e pelo seu calor humano. Enfim a todos aqueles que por seus méritos se projetaram em nossa coletividade⁴³⁶.

As exposições do jornal *A Gazeta de Assis* transparecem as intenções do evento de elencar, dentro de diversos ramos profissionais e sociais na cidade de Assis, quem eram as pessoas que segundo os membros do Clube Recreativo mereciam receber a distinção. Além de evidenciar para toda a sociedade esses nomes, a premiação gerava ao Recreativo o prestígio de ser uma associação legitimada para escolher membros da sociedade que receberiam a distinção. Por meio deste ato visualizamos exemplos da circulação de benefícios entre os espaços de sociabilidade e seus participantes.

O Clube Recreativo era o mais antigo e de maior prestígio na cidade. Entretanto, outro Clube fundado nos anos de 1950 também serviu de local de sociabilidade para a advocacia e a elite assisense: o Assis Tênis Clube. Conforme lembrado pelo Dr. Oswaldo Trevisan, “[...] o Clube Recreativo de Assis e o Assis Tênis Clube foram dois momentos maravilhosos da minha vida porque eu vi nascer praticamente e depois crescer. O Tênis Clube eu participei da fundação, em 53”⁴³⁷.

O Assis Tênis Clube foi fundado no ano de 1953⁴³⁸. Como participantes de sua fundação estavam, dentre outros, políticos e empresários da cidade. Em pesquisa aos

⁴³⁶ Idem. Os escolhidos no ano foram: Ari Martinez Esteves (solidariedade humana), Arthur Luciano de Oliveira (engenharia), Décio do Canto Neuber (agricultura), Francisco Antunes Ribeiro (família símbolo), Geraldo Brizola (idealismo), Geraldo Alves Noronha (comércio), Irene Ribeiro Salotti (atividade assistencial), José Francisco Garcia (transportes), João Leão Carvalho (solidariedade humana), João Batista de Oliveira (pioneiro fundação civil), Joshey Leão (artes), José Roseli (direito), José Jairo Maciel (comunicações), Maria Cândida Godoy Kobony (mestra), Maria de Lourdes Spera Homse (funcionário público), Dr. Maurício de Castro Santos (medicina), Nicolino de Chico Nobre (esportes), Oresthes Longuini (industrial), Plínio de Souza (bancário), Roberto Marchetti (cidadão prestante); Dr. Roberto de Mello (empreendimento) e Dr. Sérgio Fernando de João Antônio (odontologia especializada).

⁴³⁷ Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data 22 de outubro de 2012.

⁴³⁸ ATC Assis. Histórico. Disponível em: <http://assistenisclubes.com.br/index.php/o-clubes/historia.html>. Acesso: 19 ago. 2014; Barrero, Marcos. 2008. Op. cit. Segundo o site do clube e a fonte citada a fundação do Assis Tênis Clube teve a colaboração de José Santilli Sobrinho, Renato Rezende Barbosa, Waldir Frossard, Herberto Aguiar, Eustáquio Zuardi, Lourival Dias, Willian Nigro, Jamil Miguel Abo Assali, Divo Vara, Lery de Carvalho, Lourenço Luciano Carneiro e Walter Batista.

jornais visualizamos que a advocacia também participou das chapas para eleição do conselho do Clube. No ano de 1960 duas foram as chapas que disputaram a preferência dos associados, a “Progresso” e a “Concórdia”. Ambas contaram com a presença de advogados como Edgard Benozatti, Clybas Pinto Ferraz, José Fadul Junior, José Roselli, Luis Álvaro Gonçalves e Oswaldo Trevisan, sendo que vários integrantes compunham, ao mesmo tempo, ambas chapas⁴³⁹.

A reportagem do jornal *A Gazeta de Assis* também aponta a crítica do tesoureiro do Clube em virtude da não indicação do então presidente do Conselho de Administração, Adalberto de Assis Nazareth⁴⁴⁰, para a composição das chapas do ano de 1960. A estranheza de sua não indicação nos grupos que concorreriam à nova gestão apresenta indícios de que as vagas da direção eram disputadas entre os associados, confirmando a importância dos cargos⁴⁴¹. O quadro de presidentes também teve a participação de advogados, conforme relação apresentada (quadro 07).

QUADRO 07 - Presidentes da Diretoria Executiva do Assis Tênis Clube (1953 – 1989)			
José Santili Sobrinho	1953-1955	Marcos Aurélio Salotti	1964
Renato Rezende Barbosa	1956	Luiz Botter	1965-1969 e 1971-1978
Maurício Castro Santos	1957	Lélio Nóbile	1970
Jamil Miguel Abou Assali	1958	Luis Álvaro Gonçalves	1979-1982
Edgard Benozatti	1959-1960	Siegfried Harts R. Hanish	1985
José Hungria Marcondes	1961	Paschoal Santili Neto	1983-1986
Arthur Luciano Oliveira	1962	Oswaldo N. C. Vencio	1987-1988
Carol Barros Rocha	1963	Arnaldo Salgado Lopes	1989

Fonte: Assis Tênis Clube. In: BARROS, Luiz Carlos. *1905-2005. Assis 100 anos. Centenário da Fraternidade*, s/d⁴⁴² e; Arquivo do Assis Tênis Clube.

⁴³⁹ Eleições no Tênis Clube. *A Gazeta de Assis*. Assis, 16 dez 1960, p. 1.

⁴⁴⁰ Adalberto de Assis Nazareth era médico e casado com Euthália Resende de Souza Nazareth. Segundo fontes voltadas à ditadura militar no Brasil, a estudante e militante Helenira Rezende de Souza Nazareth, que foi assassinada quando contava com vinte e oito anos de idade, no ano de 1972, durante a guerrilha do Araguaia, era filha de Adalberto Assis Nazareth. Ela residiu na cidade de Assis até ingressar no curso de letras na Universidade de São Paulo, quando então participou de movimentos estudantis, foi vice-presidente da UNE no ano de 1968 e foi presa pelos militares. Conseguiu seu habeas corpus, mas posteriormente foi capturada, torturada e morta no Araguaia. Conforme depoimento de sua irmã, Helenalda Rezende, a militante era dedicada à teoria marxista e foi fundadora do primeiro grêmio estudantil de sua escola, na cidade de Assis. A jovem foi morta no ano de 1972 constando seu nome nos arquivos do DOPS/PR como “falecidos”, ocasião em que se encontrava no Araguaia. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=290&m=3>. Acesso: 11 set. 2014; LARA, José Maria Rodrigues de. *Retrato falado e escrito de Adalberto Assis Nazareth*. Campinas: Dizart, 1998.

⁴⁴¹ Segundo fontes memorialistas Nazareth apresentava tendências marxistas notórias e convicção espírita. O médico faleceu em 1965. BARRERO, Marcos. 2008. *Op. cit.*; LARA, José Maria Rodrigues de. *Op. cit.*

⁴⁴² A obra de Luiz Carlos Barros também elenca os seguintes presidentes do Conselho de Administração do Assis Tênis Clube: Vicente Bagnoli (53/54); Maurício de Castro Santos (55/56); Roberto Roselli Lutti (57/58); Adalberto Assis Nazareth (59/60); Renato Rezende Barbosa (61/62); Francisco Chacon Couto (63/64); José

Ser sócio desses locais e, principalmente, compor o quadro de seus dirigentes, trazia benefícios. Considerando que este era mais um local de sociabilidade que demandava a aquisição de título e a aprovação dos administradores, o Assis Tênis Clube também formou um grupo de associados escolhidos e, possivelmente, do mesmo estrato social.

A análise das fontes sobre os espaços de sociabilidade na cidade de Assis aponta a relação entre os clubes da cidade e as instituições frequentadas pela elite. Percebemos que integrantes assíduos do Clube Recreativo de Assis, se limitando apenas aos advogados, como exemplo: Dr. Oswaldo Trevisan, Dr. José Roseli, Dr. Edgard Benozatti, Dr. José Fadul Junior, entre outros, participavam ou concorriam a cargos de conselheiro e presidente tanto do Clube Recreativo quanto do Assis Tênis Clube. Talvez pela complementação desses espaços, um dedicado mais ao lazer esportivo e outro às atividades formais de recreação, como bailes e festividades, ambos os locais foram frequentados e administrados por um mesmo grupo social⁴⁴³.

Notamos, ainda, que outras instituições da cidade como Rotary, Lions, Sírío Libanês e Maçonaria estavam envolvidas nos clubes citados, por meio de seus participantes. No caso da eleição do Assis Tênis Clube no ano de 1960 a votação ocorreu na sede do Clube Sírío Libanês Brasileiro em Assis⁴⁴⁴. Ao menos um dos dirigentes do Assis Tênis Clube a ser substituído na gestão de 1960 era maçom: o médico Adalberto de Assis Nazareth.

Outro indício dessa estreita relação está na publicação datada de 7 de outubro de 1960, quando a manchete da primeira página do jornal *A Gazeta de Assis* traz a possibilidade da fusão entre Recreativo e Tênis. A ideia da fusão foi proposta em uma das reuniões do *Rotary Club*, sendo que o Sr. Renato Rezende Barbosa, proprietário da usina de processamento de cana Nova América, um dos idealizadores da proposta, argumenta entre os motivos para a fusão que “[...] os sócios do Recreativo e Tênis quase que se confundem no que se refere ao seu quadro social”⁴⁴⁵.

A discussão da proposta em uma das reuniões do *Rotary Club* sinaliza que os integrantes desta entidade também eram participantes do Clube Recreativo e do Assis

Fadul Júnior (65/66); Nelson Henri da Silva (66); Fábio Ribeiro Borges Canto (67/82); Oswaldo Nicolliello Custódio Vencio (83/84); Laurindo Convento (85/86); Carlos Campos (87/88); Celso Zanotto (89/91).

⁴⁴³ O Assis Tênis Clube oferecia quadra de tênis, campo de futebol, piscina e, no ano de 1980, quando o presidente era o advogado Dr. Luis Álvaro Gonçalves, foram inauguradas as saunas, seca e molhada, das quais podiam participar as mulheres de terça e quinta e os homens de quartas e sábados. Fonte: Inaugurada a sauna no Tênis Clube. *A Gazeta de Assis*. Assis, 2 ago 1980, p. 1.

⁴⁴⁴ Eleições no Tênis Clube. *A gazeta de Assis*. Assis, 16 dez 1960, p. 1.

⁴⁴⁵ Possível Fusão Recreativo-Tênis. Nossa reportagem em contato com o Sr. Renato Rezende Barbosa. *A Gazeta de Assis*. Assis, 7 out. 1960, p. 1.

Tênis Clube, pois caso não o fossem tal discussão não seria levantada na reunião do *Rotary*. Nesse caso, percebemos a tessitura de uma rede que ultrapassa os limites de apenas um clube ou uma categoria. Uma rede de relações sociais em que estavam envolvidas famílias tradicionais em âmbito político, social ou econômico, representantes de diversas categorias da cidade como o judiciário, a agroindústria, o comércio e a medicina.

Em meio a esse envolvimento em que se constroem estratégias de dominação e representação social, a categoria dos advogados esteve presente, muitas vezes em cargos de gestão, demonstrando a importância da advocacia, ou de parte de seus membros, para a construção das relações políticas e sociais na cidade de Assis, o que é presenciado na primeira metade do século XX e permanece, em outra dimensão, durante a segunda metade do mesmo século.

4.2 Associações de elite: Rotary Club, Lions Clube e Maçonaria

Instituições de caráter filantrópico e que agregam pessoas que visam discutir questões de interesse social da cidade e da região, as associações do Rotary, Lions e Clube Sírio-Libanês, em Assis, estavam intimamente relacionadas às famílias de prestígio social, conforme já observado no item anterior.

Além dos objetivos de cunho institucional para os quais cada uma dessas associações foi constituída consideramos que, com elas, parte da sociedade encontrava mais um espaço de sociabilidade para a construção de suas relações sociais, pois, em meio às pautas diversas de discussão, as questões voltadas aos interesses de parte da sociedade eram, também, objeto de avaliação, como no caso da proposta de fusão entre o Clube Recreativo e o Assis Tênis Clube, realizada em uma das reuniões do Rotary, segundo reportagem anteriormente analisada.

A instituição do Rotary Club na cidade de Assis, ou clube da “roda dentada”, data de fevereiro de 1941. A fundação do Clube contou com a figura de Carivaldo Ferraz de Menezes Dória e José Roselli (primeiro advogado inscrito na Subseção de Assis)⁴⁴⁶, o que aponta o envolvimento dos membros da advocacia assisense com esta associação.

Em reportagem de comemoração aos vinte anos de existência do Rotary em Assis foi realizado um balanço das contribuições intituladas para a prosperidade da cidade.

⁴⁴⁶ Rotary Clube-Norte – Noite festiva no Recreativo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 6 de março de 1971, p.1.

Dentre essas, destacam-se a obtenção de um automóvel para a realização de rifa em prol da Santa Casa, gerando 400 mil cruzeiros de renda, campanha para o Banco de Sangue também da Santa Casa, angariando 200 mil cruzeiros, construção de duas casas de aluguel para o Asilo São Vicente, sendo uma delas no valor de 600 mil cruzeiros e obtenção de linha telefônica para a Casa das Crianças⁴⁴⁷.

Essa matéria assinala ainda várias campanhas realizadas pelo Rotary apoiando assuntos diversos: envolvendo questões educacionais como o incentivo para a criação da Faculdade de Filosofia, do curso colegial e de escolas na cidade; questões comerciais como apoio para construção de máquina de beneficiar algodão, dos Correios, do Banco do Brasil e Caixa Federal, da Associação Comercial, da Associação Rural, do frigorífico, do hotel municipal; campanhas envolvendo questões relacionadas à saúde como incentivo à criação de posto de combate à lepra, liga de combate ao barbeiro, delegacia de saúde, ampliação de rede de água e esgoto; e também campanhas de colaboração e apoio para questões relacionadas ao judiciário, como a construção do “palácio da justiça” e seu término e a elevação da Comarca a terceira entrância⁴⁴⁸.

Com base nas campanhas implantadas, percebemos a relação dessas instituições com a política. A opção por apoiar ou não determinado assunto de interesse social deixa claro as vinculações a que estavam envolvidos os participantes dessas associações. Podemos supor, pois, que muitas das questões postas em debate para a realização das campanhas citadas apenas foram aprovadas devido ao interesse dos envolvidos.

A própria divisão dos assuntos apoiados demonstra muito das características de seus associados, dentre os quais figuravam médicos, juristas, comerciantes e educadores. Essas vinculações não diminuem a importância das contribuições dessas instituições para o desenvolvimento social. Entretanto, sua vinculação política não pode ser descartada⁴⁴⁹.

No ano de 1969, o governo federal, presidido por Emílio G. Médici, sancionou lei reconhecendo o Rotary Club, o Lions Clube e as Casas da Amizade, instituídas

⁴⁴⁷ 20 anos de existência do Rotary Club. *A Gazeta de Assis*. Assis, 19 fev. 1961, p. 1.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ O trabalho realizado por Ediane Lopes Santana aborda o movimento de mulheres em Salvador contra o governo de João Goulart, em virtude do medo da ascensão comunista, e o conseqüente apoio aos militares. A autora reforça a ideia de que a Marcha da Família, com liderança expressiva das mulheres da classe média, tinha o objetivo de apoiar o Regime Militar. Segundo a autora, no movimento estavam presentes, também, diversas instituições como sindicatos, instituições religiosas, Rotary Club, Lions Clube, Maçonaria, Petrobras, Fuzileiros, Clubes sociais, entre outros. Fonte: SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as “donas” saem às ruas. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. vol. 1, p.13-29.

pelas esposas dos integrantes do Rotary, como entidades de utilidade pública⁴⁵⁰. Este reconhecimento durante o governo militar indicia o envolvimento político do Rotary e Lions Clubes em nível federal, pois, em meio a um processo de ditadura em que várias organizações foram rechaçadas, o governo militar optou por reconhecer os trabalhos elaborados pelas instituições citadas se deve, também, a vinculações políticas.

Entretanto, ressaltamos registros demonstrando que tais instituições se manifestaram, em algumas ocasiões, contra o regime ditatorial. No ano de 1964, o jornal *Folha de São Paulo* publicou matéria que aponta a cidade de Assis como local em que foram detidos e indiciados professores e estudantes universitários acusados de comunismo e de participarem de reunião em solidariedade ao governo de João Goulart. Após vasculhar a universidade e a propriedade dos professores, foram apreendidos livros considerados, segundo a reportagem, como de propaganda comunista. O jornal informa que:

Uma atmosfera de apreensão envolveu o meio universitário de Assis. Para amenizá-la, contudo, o que a cidade tem de mais representativo – o Rotary Club, o Lions Clube, representantes das classes liberais e produtoras – não regateou protestos de solidariedade aos professores que, com os seus trabalhos, têm não só elevado o nível cultural da cidade, como projetado o nome de Assis no exterior, como centro de cultura e civilização⁴⁵¹.

Por meio da narrativa transcrita visualizamos que já no início da ditadura militar no Brasil a cidade de Assis sofreu com a repressão dos políticos militares. Esses, buscando evitar os protestos contra o regime imposto em 1964, usaram do medo e da coação. E no caso de Assis, o campus universitário⁴⁵² e o meio ferroviário foram alguns dos principais focos dos militares⁴⁵³.

Em depoimento, o professor Onozor Fonseca fala sobre o episódio de abril de 1964, explicando que ele e o aluno Antônio Dimas foram detidos na ocasião, sendo que o

⁴⁵⁰ De utilidade pública os Rotary e Lions Clubes. *A Gazeta de Assis*. Assis, 7 jan 1970, p.1; e Lei nº5.575 de 17 de dezembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5575.htm. Acesso: 22 ago 2014.

⁴⁵¹ Assis Desafinou. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 5 jun 1964, 1º caderno, p. 8. Apud: LARA, José Maria Rodrigues de. *Op. cit.*, p. 82. No livro em questão há o recorte do jornal com a matéria discutida. Na ocasião, foram presos o professor da Unesp Onozor Fonseca e o estudante Antônio Dimas de Moraes. Foram detidos para prestar depoimento as alunas Marisa Amaral Gurgel, Maria Regina Carvalho Ribeiro, Isabel Jorge e Maria Helena Ribeiro Tucunduva e os alunos Carlos Alberto de Oliveira e Carlos Fontinati. Foram indiciados como comunistas os professores Antônio Lázaro de Almeida Prado, Leonidas H. B. Hegenberg, Virgílio Noya Pinto e a professora Lívia Ferreira Santos.

⁴⁵² A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis nos desafios educacionais do ensino superior: entre o passado e o futuro. Depoimento Professor Onozor Fonseca. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/files/assets/basic-html/page207.html>. Acesso: 15 set 2014.

⁴⁵³ Ver a obra memorialista: SILVA, João Dias e RIZZO, Antônio Orides. *Um sonho... Uma realidade: A história do sindicalismo assisense*. Assis: Sindicado dos Empregados no Comércio de Assis, 2006.

inquérito foi arquivado apenas em 1966 pelo juiz Celso Laet de Toledo César, acolhendo pedido do promotor Newton de Calazans⁴⁵⁴.

No caso citado a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* descreve a solidariedade prestada pelas instituições Rotary e Lions Clube contra o ato praticado na universidade. Esses indícios corroboram a conclusão de que durante o Regime Militar no Brasil algumas instituições representativas tiveram ações contraditórias, ora defendendo, ora expurgando os atos dos militares, o que aponta sua diversidade de adeptos, alguns voltados à situação e outros à oposição.

No Rotary Club em Assis visualizamos a participação de representantes da categoria dos advogados. Em festa de comemoração de trinta anos da instituição do Rotary e de instalação do Rotary Club de Assis-Norte houve, um jantar festivo na sede do Clube Recreativo de Assis, em 1971, contando com a presença de integrantes do Rotary Assis e de outras cidades, “[...] bem como de autoridades judiciais, executivas, legislativas e eclesiásticas”⁴⁵⁵.

A imagem apresentada a seguir demonstra vista do salão do Clube Recreativo na data da solenidade. Por meio desta imagem, observamos que o salão aparentava estar cheio, com predominância de homens na foto, a maioria trajados socialmente, sentados

⁴⁵⁴ A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis nos desafios educacionais do ensino superior: entre o passado e o futuro. Depoimento Professor Onozor Fonseca. *Ibidem*.

⁴⁵⁵ Rotary Clube-Norte. Noite festiva no recreativo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 6 mar 1971, p. 1. A reportagem aponta o nome dos rotarianos presentes: Francisco Xavier Pinheiro Neto, Marcelo Dutra de Moraes, Moisés Iper, **José Fadul Junior**, Paulo Resende, José Coelho, Vicente Bagnoli, Samuel Manderbaum, Adalberto Pereira, Alfredo Fitipaldi, Arivelsio Padilha, Fernando Manoel de Mendonça, Moreira, Henrique Monteiro da Silva, Dr. Maurício de Castro Santos, Arildo Eiras de Freitas, José Bonifácio de Andrade Piemonte, Hildebrando Paes, Oliveira Alberto de Castro, Sérgio Lourenço, João Maldonado Jr., Dr. Hécio Bonine Ramires, José Alves Mattos, Vicente de Rosis, Augusto Vieira Dias, Francisco Antunes Ribeiro, Mario João Wolf, Antônio Simonetti, Arlindo Moreira Fartes, Jamil Miguel, Waldemar Franco, Antônio Ricardo Sapia, Jair Ribeiro, Guido C. Coelho, Marcos Aurélio Salotti, Salim José Homse, Mário Botter, Hugo Orsolini, Paulo Amorim Pereira, Decio de Andrade Piemonte, Ottorino Visconti de Oliveira, **Oswaldo Trevisan**, José Francisco Figueira, Elcio Menegon, Carlos Cambraia, Ronaldo Galvão, Fuichi Zishima, Laurindo Braz Convento, Sílvio Jorge, Aparecido Custódio, Waldir Max, Reinaldo P. Oliveira, **Luiz Gonçalves**, Antônio Gomes Vieira Dias, Décio do Canto Neubern, Antônio João Tiroll, Francisco Furlan, Haroldo, **Ari Moreira Ribeiro**. Como convidados: Adelaide Maldonado, Míriam, Maria Regina Monteiro Furlan, Urbano Ottoni Rezende Barbosa, Oswaldo E. Bispo, Maria A. Machado Coelho, Maria Madalena Rodrigues, Luiza Antunes, Vera Fittipaldi, Iracema R. Gonçalves de Mendonça, Sara Dias Jorge, Julia Marques Convento, Maria Cristina Brás Ribeiro, Consvelo R. Menegon, Diva Heiffig, Maria Ernestina S. Figueira, Zaira Trevisan, Cecília Miguel, Helena Piemonte Pereira, Elizabet Piemonte, Teresinha Beatriz de Castro, Laura B. Orsolini, Nair, F. Botta, Alzira Homse, Maria Regina Ribeiro Saloti, Maria Alice Santos Coelho, Maria Aparecida Silva, Sra. Dr. Maurício, Teresa Dolores Fartes, Aurora N. Simonetti, Sonia Wolf, Waldo Antunes Ribeiro, Armando Domingues Pataias, Maria de Lurdes Ribeiro Pataias, Augusto Vieira Dias, Walcir Antunes Ribeiro, Antônio Francisco Antunes, Joaninha de Rosis, Maria Costa Mattos, Maria Cristina Xavier Oliveira, Elizabeth Duarte Ramires, Neusa N. Carbonieri, Castalia Garcia, Esther A. Lourenço, Maria A. Paes, Mirian Nogueira Pienmonte, Cecília Boretti Nóbile, Maria Clara G. Freitas, Wanda Roselli, Cleusi Nucci, Izabel de Campos Coelho, Maria Silvia Coelho, Cecilia Helena Padilha, Jussara Taques, Silmar O. Pereira, Guaraci K. Neubern, Leny Bombine de Castro, Maria Luiza Antunes Dias, Deise Antunes e Irene Gomes Dias. Alguns advogados que pudemos identificar foram destacados em negrito.

em mesas com média de quatro lugares. A foto (imagem 35) ressalta em primeiro plano a figura do advogado José Roselli, nomeado na reportagem como sócio fundador do Rotary Club em Assis.



IMAGEM 35 - Jantar Festivo do Rotary Club de Assis (1971). Fonte: Rotary Clube-Norte. Noite festiva no recreativo. *A Gazeta de Assis*. Assis, 6 mar. 1971, p. 1.

A mesa de honra do evento foi composta por José Ruy Ribeiro, governador do 462º distrito do Rotary Club; Pedro Marques, presidente do Rotary de Assis e advogado inscrito na Ordem desde junho de 1970; Tufy Jubran, prefeito da cidade de Assis e também advogado; Raphael de Barros Monteiro Filho e Arnaldo Pupulim, ambos juízes na cidade de Assis; Newton Calazans, promotor da cidade; Antônio Simonetti e Paulo Amorim Pereira, presidente e vice presidente do Rotary Clube de Assis-Norte; José Laury Siqueira, presidente da Câmara Municipal dos vereadores; Renato V. de Almeida, representante do diretor da divisão do DER de Assis; Carlos Mendonça, representante do Lions Clube; Fernando M. de Mendonça, representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e; José Roselli, como sócio fundador do Clube.

No Rotary Club observamos a presença de membros do Judiciário, como os juízes e o promotor da Comarca de Assis, além de advogados que receberam destaque na mesa de honra em virtude dos cargos ocupados: prefeito da cidade, presidente da associação e fundador do clube. Estes fatos demonstram que o Rotary era uma instituição de cunho filantrópico, mas com forte influência em várias esferas de poder da cidade, mormente relacionado à advocacia e ao Judiciário.

Conforme observamos na imagem 36, a mesa de honra teve como destaque central o representante do Rotary em nível distrital, acompanhado dos presidentes de Assis (Rotary Assis e Rotary Assis-Norte) e, logo ao lado, pelos juízes da cidade. Nesse caso, concluímos que a disposição da mesa expõe que, para essa Associação, ter consigo a figura de representantes do judiciário era fator de prestígio social, motivo pelo qual os dois juízes da cidade receberam lugar privilegiado na mesa central do evento. Também por meio dessa imagem conseguimos reconhecer as bandeiras do Rotary, do Brasil e dos Estados Unidos, país de fundação do Clube⁴⁵⁶.

⁴⁵⁶ Segundo informações do site do Rotary Club de São Paulo: ROTARY é uma associação de líderes de negócios e profissionais, unidos no mundo inteiro, que prestam serviço humanitário, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo. ROTARY é a primeira associação de clubes de prestação de serviços do mundo. O primeiro Rotary Club foi fundado em Chicago, Illinois, nos Estados Unidos, em 23 de fevereiro de 1905. ROTARY é representado por mais de 1,2 milhão de indivíduos dedicados ao ideal de servir, filiados a mais de 31.000 Rotary Clubs em quase todas as nações do mundo. ROTARY é a Fundação Rotária, que anualmente proporciona cerca de US\$ 90 milhões para bolsas educacionais internacionais, intercâmbios culturais e projetos humanitários que melhoram a qualidade de vida de milhões de pessoas. Rotary é conhecido como a entidade privada que outorga o maior número de bolsas internacionais de estudo do mundo. Fonte: Rotary. Disponível em <http://www.rotarysp.org.br/quem-somos/o-que-e-rotary>. Acesso: 23 ago 2014. No Brasil, a implantação do Rotary se deu nos anos 1920, com a adesão de profissionais que integrariam o Rotary Club do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rotaryrj.org.br/historia.php>. Acesso: 10 set 2014.



IMAGEM 36 - Jantar Festivo do Rotary Club de Assis – Mesa central (1971). Fonte: Rotary Clube-Norte. Noite festiva no recreativo. A Gazeta de Assis. Assis, 6 mar. 1971, p. 1.

Outros advogados ainda foram nomeados na reportagem como figuras que participaram efetivamente do evento, como Oswaldo Trevisan e Luis Álvaro Gonçalves, diretores de protocolo, e Edmundo Dugaich, que fez discurso saudando o trigésimo aniversário do Rotary na cidade de Assis. A advogada e esposa do promotor da cidade Dayse Cordeiro de Calazans também teve seu nome elencado na matéria entre os convidados do Conselho Diretor.

Essa participação, mesmo que não corresponda à maioria dos advogados da Subseção de Assis, aponta a presença constante de uma parcela da categoria em vários espaços de sociabilidade do município corroborando a tese de que a advocacia esteve presente nos locais em que eram tomadas decisões sobre o desenvolvimento da cidade de Assis, espaços esses destinados a grupos específicos, representantes da elite e pessoas por esta aceitas como pares dentro do jogo social.

No mesmo raciocínio, outra instituição em que também observamos a presença de representantes da categoria dos advogados foi o Lions Clube de Assis, que,

semelhante ao Rotary Club, também foi fundado nos Estados Unidos, no início do século XX, com objetivos divulgados de fomentar o desenvolvimento social por meio de ações comunitárias⁴⁵⁷.

Em Assis, no ano de 1960, visualizamos a participação na diretoria do Lions Clube dos advogados Clybas Pinto Ferraz e Francisco Maldonado Junior⁴⁵⁸, este último que se inscreveu na Subseção de Assis em 1966. Já na gestão de 1963/64, o presidente do Clube foi o advogado Edgard Benozatti, na ocasião presidente da 27ª Subseção da ordem dos advogados⁴⁵⁹. A indicação de sua gestão foi tratada pelo jornal *A Gazeta de Assis* com o título “Advogado Presidente do Lions”, demonstrando a ênfase ao profissional que ocuparia o cargo maior no Clube. Na mesma reportagem as características positivas do advogado são ressaltadas, descrevendo o periódico que:

[...] tudo indica que à frente do Lions será um grande presidente. Está munido de ideias revolucionárias para gerir os negócios leonísticos. A sua principal ideia é esta: participar ativamente de todos os problemas da comunidade, conhecendo-os e procurando resolvê-los, na medida das possibilidades da agremiação leonística⁴⁶⁰.

Os elogios realizados na matéria do jornal *A Gazeta de Assis* indicam a exaltação da nomeação do causídico para a presidência do Lions Clube. E o objetivo elencado de “participar ativamente de todos os problemas da comunidade” representa a caracterização social da Associação.

Em entrevista, Dra. Myriam Modotti conta que participou do Lions Clube e liderou várias festas desta associação⁴⁶¹. A causídica, quando assumiu o cargo de diretora da maior escola estadual da cidade, foi reconhecida pelo Lions Clube, que, no ano de 1973 votou pelo envio de ofício de homenagem: “[...] a Domadora Miriam Modotti por ter sido guindada

⁴⁵⁷ Segundo o site do Lions Club internacional em 1917, Melvin Jones, um empresário de Chicago de 38 anos, disse aos membros da associação local de empresários que era necessário ir além das questões empresariais e trabalhar pela melhoria das comunidades em que eles viviam e do mundo. O grupo de Jones, o Business Circle of Chicago, concordou com ele. Após contato com grupos semelhantes nos Estados Unidos, foi realizada uma reunião organizacional em 7 de junho de 1917 em Chicago, Illinois, EUA. O novo grupo adotou o nome de um dos grupos convidados, a "Associação de Lions Clubes", e uma convenção nacional foi realizada em Dallas, Texas (EUA), em outubro do mesmo ano. Um estatuto, regulamentos, objetivos e um código de ética foram aprovados. A missão do Lions Clube é dar poder aos voluntários para que possam servir suas comunidades e atender às necessidades humanas, fomentar a paz e promover a compreensão mundial através dos Lions clubes. Fonte: Lions. Disponível em <http://www.lionsclubs.org/PO/about-lions/mission-and-history/index.php>. Acesso: 23 agosto 2014.

⁴⁵⁸ Festividade de Posse do Lions Clube local. *Jornal de Assis*. Assis, 25 jun 1960, p. 2.

⁴⁵⁹ Edgard Benozati também foi presidente do Clube Recreativo e do Assis Tênis Clube. Fonte: Comentando... Advogado Presidente do Lions. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 mai 1963, p. 1.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Entrevista com a Dra. Myriam de Jesus Pereira Modotti. Data 8 de outubro de 2013.

a alto posto de Diretoria do Instituto de Educação Dr. Clybas Pinto Ferraz”⁴⁶². As denominações *domador(a)* e *leões* eram empregadas aos integrantes do Lions Clube⁴⁶³.

Por meio das reportagens dos jornais pesquisados observamos que as reuniões do Lions Clube, bem como seus eventos beneficentes e sociais, ocorriam em locais variados da cidade de Assis, seja nos costumeiros Clubes Recreativo e Assis Tênis Clube, mas também no prédio do Ringo Lanches, na Avenida Rui Barbosa, Posto Novo Oeste, Cantina São Paulo, na residência de seus participantes, entre outros⁴⁶⁴.

Reforçamos que essas Associações, mesmo que estabelecidas em nível local, possuíam fortes vínculos políticos que lhes permitiam concretizar suas ações sociais e angariar outras questões. A participação no seu quadro de representantes em nível legislativo, executivo e judiciário permitia a tessitura da rede de relações que facilitava algumas atividades e movimentos políticos.

Como exemplo dessa questão, apontamos a reportagem datada de 17 de abril de 1976, quando o Lions Clube de Assis anuncia que seu presidente será recebido pelo governador estadual, Paulo Egydio Martins, em reunião agendada por interferência do Secretário de Esportes e Turismo, o assisense e deputado Ruy Silva. O objetivo da reunião, segundo a matéria, era reivindicar providências para o Hospital Psiquiátrico, “[...] uma das metas principais do Lions Clube de Assis, paralisadas já há alguns anos por insuficiência de verbas”⁴⁶⁵.

A audiência com um governador de estado não era algo simples de se conseguir. Para que uma associação pudesse conversar diretamente com uma figura política de proeminência no cenário nacional, os membros dessa instituição deveriam possuir influência política ou social que lhes permitisse adquirir tal privilégio. No caso em referência, a interferência do deputado vinculado ao partido da ARENA é apontada como fator decisivo para o agendamento da reunião. Tais vinculações asseveram a rede de relações políticas e sociais em que estavam envolvidos os integrantes de algumas agregações como o Rotary e o

⁴⁶² Lions Clube inicia 1973 com grandes notícias. *Voz da Terra*. Assis, 20 fev 1973, p. 6.

⁴⁶³ Baile das Debutantes Lions Club. *A Gazeta de Assis*. Assis, 10 abr 1965, p. 1.

⁴⁶⁴ Festividades de posse do Lions Clube local. *Jornal de Assis*. Assis, 25 jun 1960, p. 2; Eleita a diretoria do Lions Clube. *Jornal de Assis*. Assis, 3 jun 1961, p. 1; Lions Clube de Assis com nova diretoria. *A Gazeta de Assis*. Assis, 1964, p. 1; Lions Club promoverá domingo o Bazar dos Comestíveis. *Voz da Terra*. Assis, 17 set 1970, p. 1; Lions Clube inicia 1973 com grandes notícias. *Voz da Terra*. Assis, 20 de fev 1973, p. 6.

⁴⁶⁵ Presidente do Lions Club será recebido pelo Governador. *Voz da Terra*. Assis, 17 abr 1976, p. 1.

Lions Clubes⁴⁶⁶. Sobre o caso citado faz-se necessária a contextualização do cenário político do momento.

No ano de 1976 ocorreram eleições para o cargo de prefeito, que substituiria Abílio Nogueira Duarte, representante do MDB. Nessa ocasião, Reinaldo Antônio Silva disputou e venceu para o cargo, representando a ARENA. Seu irmão e deputado estadual arenista, Ruy Silva, foi o responsável por agendar neste mesmo ano a reunião em favor do Lions Clube de Assis com o governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, que, por sua vez, também representava o partido do governo militar.

Assim, esse emaranhado político é indicativo dos motivos que levaram o governador do estado de São Paulo a receber representantes do Lions de Assis para discutir questões relacionadas a seus interesses, às vésperas das eleições de um dos municípios em que o prefeito ainda era representante do Movimento Democrático Brasileiro.

Outra associação também conhecida em níveis internacionais, e na qual pudemos constatar a presença de advogados, é a Maçonaria. Com origem vinculada às transformações de regimes e com influência nas revoluções do século XVIII e XIX, as maçonarias representam uma forma de organização política que, fora do controle do Estado, discutia e criticava questões de interesse social. Seu ideário estava relacionado à Razão e à Perfeição⁴⁶⁷.

Ao analisar as maçonarias no Brasil do século XIX, Marco Morel aponta que “o que reunia os maçons era sobretudo o próprio modelo maçônico”⁴⁶⁸, o sentimento de pertencimento a uma elite fundada sobre os princípios de Razão e Perfeição, sendo constatado o pertencimento maçônico entre protagonistas letrados e urbanos no Brasil do século XIX. Para o autor,

As maçonarias se definiam mais por determinada concepção de organização (demarcada por vocabulários, rituais e símbolos) do que por uma ideologia definida e eram, também, uma forma de sociabilidade existente naquela sociedade e naquele tempo, interligando-se com outros tipos de associação e com diferentes redes de poder, sendo parte integrante destas. Sendo assim, as maçonarias não se constituem à parte das relações estabelecidas, mas

⁴⁶⁶ Segundo fontes, a esposa de Ruy Silva era prima do sogro de Luiz Antônio Fleury Filho, ex-governador de São Paulo. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,parente-de-fleury-e-assassinado-em-sp,20020203p15214>. Acesso: 11 set 2014. Disponível em: <http://www.ajorb.com.br/vt-forum-02-1.htm>. Acesso: 11 set. 2014.

⁴⁶⁷ MOREL, Marco. *Sociabilidade entre Luzes e Sombras*: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 3-22.

⁴⁶⁸ Idem, p. 11/12.

também não se confundem genericamente com todas as práticas políticas e de agrupamento daquele contexto, tendo sua própria especificidade⁴⁶⁹.

Resguardadas as delimitações do trabalho do autor, nos interessa aqui reforçar que o surgimento da maçonaria no Brasil já apresentava vinculações com as questões políticas e era uma forma de sociabilidade relacionada a outras associações com objetivo de construir relações de poder em sociedade. A maçonaria era também frequentada por uma elite que selecionava aqueles que poderiam compor esse agrupamento.

Em 17 de abril de 1973 foi publicada no jornal *A Gazeta de Assis* uma reportagem intitulada “A pedido, a Maçonaria sem mistérios”, transcrita do *Diário de São Paulo* de 12 de abril de 1973, em que há esclarecimentos do Grão Mestre Geral adjunto do grande oriente do Brasil, Osmano Vieira de Resende, sobre o funcionamento da instituição. Nesta, o dirigente afirma a importância da maçonaria para os eventos de independência política do Brasil, como a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana, além de elencar nomes de presidentes e figuras relevantes para a história nacional que foram maçons.

Nas condições necessárias para ser um maçom o Grão Mestre explica que na Maçonaria “não entra quem quer”. Admite que a vida dos escolhidos é “vasculhada” e que é necessária a indicação por pessoa já participante, além de “[...] não ser portador de defeito físico”. Outro quesito, enumerado como “[...] o maior de todos: acreditar em Deus”. A idade também é delimitada em vinte e um anos, sendo necessário “[...] um certo grau de instrução e uma condição econômica razoável”⁴⁷⁰.

Em Assis as lojas maçônicas também desempenhavam o papel de pertencimento a um grupo específico que geralmente se relacionava com outras associações e do qual faziam parte alguns advogados. A primeira loja maçônica fundada na cidade, no ano de 1927, foi a loja “Ordem e Justiça”⁴⁷¹, com sede nos anos 1980 na Rua Sebastião Leite do Canto, nº 420. A loja era constituída por uma fachada imponente, com pilares a frente e escadaria ao centro, conforme observamos na fotografia apresentada a seguir (imagem 37).

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 18. Nesse caso Morel utiliza os fundamentos teóricos de Ran Halevi (1984).

⁴⁷⁰ A pedido A Maçonaria sem mistérios. *A Gazeta de Assis*. Assis 17 abr 1973, p. 1.

⁴⁷¹ A primeira diretoria da entidade foi composta pelos seguintes “irmãos”: Orosimbo Leão de Carvalho, João Carlos Gravé, Joaquim Ferreira, Joaquim Pinto, José Gregolin, Manoel Serpa Quaresma, Emiliano Peres da Silva, Henrique Ostronoff, Basílio dos Santos, Félix Leite, Hugolino Bardini e Manoel Garcia Dias. Fonte: *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 ago 1967, p. 1.

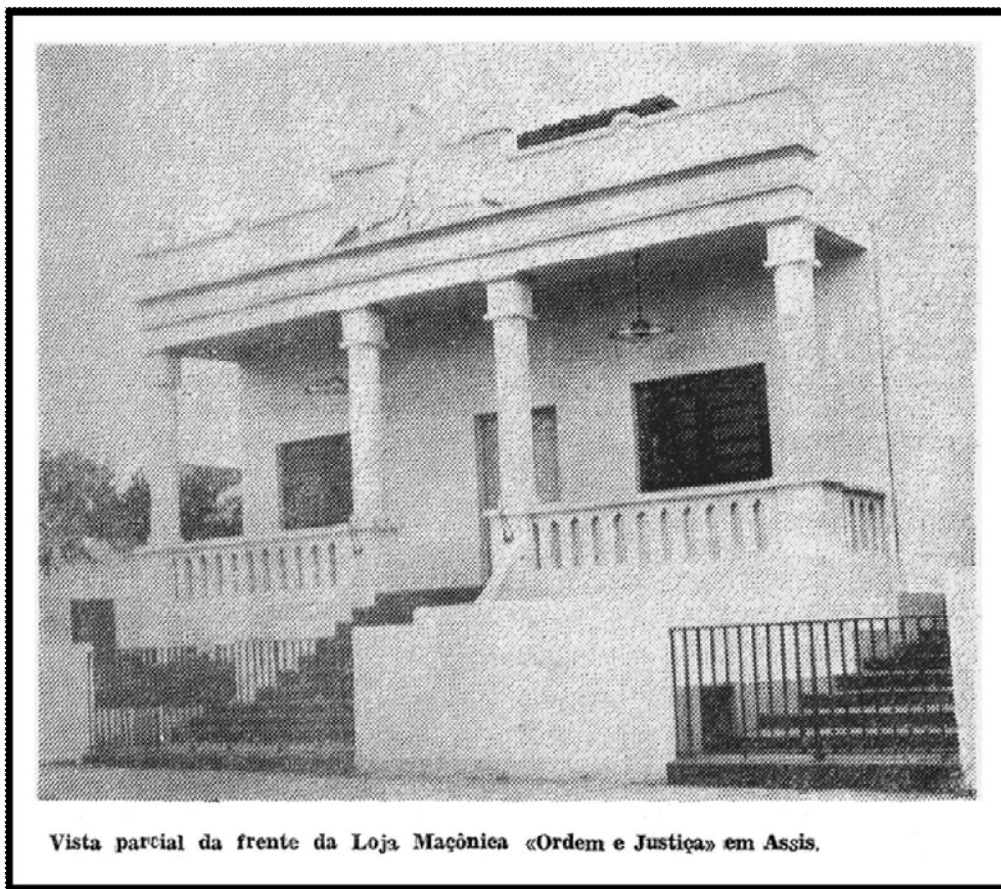


IMAGEM 37 - Loja Maçônica Ordem e Justiça (ano de 1981). Fonte: Na loja Maçônica Ordem e Justiça 7 casais vão confirmar matrimônio. A Gazeta de Assis. Assis, 28 nov. 1981, p. 1.

Um dos advogados pertencentes ao quadro de integrantes da maçonaria de Assis durante os anos de nossa análise foi Dr. Roldão Valverde. Ingresso na loja maçônica *Ordem e Justiça* em sessão do dia 5 de agosto de 1967, o advogado também foi presidente da loja maçônica “Adalberto Assis Nazareth” durante o ano de 1976, esta fundada na cidade de Assis no ano de 1971⁴⁷². Atualmente, Assis possui sete lojas maçônicas⁴⁷³.

Em entrevista, Dr. Roldão Valverde cita em alguns momentos sua participação na maçonaria, demonstrando a influência que esta vinculação gerava em sua vida profissional. Em parte do diálogo, quando narra sobre a necessidade de realizar o recurso de um crime na região de Cuiabá o advogado ressalta que possuía uma estrela, “[...] loja maçônica: Liberdade e Igualdade de Cuiabá” e continua a narrativa apontando indícios de que

⁴⁷² Loja Maçônica comemora aniversário. *Voz da Terra*. Assis, 17 abr 1976, p. 1; Loja Maçônica Ordem e Justiça. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 ago 1967, p. 1;

⁴⁷³ Loja maçônica Ordem e Justiça (1927); União e Fidelidade (1950); Assis Nazareth (1971); Lux et Labor (1991); Márcio Dutra (1994); Renovação e Trabalho (1995) e Fênix do Vale (2007). Fonte: Quadrante Maçônico 2013-2014. Assis, Cândido Mota, Iepê, Martinópolis, Palmital, Paraguaçu Paulista, Quatá e Rancharia.

utilizou sua influência e participação na entidade para cumprir seu papel de advogado e conseguir a liberdade do sujeito que defendia na ocasião⁴⁷⁴.

Em outras situações novamente o causídico menciona a maçonaria, chegando a apontá-la, inclusive, quando perguntamos sua religião: “[...] Eu sou espírita e sou maçom [...] maçom é sociedade”⁴⁷⁵. Sobre a relação da maçonaria com a religião⁴⁷⁶, a matéria já abordada do jornal *A Gazeta de Assis* retrata o discurso do grão mestre explicando que a maçonaria não é uma religião, mas que realiza casamentos e batizados, “[...] que os maçons explicam como sendo confirmação”⁴⁷⁷.

Um exemplo do evento de confirmação na cidade de Assis ocorreu no dia 28 de novembro de 1981, quando a loja maçônica “Ordem e Justiça” realizou a confirmação de sete matrimônios, sendo que o vice-presidente na ocasião, o advogado Humberto Arantes de Carvalho, informou que a cerimônia era um “acontecimento social” no qual “os irmãos podem levar suas esposas”. Por essa mesma matéria ainda observamos que o presidente da maçonaria era o delegado João Queiroz Neto e que Romeu Bolfarini, inscrito como advogado desde 1972, e eleito prefeito da cidade de Assis em 1989, foi o orador do evento⁴⁷⁸.

Em outras ocasiões, como nos eventos de comemoração do aniversário das lojas, eram realizadas festividades com a presença dos integrantes e, nesse caso, abria-se também à participação de convidados⁴⁷⁹. No ano de 1976, por exemplo, foi comemorado o aniversário da loja “Assis Nazareth” com um churrasco a partir das doze horas,

[...] em uma festa branca, com a participação de senhoras [...] Contou com a presença de convidados especiais: o tabelião e advogado Francisco Chacom Couto, um dos pioneiros da maçonaria nesta cidade, o médico Waldemar Guedes Gonçalves presidente da Loja Maçônica Ordem e Justiça e o prefeito Abílio Nogueira Duarte⁴⁸⁰.

⁴⁷⁴ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 11 de outubro de 2013.

⁴⁷⁵ Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data 08 de novembro de 2013.

⁴⁷⁶ Na obra biográfica de Adalberto Assis Nazareth, escrita por José Maria Rodrigues de Lara, o biógrafo expõe que Nazareth se dedicou às diversas maçonarias que reergueu ou fundou durante sua vida, considerando como sua religião. Segundo o biógrafo: foi Nazareth orador da loja Discípulos de Hiram, em Irará (BA), uma loja maçônica por ele fundada [...] em 21 de maio (1930) filiou-se à loja Nazareth II (Avaré-SP), que ajudou a reerguer... Em 1948 filiou-se à Loja Ordem e Justiça, de Assis (SP). Fonte: LARA, José Maria Rodrigues de. *Op. cit.*

⁴⁷⁷ A pedido A Maçonaria sem mistérios. *A Gazeta de Assis*. Assis 17 abr 1973, p. 1.

⁴⁷⁸ Na loja Maçônica Ordem e Justiça sete casais vão confirmar matrimônio. *A Gazeta de Assis*. Assis, 28 nov 1981, p. 1.

⁴⁷⁹ Loja Maçônica Ordem e Justiça. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 ago 1967, p. 1. Nesse evento um dos oradores foi o promotor público da cidade de Assis, Newton Calazans.

⁴⁸⁰ Loja Maçônica comemora aniversário. *Voz da Terra*. Assis, 17 abr 1976, p. 1. Lembramos que Abílio Nogueira Duarte formou-se em Direito e exerceu a profissão da advocacia nos anos de 1980. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/consultaInscritos/consulta01.asp>. Acesso: 15 set 2014.

Apesar de a Maçonaria não ser um clube ou uma associação com os mesmos padrões e objetivos do Rotary, Lions ou Clube Sírio Libanês⁴⁸¹, essa organização também executava encontros frequentes entre seus participantes. A escolha dos integrantes de seu quadro social, que somente poderiam ingressar mediante convite, dava a esta organização caráter diferenciado nos círculos de sociabilidade, pois uma de suas principais características era essencialmente a de fazer parte, de poder receber os benefícios do pertencimento e, ao mesmo tempo, poder ofertá-los.

Mais uma vez, percebemos a presença da advocacia em uma instituição celetista – inclusive em cargos de gestão. Tal fato indica a importância da categoria para a formação dos espaços de sociabilidade que conduziam os ditames políticos e sociais da cidade.

Ressaltamos que, como as demais instituições, na maçonaria também percebemos atos que demonstram discussões em ambos os lados políticos durante o Regime Militar. Se em alguns casos a Maçonaria esteve presente em atividades a favor dos militares⁴⁸², visualizamos na cidade de Assis, com a nomeação em 1971 de uma das lojas com o nome de “Assis Nazareth”, uma possível manifestação contra o regime vigente, pois a própria biografia de Nazareth –que era envolvido com os ideais marxistas e pai de Helenira Nazareth, nesse período já perseguida pelos militares⁴⁸³ – aponta que esta atitude enaltece o médico e, por consequência, sua família e seus ideais.

4.3 Festividades da categoria: eventos profissionais e sociais

Além dos clubes e associações formais os advogados também se relacionavam em eventos informais, como encontros nos bares da cidade, jogos de futebol nos fins de semana, confraternizações de aniversários, casamentos, entre outros. Entretanto,

⁴⁸¹ O Clube Sírio Libanês Brasileiro de Assis possuía sede social no ano de 1963 na avenida principal da cidade, Rui Barbosa, 223, 1º e 2º andares. Deste clube também participou o advogado e político Tufy Jubran, descendente de libanês. A Ordem dos Advogados Subseção de Assis também esteve vinculada ao clube em questão, como na palestra sobre “a pena de morte e o caso Chessmam” realizada no salão do Sírio Libanês com colaboração do Lions, Rotary e Ordem dos Advogados. O Clube também contava com bailes e encontros. Fonte: Assis só a Noite!!! *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 fev 1960, p. 1; Pena de morte e o caso Chessmam. *Jornal de Assis*. Assis, 19 ago 1961, p. 1; Clube Sírio Libanês Brasileiro de Assis. Assembleia Geral Ordinária. Convocação. *A Gazeta de Assis*. Assis, 11 mai 1963. Sírio em ebulição. *Voz da Terra*. Assis, 11 jan 1968, p.1.

⁴⁸² Ver artigo de: SANTANA, Ediane Lopes. 2009. Op. cit..

⁴⁸³ Ver a obra biográfica de: LARA, José Maria Rodrigues de. 1998. Op. cit.

mesmo nessas atividades ainda percebemos que parte da categoria se confraternizava com os membros da elite ou a ela vinculados.

Um exemplo de sociabilidade que demonstra os vínculos sociais da advocacia está no campeonato de futebol realizado no estádio da Associação Atlética Ferroviária, no ano de 1965. Nos relatos jornalísticos a ocasião foi apontada como um “[...] espetáculo futebolístico diferente [...] isto porque teremos um grandioso torneio que reunirá pela primeira vez: médicos, padres, advogados e engenheiros”⁴⁸⁴. O evento realizado em prol da construção da catedral disponibilizou ingressos ao custo de mil cruzeiros. Padres e advogados fizeram a final do campeonato que teve os padres como vencedores⁴⁸⁵.

A fotografia apresentada a seguir (imagem 38), cedida pelo advogado Francisco Maldonado Junior, apresenta o time dos advogados formado para o campeonato. Na imagem estão, da esquerda para a direita, iniciando-se com os jogadores em pé: Nelson Henri, Tufy Jubran, Elcio Ara, Mufid Edmundo, Francisco de Assis Pereira, Armando Pinto Ferraz. Jogadores agachados: Francisco Maldonado Junior, Sérgio, Luís Álvaro Gonçalves, Fábio Ribeiro e Walmir Antunes Ribeiro⁴⁸⁶.



IMAGEM 38 – Equipe dos Advogados (campeonato de 1965). Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Maldonado Júnior.

⁴⁸⁴ Futebol Espectacular. Médicos, Padres, Advogados, Engenheiros. *A Gazeta de Assis*. Assis, 5 nov 1965, p. 1.

⁴⁸⁵ Vencedor do Torneio: Padres. *A Gazeta de Assis*. Assis, 10 nov 1965, p. 1.

⁴⁸⁶ Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data 20 de setembro de 2014.

A organização de atividade esportiva beneficente, que buscava angariar fundos com a venda das entradas para assistir aos jogos, pressupõe que o espetáculo ali proporcionado atrairia uma quantidade significativa de pessoas com interesse sobre os participantes, e, ainda, com condições financeiras de adquirir o ingresso. Nesse aspecto, a escolha de médicos, advogados e engenheiros, somados aos padres, que são os organizadores do torneio, induz à tradição de que as profissões de maior destaque na sociedade são as voltadas à Medicina, à Engenharia e ao Direito.

A escolha desses sujeitos enfoca não apenas seu envolvimento com a Igreja Católica, mas a noção de que eles representam um núcleo de poder e prestígio social, ao qual a categoria dos advogados fez parte nos anos de 1960. Esses indícios reforçam a conclusão de que, mesmo em eventos variados de sociabilidade, existe um núcleo de advogados que continua constantemente participando da vida pública em eventos com vinculações políticas e sociais que os destacam na sociedade assisense, o que ocorreu também em virtude de suas aparições constantes nos meios de vinculação de notícias⁴⁸⁷.

Já no ano de 1978 visualizamos uma reportagem do jornal *Voz da Terra* apontando a partida de futebol realizada entre os advogados e os funcionários do Fórum, no Departamento de Estradas de Rodagem Atlético Clube (DERAC), centro esportivo do D.E.R. na cidade de Assis. Na oportunidade, os advogados venceram os intitulados “forenses”. A reportagem nomeia os participantes da equipe dos advogados:

A equipe dos advogados alinhou com: Vanderley, Magrinho, Decio, Veinho e Waldo Antunes; Roldão Valverde, Clovis Rossini e Chiquinho Maldonado; José Augusto, Elias Santana e Vanderley Kobal; jogaram ainda Silva, Odair Flauzino, Escurinho e Carlos Pinheiro⁴⁸⁸.

Mesmo apresentando tipos diferentes de torneios, por meio das reportagens mencionadas percebemos que os jogos de futebol eram locais comuns de sociabilidade entre os advogados. Não apenas para realizar contato com outros profissionais, como nos jogos com engenheiros e médicos, ou com funcionários do fórum, mas também para estreitar os laços entre a própria categoria, pois, mesmo que todos fossem convidados para esses eventos,

⁴⁸⁷ Segundo matéria do jornal *A Gazeta de Assis* participaram do torneio os seguintes jogadores: Dr. Walmir, Dr. Trevisan, Dr. Nelson, Dr. Tufi, Dr. Arruda, Dr. Luiz Lopes de Carvalho, Dr. Valente, Dr. Luciano, Dr. Renato, Dr. Ulysses, Dr. Cury, Padre Saraiva, Padre Célio, Padre Cancia, Padre Cavalcanti, Padre Armando, Monsenhor Floriano, Padre José Contini (intitulado como ex-centro atacante do Milan).

⁴⁸⁸ Advogados vencem com facilidade os forenses. *Voz da Terra*. Assis, 30/31 dez 1978, s/p. A matéria traz a narrativa do único gol da partida: “[...] foi marcado o único gol da partida através de um ataque iniciado por Roldão Valverde que entregou a Clóvis Rossini, esse matou a bola no peito e entregou a Elias Santana que chutou para o fundo das redes adversárias”.

aqueles que efetivamente participavam formavam entre si maior afetividade. Tal envolvimento realizado nos vários tipos de locais de sociabilidade servia para delinear dentro da categoria os subgrupos de profissionais, bem como definir afinidades para as eleições da Subseção.

Em entrevista realizada com Dr. Carlos Pinheiro, ao ser questionado sobre os locais frequentados pela advocacia assisense o entrevistado conta que existiam as festividades da categoria, além de reuniões nas residências dos colegas. O advogado ainda nomeou um casal de amigos com quem mantém frequentemente contato, o Dr. Francisco Maldonado Junior e sua esposa⁴⁸⁹.

Sobre o mesmo questionamento, Dra. Edna Maria de Carvalho relata: “[...] a gente se encontrava muito na sala dos advogados lá no fórum. Às vezes se encontrava nas casas [...] E quando o Carlinhos era presidente ele fazia muita reunião na casa dele, fazia festa, fazia essas coisas”⁴⁹⁰.

Além dos clubes locais e das associações em que os advogados estavam presentes como sócios ou convidados, a categoria também se encontrava em eventos específicos, destinados à advocacia e realizados para comemorar ocasiões relacionadas aos seus interesses ou simplesmente para reuni-los. Exemplo desses encontros está no programa de inauguração da Casa do Advogado em 1982⁴⁹¹, em que foram realizadas palestras no salão de atos do colégio Comercial de Assis. Com temas voltados ao Direito, o evento congregou profissionais para se especializarem, mas também para se relacionarem entre si. Na mesma ocasião houve confraternização no Centro Social Urbano de Assis.

A instalação da Casa do Advogado é considerada como uma das principais ações voltadas à sociabilidade da advocacia em meio a seus pares. Isso porque, o local referido estava aberto para receber os advogados da cidade e da região que precisavam de um espaço para realizar suas reuniões, ou simplesmente aguardar o momento de suas audiências. Nesse sentido, Carlos Pinheiro, presidente da Subseção no ano da inauguração da Casa do Advogado, fala para o jornal *A Gazeta de Assis* que o objetivo principal de sua criação foi:

[...]promover e manter o bom relacionamento entre a classe, dar oportunidade de estagiários de cursos de advocacia ambientarem-se dentro da classe, além de fornecer oportunidade de estudos e dar acolhida a

⁴⁸⁹ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

⁴⁹⁰ Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data 14 de agosto de 2013.

⁴⁹¹ Casa do Advogado, de Assis. Hoje, Palestra – Amanhã, Inauguração. *A Gazeta de Assis*. Assis, 21 mai 1982, p. 1.

advogados de outras localidades, que tenham necessidade de virem até Assis executarem serviços específicos de advocacia⁴⁹².

Notamos na fala do presidente da Subseção que criar um espaço destinado aos advogados enquanto categoria era possibilitar o relacionamento dos pares. Essa necessidade foi sentida pelos advogados que, segundo reportagens, aspiravam pelo local havia mais de dez anos. Mesmo existindo no fórum uma sala destinada aos advogados, a Casa do Advogado apresentou um marco e uma conquista, pois sua estrutura trouxe benefícios diversos.

Segundo reportagem do jornal *Voz da Terra*, o local contava com uma construção de cerca de quinhentos metros quadrados com biblioteca, sala de reunião, área de lazer com sauna, piscina e salão de jogos, além de um apartamento⁴⁹³.

Para Carlos Pinheiro, o impulso da gestão de 1982 foi essencial para a concretização da Casa do Advogado, posto que o dinheiro da OAB São Paulo para financiar a estrutura não foi encaminhado prontamente. Apenas após os advogados já se encontrarem instalados no local o respaldo de São Paulo formalizou a negociação⁴⁹⁴. Nesse sentido, Pinheiro narra que:

Era próximo à Concha Acústica [...] Era uma sauna, antiga sauna [...] Era um advogado de sócio ali na sauna, e eles propuseram vender. Eu peguei, fiz uma rifa e comprei os equipamentos da sauna. Fui no dono da casa e aluguei sem ordem da OAB de São Paulo (risos). Eles não davam mesmo! Ficamos quatro meses sem pagar aluguel, quase fomos despejados, até que no quarto mês a OAB de São Paulo falou: “Não tem jeito mesmo, vamos fechar, acertar o contrato”. Pagaram, acertou tudo certinho⁴⁹⁵.

Um dos objetivos com a implantação da Casa do Advogado era o de proporcionar mais atividades de qualificação dos profissionais. No decorrer dos anos em análise observamos alguns eventos relacionados a temas do Direito que, por isso, atraíam os advogados, juízes, promotores e profissionais relacionados ao Poder Judiciário. Eventos como o ciclo de estudos sobre o código de processo civil em 1979⁴⁹⁶, as conferências sobre o Júri

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ OAB inaugura Casa do Advogado de Assis. *Voz da Terra*. Assis, 21 mai 1982, p. 1.

⁴⁹⁴ Depois deste primeiro local, a Casa do Advogado ainda foi transferida para melhores acomodações, conforme já abordado no primeiro capítulo desta tese.

⁴⁹⁵ Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data 11 de janeiro de 2013.

⁴⁹⁶ Considerando que o Código de Processo Civil foi alterado no ano de 1973, houve a divulgação de um ciclo de estudos que seria realizado para difundir as novas leis, contando com o apoio do juiz da Comarca. Na oportunidade, o presidente da Subseção era Osvaldo Pípolo. Fonte: OAB promove estudos. *Voz da Terra*. Assis, 6 abr 1979, p. 1.

Popular de 1980⁴⁹⁷ ou debates sobre o problema do menor em 1983⁴⁹⁸ foram algumas das atividades observadas que abrangiam o Poder Judiciário e a sociedade interessada nos assuntos em debate.

Na primeira gestão de sua presidência (1981/1983), Dr. Carlos Pinheiro propôs realizar atividades voltadas aos advogados, como palestras para atualização dos profissionais. O jornal *Voz da Terra*, no dia 24 de fevereiro de 1981⁴⁹⁹, trouxe reportagem indicando a exposição “Justiça de mãos atadas”, que seria realizada pelo ex-desembargador Edgard de Moura Bitencourt, no anfiteatro da Escola Comercial, iniciando “[...] o ciclo de conferências que o presidente da OAB – advogado Carlos Pinheiro pretende realizar bimestralmente”. Após a conferência foi marcada uma confraternização entre os participantes.

Reforçando o que fora lembrado pela advogada Edna Maria de Carvalho em entrevista, com a gestão do presidente Carlos Pinheiro iniciou-se uma fase de eventos em prol da advocacia assisense e, dentre eles, ciclos de palestras. Segundo reportagem,

Carlos Pinheiro ressaltou que elaborou um programa bimestral de palestras para os advogados e estagiários de Direito, visando a atualização de seus colegas nas diversas áreas que estão incursas no Direito penal. “Senti essa necessidade como advogado que sou, uma vez que em Assis há mais de quinze anos não tínhamos uma palestra específica sobre o campo profissional onde atuamos, explicou Pinheiro”⁵⁰⁰.

Percebemos que, principalmente após os anos de 1980, os representantes da categoria procuraram organizar com maior frequência eventos de cunho profissional, mas também social. Talvez pela quantidade cada vez mais elevada de profissionais, o processo de sociabilidade se tornou não apenas necessário, mas também obrigatório para que a categoria se relacionasse e construísse sua rede social.

Se até os anos de 1960 a quantidade de advogados inscritos na Subseção de Assis permitia que cada profissional tivesse uma caixa de correspondência dentro do cartório do Fórum, onde eram colocados seus processos com publicação para a tomada de ciência e

⁴⁹⁷ A iniciativa das conferências sobre o Júri Popular adveio do Centro Cívico do colégio comercial de Assis. As palestras foram ministradas por João Queiroz Neto, delegado de polícia; Carlos Pinheiro e Marlene Mirisola, falando juntos sobre “o advogado e o Júri”; Edgard Pereira Lima, promotor público, e João Roberto David, juiz de Direito. Fonte: Conferências sobre Júri Popular. *A Gazeta de Assis*. Assis, 13 mar 1980, p. 1.

⁴⁹⁸ A semana de estudos do problema do menor foi presidida pelo juiz de Direito Argemiro João Razera e coordenada pelo advogado Antônio Morelli Neto. O promotor Joaquim Pereira e o advogado e presidente da OAB/Assis, Humberto Arantes Carvalho, realizaram palestras e debates. O advogado Pedro Marques e a antropóloga Célia Penço também apresentaram em conjunto uma palestra. Fonte: Autoridades debatem sobre o problema do menor. *A Gazeta de Assis*. Assis, 30 mar 1983, p. 1.

⁴⁹⁹ OAB promoverá palestra. *Voz da Terra*. Assis, 24 fev 1981, p. 3.

⁵⁰⁰ Idem.

providências⁵⁰¹, ou seja, se a quantidade era pequena a ponto de todos se conhecerem e permitir uma relação mais próxima, a partir de meados dos anos de 1970, e principalmente com o início do processo de redemocratização do país, a quantidade de advogados inscritos em Assis tornou cada vez mais distante a relação íntima antes existente. Nesse processo, os eventos relacionados à categoria seriam indispensáveis para a sociabilidade e construção de laços entre esses profissionais, no cerne da própria entidade.

Evidente que algumas atividades também foram desenvolvidas antes da década de 1980. Como exemplo, a inauguração do fórum local no ano de 1960 foi realizada com evento solene acompanhado de uma confraternização na fazenda do advogado militante na capital, Antônio de Arruda Sampaio, e recepção com almoço na fazenda de Renato Rezende Barbosa, usineiro da região de Assis⁵⁰².

Entretanto, por meio das publicações na imprensa e entrevistas notamos uma intensificação dessas atividades a partir dos anos 1980, além do ápice com a construção da casa dos advogados, que representou em nosso entendimento o mais importante espaço de sociabilidade da categoria (ver o mapa 01).

Ressaltamos que as mulheres advogadas, também após 1980, realizaram atividades visando unir as profissionais da categoria. O primeiro Encontro Regional das Advogadas ocorrido na cidade de Assis, organizado por Edna Maria de Carvalho, propôs, segundo a dirigente:

[...] estabelecer melhor relacionamento entre as integrantes da categoria [...] discussão sobre o difícil trabalho de advogar sem ser reconhecida pela sociedade, principalmente pela própria comunidade feminina, que é a primeira a dificultar o desempenho da profissional liberal, no caso específico das advogadas⁵⁰³.

Com a intenção inicial de reivindicar espaço e respeito dentro do mercado de trabalho, a efetivação do evento é apontada como a criação de um ambiente de sociabilidade específico para as advogadas, que contribuiu para a aproximação e a consequente criação de laços entre si. Se algumas pessoas não as respeitavam enquanto profissionais, a concepção de seu próprio ambiente de solidariedade lhes fortaleceria.

⁵⁰¹ Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data 02 de setembro de 2014.

⁵⁰² Será oficialmente inaugurado no próximo sábado, dia 14, o Fórum de Assis. *Jornal de Assis*. Assis, 7 mai 1960, p. 1.

⁵⁰³ Advogadas exigem respeito profissional. *Voz da Terra*. Assis, 24 mar 1981, p. 4.

Por fim, destacamos ainda a participação dos advogados em eventos de cunho particular, como os *happy hours*, os churrascos em grupo, entre outros. Nesses eventos, percebemos a vinculação dos profissionais e a construção dos seus laços de solidariedade, pois é nessas ocasiões mais íntimas que visualizamos quem são os amigos próximos e que, por consequência, são aliados nas questões profissionais, políticas e também pessoais desses sujeitos.

Exemplo dessas práticas está no churrasco realizado no restaurante e churrascaria do Juca, no ano de 1963, como despedida de solteiro do advogado e político Tufi Jubran, na ocasião vereador de Assis. A reportagem que tratou do evento apontou que “[...] figuras de destaque na vida social, política e cultural de Assis deram um tique todo especial ao ágape, que transcorreu na maior cordialidade, num ambiente maravilhoso onde imperou a franca camaradagem”⁵⁰⁴.

A festividade elencada deve ter sido composta por um núcleo íntimo de Tufi Jubran, pois se tratava da comemoração de seu noivado. Percebemos pela matéria do jornal que a ocasião foi tratada com prestígio, tendo participado da festividade um grupo de indivíduos intitulados como de “destaque”, que compôs o ambiente de “franca camaradagem”. Essas indicações apontam tanto a influência do político advogado, capaz de angariar ao evento pessoas influentes em vários níveis da sociedade, como também conclui a ideia central da sociabilidade: a composição de laços que indicam a camaradagem, mas esta dentro de uma rede de relações de interdependência que visa a conquista de vários tipos de interesses.

As ações do indivíduo e sua participação nos espaços de sociabilidade demonstram a tessitura de sua rede relações em sociedade. Nesse sentido trabalha Norbert Elias, quando descreve a cadeia de interdependência que liga cada indivíduo às ações dos demais. Segundo o autor, a sociedade cria uma rede de dependência comparada com um tabuleiro de xadrez, no qual cada movimento depende e, ao mesmo tempo, interfere nas ações dos demais indivíduos⁵⁰⁵.

Assim, os movimentos de sociabilidade realizados pela advocacia assisense refletem e também são reflexo das ações sociais dos demais grupos. A construção da rede de dependência, abordada por Elias, compreende a formação de interesses comuns e na relação dinâmica e recíproca entre os diferentes grupos sobre esses interesses. Nesse processo,

⁵⁰⁴ Elite & Society. *A Gazeta de Assis*. Assis, 12 jul 1963, p. 1.

⁵⁰⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

percebemos que todas as relações sociais são reflexos culturais, que variam de acordo com a estrutura social vigente⁵⁰⁶.

Por isso, as relações sociais e os espaços de sociabilidade vão se alterando no decorrer da segunda metade do século XX. A percepção de que certos locais destinados ao lazer, mas, principalmente, à criação de laços sociais, alteram-se com a entrada de mais participantes no jogo social, por exemplo, demonstra como as ações dos novos sujeitos sociais interferem no jogo anteriormente elaborado.

Novas pedras em um tabuleiro refletem em rearranjos sociais que fazem com que a categoria dos advogados passe a trabalhar com seu novo perfil social. De qualquer forma, e, em qualquer tempo, a rede se mantém e os laços de solidariedade continuam demonstrando o poder social, político e econômico dos sujeitos.

Longe de ser uma característica exclusiva da categoria dos advogados, pois todos os grupos sociais tecem suas próprias redes, buscamos demonstrar como parte da categoria se envolvia nos diversos espaços sociais assisenses, mapeando um traço do perfil da advocacia durante parte da segunda metade do século XX. Novas estruturas, novos jogos!

⁵⁰⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, v.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa, decorrentes da análise de vasta documentação, sinalizam que parte dos advogados esteve ativamente participando das questões políticas da cidade e da região. Esse fator, presente desde a formação da cidade e mantendo-se durante a segunda metade do século XX, não apenas reforça a advocacia como uma profissão que possibilita o entrelaçamento com a política – o que esteve presente no Brasil desde o período Imperial – mas também demonstra que parte da categoria dos advogados foi responsável pela definição do desenvolvimento da cidade e pela criação ou manutenção de vários espaços e instituições urbanas, além de elucidar a articulação constante entre a política e a advocacia.

A definição dos locais de construção de determinados empreendimentos, as disputas políticas que evidenciaram os rumos da cidade e a participação na gestão dos espaços de sociabilidade são alguns dos envolvimento de parte da categoria dos advogados que permitiram a compreensão de sua importância para o desenvolvimento das cidades.

Nesse aspecto, a conjuntura do período com a Ditadura Militar (1964-1985) fortaleceu as redes de relações entre os políticos e os advogados da cidade. Demonstrando ser uma urbe historicamente vinculada às questões políticas em âmbito estadual e nacional, observamos que entre os anos de 1960 e 1989 o caldeirão político em Assis fervia com a constante inter-relação entre os sujeitos de poder e representatividade.

Ora com entrelaçamentos no partido da oposição, ora defendendo a situação, visualizamos que parte da categoria dos advogados apresentou forte relação com a política e possibilitou, com isso, conquistas em vários níveis para a cidade de Assis e para a categoria dos advogados. Desde a vinculação da Dra. Ana Barbosa com o PTB e com Ivete Vargas, passando pela grande representatividade do Dr. Tufi Jubran junto ao MDB e, posteriormente, trazendo parte do seu eleitorado para a ARENA, conseguimos mapear parte do cenário que envolveu a advocacia e a política durante a segunda metade do século XX, concluindo que a cidade de Assis não estava desvinculada das grandes estratégias governamentais da conjuntura do país, mas ao contrário, participava ativamente na definição de seus rumos.

Se a advocacia era uma profissão que possibilitava a melhor atuação enquanto membro da política – tendo sido escolhida por alguns políticos, que também se tornaram advogados – esta, por sua vez, também serviu para legitimar os advogados perante a categoria, criando os advogados políticos.

As estratégias empregadas para o reconhecimento da representatividade perante o grupo, como a inserção na política local, a procura a membros de outras cidades para angariar força e construir uma rede de relações ampla que possibilitaria a alteração no cenário existente na diretoria da Subseção, bem como as reivindicações e conquistas que agradaram a nova categoria nascente durante a segunda metade do século XX, demonstram a necessidade das articulações em nível geral e institucional dos advogados.

A entrada do Dr. Carlos Pinheiro como representante da Subseção de Assis após sua participação como ativista de partidos políticos, procurador do município, candidato a prefeito e aliado dos advogados das cidades vizinhas que pertenciam à Subseção de Assis reflete em exemplo a necessidade de se vincular ao âmbito geral para adquirir a legitimidade e o reconhecimento perante a categoria, até então ocupada por advogados considerados como “tradicionais” da cidade.

Essas estratégias foram construídas em um momento de alterações para a categoria dos advogados, derivadas de fatores nacionais e locais que influenciaram, entre outras questões, no aumento da quantidade de profissionais atuantes na cidade e inscritos na Ordem dos Advogados, o que impulsionou novos arranjos dentro do grupo.

Outrora representando maciçamente a elite da sociedade local, a categoria dos advogados recebeu no período de nossa análise integrantes de outros estratos sociais, profissionais que no decorrer de suas carreiras conseguiram atingir prestígio social, profissional e econômico, integrando ou sendo aceitos como membros da elite da sociedade assisense e compondo a representação tradicional elitista sobre os integrantes do poder judiciário, e, dentre eles, os advogados.

A categoria dos advogados demonstra, assim, alterações em seu perfil durante os anos 1960 e, novamente, tais modificações são sentidas já no decorrer dos anos 1980, quando uma quantidade significativa de profissionais adentra a categoria praticamente quadruplicando o número de inscritos na Subseção dos anos de 1970 para 1980. Um novo momento passa a ser construído, fazendo com que os novos advogados de 1960 tornem-se os “catedráticos” a partir dos anos 1980. Nesse caso, as representações lançadas pela sociedade aos advogados, bem como a construção do “eu” apresentada em algumas entrevistas e reportagens continuam relacionando esses sujeitos à elite letrada da sociedade e, por isso, merecedora do prestígio social.

Entretanto, os sujeitos dedicados à graduação em Direito deixaram de ser estritamente os representantes das classes endinheiradas, recebendo a categoria novos agentes

sociais que tiveram de se adaptar ao ambiente existente, mas, também, forçaram a remodelação da categoria. Nesse aspecto, a necessidade do envolvimento mais efetivo em questões relacionadas à Instituição, como a criação da Casa do Advogado nos anos 1980, indicam que aquele pequeno grupo de profissionais existente até os anos 1950 ganhou uma nova roupagem que fez emergir necessidades antes requeridas, mas agora necessárias.

Assim, a representatividade da categoria deixou de ser uma troca de gestão para ser uma disputa entre aqueles que melhor atenderiam às necessidades dos advogados atuantes na Subseção. Se desde a fundação efetiva em 1933 até 1959 a presidência da Subseção se revezou entre apenas quatro advogados, e, ao contrário, a partir dos anos 1960 até os anos 1989 visualizamos a presença de onze profissionais diferentes na presidência da Subseção, tal fator indica que a representação da categoria passou a ser mais disputada em virtude da alteração do seu perfil. E os benefícios dos cargos de gestão estavam presentes para impulsionar as candidaturas e as disputas, bem como a necessidade da articulação política para pleitear a representatividade.

Como em outras profissões, na categoria dos advogados observamos a heterogeneidade. Se em dados momentos formaram-se grupos de profissionais que possuíam características em comum e se uniam para o fortalecimento profissional e pessoal, em outros observamos o rompimento, mesmo que momentâneo, entre seus membros.

A própria junção de alguns advogados para a formação de sociedades aponta a necessidade da tessitura de vínculos dentro da categoria. Em algumas situações, entretanto, houve exclusão ou discriminação, como no caso das mulheres advogadas que tiveram de compor suas próprias estratégias para serem reconhecidas perante a categoria e a sociedade. Nesse caso, as mulheres apontam, também, a necessidade da vinculação política em nível geral e institucional para a manutenção de suas atividades profissionais.

Por fim, ressaltamos que toda a construção da rede de relações sociais dos advogados e seu envolvimento nas articulações políticas da sociedade se reflete nos espaços de sociabilidade por eles frequentados. Os locais destinados ao lazer das elites apresentam, principalmente, o ambiente necessário para a tessitura das estratégias entre os grupos de representatividade em nível geral, dos quais a categoria dos advogados fez parte. Esses eventos organizavam as relações de amizade, mas principalmente as redes de poder político e social, nas quais presenciamos com frequência o envolvimento ativo de parte da categoria dos advogados, que também reforçavam seus posicionamentos e vinculações através dos meios de comunicação presentes na cidade de Assis, como os jornais e as rádios locais.

Nesse sentido, o conjunto dessa análise demonstra que a categoria dos advogados utilizou da política em várias esferas para legitimar a profissão, seja para construir as redes de relações sociais e de poder, seja para o reconhecimento perante o grupo, e, até mesmo, perante a sociedade. Essa vinculação construiu ao longo dos anos a representação da categoria dos advogados e membros do Poder Judiciário como integrantes de prestígio e *status* em sociedade.

Assim, cada advogado com suas especificidades ajudou a formar a representação sobre a categoria e a desenvolver suas alterações no decorrer da segunda metade do século XX. Agentes envolvidos em várias esferas sociais e políticas da cidade, parte desses profissionais demonstraram em suas ações as representações do ser advogado, desta categoria indispensável para a justiça e o desenvolvimento de uma sociedade, e, talvez por isso mesmo, considerada como Doutores!

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2005. p.155-202.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz. *História da Vida Privada no Brasil*. Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-410.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. 2. ed. Trad. de Mateus Soares Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 693-713.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: J. G. Richardson (Org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1985. p. 241-58.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2001.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: UNICAMP, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena*. Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ - Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”. Dissertação (Mestrado em História). 130 p. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Assis em Mosaico: caminhos para a construção de uma história (1905-1955)*. São Paulo: All Print, 2009.

DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2009.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v.1.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.1-13.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. *A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>>. Acesso: 28 fev. 2012.

GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações*. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 203-214.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia. *História da Ordem dos Advogados do Brasil: criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945)*. Brasília, OAB-Ed., 2003 (vol. 4 da coleção História da Ordem dos Advogados do Brasil).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HANER, June E. *A mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2007.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balaço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 43-64.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas /CPDOC, 2000. p.31-45.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2000.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo et. al. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 1: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

LIRA, Ricardo Cesar Pereira (Org.). *Instituto dos Advogados Brasileiros - 150 anos de história: 1843 -1993*. Rio de Janeiro: Destaque, 1993.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

- MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOREL, Marco. *Sociabilidade entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 28, 2001. p. 3-22.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Ordem dos Advogados do Brasil: entre a corporação e a instituição*. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, v. 39, dez. 2006.
- NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. vol. I, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993. p. 07-28
- OLIVEIRA, Eliene Dias de; TEDESCHI, Losandro Antônio. Nos Caminhos da Memória, nos Rastros da História: um Diálogo Possível. In: *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim/MS, v.2, nº4, jul./dez. 2011. p. 45-54
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 513-543.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-512.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*, nº 22, São Paulo: EDUC, 2001. p. 9-36.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*, nº 15, São Paulo: EDUC, 1997. p. 13-49.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993. p. 41-58.

PORTES, Alejandro. Capital Social: *origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 33, set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=s0873-65292000000200007&script=sci_arttext>. Acesso: 14 set. 2014.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. A utopia da cidade disciplinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala*. A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Unicamp, 1998.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (Res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção*. Uma reflexão (In)atual para a História? Projeto História, São Paulo, (24), jun, 2002. p. 43-63.

SILVA, Ricardo Silotoda. *Urdiduras e Tessituras Urbanas*. Na História das Cidades, a Estruturação Territorial de Assis. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 1996.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo*. Metamorfose de uma festa (1923-1938). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. Trad. Evaristo de Moraes Filho, Carlos Alberto Pavanelli, Otto E. W. Maas e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 362-400.

SOIHET, Rachel. *Violência simbólica*. Saberes masculinos e representações femininas. Estudos Feministas, v. 5, n.1, 1997. p. 7-29.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. In: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 9, número 1/2, Jan./Dez. 1996. p. 99-124.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e Recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. In: *São Paulo em Perspectiva*. 15 (3), 2001. p. 67-81.

TANNO, Janete Leiko. *Dimensões da sociabilidade e da cultura: espaços urbanos, formas de convívio e lazer na cidade de Assis. 1920-1945*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, 2003.

TANNO, Janete Leiko. *Clubes Recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, Sociabilidade e Lazer (1989-1945)*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 328-347, jun. 2011.

TELO, Fabricio; DE DAVID, Cesar. *O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. Mundo agr. La Plata*, v.13, n. 25, dic. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso: 8 out. 2014.

THEODORO, Janice. *A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960*. Disponível em http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf. Acesso: 2 mar. 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. p. 207-228.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Notícia histórica da Ordem dos Advogados do Brasil (1930-1980)*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

FONTES

BARRERO, Marcos. *Assis de A a Z*. A enciclopédia do século, 1905-2005. São Paulo: L2M Comunicação, 2008.

BARROS, Luiz Carlos de. *1905-2005 Assis 100 anos*. Centenário da Fraternidade. Assis, s/d.

CAMARGO, Waldomiro Galvão de. *Assis (1905-1955) Histórico*. Publicação Oficial da Comissão Histórica do Cinquentenário. Assis, s/d.

Constituição da República Federativa do Brasil. 19 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

CUNHA, Fabiana Lopes da. *Histórias e Memórias ao redor dos trilhos*: Um relato histórico do museu de Ourinhos e do conjunto “Benedito da Silva Eloy”. Ourinhos: Unesp, 2008.

Dicionário de mitologia grega e romana. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, vol. XXVIII.

JUNIOR, Heraldo Márcio Galvão. Panorama acerca das instituições de ensino públicas da cidade de Assis/SP na primeira metade do século XX. In: VIII *Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*, 2009, Campinas. História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas, 2009.

LARA, José Maria Rodrigues de. *Retrato falado e escrito de Adalberto Assis Nazareth*. Campinas: Dizart Editora e Artes Gráficas, 1998.

Revista do Advogado. Homenagem à professora Esther de Figueiredo Ferraz. *AASP* – Associação dos Advogados de São Paulo. Ano XXXIX, Julho 2009, nº 104.

ROSAS, Hélio César. *Baú revirado*. Causos da minha vida política, pessoal, profissional, etc. São Paulo: HR, s/d.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Assis na alta sorocabana: Um instantâneo de seus pioneiros*. Campinas: 1994.

SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as “donas” saem às ruas. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. vol. 1. p. 13-29.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VITAL, Érico Teixeira. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e Ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SILVA, João Dias e; RIZZO, Antônio Orides. *Um sonho... Uma realidade: a história do sindicalismo assisense*. Assis: Sindicato dos Empregados no Comércio de Assis, 2006.

VALVERDE, Roldão. *Cinzas do passado e prisões no Brasil*. São Paulo: All Print, 2010.

FONTES (ON-LINE)

A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis nos desafios educacionais do ensino superior: entre o passado e o futuro. Depoimento Professor Onozor Fonseca. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/files/assets/basic-html/page207.html>>. Acesso: 15 set. 2014.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte. 1823, p. 105. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B5YvPrLYuLt-aWk5MINhMHRTb1k/edit?pli=1>>. Acesso: 11 fev. 2013.

Arruda Câmara. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122374&ti po=0>. Acesso: 6 fev. 2014.

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=300523>>. Acesso: 13 set. 2014.

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em:

<<http://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>>. Acesso: 7 out. 2014.

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=303220>>. Acesso: 08 set. 2014.

ATC Assis. Histórico. Disponível em: <<http://assisteniclube.com.br/index.php/o-clube/historia.html>>. Acesso: 19 ago. 2014.

Biblioteca da presidência da república. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso: 7 out. 2014.

Câmara dos Vereadores de Assis (arquivo). Disponível em: <<http://www.assis.sp.leg.br/vereadores>>. Acesso: 14 maio 2014.

CENCIC, Mônica Aparecida Pinto. *Manuscritos da Faculdade de Direito, 1827-1830: Análise de ofício de Francisco de Paula Leme, suposto sacristão do Convento de São Francisco*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp23/04.pdf>. Acesso: 11 fev. 2013.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_cavalcantiteofilo.html>. Acesso: 20 set. 2014.

Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso: 22 out. 2013.

Constituição Federal de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso: 3 out. 2013.

Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452compilado.htm>. Acesso: 25 out. 2013.

Consulta de Inscritos na OAB/SP. Disponível em:
<<http://www2.oabsp.org.br/asp/consultaInscritos/consulta01.asp>>. Acesso: 14 ago. 2014.

Decreto 19.408 de 18/11/1930 – Câmara dos Deputados. Disponível em
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19408-18-novembro-1930-516290-republicacao-84870-pe.html>>. Acesso: 17 fev. 2013.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. Legislativo, 28 fev. 2002, p. 10. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5151347/pg-10-legislativo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-28-02-2002>>. Acesso: 08 set. 2014.

Enéa de Stutz e Almeida. *IAB*. História. Disponível em
<http://www.iabnacional.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=2>. Acesso: 14 fev. 2013.

ENTREVISTA com a Dra. Zélia Maria Antunes Alves, Associação Paulista de Magistrados.
A Justiça e a Mulher. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/user/apamagisvideo/videos>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=Iyq3qKROYwo>>;
<https://www.youtube.com/watch?v=SLlme3_eOkQ>. Acesso: 13 maio 2014.

Lei Estadual 1630-A de 26 de dezembro de 1918. Disponível em:
<<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=350400&search=sao-paulo%7Cassis%7Cinphographics:-history&lang=>>>. Acesso: 24 nov. 2013.

Lei de 11 de agosto de 1827. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm>. Acesso: 11 fev. 2013.

Lei nº5.575 de 17 de dezembro de 1969. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5575.htm>. Acesso: 22 ago. 2014.

LIONS. Disponível em <http://www.lionsclubs.org/PO/about-lions/mission-and-history/index.php>. Acesso: 23 ago 2014.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*. Disponível em <<http://www.ensinojuridico.com.br/dmdocuments/Artigo-Ensino-PDF.pdf>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

OAB. Antecedentes. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/historiaoab/antecedentes.htm>>. Acesso: 22 dez. 2012.

OAB. Subseções. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/portaldamemoria/noticias-para-a-historia/em-marco-de-1932-oab-sp-foi-dividida-em-subsecoes/>>. Acesso: 15 maio 2014.

OAB. O Estado de Exceção. Disponível em: <http://www.oab.org.br/historiaoab/estado_excecao.htm>. Acesso: 22 nov. 2012.

Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?res=2>>. Acesso: 10 set. 2014.

Presidência da República. Constituição do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso: 10 out. 2012.

Reinaldo de Barros. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,morre-reynaldo-de-barros-ex-prefeito-de-sao-paulo,680261>>. Acesso: 13 set. 2014.

Revista da Ordem dos Advogados do Brasil – Ano XL, nº 91, julho/dezembro de 2010. Rio de Janeiro: OAB, Conselho Federal, 1969. Disponível em <http://www.oab.org.br/editora/pdf/RevistaOAB_91.pdf>. Acesso: 10 jun. 2013.

ROTARY. Disponível em <<http://www.rotarysp.org.br/quem-somos/o-que-e-rotary>>. Acesso: 23 ago. 2014.

ROTARY CLUB DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <<http://www.rotaryrj.org.br/historia.php>>. Acesso: 10 set. 2014.

RUY SILVA. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,parente-de-fleury-e-assassinado-em-sp,20020203p15214>>. Acesso: 11 set. 2014.

Salário Mínimo. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/sal_min/>. Acesso: 14 nov. 2013.
Universidade Federal de Pernambuco. História. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ccj/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=188>. Acesso: 11 fev. 2013.

ENTREVISTAS

Entrevista com o Dr. Carlos Pinheiro. Data: 11 de janeiro de 2013;

Entrevista com a Dra. Edna Maria de Carvalho. Data: 14 de agosto de 2013;

Entrevista com o Dr. Francisco Maldonado Junior. Data: 20 de setembro de 2014;

Entrevista com o Dr. Luís Álvaro Gonçalves. Data: 16 de outubro de 2013;

Entrevista com a Dra. Marlene Cardoso Mirisola. Data: 21 de agosto de 2013;

Entrevista com a Dra. Myrian de Jesus Pereira Modotti. Data: 8 de outubro de 2013;

Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data: 05 de outubro de 2012;

Entrevista com o Dr. Oswaldo Trevisan. Data: 22 de outubro de 2012;

Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data: 11 de outubro de 2013;

Entrevista com o Dr. Roldão Valverde. Data: 08 de novembro de 2013;

Entrevista com o Dr. Tufi Jubran. Data: 02 de setembro de 2014.

PERIÓDICOS

A Gazeta de Assis (1960/1990). Arquivo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP. Unesp/Assis.

Jornal de Assis (1935/1940 – 1960/1965). Arquivo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP. Unesp/Assis.

Voz da Terra (1966/1989). Arquivo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP. Unesp/Assis.

O ADVOGADO. Órgão de divulgação da 27ª sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. Encartado no jornal *A Gazeta de Assis*. Assis, 18 jun. 1983, p. 5

ARQUIVOS

Arquivo da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo;

Arquivo da Ordem dos Advogados do estado de São Paulo – 27ª Subseção de Assis;

Arquivo pessoal Dr. Roldão Valverde (fotos);

Arquivo pessoal Dr. Luís Álvaro Gonçalves (fotos e documentos);

Arquivo pessoal Dra. Edna Maria de Carvalho (fotos, documentos e jornais);

Arquivo pessoal de Luis Barros – memorialista (fotos);

Arquivo da Faculdade de Direito Toledo de Bauru/SP;

Arquivo da Faculdade de Direito Toledo de Presidente Prudente/SP;

Arquivo da Faculdade de Direito UNIVEM de Marília/SP;

**ANEXO I – FOTOS DOS PRESIDENTES DA 27ª SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ASSIS**



Imagem 1 – Foto do Dr. José Claudino de Oliveira Dias / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 7 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Imagem 2 – Foto do Dr. José Roselli/ Presidente da 27ª Subseção de Assis por 3 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Nicolau Giudice

Gestões 1941/1943 1949/1951

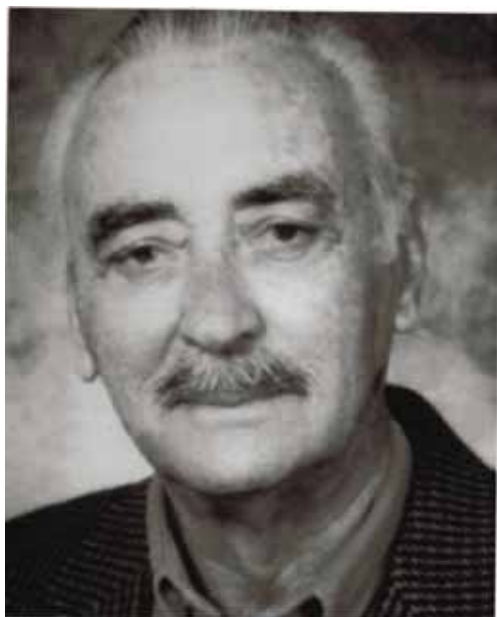
Imagem 3 – Foto do Dr. Nicolau Giudice / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 2 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Edgard de Almeida Victor Rodrigues

Gestões 1951/1953 1953/1955

Imagem 4 – Foto do Dr. Edgard de Almeida Victor Rodrigues / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 2 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Edgard Benozatti

Gestões 1961/1963 1967/1969 1969/1971

Imagem 5 – Foto do Dr. Edgard Benozatti / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 3 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. José Fadul Junior

Gestão 1963/1965

Imagem 6 – Foto do Dr. José Fadul Junior / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.

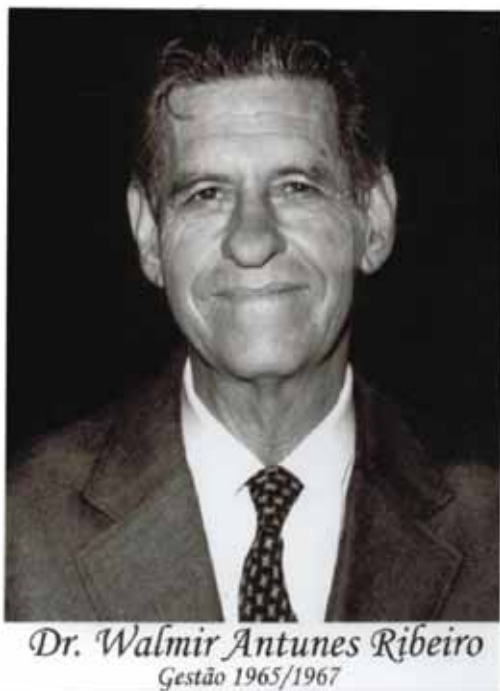


Imagem 7 – Foto do Dr. Walmir Antunes Ribeiro / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Imagem 8 – Foto do Dr. Luiz Álvaro Gonçalves / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Waldomiro Galvão de Camargo
 Gestão 1971/1973 1973/1975 1975/1977 1977/1979

Imagem 9 – Foto do Dr. Waldomiro Galvão de Camargo / Presidente da 27^a Subseção de Assis por 4 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27^a Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Oswaldo Pipolo
 Gestão 1979/1981

Imagem 10 – Foto do Dr. Oswaldo Pipolo / Presidente da 27^a Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27^a Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Carlos Pinheiro

Gestões 1981/1983 1991/1993 1993/1995 1998/2000 2004/2006

Imagem 11 – Foto do Dr. Carlos Pinheiro / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 6 mandatos, considerando o atual (2013/2015). Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Dr. Humberto Arantes de Carvalho

Gestão fevereiro/1983 à junho/1983

Imagem 12 – Foto do Dr. Humberto Arantes de Carvalho / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Imagem 13 – Foto do Dr. Luiz Gonzaga Lopes de Campos / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 1 mandato. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.



Imagem 14 – Foto do Dr. Mufid Edmundo Dugaich / Presidente da 27ª Subseção de Assis por 3 mandatos. Fonte: Galeria dos Presidentes da 27ª Subseção da Ordem dos Advogados – Assis/SP.

**ANEXO II – COMPARATIVO DE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL E
DEPUTADO FEDERAL ELEITOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E MAIS
VOTADOS NA CIDADE DE ASSIS EM 1978.**

Total do Estado de São Paulo			
Deputado Estadual Eleito			
Relação oficial dos candidatos eleitos.			
1978			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
NODECI NOGUEIRA	MDB	139.737	1.54
ROBSON RIEDEL MARINHO	MDB	75.767	0.83
MANOEL SALA	MDB	72.762	0.8
EDUARDO MATARAZZO SUPPLY	MDB	70.377	0.77
MARCOS LAGO CORTES DE CAMPOS	MDB	66.125	0.73
FAUSTO ROCHA	ARENA	61.691	0.68
NABI ABI CHEDID	ARENA	60.860	0.67
VANDERLEI MACRIS	MDB	58.384	0.64
JOSE SILVEIRA SAMPAIO	MDB	55.865	0.61
ARTUR ALVES PINTO	ARENA	55.827	0.61
WADIH HELU	ARENA	54.332	0.6
ANTONIO REZK	MDB	53.434	0.59
ANTONIO SALIM CURIATI	ARENA	52.974	0.58
FERNANDO MORAIS	MDB	49.607	0.55
FRANCO BARUSELLI	MDB	46.080	0.51
REGYNALDO VALADAO	MDB	45.717	0.5
JOAO GILBERTO SAMPAIO	MDB	45.332	0.5
GERALDO FERRAZ	ARENA	42.682	0.47
MARCELINO ROMANO MACHADO	ARENA	42.357	0.47
SERGIO MORINAGA	MDB	41.766	0.46
ADHEMAR DE BARROS	ARENA	41.587	0.46
OSMAR RIBEIRO FONSECA	MDB	40.333	0.44
CARLOS FERNANDO ZUPPO FRANCO	ARENA	39.786	0.44
WALTER LEMES SOARES	ARENA	39.688	0.44
ROBERTO PURINI	MDB	39.581	0.44
HELIO ROSAS	MDB	39.264	0.43
WALTER MENDES	MDB	39.166	0.43
MARIO LADEIA ROCHA	MDB	39.148	0.43

ALVARO FRAGA	ARENA	39.024	0.43
ANDRE BENASSI	MDB	37.608	0.41
FELICIO CASTELLANO	ARENA	37.495	0.41
LUIZ CARLOS SANTOS	MDB	37.291	0.41
ANTONIO CARLOS MESQUITA	MDB	36.599	0.4
JOSE STOROPOLI	MDB	36.344	0.4
EDSON TOMAZ DE LIMA	MDB	36.049	0.4
FLAVIO BIERRENBACH	MDB	35.432	0.39
ABRAHIM DABUS	ARENA	34.854	0.38
ARMANDO PINHEIRO	ARENA	34.827	0.38
RUBENS LARA	MDB	34.591	0.38
DELFINO CERQUEIRA NEVES	ARENA	34.181	0.38
JAIRO MATTOS	ARENA	33.982	0.37
BENEDITO FERREIRA DE CAMPOS	MDB	33.822	0.37
CELIO DOS SANTOS	MDB	33.478	0.37
RICARDO IZAR	ARENA	33.440	0.37
VICENTE BOTTA	MDB	33.253	0.37
IVAN ESPINDOLA DE AVILA	MDB	33.000	0.36
JOSE EDUARDO RODRIGUES	MDB	32.957	0.36
OSCAR YAZBEK	MDB	32.885	0.36
JOSE FRANCISCO LAMMOGLIA	ARENA	32.601	0.36
CASTELLO BRANCO	ARENA	32.576	0.36
EVANDRO MESQUITA	MDB	32.227	0.35
JOSE YUNES	MDB	32.091	0.35
FAUZE CARLOS	ARENA	31.687	0.35
ALMIR PAZZIANOTTO	MDB	30.737	0.34
RENATO CORDEIRO	ARENA	30.625	0.34
EMILIO JUSTO	MDB	30.569	0.34
IRMA PASSONI	MDB	30.438	0.33
VANDERLEI DOENHA	MDB	29.757	0.33
JOSE BUSTAMANTE FILHO	MDB	29.674	0.33
SYLVIO MARTINI	ARENA	29.546	0.32
GERALDO AUGUSTO SIQUEIRA FILHO	MDB	29.449	0.32
MAURO BRAGATO	MDB	29.417	0.32
JIHEI NODA	MDB	28.986	0.32
JANUARIO MANTELLI NETO	ARENA	28.851	0.32
WALDEMAR LOPES FERRAZ FILHO	ARENA	28.196	0.31

WALDEMAR CHUBACI	ARENA	28.156	0.31
HATIRO SHIMOMOTO	ARENA	27.953	0.31
JOAO BAPTISTA BREDÁ	MDB	27.641	0.3
MARCOS AURELIO RIBEIRO	MDB	26.775	0.29
LUIZ BENEDICTO MAXIMO	MDB	26.565	0.29
WALTER AUADA	MDB	26.172	0.29
LUIZ SERGIO CLAUDINO SANTOS	MDB	26.128	0.29
FRANCISCO DIAS ALVES	MDB	25.982	0.29
THEODOSINA RIBEIRO	MDB	25.436	0.28
AGENOR LINO DE MATTOS	MDB	25.400	0.28
EDSON ADALBERTO REAL	MDB	24.770	0.27
MILTON JOSE BALDOCHI	MDB	24.572	0.27
DORETO CAMPANARI	MDB	24.315	0.27
GORO HAMA	MDB	24.179	0.27
<p>(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.</p>			

Assis			
Deputado Estadual			
Até 1994 são apresentados os dez candidatos mais votados por agregação. A partir de 1998 são apresentados todos os candidatos que receberam votos em cada uma das agregações, por ordem de votação.			
1978			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
TUFI JUBRAN	ARENA	8.013	32.47
HELIO ROSAS	MDB	3.562	14.44
JOSE BOLFARINI	MDB	2.525	10.23
SYLVIO MARTINI	ARENA	563	2.28
ANTONIO JAMIL CURY	MDB	326	1.32
MITHUO MINAMI	ARENA	223	0.9
JOSE VICENTE MARINO	ARENA	193	0.78
REGYNALDO VALADAO	MDB	164	0.66
REGINA B. ORTIZ MONTEIRO	ARENA	144	0.58
DELFIN CERQUEIRA NEVES	ARENA	102	0.41
(*) % de Votos sobre o Comparecimento,			
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade.			

Total do Estado de São Paulo			
Deputado Federal Eleito			
Relação oficial dos candidatos eleitos.			
1978			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
SAMIR ACHOA	MDB	239.492	2.63
ADHEMAR DE BARROS FILHO	ARENA	191.880	2.11
BALDACCI FILHO	ARENA	158.972	1.75
ERASMO DIAS	ARENA	152.972	1.68
ULYSSES GUIMARAES	MDB	151.105	1.66
CUNHA BUENO	ARENA	139.019	1.53
JORGE PAULO	MDB	134.241	1.48
CAIO POMPEU DE TOLEDO	ARENA	105.436	1.16
ALBERTO GOLDMAN	MDB	101.863	1.12
MANOEL BEZERRA DE MELO	ARENA	91.078	1
CARDOSO ALVES	MDB	90.884	1
ALCIDES FRANCISCATO	ARENA	88.614	0.97
MARIO HATO	MDB	88.288	0.97
RUI SILVA	ARENA	88.151	0.97
ATHIE JORGE COURY	MDB	87.226	0.96
NATAL GALE	MDB	86.860	0.95
JOSE CAMARGO	MDB	80.085	0.88
RALPH BIASI	MDB	79.699	0.88
VALTER ROBERTO GARCIA	MDB	78.747	0.87
CARLOS NELSON BUENO	MDB	77.717	0.85
JOAO CUNHA	MDB	70.282	0.77
JORGE MALULY NETTO	ARENA	69.140	0.76
ANTONIO RUSSO	MDB	64.969	0.71
AIRTON SOARES	MDB	64.818	0.71
ANTONIO ZACHARIAS	MDB	59.682	0.66
GIOIA JUNIOR	ARENA	59.132	0.65
AUDALIO DANTAS	MDB	58.602	0.64
OCTACILIO DE ALMEIDA	MDB	55.489	0.61
ISRAEL DIAS NOVAES	MDB	54.707	0.6
DEL BOSCO AMARAL	MDB	53.616	0.59
HORACIO ORTIZ	MDB	52.724	0.58

FRANCISCO ROSSI	ARENA	51.853	0.57
FRANCISCO LEAO	MDB	48.763	0.54
DIOGO NOMURA	ARENA	48.586	0.53
AURELIO PERES	MDB	47.073	0.52
HERBERT LEVY	ARENA	44.932	0.49
SERGIO CARDOSO DE ALMEIDA	ARENA	44.580	0.49
SALVADOR JULIANELLI	ARENA	44.389	0.49
SANTILLI SOBRINHO	MDB	44.176	0.49
FREITAS NOBRE	MDB	42.667	0.47
RUY CODO	MDB	42.596	0.47
JOAO PAULO DE ARRUDA FILHO	MDB	42.381	0.47
JOAO PACHECO E CHAVES	MDB	41.715	0.46
BENEDITO MARCILIO	MDB	41.279	0.45
SILVIO FERNANDES LOPES	ARENA	40.635	0.45
JOSE DE CASTRO COIMBRA	MDB	39.639	0.44
CANTIDIO SAMPAIO	ARENA	38.020	0.42
ANTONIO MORIMOTO	ARENA	37.431	0.41
FLAVIO CHAVES	MDB	36.545	0.4
AIRTON SANDOVAL	MDB	36.458	0.4
TIDEI LIMA	MDB	35.588	0.39
JAYRO MALTONI	MDB	34.806	0.38
OCTAVIO TORRECILLA	MDB	34.094	0.37
ROBERTO DE CARVALHO	MDB	33.904	0.37
ADALBERTO CAMARGO	MDB	33.332	0.37

(*) % de Votos sobre o Comparecimento,

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Assis			
Deputado Federal			
Até 1994 são apresentados os dez candidatos mais votados por agregação. A partir de 1998 são apresentados todos os candidatos que receberam votos em cada uma das agregações, por ordem de votação.			
1978			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
RUI SILVA	ARENA	9.298	37.68
SANTILLI SOBRINHO	MDB	4.895	19.84
DAGOBERTO SALLES FILHO	MDB	1.527	6.19
ACCACIO RANGEL DE FRANCA FILHO	ARENA	635	2.57
CUNHA BUENO	ARENA	211	0.86
VICENTE BEZERRA	MDB	170	0.69
ERASMO DIAS	ARENA	159	0.64
FRANCISCO LEAO	MDB	138	0.56
HENRIQUE TURNER	ARENA	137	0.56
ULYSSES GUIMARAES	MDB	108	0.44
(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade			

Assis			
Senador			
Relação oficial dos candidatos que concorreram à eleição.			
1978			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
ANDRE FRANCO MONTORO	MDB	8.860	35.91
CLAUDIO LEMBO	ARENA	6.667	27.02
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	MDB	4.711	19.09
(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.			

Eleições Indiretas
Governador e Vice do estado de São Paulo
1978
Paulo Maluf e José Maria Marin – ARENA

Fonte: Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?res=2>>. Acesso: 10 set. de 2014.

Total do Estado de São Paulo			
Deputado Federal Eleito			
Relação oficial dos candidatos eleitos.			
1974			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
FRANCISCO AMARAL	MDB	167.808	2.36
BALDACCI FILHO	ARENA	146.609	2.06
JORGE PAULO	MDB	133.742	1.88
ADHEMAR DE BARROS FILHO	ARENA	127.697	1.79
JOAO PACHECO E CHAVES	MDB	124.948	1.76
JOAO PAULO DE ARRUDA FILHO	MDB	119.177	1.67
ULYSSES GUIMARAES	MDB	115.996	1.63
OTAVIO CECCATO	MDB	114.837	1.61
JOAQUIM MARIANO DIAS MENEZES	MDB	108.222	1.52
ATHIE JORGE COURY	MDB	103.185	1.45
JOSE CAMARGO	MDB	101.602	1.43
ALBERTO MARCELO GATO	MDB	100.746	1.42
SANTILLI SOBRINHO	MDB	98.090	1.38
FREITAS NOBRE	MDB	93.820	1.32
ADALBERTO CAMARGO	MDB	89.391	1.26
LINCOLN GRILLO	MDB	85.780	1.21
FARIA LIMA	ARENA	83.696	1.18
GUACU PITERI	MDB	83.542	1.17
JOAO CUNHA	MDB	77.223	1.08
RUY CODO	MDB	77.049	1.08
ROBERTO DE CARVALHO	MDB	72.823	1.02
HERBERT LEVY	ARENA	71.354	1
ISRAEL DIAS NOVAES	MDB	67.040	0.94
JOAO PEDRO DE CARVALHO NETTO	ARENA	65.058	0.91
CUNHA BUENO	ARENA	63.952	0.9
JACOB CAROLO	ARENA	63.127	0.89
SALVADOR JULIANELLI	ARENA	60.695	0.85
GIOIA JUNIOR	ARENA	60.070	0.84
ALCIDES FRANCISCATO	ARENA	58.621	0.82
AURELIO ROSLINDO CAMPOS	MDB	57.773	0.81
DIOGO NOMURA	ARENA	57.429	0.81

BLOTTA JUNIOR	ARENA	54.998	0.77
JOAQUIM BEVILACQUA	MDB	54.706	0.77
AIRTON SOARES	MDB	44.772	0.63
THEODORO MENDES	MDB	44.560	0.63
ANTONIO MORIMOTO	ARENA	41.545	0.58
SILVIO VENTUROLI	ARENA	40.556	0.57
EDGAR MARTINS	MDB	37.462	0.53
AMARAL FURLAN	ARENA	36.946	0.52
SYLVESTRE FERRAZ EGREJA	ARENA	35.291	0.5
SERGIO CARDOSO DE ALMEIDA	ARENA	35.160	0.49
YASUNORI KUNIGO	MDB	33.719	0.47
AIRTON SANDOVAL	MDB	31.846	0.45
OCTACILIO DE ALMEIDA	MDB	29.590	0.42
ODEMIR FURLAN	MDB	24.380	0.34
FREDERICO J. RIBEIRO BRANDAO	MDB	20.975	0.29
<p>(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade</p>			

Assis			
Deputado Federal			
Até 1994 são apresentados os dez candidatos mais votados por agregação. A partir de 1998 são apresentados todos os candidatos que receberam votos em cada uma das agregações, por ordem de votação.			
1974			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
SANTILLI SOBRINHO	MDB	6.913	32.72
HERBERT LEVY	ARENA	2.321	10.98
BALDACCI FILHO	ARENA	1.174	5.56
CUNHA BUENO	ARENA	530	2.51
ADHEMAR DE BARROS FILHO	ARENA	502	2.38
CARLOS ERGAS	ARENA	464	2.2
JOAO PEDRO DE CARVALHO NETTO	ARENA	448	2.12
MAURICIO LEITE DE TOLEDO	ARENA	371	1.76
AMARAL FURLAN	ARENA	272	1.29
GIOIA JUNIOR	ARENA	209	0.99
(*) % de Votos sobre o Comparecimento,			
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados			

Total do Estado de São Paulo			
Deputado Estadual Eleito Relação oficial dos candidatos eleitos.			
1974			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
MANOEL SALA	MDB	77.987	1.1
ALBERTO GOLDMAN	MDB	74.731	1.05
NATAL GALE	MDB	61.535	0.86
EVANDRO MESQUITA	MDB	52.277	0.73
AGENOR LINO DE MATTOS	MDB	51.919	0.73
HORACIO ORTIZ	MDB	50.675	0.71
SOLON BORGES DOS REIS	ARENA	48.304	0.68
ROBSON RIEDEL MARINHO	MDB	44.620	0.63
JOSE SILVEIRA SAMPAIO	MDB	44.535	0.63
JORGE MALULY NETTO	ARENA	44.168	0.62
AUGUSTO TOSCANO	MDB	43.955	0.62
JOAO GILBERTO SAMPAIO	MDB	43.813	0.62
LEONEL JULIO	MDB	43.792	0.62
NELSON FABIANO	MDB	43.656	0.61
DEL BOSCO AMARAL	MDB	42.689	0.6
JORGE FERNANDES DA SILVA	MDB	41.888	0.59
JANUARIO MANTELLI NETO	ARENA	40.648	0.57
DORETO CAMPANARI	MDB	39.966	0.56
FRANCISCO ANTONIO COELHO	MDB	39.800	0.56
JIHEI NODA	MDB	39.359	0.55

FELICIO CASTELLANO	ARENA	39.219	0.55
OSWALDO CARVALHO	MDB	38.422	0.54
VANDERLEI DOENHA	MDB	37.759	0.53
ANTONIO SALIM CURIATI	ARENA	37.330	0.52
WADIH HELU	ARENA	37.207	0.52
THEODOSINA RIBEIRO	MDB	36.630	0.51
GUSTAVO KORTE	MDB	35.712	0.5
RAFAEL AMERICO RANIERI	MDB	34.691	0.49
AGNALDO DE CARVALHO	ARENA	34.554	0.49
RICARDO IZAR	ARENA	34.443	0.48
RENATO CORDEIRO	ARENA	34.115	0.48
VICENTE BOTTA	MDB	33.611	0.47
EMIL RAZUK	ARENA	33.366	0.47
OSIRO SILVEIRA	MDB	33.256	0.47
WALTER MENDES	MDB	31.526	0.44
AUREO FERREIRA	ARENA	31.346	0.44
MILTON JOSE BALDOCHI	MDB	31.042	0.44
ABRAHIM DABUS	ARENA	30.674	0.43
HELIO ROSAS	MDB	30.650	0.43
EDSON TOMAZ DE LIMA	MDB	30.628	0.43
ACRISIO PEREIRA LIMA	MDB	29.331	0.41
NADIR KENAN	MDB	29.137	0.41
RUBENS GRANJA	MDB	29.071	0.41
DULCE SALLES CUNHA BRAGA	ARENA	28.996	0.41
FABIO PORCHAT	MDB	28.917	0.41

ADAIL VETTORAZZO	ARENA	28.636	0.4
NABI ABI CHEDID	ARENA	28.574	0.4
JOSE FRANCISCO LAMMOGLIA	ARENA	27.899	0.39
IVAN ESPINDOLA DE AVILA	MDB	27.811	0.39
CASTELLO BRANCO	ARENA	27.612	0.39
NEFI TALES	MDB	26.928	0.38
REGYNALDO VALADAO	MDB	25.670	0.36
FERNANDO SCALAMANDRE JUNIOR	MDB	25.601	0.36
PAULO KOBAYASHI	ARENA	25.535	0.36
RUI SILVA	ARENA	25.489	0.36
ANTONIO CARLOS MESQUITA	MDB	25.312	0.36
OSMAR RIBEIRO FONSECA	MDB	25.157	0.35
KOYU IHA	MDB	24.830	0.35
SEBASTIAO MARCONDES DA SILVA	MDB	24.467	0.34
VANDERLEI MACRIS	MDB	24.296	0.34
EDUARDO NEGRINI COUTINHO	ARENA	24.257	0.34
WALDEMAR LOPES FERRAZ FILHO	ARENA	23.905	0.34
ANDRE PESCARINI	MDB	23.840	0.33
JAYRO MALTONI	MDB	23.776	0.33
JOAO LAZARO DE ALMEIDA PRADO	ARENA	23.638	0.33
HELVIO NUNES DA SILVA	ARENA	23.091	0.32
EMILIO JUSTO	MDB	22.913	0.32
BENEDITO FERREIRA DE CAMPOS	MDB	22.401	0.31
JOSE MARIA MARIN	ARENA	22.250	0.31

(*) % de Votos sobre o Comparecimento,

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Assis			
Deputado Estadual			
Até 1994 são apresentados os dez candidatos mais votados por agregação. A partir de 1998 são apresentados todos os candidatos que receberam votos em cada uma das agregações, por ordem de votação.			
1974			
Candidatos	Partido	No. de Votos	Percentual(*)
RUI SILVA	ARENA	7.619	36.06
HELIO ROSAS	MDB	6.351	30.06
JOSE JOAQUIM DIAS DA SILVA	ARENA	182	0.86
SOLON BORGES DOS REIS	ARENA	176	0.83
MITHUO MINAMI	ARENA	163	0.77
HELIO MENDONCA	ARENA	151	0.71
IVAN ESPINDOLA DE AVILA	MDB	111	0.53
ANDRE PESCARINI	MDB	85	0.4
EMIL RAZUK	ARENA	81	0.38
REGYNALDO VALADAO	MDB	60	0.28
(*) % de Votos sobre o Comparecimento, Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - TRE / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade			

Fonte: Portal de Estatística do Estado de São Paulo – SEADE. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?res=2>>. Acesso: 10 set. 2014.

ANEXO III – ANÚNCIO DOS ADVOGADOS

Walmir Antunes Ribeiro
 Advocacia Civil e Comercial
 Sala 27 — Edifício «Vieira Dias»
 Avenida Rui Barbosa, 15

Jornal de Assis. Assis, 2 abr. 1960, p. 2.

Daisy Cordeiro de Calazans
 Advogada
 Fone: Discar 01 — Pedir 25
 Rua Barão do Rio Branco, 151 — Assis

A Gazeta de Assis. Assis, 5 out. 1967, p. 2.

Dr. José Benedito Toledo Leme
 ADVOGADO
 Causas: Cíveis e Criminais
 Rua Dra. Ana Barbosa 190 Assis

A Gazeta de Assis. Assis, 21 jan. 1970, p. 3.

OSWALDO TREVISAN
ADVOGADO
 ADVOCACIA CIVIL E CRIMINAL
 Rua Luiz Piza, 30 — Fone 8777 — Assis

A Gazeta de Assis. Assis, 9 jun. 1970, p. 1.

Advocacia Civil e Comercial
CLOVIS ROSSINI
 Rua J. V. da Cunha e Silva, 176 - fone 303
 ASSIS - SP

A Gazeta de Assis. Assis, 1 ago. 1972, p. 1.

**Advocacia Civil
 e Criminal**
SAULO F. SILVA
 Rua Floriano
 Peixoto, 106-
 Assis Fone 7546

A Gazeta de Assis. Assis, 19 set. 1973, p. 3.

Advogada

Edna Maria de Carvalho

Advogacia Civil - Trabalhista - Comercial

Resid. e Escrit. Rua Marechal Deodoro,
650.

A Gazeta de Assis. Assis, 30 ago. 1974, p. 2.

Advogado

Civil – Comercial – Trabalhista

O Advogado Luiz Alvaro Gonçalves comunica que está novamente atendendo nesta cidade, com escritório à rua Mauá, n.º 123, Fone 8573, diariamente no período da tarde.

A Gazeta de Assis. Assis, 25 maio 1974, p. 5.

Jorge Miguel Abo Assali
Edison Alexandre Chaker

ADVOGADOS

Assis Rua Luiz Pizza, 38 em frente ao Forum Fone
7044.

A Gazeta de Assis. Assis, 1 ago. 1975, p. 4.

O advogado e vereador de Candido Mota
Dr. Francisco de Assis Pereira
e sua equipe de advogados

Dra Yovanda Pereira
 Dra Marlene C. Mirisola
 Dra Floripedes Lucianetti
 Dra Maria C. Mota Merthan
 Dra Maria Ligia P.A. Barreto
 Dra Elizeth A. Zibordi

Cumprimentam Assis, a Cidade-Fraternal por ocasião das comemorações alusivas ao 71.º aniversário de fundação do município, augurando votos de muita prosperidade e felicidades.

Voz da Terra. Assis, 01 jul 1976, p. 3.

Francisco Maldonado Junior
 ADVOGADO

Rua Luiz Piza, 30 — FONE: 22-4291 — ASSIS

A Gazeta de Assis. Assis, 4 jan. 1979, p. 4.

Dr. Jerge Miguel Abu Assali

ADVOGADO

Comunica que mudou seu escritório da Rua Luiz Piza, 38 para a AVENIDA RUI BARBOSA, 408, onde continuará à disposição de seus amigos e clientes.

A Gazeta de Assis. Assis, 26 maio 1979, p. 4.

ADVOCACIA

Rondon Bassil Dower Filho

Av. Rui Barbosa — 400 —o— 2.º Andar/Conj. 05

Fone: 22_4688

—o—

ASSIS S.P.

A Gazeta de Assis. Assis, 4 nov. 1981, p. 3.

ANEXO IV – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Projeto: Memória e História da Advocacia Assisense

Entrevistado:

Entrevistador: Priscila David Domingos

Data da Entrevista:

Local da Entrevista:

VIDA

- 1) Conte-nos sobre sua família e sua infância? Onde morou, em que seus pais trabalhavam, como era sua família.

CURSO

- 2) O Dr.(a) trabalhou antes de cursar a faculdade de bacharel em direito? Como foram esses trabalhos?
- 3) Qual faculdade o Dr.(a) cursou? Quantos anos tinham o curso? Como eram divididas as matérias? Houve algum tipo de exame após o curso para a concessão da Carteira Profissional de Advogado?
- 4) Desde quando atua como advogado (a)? Nesta oportunidade quantos anos o(a) Dr.(a) tinha?
- 5) Qual sua área de atuação? Esta área foi decidida desde o início da profissão? Como se deu a opção por esta área?

FUNIONAMENTO DO GRUPO:

- 6) Como era a profissão da advocacia durante 1960/1989?
- 7) O que era ser advogado durante essas décadas? Quais eram os desafios da profissão?
- 8) A Instituição de classe local – Subseção de Assis da Ordem dos Advogados contribuiu de alguma forma com a advocacia da cidade e com os advogados?
- 9) O Dr.(a) já participou de algum cargo relativo à representação dos advogados? Como foi?
- 10) Como se davam as relações no momento da escolha dos representantes da classe?
- 11) Havia disputas entre os advogados ou algum tipo de diferença entre os pares?
- 12) Havia diferenciação entre as advogadas e os advogados para a sociedade, para o judiciário e entre a própria categoria?
- 13) Como se dava a relação profissional entre advogados, juízes e promotores?
- 14) Como você percebe a vestimenta tradicionalmente utilizada pelos advogados? É necessária? Como era durante a segunda metade do século XX?

SOCIABILIDADE

- 15) Quais suas relações de sociabilidade? Ser advogado(a) mudou seu relacionamento em sociedade, os locais de lazer, seu estilo de vida?
- 16) Locais onde frequentava?
- 17) Como se dava a relação profissional entre advogados, juízes e promotores?
- 18) Qual sua percepção com relação à sua profissão no decorrer da segunda metade do século XX?

RELEVANCIA

- 19) Algum evento que considerou relevante para a advocacia.
- 20) Indique um caso que atuou como advogado e considera relevante para sua profissão (destaque)? Um caso que considera um fracasso?